

# FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA PREMIUM VEÍCULOS I

CNPJ/MF nº 14.311.454/0001-98



Distribuição Pública da 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa Premium Veículos I, totalizando:

## R\$ 120.000.000,00

(cento e vinte milhões de reais)

**Classificação de Risco das Quotas Seniores da 1ª Série - Standard & Poor's "brAAA (sf)"**

**Código ISIN da 1ª Série de Quotas Seniores: BRFCPVCTF007**

**Classificação na ANBIMA: FIDC Financeiro - FIDC Financiamento de Veículos**

O Fundo é uma comunhão de recursos destinados, preponderantemente, à aquisição de Direitos de Crédito de acordo com a política de investimento decorrentes de operações de financiamento de veículos novos e/ou usados (Motocicletas, Veículos Leves e Veículos Pesados) que sejam devidamente amparados por documentação fiscal hábil (CRV), garantidas por alienação fiduciária do próprio veículo financiado, celebradas pelo **BANCO FICSA S.A.**, entidade autorizada a funcionar pelo BACEN, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Boa Vista, nº 280, 5º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.348.538/0001-86 ("Cedente"), e seus clientes pessoas físicas e jurídicas ("Financiados").

Os Direitos de Crédito são representados por cédulas de crédito bancário emitidas pelos Financiados, sendo que cada parcela devida no âmbito da cédula de crédito bancário será considerada, individualmente, um "Direito de Crédito".

As cédulas de crédito bancário emitidas pelos Financiados, em conjunto com seus respectivos anexos, seguros, garantias e outros instrumentos vinculados, são doravante denominados "Contratos de Financiamento de Veículo".

Serão objeto de distribuição pública pelo Coordenador Líder 120.000 (cento e vinte mil) Quotas Seniores referentes à 1ª Série, todas com Valor Unitário de Emissão de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) ("Oferta"). O Coordenador Líder realizará a distribuição pública das Quotas Seniores do Fundo via CETIP e sob o regime de melhores esforços de colocação. A Oferta foi aprovada pelo Administrador em 03 de outubro de 2011, cujo instrumento particular foi arquivado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 03 de outubro de 2011, sob o nº 253.798.

Havendo excesso de demanda pelas Quotas Seniores, o Administrador poderá fazer uso da faculdade prevista no parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400 e distribuir um volume adicional de até 20% (vinte por cento) da quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores do Lote Suplementar), ou seja, de até 24.000 (vinte e quatro mil) Quotas Seniores, sem a necessidade de aprovação em Assembleia Geral ou registro perante a CVM ("Quotas Seniores do Lote Adicional"). Além disso, o Coordenador Líder poderá também, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, distribuir um lote suplementar de Quotas Seniores, limitado a 15% (quinze por cento) da quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores do Lote Adicional), ou seja, de até 18.000 (dezoito mil) Quotas Seniores ("Quotas Seniores do Lote Suplementar").

As Quotas Seniores do Lote Adicional e as Quotas Seniores do Lote Suplementar acima referidas serão emitidas nas mesmas condições das Quotas Seniores inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta e serão distribuídas pelo Coordenador Líder em regime de melhores esforços.

O Fundo foi constituído em 15 de setembro de 2011 e seu regulamento e respectivo ato de constituição foram registrados no 2º Cartório de Títulos e Documentos da cidade de Osasco, em 15 de setembro de 2011, sob o nº 253.483 ("Regulamento"). O Regulamento foi alterado em 03 de outubro de 2011, em 05 de outubro de 2011 e em 06 de outubro de 2011, por meio dos instrumentos de alteração registrados no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 03 de outubro de 2011, sob o nº 253.798, em 05 de outubro de 2011, sob o nº 253.835, e em 06 de outubro de 2011, sob o nº 253.864, respectivamente.

**Protocolo na CVM sob o regime de registro automático datado de 07 de outubro de 2011.**

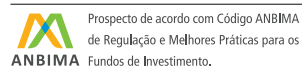
**A Oferta foi registrada na CVM sob o regime de registro automático em [•] de outubro de 2011, sob o nº [•].**

O Fundo é administrado pela **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade com sede na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.066.670/0001-00, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório nº 3.067, de 6 de setembro de 1994 ("Administradora"). O coordenador líder da Oferta e a gestão da Carteira do Fundo ficará a cargo da **CONCORDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ sob nº 52.904.364/0001-08 ("Coordenador Líder" e/ou "Gestora").

**O investimento no Fundo sujeita o investidor a riscos, conforme descrito na seção "FATORES DE RISCO", nas páginas 73 a 80 deste Prospecto. Ainda que o Administrador mantenha um sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo ("Carteira"), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas no Fundo ou para o investidor. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia de seu Administrador, do Custodiante, da Gestora, do Coordenador Líder, de suas Partes Relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.**

Todo Quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de Termo de Adesão, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, da sua política de investimento, da composição da Carteira, da Taxa de Administração devida ao Administrador e à Gestora, dos riscos associados ao investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no Patrimônio Líquido do Fundo, e, consequentemente, de perda do capital, parcial ou total, investido pelo investidor.

"A CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das quotas a serem distribuídas."



"Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das quotas do Fundo de Investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de seu administrador e das demais instituições prestadoras de serviços."

Coordenador Líder e Gestora



Cedente



Administrador



Estruturador



Custodiante



Assessores Legais



Auditor Independente



## Avisos

*“Este Fundo pode investir em carteira de direitos creditórios diversificada, com natureza e características distintas. Desta forma, o desempenho da carteira pode apresentar comportamento distinto ao longo da existência do Fundo.”*

*“A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.”*

*“O investimento no Fundo apresenta riscos para o investidor. Ainda que o Administrador e a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.”*

*“Antes de tomar sua decisão de investir no Fundo, recomenda-se ao investidor a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, para um entendimento completo a respeito do objetivo do Fundo, da sua política de investimento e dos riscos a que o Fundo está exposto.”*

*“O Fundo de que trata este Prospecto não conta com garantia do Administrador, da Gestora, do Custodiante, do Coordenador Líder ou de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos.”*

*“O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor, bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do imposto de renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.”*

*“Considerações sobre estimativas e declarações futuras: quaisquer expectativas de recebimento de fluxos de caixa advindos dos Direitos de Crédito adquiridos, previsões e estimativas aqui contidas são previsões e se baseiam em certas premissas que o Administrador e a Gestora consideram razoáveis. Expectativas são, por natureza, especulativas, e é possível que algumas ou todas as premissas em que se baseiam as expectativas não se concretizem ou difiram substancialmente dos resultados efetivos. Nesse sentido, as expectativas são apenas estimativas. Resultados efetivos podem diferir das expectativas, e tais diferenças podem acarretar prejuízo para o Fundo e para seus Quotistas.”*

*“Este Fundo pode utilizar estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus Quotistas.”*

*“As informações contidas nesse Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do Prospecto e do Regulamento que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.”*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ÍNDICE

<b>DEFINIÇÕES .....</b>	<b>7</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO DO ADMINISTRADOR, DO COORDENADOR LÍDER E DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO.....</b>	<b>16</b>
<b>DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR DO FUNDO E DO COORDENADOR LÍDER DA OFERTA .....</b>	<b>17</b>
<b>CARACTERÍSTICAS DA OFERTA .....</b>	<b>18</b>
<b>DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES</b>	<b>22</b>
<i>CONFLITO DE INTERESSES .....</i>	<i>22</i>
<b>PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES.....</b>	<b>23</b>
<i>MONTANTE TOTAL DA OFERTA E REGIME DE DISTRIBUIÇÃO .....</i>	<i>23</i>
<i>INÍCIO E ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS .....</i>	<i>23</i>
<i>NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS .....</i>	<i>24</i>
<i>DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO .....</i>	<i>24</i>
<i>CRONOGRAMA DA OFERTA.....</i>	<i>24</i>
<i>DISTRIBUIÇÃO PARCIAL.....</i>	<i>25</i>
<i>MODIFICAÇÃO DA OFERTA .....</i>	<i>25</i>
<b>CARACTERÍSTICAS DO FUNDO .....</b>	<b>26</b>
<i>O FUNDO.....</i>	<i>26</i>
<i>BASE LEGAL.....</i>	<i>26</i>
<i>PÚBLICO ALVO.....</i>	<i>26</i>
<i>APLICAÇÃO DOS RECURSOS .....</i>	<i>26</i>
<i>OBJETIVO DE INVESTIMENTO .....</i>	<i>27</i>
<i>POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA.....</i>	<i>27</i>
<i>CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO .....</i>	<i>28</i>
<i>PATRIMÔNIO LÍQUIDO E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS .....</i>	<i>30</i>
<i>DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO.....</i>	<i>31</i>
<i>TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E TAXA DE GESTÃO .....</i>	<i>32</i>
<i>ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS .....</i>	<i>32</i>
<i>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</i>	<i>33</i>
<b>CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS.....</b>	<b>34</b>
<i>FORMA E ESPÉCIE .....</i>	<i>34</i>
<i>EMIÇÃO DE QUOTAS SENIORES .....</i>	<i>34</i>
<i>EMIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS .....</i>	<i>34</i>
<i>EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS .....</i>	<i>36</i>
<i>AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS.....</i>	<i>37</i>
<i>RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E RESERVA DE LIQUIDEZ .....</i>	<i>37</i>
<i>AMORTIZAÇÕES PROGRAMADAS .....</i>	<i>38</i>
<i>PAGAMENTO AOS QUOTISTAS.....</i>	<i>38</i>
<i>ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA .....</i>	<i>39</i>
<b>LIQUIDAÇÃO DO FUNDO .....</b>	<b>41</b>
<i>EVENTOS DE AVALIAÇÃO .....</i>	<i>41</i>
<i>EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO .....</i>	<i>44</i>
<b>ASSEMBLEIA GERAL.....</b>	<b>47</b>
<i>COMPETÊNCIA .....</i>	<i>47</i>
<i>PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO .....</i>	<i>47</i>



<b>REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO.....</b>	<b>49</b>
<i>OBJETIVO DE TRATAMENTO TRIBUTÁRIO .....</i>	<i>49</i>
<i>TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS QUOTISTAS .....</i>	<i>49</i>
<i>TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO .....</i>	<i>50</i>
<b>ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO.....</b>	<b>52</b>
<i>INFORMAÇÕES REFERENTES À SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR.....</i>	<i>52</i>
<b>PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO.....</b>	<b>54</b>
<i>CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO.....</i>	<i>54</i>
<i>GESTÃO .....</i>	<i>56</i>
<i>AGENTE DE COBRANÇA.....</i>	<i>57</i>
<i>AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....</i>	<i>57</i>
<i>AUDITORIA DO FUNDO E AUDITORIA DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....</i>	<i>58</i>
<i>COORDENADOR LÍDER.....</i>	<i>58</i>
<i>CEDENTE .....</i>	<i>58</i>
<i>SUBSTITUIÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO .....</i>	<i>62</i>
<b>POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES .....</b>	<b>63</b>
<i>ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS.....</i>	<i>63</i>
<b>ESTRUTURA DA OPERAÇÃO.....</b>	<b>64</b>
<i>FLUXOGRAMA FINANCEIRO .....</i>	<i>64</i>
<b>CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....</b>	<b>65</b>
<i>DIREITOS DE CRÉDITO .....</i>	<i>65</i>
<i>ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....</i>	<i>65</i>
<i>CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....</i>	<i>65</i>
<i>POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO .....</i>	<i>65</i>
<i>TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....</i>	<i>65</i>
<i>FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....</i>	<i>65</i>
<i>TAXA MÍNIMA DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....</i>	<i>65</i>
<i>PRÉ-PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....</i>	<i>66</i>
<i>RECOMPRA DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....</i>	<i>66</i>
<i>POLÍTICA DE COBRANÇA.....</i>	<i>66</i>
<i>RESOLUÇÃO DA CESSÃO .....</i>	<i>66</i>
<i>GARANTIAS.....</i>	<i>67</i>
<i>INFORMAÇÃO SOBRE DEVEDORES .....</i>	<i>67</i>
<b>SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS .....</b>	<b>68</b>
<i>CONTRATO DE CESSÃO .....</i>	<i>68</i>
<i>CONTRATO DE CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO DE QUOTAS.....</i>	<i>68</i>
<i>CONTRATO DE GESTÃO.....</i>	<i>68</i>
<i>CONTRATO DE SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO .....</i>	<i>68</i>
<i>CONTRATO DE AUDITORIA INDEPENDENTE.....</i>	<i>68</i>
<i>CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS.....</i>	<i>69</i>
<b>CARACTERÍSTICAS DA PERFORMANCE DA CARTEIRA .....</b>	<b>70</b>
<b>FATORES DE RISCO.....</b>	<b>73</b>
<i>RISCOS DE MERCADO .....</i>	<i>73</i>
<i>RISCOS DE CRÉDITO .....</i>	<i>74</i>
<i>RISCOS DE LIQUIDEZ.....</i>	<i>75</i>
<i>RISCOS OPERACIONAIS .....</i>	<i>76</i>
<i>RISCOS DO CEDENTE.....</i>	<i>78</i>
<i>OUTROS RISCOS .....</i>	<i>79</i>

## **ANEXOS**

---

<b>ANEXO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>ANEXO I</b>	- Regulamento do Fundo.....	83
<b>ANEXO II</b>	- Ato de constituição do Fundo datado de 15 de setembro de 2011 .....	165
<b>ANEXO III</b>	- Suplemento da 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo .....	169
<b>ANEXO IV</b>	- Súmula de Classificação de Risco .....	173
<b>ANEXO V</b>	- Relatório “Revisão da carteira de recebíveis” elaborado pelo Auditor Independente...	187

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## DEFINIÇÕES

Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Prospecto (estejam no singular ou no plural) têm o significado a eles atribuídos nesta seção.

<u>Administrador:</u>	é a BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade com sede na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.066.670/0001-00, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório nº 3.067, de 6 de setembro de 1994;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	é a STANDARD & POOR'S RATING SERVICES, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40;
<u>Amortização Programada:</u>	é a amortização parcial das Quotas Seniores e/ou das Quotas Mezanino promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto nos respectivos Suplementos;
<u>ANBIMA:</u>	é a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
<u>Assembleia Geral:</u>	é a Assembleia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXII do Regulamento;
<u>Ativos Financeiros:</u>	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido;
<u>Auditor Independente:</u>	é a KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, sociedade simples com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29;
<u>BACEN:</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>BM&amp;FBOVESPA:</u>	é a Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros;
<u>Cedente:</u>	é o BANCO FICSA S.A., entidade autorizada a funcionar pelo BACEN, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Boa Vista, nº 280, 5º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.348.538/0001-86, o qual, de tempos em tempos, cede os Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão;

<u>CETIP:</u>	é a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;
<u>Código Civil:</u>	é a Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;
<u>CMN:</u>	é o Conselho Monetário Nacional;
<u>Condições Adicionais:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 28 do Regulamento;
<u>Conta do Fundo:</u>	é a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo junto ao Banco Bradesco S.A., que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
<u>Contrato de Cessão:</u>	é o Instrumento Particular de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças celebrados entre o Fundo, o Administrador e o Cedente com a interveniência do Custodiante;
<u>Contrato de Cobrança:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de direitos creditórios inadimplidos e outras avenças, celebrado entre o Fundo, representado por seu Administrador, o Custodiante e o Cedente;
<u>Contrato de Custódia:</u>	é o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e controladoria de fundos de investimento em Direitos Creditórios, de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre o Custodiante e o Administrador, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Depósito:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Depósito e Outras Avenças, firmado entre o Custodiante e o Cedente, com a interveniência do Fundo, representado por seu Administrador;
<u>Contrato de Distribuição:</u>	é o Contrato de Coordenação e Distribuição, em Regime de Melhores Esforços de Colocação de Quotas Seniores de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa Premium Veículos I, celebrado em 29 de setembro de 2011, entre o Administrador e o Coordenador Líder, para a distribuição pública da 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo;
<u>Contrato de Escrituração:</u>	é o Contrato de Escrituração de Quotas de Fundos de investimentos, firmado entre o Custodiante e o Administrador, em nome do Fundo;

<u>Contratos de Financiamento de Veículo:</u>	são os contratos de financiamento de veículos, representados por cédulas de crédito bancário e garantidos por alienação fiduciária firmados entre o Cedente e os Financiados, conforme o disposto no Artigo 2º do Regulamento;
<u>Contrato de Gestão:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Carteira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa Premium Veículos I, firmado entre a Gestora e o Administrador, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Serviços de Auditoria Independente:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria, firmado entre o Auditor Independente e o Administrador;
<u>Contrato de Serviços de Classificação de Risco:</u>	é o Contrato para Elaboração de Rating de FIDC, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e o Administrador;
<u>Coordenador Líder:</u>	é a CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ sob nº 52.904.364/0001-08, autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 1055, de 16 de agosto de 1989;
<u>Crítérios de Elegibilidade:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 27 do Regulamento;
<u>CRV:</u>	é o Certificado de Registro de Veículo;
<u>Custodiante:</u>	é o BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12,;
<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Datas de Amortização:</u>	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembleia Geral de Quotistas, conforme o caso;
<u>Data de Emissão:</u>	é a Data da 1ª integralização de Quotas Seniores de cada série, de Quotas Mezanino de cada classe, ou das Quotas Júnior, conforme o caso, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;

<u>Data de Resgate:</u>	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores e/ou das Quotas Mezanino, conforme indicada nos respectivos Suplementos;
<u>Data de Verificação:</u>	é a data de apuração obrigatória dos limites de concentração e Excesso de Spread e recompra de Direitos de Crédito pelo Cedente, a ser realizada pelo Custodiante sempre no 10º (décimo) dia corrido de cada mês ou, caso não seja um Dia Útil, no 1º (primeiro) Dia Útil subsequente;
<u>Dias Úteis:</u>	significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na sede social do Administrador; e (ii) feriados de âmbito nacional;
<u>Direitos de Crédito:</u>	são individualmente cada uma das parcelas das cédulas de crédito bancário, emitidas pelos Financiados, adquiridas ou a serem adquiridas pelo Fundo, observado o disposto no Regulamento;
<u>Direitos de Crédito Elegíveis:</u>	significa os Direitos de Crédito que satisfaçam cumulativamente, na Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade e às Condições Adicionais definidos, respectivamente, nos Artigos 27 e 28 do Regulamento;
<u>Disponibilidades:</u>	é o somatório dos recursos (i) mantidos em moeda corrente nacional e (ii) recebidos pelo Fundo decorrentes (a) da integralização de Quotas; e (b) do recebimento de valores de principal, juros e outros valores relativos aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros;
<u>Documentos Comprobatórios:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 16 do Regulamento;
<u>Documentos da Operação:</u>	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contrato de Cessão e respectivos Termos de Cessão, Regulamento, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Cobrança e Contrato de Depósito;
<u>Encargos do Fundo:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 63 do Regulamento;
<u>Eventos de Avaliação:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 59 do Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 61 do Regulamento;

<u>Excesso de Spread:</u>	é a diferença entre a taxa de remuneração média atualizada, ponderada por volume dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, e o passivo exposto relativo ao Patrimônio Líquido de todas as Quotas Seniores, Quotas Mezanino e Quotas Júnior, o qual é ponderado pela Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores multiplicada pelo valor total das Quotas Seniores somado à (i) Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Mezanino multiplicada pelo valor total das Quotas Mezanino e (ii) Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Júnior multiplicada pelo valor total das Quotas Júnior, subtraídas as despesas anuais estimadas do Fundo, a ser apurada pelo Custodiante em cada Data de Verificação;
<u>FGC:</u>	significa o Fundo Garantidor de Crédito;
<u>Financiados:</u>	são os clientes do Cedente, residentes e domiciliados no Brasil, que com ele celebram os Contratos de Financiamento de Veículo;
<u>Fundo:</u>	é o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa Premium Veículos I;
<u>Gestora:</u>	é o Coordenador Líder;
<u>Governo Federal:</u>	é o Governo da República Federativa do Brasil;
<u>Instituições Autorizadas:</u>	são as instituições financeiras de primeira linha, com classificação de risco (rating) igual ou superior a BrAA-, emitida pela Standard & Poor's, ou classificação de risco (rating) equivalente, emitida pela Moody's ou pela Fitch;
<u>Instrução CVM 356:</u>	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, e alterações posteriores;
<u>Instrução CVM 400:</u>	é a Instrução nº 400 da CVM, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores;
<u>Instrução CVM 489:</u>	é a Instrução nº 489 da CVM, de 14 de janeiro de 2011, e alteração posterior;
<u>Investidores Qualificados:</u>	são todos os investidores autorizados a investir em fundos de investimento em direitos creditórios, inclusive outros fundos de investimento, nos termos da Instrução nº 409, da CVM, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada;
<u>IPCA:</u>	é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE;



<u>Média Móvel:</u>	é a média dos índices de inadimplência da Carteira do Fundo nos períodos estabelecidos no Artigo 59, item “g” do Regulamento. Independente que quaisquer alterações na Data de Verificação e/ou nos Critérios de Elegibilidade, a média móvel permanecerá inalterada;
<u>Meta de Rentabilidade Prioritária:</u>	é a meta de remuneração de cada série de Quotas Seniores e de cada classe de Quotas Mezanino estabelecidas nos respectivos Suplementos;
<u>Motocicletas:</u>	são as motos das marcas individualizadas na política de concessão de crédito, constante do Anexo VI do Regulamento;
<u>Obrigações do Fundo:</u>	são todas as Obrigações do Fundo previstas no Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Quotas;
<u>Oferta:</u>	é a Distribuição Pública da 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo;
<u>Partes Relacionadas:</u>	são (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa;
<u>Patrimônio Líquido:</u>	significa o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado na forma do Capítulo XXIV do Regulamento;
<u>Percentual de Provisão:</u>	é o percentual de provisionamento a ser aplicado sobre os Direitos de Crédito adquirido vencidos e não pagos, nos termos do Artigo 78 do Regulamento;
<u>Periódico:</u>	é o jornal DCI – Comércio, Indústria & Serviços;
<u>Pessoas Vinculadas:</u>	são os investidores que sejam (a) controladores ou pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico do Administrador ou da Gestora; (b) controladores ou administradores do Coordenador Líder; e (c) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como, os cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (a), (b) ou (c).
<u>PIS:</u>	é a Contribuição ao Programa de Integração Social;
<u>Plano Contábil:</u>	é o Plano Contábil dos Fundos de Investimento - COFI, conforme a Instrução CVM 489, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;

<u>Política de Cobrança:</u>	é a Política de Cobrança adotada pelo Fundo em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito;
<u>Prazo de Distribuição:</u>	é o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data de publicação do anúncio de início relativo à Oferta, em que as Quotas Seniores serão distribuídas;
<u>Prospecto:</u>	é este prospecto, preparado nos termos da Instrução CVM 356 e da Instrução CVM 400;
<u>Quotas:</u>	são as Quotas Seniores, as Quotas Mezanino e as Quotas Júnior consideradas em conjunto;
<u>Quotas Júnior:</u>	são as quotas subordinadas júnior emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotas Mezanino:</u>	são as quotas subordinadas mezanino emitidas pelo Fundo em uma ou mais classes;
<u>Quotas Seniores:</u>	são as quotas de classe seniores, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
<u>Quotas Seniores do Lote Adicional:</u>	são as 24.000 (vinte e quatro mil) Quotas Seniores do lote adicional emitidas diante do excesso de demanda pelas Quotas Seniores no âmbito da Oferta, nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400;
<u>Quotas Seniores do Lote Suplementar:</u>	são as 18.000 (dezoito mil) Quotas Seniores do lote suplementar emitidas diante do excesso de demanda pelas Quotas Seniores no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400;
<u>Quotas Seniores em Circulação:</u>	é a totalidade das Quotas Seniores emitidas, excetuadas as Quotas Seniores resgatadas ou as que se encontrem em tesouraria, bem como aquelas que sejam pertencentes ao Cedente, suas controladas ou coligadas, seus controladores ou seus conselheiros e diretores;
<u>Quotas Subordinadas:</u>	são as Quotas Mezanino e as Quotas Júnior consideradas em conjunto;
<u>Quotistas:</u>	são os titulares das Quotas;
<u>Quotistas Júnior:</u>	são os titulares das Quotas Júnior;
<u>Quotistas Seniores:</u>	são os titulares das Quotas Seniores;
<u>Razão de Garantia das Quotas Seniores:</u>	é a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor total das Quotas Seniores e o valor do Patrimônio Líquido, observado o disposto no Artigo 57 do Regulamento;
<u>Razão de Garantia das Quotas Mezanino:</u>	é a relação, expressa em valores percentuais, entre a somatória do valor total das Quotas Seniores e do valor total das Quotas Mezanino e o valor do Patrimônio Líquido, observado o disposto no Artigo 57 do Regulamento;

<u>Razões de Garantia</u>	são a Razão de Garantia das Quotas Seniores e a Razão de Garantia das Quotas Mezanino consideradas em conjunto;
<u>Regulamento:</u>	é o Regulamento do Fundo;
<u>Reserva de Liquidez:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 52 do Regulamento;
<u>Resolução CMN 2.907:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
<u>Resolução CMN 3.792:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.792, de 24 de setembro de 2009;
<u>Resolução CMN 3.998:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.998, de 28 de julho de 2011;
<u>SELIC:</u>	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
<u>Suplemento de Quotas Seniores</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 1º, do Artigo 36, do Regulamento;
<u>Suplemento de Quotas Mezanino</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 2º, do Artigo 37, do Regulamento;
<u>Suplementos:</u>	são o Suplemento de Quotas Seniores e o Suplemento de Quotas Mezanino considerados em conjunto;
<u>Taxa de Administração:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 6º do Regulamento;
<u>Taxa de Gestão:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 6º do Regulamento;
<u>Taxa DI:</u>	<p>são as taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;</p> <p>No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Quotas Seniores, quando das distribuições de rendimentos posteriores;</p> <p>Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Administrador, mediante aviso aos Quotistas, deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para definir a nova taxa substituta. Até a deliberação da nova taxa substituta, será utilizada como Taxa DI a última Taxa DI conhecida antes da ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou imposição legal da Taxa DI, conforme o caso;</p>

<u>Taxa Mínima de Cessão:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 1º do Artigo 28, do Regulamento;
<u>TED:</u>	significa Transferência Eletrônica Disponível;
<u>Termo de Adesão:</u>	é o documento por meio do qual o Quotista declara estar ciente dos riscos envolvidos no investimento nas Quotas do Fundo e adere ao Regulamento;
<u>Termo de Cessão:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na alínea “g”, Parágrafo 4º, do Artigo 35, do Regulamento;
<u>Valor Unitário de Emissão:</u>	é o Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores de cada série, de cada classe de Quotas Mezanino, ou das Quotas Júnior, na respectiva Data de Emissão;
<u>Veículos Leves:</u>	são os automóveis e utilitários; e
<u>Veículos Pesados:</u>	são os caminhões e ônibus.

**IDENTIFICAÇÃO DO ADMINISTRADOR, DO COORDENADOR LÍDER E DOS  
DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO**

<b>Administrador</b>	<b>Coordenador Líder e Gestora</b>
<b>BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.</b> At.: Sr. Castoamor Simões Cidade de Deus, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar CEP: 06029-900 Osasco - SP Telefone: (11) 3684-4522 Fac-símile: (11) 3684-5645 E-mail: bemdtvm@bradesco.com.br Internet: www.bradescocustodia.com.br	<b>Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities</b> At.: Srs. Antonio Joel Rosa e Ricardo Augusto Leão Martins Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar CEP: 01009-905 São Paulo – SP Telefone: (11) 3292-1400 Fac-símile: (11) 3241-3831 E-mail: joelrosa@concordia.com.br e rmartins@concordia.com.br Internet: www.concordia.com.br
<b>Cedente</b>	<b>Consultor Legal</b>
<b>Banco Ficsa S.A.</b> At.: Sr. José Carlos Miguel Rua Boa Vista nº 280, 5º e 6º andares CEP: 01014-000 São Paulo, SP Telefone: (11) 3343-7072 Fac-símile: (11) 3343-7107 E-mail: fidc@ficsa.com.br Internet: www.ficsa.com.br	<b>Souza, Cescon, Barriau e Flesch Advogados</b> At: Sr. Eduardo Herszkowicz Rua Funchal, 418, 11º andar São Paulo – SP Telefone: (11) 3089-6181 Fac-símile: (11) 3089-6565 E-mail: eduardo@scbf.com.br Internet : www.scbf.com.br
<b>Agência de Classificação de Risco</b>	<b>Auditor Independente</b>
<b>Standard &amp; Poor's, uma divisão da McGraw-Hill Companies</b> At.: Sr. Leandro Albuquerque Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18 andar São Paulo – SP Telefone: (11) 3039-9700 Fac-símile: (11) 3039-9701 E-mail: leandro_albuquerque@standardandpoors.com Internet: www.standardandpoors.com	<b>KPMG Auditores Independentes</b> At.: Sr. Pedro Zago Rua Dr. Renato Pares de Barros, nº 33 Telefone: (11) 2183.3000 Fac-símile: (11) 2183.3001 E-mail: PZago@kpmg.com.br Internet: www.kpmg.com.br
<b>Custodiante</b>	
<b>Banco Bradesco S.A.</b> At.: Sr. Márcio Rogério de Lima Rocha Cidade de Deus, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar CEP: 06029-900 Osasco - SP Telefone: (11) 3684-4522 Fac-símile: (11) 3684-5645 E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br Internet: www.bradescocustodia.com.br	

## **DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR DO FUNDO E DO COORDENADOR LÍDER DA OFERTA**

A BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na pessoa de seu diretor, Sr. André Bernardino da Cruz Filho, na condição de Administrador do Fundo e o Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, na pessoa de seu diretor, Sr. Antonio Joel Rosa, na condição de Coordenador Líder da Oferta, declaram que:

- (i) são responsáveis pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta;
- (ii) que o Prospecto da Oferta contém as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das características das Quotas, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira e riscos inerentes às suas atividades, bem como quaisquer outras informações relevantes, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes;
- (iii) que as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) que as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o Prospecto são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

## CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

*Este sumário não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento no Fundo. Este Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção “FATORES DE RISCO”, bem como o Regulamento do Fundo, constante do Anexo I a este Prospecto.*

<b>Emissor:</b>	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa Premium Veículos I, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM 356, da Resolução CMN 2.907 e do seu Regulamento.
<b>Tipo de Fundo e classificação ANBIMA:</b>	<p>O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado.</p> <p>Para os fins do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimentos”, o Fundo é classificado como “FIDC Financeiro” com o atributo foco de atuação “FIDC Financiamento de Veículos”.</p>
<b>Direitos de Crédito:</b>	<p>O Cedente realiza operações de financiamento de veículos novos e/ou usados (Motocicletas, Veículos Leves e Veículos Pesados) com os Financiados que sejam devidamente amparados por documentação fiscal hábil (CRV), garantidos por alienação fiduciária do veículo financiado.</p> <p>Os Direitos de Crédito são representados por cédulas de crédito bancário emitidas pelos Financiados (em conjunto com seus respectivos anexos, seguros, garantias e outros instrumentos vinculados, “Contratos de Financiamento”), sendo que cada parcela devida sob a cédula de crédito bancário será considerada individualmente um direito de crédito. Os Direitos de Crédito são, necessariamente, performados, ou seja, independem de evento futuro para sua existência, liquidação e cobrança.</p>
<b>Quantidade de Quotas Seniores da 1ª Série:</b>	120.000 (cento e vinte mil) Quotas Seniores da 1ª Série.
<b>Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores:</b>	R\$1.000,00 (hum mil reais).
<b>Montante da Oferta:</b>	R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais).
<b>Valores mínimos e máximos para aplicação inicial e para aplicação subsequente:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valor mínimo de aplicação inicial no Fundo: R\$100.000,00 (cem mil reais).</li> <li>- Valor mínimo de aplicação subsequente no Fundo: não há.</li> <li>- Valor máximo de aplicação no Fundo: não há.</li> </ul>

<b>Quantidade Mínima de Quotas Seniores a serem colocadas:</b>	Será admitida a distribuição parcial das Quotas Seniores, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição da quantidade mínima de 40.000 (quarenta mil) Quotas Seniores, perfazendo o montante total de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).
<b>Quotas Seniores do Lote Suplementar:</b>	O Coordenador Líder poderá, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, distribuir um lote suplementar de Quotas Seniores, limitado a 15% (quinze por cento) da quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores do Lote Adicional), ou seja, de até 18.000 (dezoito mil) Quotas Seniores.
<b>Quotas Seniores do Lote Adicional:</b>	Havendo excesso de demanda pelas Quotas Seniores, o Administrador poderá fazer uso da faculdade prevista no parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400 e distribuir um volume adicional de até 20% (vinte por cento) da quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores do Lote Suplementar), ou seja, de até 24.000 (vinte e quatro mil) Quotas Seniores, sem a necessidade de aprovação em Assembléia Geral ou registro perante a CVM.
<b>Data de Emissão:</b>	É a data da primeira integralização de Quotas Seniores da 1ª Série.
<b>Prazo de duração do Fundo:</b>	O prazo do Fundo é indeterminado.
<b>Amortização das Quotas Seniores da 1ª Série:</b>	A partir do 13º mês contado da Data de Emissão serão realizadas 42 (quarenta e duas) amortizações mensais e consecutivas. As Amortizações Programadas terão seu valor calculado com base no valor da Quota Sênior no último Dia Útil anterior à respectiva data de amortização, nos termos do Artigo 43 do Regulamento. As Amortizações Programadas das Quotas Seniores da 1ª Série serão realizadas no dia 10 (dez) dos respectivos meses de amortização ou, caso não seja um dia útil, no Dia Útil subsequente. Para maiores informações sobre as Amortizações Programadas das Quotas Seniores da 1ª Série, vide seção “Amortizações Programadas” deste Prospecto.
<b>Data de Resgate das Quotas Seniores da 1ª Série:</b>	É a data que coincidir com o término do prazo de 54 (cinquenta e quatro) meses a contar da Data de Emissão.
<b>Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores da 1ª Série:</b>	Possui um <i>benchmark</i> de rentabilidade correspondente a 122% (cento e vinte e dois por cento) da Taxa DI.
<b>Classificação de Risco das Quotas Seniores da 1ª Série:</b>	“brAAA (sf)”.
<b>Prazo de Distribuição das Quotas Seniores:</b>	180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data de publicação do anúncio de início de Distribuição.



<b>Procedimento de Distribuição das Quotas Seniores:</b>	O Coordenador Líder, sob regime de melhores esforços realizará a distribuição pública das Quotas Seniores. Para maiores informações sobre o procedimento de distribuição das Quotas Seniores, vide seção “Procedimento de Distribuição das Quotas Seniores” deste Prospecto.
<b>Negociação:</b>	As Quotas Seniores serão registradas para negociação na CETIP (para distribuição primária, as Quotas serão registradas para negociação na CETIP no Módulo de Distribuição de Cotas e, para negociação no mercado secundário, no SF – Módulo de Fundos), a critério do Administrador, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados e que tiveram acesso ao Regulamento do Fundo e assinaram o Termo de Adesão.
<b>Forma de Subscrição e Integralização:</b>	No ato de subscrição das Quotas Seniores, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição, que também será assinado pelo Administrador; (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas na forma prevista no boletim de subscrição e no anúncio de início da respectiva série, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento; e (iii) indicará um representante responsável e seu respectivo endereço físico para correspondências e endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações enviadas pelo Administrador nos termos do Regulamento.
<b>Aplicação dos Recursos pelo Fundo:</b>	Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão utilizados pelo Fundo na aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.
<b>Público Alvo:</b>	Investidores Qualificados.
<b>Maiores Informações:</b>	<p>Para maiores informações a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à sede do Administrador ou à sede do Coordenador Líder, nos endereços indicados abaixo:</p> <p><b>BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.</b>  Cidade de Deus, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar  CEP: 06029-900  Osasco - SP  <a href="http://www.bradescocustodia.com.br/Web_Pages/Manual/Informacoes.aspx">http://www.bradescocustodia.com.br/Web_Pages/Manual/Informacoes.aspx</a></p> <p><b>CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES</b>  Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar  CEP: 01009-905  São Paulo – SP  <a href="http://www.concordia.com.br/downloads/investimentos/fidcs/ficsa-premium-veiculos/Prospecto.pdf">http://www.concordia.com.br/downloads/investimentos/fidcs/ficsa-premium-veiculos/Prospecto.pdf</a></p>

	<p><b>COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM</b>  Rua Sete de Setembro, nº 111  Rio de Janeiro - RJ  ou  Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares  São Paulo - SP  <a href="http://www.cvm.gov.br">www.cvm.gov.br</a></p> <p><b>CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS</b>  Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 1º andar, Jardim Paulistano  CEP 01452-001  São Paulo – SP  ou  Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar  Rio de Janeiro - RJ  <a href="http://www.cetip.com.br">www.cetip.com.br</a></p>
--	---

## **DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES**

### *Relação entre o Administrador e o Custodiante*

O Administrador e o Custodiante são instituições integrantes do mesmo grupo econômico. Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, o Administrador e o Custodiante mantêm suas atividades de maneira independente e segregada umas das outras, de forma a garantir transparência, independência e segurança na gestão de recursos de seus clientes.

### *Relação entre o Administrador e a Gestora*

Na data deste Prospecto, o Administrador e a Gestora não mantinham nenhum relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto e do relacionamento existente em razão de a Gestora ter sido contratada para prestar serviços de gestão em outros fundos de investimento também administrados pelo Administrador.

### *Relação entre o Administrador e o Auditor Independente*

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Auditor Independente não mantinham nenhum relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto e do relacionamento existente em razão de o Auditor Independente ter sido contratada para prestar serviços de auditoria em outros fundos de investimento também administrado pelo Administrador.

### *Relação entre o Administrador e a Agência de Classificação de Risco*

Na data deste Prospecto, o Administrador e a Agência de Classificação de Risco não mantinham nenhum relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto e do relacionamento existente em razão de a Agência de Classificação de Risco ter sido contratada para prestar serviços de classificação de risco em outros fundos de investimento também administrados pelo Administrador.

### *Relação entre o Administrador e o Cedente*

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Cedente não mantinham nenhum relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto e do relacionamento existente em razão de o Cedente ser o cedente de direitos de crédito em outros fundos de investimento também administrados pelo Administrador.

## **CONFLITO DE INTERESSES**

Não há conflito de interesses entre as partes envolvidas nos processos de originação, distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo.

## PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES

*Observadas as disposições da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder deverá realizar a distribuição pública das Quotas Seniores, conforme plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, fixado nos seguintes termos:*

### **MONTANTE TOTAL DA OFERTA E REGIME DE DISTRIBUIÇÃO**

Sem prejuízo da possibilidade de emissão de Quotas Seniores do Lote Adicional e de Quotas Seniores do Lote Suplementar, que pode importar em uma emissão de mais 42.000 (quarenta e duas mil) Quotas Seniores, na forma prevista neste Prospecto, o Fundo está realizando inicialmente uma oferta para distribuição pública de até 120.000 (cento e vinte mil) Quotas Seniores da 1ª Série, todas com Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (hum mil reais) na Data de Emissão, perfazendo o montante total de até R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais). O Coordenador Líder realizará a distribuição pública das Quotas Seniores do Fundo via CETIP e sob o regime de melhores esforços de colocação.

As Quotas Seniores do Lote Adicional e as Quotas Seniores do Lote Suplementar, se houver, serão distribuídas pelo Coordenador Líder em regime de melhores esforços, não existindo lotes mínimos ou máximos de investimento.

O Coordenador Líder se compromete a emendar seus melhores esforços para a colocação integral das Quotas Seniores da 1ª Série junto a Investidores Qualificados. No entanto, não há garantia de que as Quotas Seniores sejam integralmente colocadas até o final do Prazo de Distribuição.

Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja constatado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada, não será permitida a participação de Pessoas Vinculadas.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder realizará a Oferta conforme o plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes do Coordenador Líder, e (iii) que os representantes de venda do Coordenador Líder recebam previamente exemplares do Prospecto para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelo Coordenador Líder. O plano de distribuição foi fixado nos seguintes termos:

- (i) os documentos de suporte às apresentações para potenciais investidores eventualmente utilizados serão encaminhados à CVM previamente à sua utilização, nos termos do parágrafo 5º do artigo 50 da Instrução CVM 400;
- (ii) não existiram reservas antecipadas ou fixação de lotes mínimos ou máximos; e
- (iii) o público alvo da Oferta será composto por Investidores Qualificados.

### **INÍCIO E ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS**

A colocação e subscrição das Quotas Seniores somente terá início após: (i) o registro da Oferta na CVM; (ii) a publicação do anúncio de início; e (iii) a divulgação deste Prospecto da Oferta aos investidores.

As Quotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data de publicação do anúncio de início relativo à Oferta (“Prazo de Distribuição”). A distribuição das Quotas Seniores será encerrada ao final do Prazo de Distribuição, quando se dará a publicação do anúncio de encerramento. O prazo de colocação poderá ser prorrogado, mediante aprovação da CVM, nos termos do artigo 9º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 356.

## NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

As Quotas Seniores serão registradas para negociação na CETIP (para distribuição primária, as Quotas serão registradas para negociação na CETIP no Módulo de Distribuição de Cotas e, para negociação no mercado secundário, no SF – Módulo de Fundos), a critério do Administrador, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados e que tiveram acesso ao Regulamento do Fundo e assinaram o Termo de Adesão.

Na hipótese de negociação de Quotas, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo somente após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

## DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO

Os custos de distribuição das Quotas, referentes à comissão de colocação, custo de classificação de risco, assessores legais e despesas com publicações e divulgação da Oferta, dentre outros, serão de exclusiva responsabilidade do Fundo.

A tabela a seguir demonstra os custos estimados da distribuição das Quotas Seniores a serem suportados pelo Fundo:

<b>Custos da Distribuição</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>% em relação ao valor Total da Oferta</b>
Taxa de registro na CVM	82.870,00	0,05%
Taxa de registro na ANBIMA	10.000,00	0,01%
Taxa de registro na CETIP	10.000,00	0,01%
Assessoria Jurídica	100.000,00	0,06%
Custos de Classificação de Risco	50.000,00	0,03%
Custos com Cartório	20.000,00	0,01%
Despesas com Publicidade	50.000,00	0,03%
Comissão de Distribuição* **	3.240.000,00	2,00%
<b>Total</b>	<b>5.562.870,00</b>	<b>2,20%</b>

\* Nos termos do Contrato de Distribuição, o Coordenador Líder fará jus a uma remuneração fixa equivalente a 2,00% (dois por cento) sobre o volume de emissão das Quotas Seniores efetivamente subscrito por investidores, exceção feita aos casos em que a subscrição de Quotas Seniores ocorra por investidores com relacionamento comercial com o Cedente ("Investidores Ficsa"), ocasião em que o Coordenador Líder fará jus a uma remuneração fixa equivalente a 0,3% (três décimos por cento) sobre o respectivo montante subscrito pelos Investidores Ficsa.

\*\* Considerando a colocação integral das Quotas Seniores, incluindo a colocação das Quotas Seniores do Lote Adicional e das Quotas Seniores do Lote Suplementar

## CRONOGRAMA DA OFERTA

A Oferta terá o seguinte cronograma tentativo:

<b>Evento</b>	<b>Data Estimada<sup>(1)</sup></b>
Protocolo dos documentos na CVM	09 de outubro de 2011
Obtenção do registro da Oferta	31 de outubro de 2011
Disponibilização do Prospecto	1º de novembro de 2011
Publicação do anúncio de início	02 de novembro de 2011
Publicação do anúncio de encerramento	27 de abril de 2012

<sup>(1)</sup> As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações, atrasos e/ou adiamentos, sem aviso prévio, a critério do Administrador.

## **DISTRIBUIÇÃO PARCIAL**

Será admitida a distribuição parcial das Quotas Seniores desta Oferta, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição da quantidade mínima de 40.000 (quarenta mil) Quotas Seniores da 1ª Série, perfazendo o montante total de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).

Caso ocorra a distribuição parcial aqui referida, as Quotas Seniores que não forem efetivamente subscritas e integralizadas no Prazo de Distribuição serão canceladas pelo Administrador.

Não sendo realizada a distribuição da quantidade mínima de Quotas Seniores estabelecida acima, a Oferta será imediatamente cancelada pelo Administrador, que deverá comunicar imediatamente os investidores sobre o cancelamento da Oferta, mediante publicação de aviso no Periódico. Nesse caso, os valores até então integralizados pelos Quotistas serão devolvidos pelo Administrador, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação do aviso, sem nenhum acréscimo ou correção.

## **MODIFICAÇÃO DA OFERTA**

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, que acarrete aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores. Em caso de revogação da Oferta os atos de aceitação anteriores ou posteriores tornar-se-ão sem efeito, sendo que os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pelo Administrador sem juros ou correção monetária, no prazo de 3 (três) Dias Úteis, contados da referida comunicação.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do anúncio de início. O Administrador deverá acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Tendo sido deferida a modificação da Oferta, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta, o Administrador comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação do Administrador. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio do investidor.

Em caso de desistência da aceitação da Oferta pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pelo Administrador sem juros ou correção monetária, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da referida comunicação.

## **CARACTERÍSTICAS DO FUNDO**

*As informações contidas nesta seção foram retiradas do Regulamento, que é um documento anexo ao presente Prospecto. Recomenda-se ao potencial investidor a leitura cuidadosa do Regulamento antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo.*

### **O FUNDO**

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas somente poderão ser resgatadas: (i) na Data de Resgate de cada série ou classe de Quotas; (ii) por deliberação especial da Assembléia Geral; (iii) ou em virtude de sua liquidação antecipada.

O prazo de duração do Fundo é indeterminado.

O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral, observado o previsto nos Capítulos XX e XXII do Regulamento.

A última versão do Regulamento do Fundo foi registrada no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Osasco, em 06 de outubro de 2011, sob o nº 253.864.

O Fundo caracteriza-se por ser “mono-cedente” e “multi-sacado”, ou seja, é um Fundo voltado à aquisição de Direitos de Crédito cedidos pelo Cedente originados de diferentes devedores, desde que tais Direitos de Crédito sejam decorrentes de operações de financiamento de veículos novos e/ou usados (Motocicletas, Veículos Leves e Veículos Pesados) que sejam devidamente amparados por documentação fiscal hábil (CRV), garantidas por alienação fiduciária do próprio veículo financiado, celebradas pelo Cedente. Os Direitos de Crédito só são adquiridos pelo Fundo após confirmação da Gestora.

Os Direitos de Crédito são representados por cédulas de crédito bancário emitidas pelos Financiados, sendo que cada parcela devida no âmbito da cédula de crédito bancário será considerada, individualmente, um Direito de Crédito.

As cédulas de crédito bancário emitidas pelos Financiados, em conjunto com seus respectivos anexos, seguros, garantias e outros instrumentos vinculados, são doravante denominados “Contratos de Financiamento de Veículo”.

Para maiores informações, vide seção “Política de Investimento e Composição da Carteira” deste Prospecto.

Todos os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo não contam com co-obrigação do Cedente, independente da qualidade do sacado.

### **BASE LEGAL**

O Fundo tem como base legal a Resolução CMN 2.907 e a Instrução CVM 356.

### **PÚBLICO ALVO**

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados, conforme a legislação da CVM em vigor.

### **APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos provenientes da presente Oferta serão utilizados, pelo Fundo, prioritariamente, para a aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.

O objetivo da presente captação é assegurar que o crescimento do Fundo ocorra sem aumento de risco da Carteira.

#### **OBJETIVO DE INVESTIMENTO**

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido na aquisição de: (i) Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade e às Condições Adicionais estabelecidas no Capítulo VIII do Regulamento, e (ii) Ativos Financeiros, observados todos os critérios de composição e diversificação da Carteira do Fundo estabelecidos no Regulamento.

Cada série de Quotas Seniores e cada classe de Quotas Mezanino do Fundo tem características específicas, inclusive com relação à meta de rentabilidade das Quotas, de acordo com as características da emissão, prazo de duração, condições de mercado, entre outros fatores.

#### **POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA**

Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos seus titulares, nos termos do Contrato de Cessão.

Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM, excetuando-se as aplicações do Fundo em quotas de fundos de investimento financeiro.

O Fundo poderá alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em operações em mercados de derivativos, somente realizadas na modalidade “com garantia” e exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

As operações com derivativos somente poderão ser realizadas em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

Todos os recursos devidos ao Fundo por conta da liquidação de operações com instrumentos derivativos deverão ser creditados na Conta do Fundo.

É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Decorridos 90 (noventa) dias do início das suas atividades, o Fundo deverá ter alocado no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito.

A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos Ativos Financeiros abaixo relacionados (“Ativos Financeiros”):

- (a) moeda corrente nacional;
- (b) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (c) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados no item (b) acima, contratadas com Instituições Autorizadas; e
- (d) quotas de fundo de investimento de renda fixa ou de fundo de investimento referenciado à Taxa DI, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente



nos ativos identificados nos itens (b) e (c) acima, bem como cujas políticas de investimento apenas admitam a realização de operações com derivativos para proteção das posições detidas à vista, até o limite destas, sendo vedado o investimento em fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Gestora.

O Fundo poderá aplicar até 20% (vinte por cento) de seu Patrimônio Líquido em um mesmo fundo de investimento, observado o parágrafo acima.

A Gestora será a responsável por observar os limites de composição e diversificação da Carteira do Fundo estabelecidos nesta seção.

O Fundo poderá realizar operações nas quais o Administrador e/ou a Gestora, seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controlados e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum atuem na condição de contraparte. Todas as informações relativas às operações referidas neste parágrafo serão objeto de registros analíticos segregados.

Os percentuais de composição e diversificação da Carteira do Fundo indicados nesta seção serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior.

As aplicações no Fundo não contam com garantia: (i) do Administrador; (ii) da Gestora; (iii) do Cedente; (iv) do Custodiante; (v) de qualquer mecanismo de seguro; ou (vi) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

#### **CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO**

Todo e qualquer Direito de Crédito oriundo de Contrato de Financiamento de Veículo a ser adquirido pelo Fundo deverá atender, cumulativamente, aos critérios de elegibilidade abaixo definidos (“Cré debates de Elegibilidade”):

- (a) ser vinculado a Financiador que não apresente, no momento da cessão, nenhuma dívida para com o Fundo, representada por um ou mais Direitos de Crédito;
- (b) ser vinculado a Financiador que não tenha apontamento no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF do BACEN ou não tenha protestos com valor total superior a R\$500,00 (quinhentos reais);
- (c) ter data de vencimento não anterior a 05 (cinco) Dias Úteis da data de cessão do Direito de Crédito ao Fundo nem posterior à Data de Resgate da última série de Quotas Seniores em Circulação;
- (d) observar, pro forma em relação a cada aquisição, os seguintes limites quanto ao valor total de Direitos de Crédito mantidos pelo Fundo em sua Carteira, relativos a cada segmento de veículos financiados:
  - (i) até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo para Direitos de Crédito oriundos de financiamento de Veículos Leves;
  - (ii) até 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo para Direitos de Crédito oriundos de financiamento de Motocicletas; e
  - (iii) até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo para Direitos de Crédito oriundos de financiamento de Veículos Pesados.
- (e) observar o limite máximo de R\$60.000,00 (sessenta mil reais) para cessão de Direitos de Crédito oriundos de financiamento de Veículos Leves, de Motocicletas e/ou de Veículos Pesados devidos ou de responsabilidade de um mesmo Financiador para o Fundo.

O enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade será verificado pelo Custodiante previamente a cada cessão, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, nos arquivos eletrônicos fornecidos pelo Cedente e nos dados relativos ao Fundo mantidos pelo Custodiante.

Adicionalmente aos Critérios de Elegibilidade, cada Direito de Crédito passível de aquisição pelo Fundo deve atender também às seguintes condições (“Condições Adicionais”):

- (a) ser vinculado a Contrato de Financiamento de Veículo cujos veículos dados em garantia possuam documentação hábil (CRV);
- (b) ser oriundo de Contrato de Financiamento de Veículo celebrado com Financiador que (i) tenha sido submetido à avaliação de crédito do Cedente, e (ii) tenha cadastro junto ao Cedente;
- (c) ser objeto de pagamento por carnê ou boleto bancário;
- (d) ser oriundo de Contrato de Financiamento de Veículo Leve, Veículo Pesado ou Motocicleta que esteja livre e desembaraçado de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, exceção feita aos ônus constituídos em garantia do Contrato de Financiamento;
- (e) ser garantido por alienação fiduciária de veículo com data de fabricação não superior a: (i) 10 (dez) anos, no caso de Motocicleta; e (ii) 25 (vinte e cinco) anos, no caso de Veículo Leve e/ou Veículo Pesado, sendo que a referida garantia deverá estar devidamente registrada no Sistema Nacional de Gravames (SNG) em favor do Cedente;
- (f) ser vinculado a Contrato de Financiamento de Veículo cujo valor do financiamento corresponda, individualmente, a no máximo 115% (cento e quinze por cento) do valor do veículo, sendo certo que a média dos valores de financiamento dos Contratos de Financiamento de Veículo adquiridos pelo Fundo não ultrapasse o percentual máximo de 90% (noventa por cento) do valor dos veículos, apurado conforme a política de concessão de crédito do Cedente vigente na data de celebração do respectivo Contrato de Financiamento de Veículo;
- (g) ser vinculado a Contrato de Financiamento de Veículo que apresente, na data da cessão do Direito de Crédito ao Fundo, no mínimo 01 (uma) parcela paga e cujo o Financiador esteja adimplente junto ao Cedente;
- (h) ser vinculado a Contrato de Financiamento de Veículo de, no máximo, 48 (quarenta e oito) meses;
- (i) ser vinculado a Contrato de Financiamento de Veículo que contemple pagamentos mensais de juros e principal por parte do Financiador, com taxa de juros pré-fixada;
- (j) apresentar prazo de vencimento não posterior à data de resgate da última série de Quotas Seniores em circulação; e
- (k) se enquadrar na política de concessão de crédito do Cedente, conforme definida no Regulamento.

Adicionalmente às Condições Adicionais estabelecidas acima, somente serão passíveis de aquisição pelo Fundo os Direitos de Crédito oriundos de Contratos de Financiamento de Veículo cuja aquisição propicie ao Fundo taxa mínima de retorno equivalente ao maior entre: (i) 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao mês; ou (ii) o equivalente a 55% (cinquenta e cinco por cento) da taxa média praticada pelo Cedente na concessão dos respectivos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo (“Taxa Mínima de Cessão”).

De acordo com os termos do Contrato de Cessão, caso o Fundo venha a adquirir Direitos de Crédito que não representem a totalidade dos Direitos de Crédito de um dado Contrato de Financiamento de Veículo, o Cedente deverá manter os demais Direitos de Crédito não adquiridos pelo Fundo em sua própria carteira, ficando impedido de ceder tais Direitos de Crédito a terceiros sem prévia e expressa autorização por escrito do Fundo.

A verificação quanto ao atendimento (i) das Condições Adicionais será feita pelo Cedente, previamente a cada cessão, sendo de sua responsabilidade confirmar ao Administrador, à Gestora e ao Custodiante que os Direitos de Crédito atendem às Condições Adicionais, conforme estabelecido no Contrato de Cessão; e (ii) da Taxa Mínima de Cessão será feita pelo Cedente, previamente a cada cessão, devendo ser validada pela Gestora e pelo Custodiante com base nos arquivos eletrônicos fornecidos pelo Cedente, bem como nos dados relativos ao Fundo mantidos pelo Custodiante.

O Fundo adquirirá Direitos de Crédito Elegíveis e todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, prerrogativas e ações, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Cedente ou coobrigação deste.

Em nenhuma hipótese, o Administrador, o Custodiante, a Gestora, qualquer de suas sociedades coligadas, controladas ou sociedades sob controle comum poderão adquirir qualquer Direito de Crédito de titularidade do Fundo.

Conforme estabelecido na Resolução CMN 3.998, as operações de cessão de Direitos de Crédito oriundos de Contratos de Financiamento de Veículo, nos termos da regulamentação em vigor, devem ser objeto de registro, pelo Cedente e pelo Fundo, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN.

Sem prejuízo do disposto nesta seção, o Cedente responde pela existência, certeza, exigibilidade e correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

#### **PATRIMÔNIO LÍQUIDO E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS**

O Patrimônio Líquido corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, apurados na forma desta seção, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões.

Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos de Crédito adquiridos e os Ativos Financeiros devem ser registrados no Fundo conforme segue:

Direitos de Crédito: serão registrados em cada Dia Útil pelo seu preço de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período; e

Ativos Financeiros: deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, conforme o disposto no manual de marcação a mercado do Custodiante, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo BACEN e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios.

A metodologia de avaliação dos Direitos de Crédito acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- (a) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo;
- (b) o Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado;
- (c) a intenção de se manterem os Direitos de Crédito na Carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento; e
- (d) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Qualificados.

Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de Direitos de Crédito, cujas características sejam semelhantes às dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados

pelo seu valor de mercado, conforme descrito no caput do Artigo 78 do Regulamento, e desde que o Administrador autorize, por escrito, a utilização do novo método de avaliação dos Direitos de Crédito.

São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de Direitos de Crédito:

- (a) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- (b) a existência de negociações com Direitos de Crédito em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.

Os Direitos de Crédito terão seu valor calculado, todo Dia Útil, de acordo com a taxa de juros respectiva, observado o disposto na Instrução CVM 489, assim como as provisões e as perdas com Direitos de Crédito ou com os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas nos termos da Instrução CVM 489.

Caso os valores vencidos e os juros incorridos e não pagos, acrescidos de multa relativos aos Direitos de Crédito, sejam, de alguma forma, recuperados após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referido, tais Direitos de Crédito serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo, e o Custodiante deverá então (i) reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso, registrando tal Direito de Crédito na forma do Artigo 77 do Regulamento e (ii) providenciar a reabilitação do devedor junto aos serviços de proteção ao crédito.

#### **DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO**

Constituem encargos do Fundo (“Encargos do Fundo”), além da Taxa de Administração e da Taxa de Gestão, as seguintes despesas:

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na legislação pertinente;
- (c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo, ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- (h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- (i) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco; e
- (j) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I, do artigo 31, da Instrução CVM 356.

As despesas não previstas acima como Encargos do Fundo devem correr por conta do Administrador.

## **TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E TAXA DE GESTÃO**

Pela administração do Fundo, o Administrador receberá, a título de taxa de administração, o montante anual equivalente a 0,40% (quatro décimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo (“Taxa de Administração”). Pela gestão do Fundo, a Gestora receberá, a título de taxa de gestão, o montante anual equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo (“Taxa de Gestão”).

A Taxa de Administração e a Taxa de Gestão serão calculadas e provisionadas diariamente, à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos) por Dia Útil, sobre o Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e serão pagas mensalmente ao Administrador e à Gestora, respectivamente, até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas, como despesas do Fundo.

O valor mínimo mensal da Taxa de Administração será de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), independentemente do valor do Patrimônio Líquido do Fundo.

O Administrador e a Gestora poderão estabelecer que parcelas da Taxa de Administração e/ou da Taxa de Gestão sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração e/ou da Taxa de Gestão.

O Fundo não cobrará taxa de performance.

## **ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS**

Diariamente, a partir da Data de Emissão de Quotas e até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, o Administrador se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) amortização das Quotas Seniores em Circulação, observados os termos e as condições estabelecidas no Regulamento e em cada série de Quotas Seniores emitida;
- (c) amortização das Quotas Mezanino, observados os termos e as condições estabelecidas no Regulamento e em cada classe de Quotas Mezanino emitidas;
- (d) constituição da Reserva de Amortização;
- (e) constituição e manutenção da Reserva de Liquidez;
- (f) aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito a serem originados pelo Cedente, em observância à política de investimento descrita no Regulamento e neste Prospecto; e
- (g) amortização das Quotas Júnior, observados os termos e as condições estabelecidos no Regulamento.

Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, os recursos decorrentes da integralização das Quotas, do recebimento dos Direitos de Crédito, e do recebimento dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) amortização das Quotas Seniores em Circulação, observados os termos e as condições estabelecidos no Regulamento e neste Prospecto;
- (c) amortização das Quotas Mezanino, observados os termos e as condições estabelecidos no Regulamento; e

- (d) amortização das Quotas Júnior, observados os termos e as condições estabelecidos no Regulamento.

#### **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

No que não conflitar com as disposições do Plano Contábil, aplicam-se ao Fundo os critérios contábeis de reconhecimento, classificação e mensuração dos ativos e passivos, assim como os de reconhecimento de receitas e apropriação de despesas, previstos nas normas contábeis emitidas pela CVM aplicáveis às companhias abertas, que tratam do reconhecimento e mensuração, da apresentação e da evidenciação de instrumentos financeiros.

As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pelo Auditor Independente. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- (a) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- (b) demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- (c) notas explicativas contendo informações julgadas, pelo Auditor Independente, como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano e se encerrará no dia 31 de janeiro de cada ano.

## CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS

### FORMA E ESPÉCIE

As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

As Quotas constituem frações ideais do patrimônio do Fundo e serão divididas em três classes, sendo uma classe de Quotas Seniores, uma de Quotas Mezanino e uma de Quotas Subordinadas.

### EMIÇÃO DE QUOTAS SENIORES

Observado o disposto no Artigo 64 do Regulamento, o Administrador, em nome do Fundo, poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores.

Cada emissão de séries de Quotas Seniores pelo Fundo deverá ser, necessariamente, precedida do preenchimento do suplemento da respectiva série, na forma do Anexo II ao Regulamento, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à série: (i) quantidade de Quotas Seniores, (ii) Valor Unitário de Emissão, (iii) Data de Emissão, (iv) Prazo de Carência e Amortização Programada, (v) Data de Resgate e (vi) Meta de Rentabilidade Prioritária da respectiva série de Quotas Seniores (“Suplemento de Quotas Seniores”).

As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (hum mil reais) na Data de Emissão de Quotas Seniores, sendo que as Quotas Seniores distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base no item (c) abaixo;
- (c) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 43 do Regulamento; e
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

As Quotas Seniores serão distribuídas de acordo com o disposto no respectivo Suplemento de Quotas Seniores, e não terão preferência entre elas para efeitos de amortização, valorização e resgate.

Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Quotas Seniores emitidas pelo Fundo.

### EMIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS

O Administrador, em nome do Fundo, poderá ainda emitir quotas subordinadas mezanino (“Quotas Mezanino”) e quotas subordinadas júnior (“Quotas Júnior” e, consideradas em conjunto com as Quotas Mezanino, as “Quotas Subordinadas”), com as características descritas nos parágrafos a seguir.

As Quotas Mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e têm prioridade em relação às Quotas Júnior para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto no Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação ou, caso o Fundo esteja adimplente com suas obrigações em relação aos titulares de Quotas Seniores, na respectiva Data de Resgate;
- (c) Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (hum mil reais) na Data de Emissão de Quotas Mezanino, sendo que as Quotas Mezanino distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base no item (d) abaixo;

- (d) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no caput do Artigo 44 do Regulamento; e
- (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Mezanino corresponderá 1 (um) voto.

Cada emissão de Quotas Mezanino pelo Fundo deverá ser, necessariamente, precedida do preenchimento do suplemento da respectiva classe, na forma do Anexo III ao Regulamento, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à classe: (i) quantidade de Quotas Mezanino, (ii) Valor Unitário de Emissão, (iii) Data de Emissão, (iv) Prazo de Carência e Amortização Programada, (v) Data de Resgate e (vi) Meta de Rentabilidade Prioritária da respectiva classe de Quotas Mezanino (“Suplemento de Quotas Mezanino” e, em conjunto com o Suplemento de Quotas Seniores, “Suplementos”).

As Quotas Mezanino de cada classe serão distribuídas de acordo com o disposto no respectivo Suplemento de Quotas Mezanino, e não terão preferência entre elas para efeitos de amortização, valorização e resgate.

Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Quotas Mezanino emitidas pelo Fundo.

As Quotas Júnior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Mezanino para efeito de amortização e/ou resgate, observado o disposto no Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito, exceto conforme o disposto no Capítulo XVI do regulamento;
- (c) Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (hum mil reais) na Data de Emissão de Quotas Júnior, sendo que as Quotas Júnior distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base no item (d) abaixo;
- (d) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Parágrafo Único do Artigo 44 do Regulamento; e
- (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Júnior corresponderá 1 (um) voto.

As Quotas Júnior serão subscritas privadamente, exclusivamente pelo Cedente.

Após o encerramento da primeira distribuição de Quotas Subordinadas, o Administrador poderá realizar novas distribuições de Quotas Subordinadas, em número indeterminado, conforme previsto no Regulamento.

As Quotas Júnior do Fundo poderão ser integralizadas pelo Cedente em dinheiro ou por meio da cessão de Direitos de Crédito. Quando da subscrição e integralização, pelo Cedente, de Quotas Júnior por meio da cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, devem ser observados todos os procedimentos de verificação dos Critérios de Elegibilidade e das Condições Adicionais de cessão definidos no Regulamento, bem como os demais procedimentos definidos no Contrato de Cessão, inclusive aqueles referentes ao envio das vias originais dos Termos de Cessão, devidamente assinadas.

A cessão dos Direitos de Crédito realizada como contrapartida pela subscrição e integralização de Quotas Júnior será considerada perfeita e acabada quando do lançamento, pelo Administrador, das respectivas Quotas Júnior na conta de depósito de titularidade do Cedente.

A subscrição e a integralização de Quotas Júnior pelo Cedente, em moeda corrente nacional ou por meio de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, conforme o caso, será realizada sempre pelo valor das Quotas Júnior apurado nos termos do Parágrafo Único do Artigo 44 do Regulamento.

As Quotas Seniores e as Quotas Mezanino serão passíveis de negociação nos termos do Capítulo XVII do Regulamento.



As Quotas Júnior não poderão ser negociadas pelo Cedente.

### **EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS**

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 43 e 44 do Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (isto é, valor da Quota para o Dia Útil em questão), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Custodiante, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista. Os Investidores Qualificados poderão efetuar aplicações de recursos no Fundo diretamente com o Administrador, observado o disposto no parágrafo acima e as normas e regulamentos aplicáveis.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento, e indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pelo Administrador nos termos do Regulamento.

No ato de subscrição de Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pelo Administrador), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas na forma prevista no boletim de subscrição, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento.

O extrato da conta de depósito emitido pelo Custodiante será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação do Administrador, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes do Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Não serão cobradas taxas de ingresso, performance ou de saída pelo Administrador.

A partir da Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação; ou (ii) o valor unitário de abertura da Quota Sênior em vigor no dia da integralização, amortização ou resgate, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para a série no respectivo Suplemento de Quotas Seniores.

Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores de cada série, definidos no parágrafo acima, têm como finalidade definir (i) o valor de integralização de Quotas Seniores de cada série durante o respectivo período de distribuição e (ii) qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores de cada série em questão na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte do Administrador, da Gestora, do Fundo, do Cedente ou do Custodiante.

Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no item (ii) do caput do Artigo 43 do Regulamento às Quotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da Carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas.

A partir da Data de Emissão de cada classe de Quotas Mezanino, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores em Circulação, dividido pelo número de Quotas Mezanino em circulação; ou (ii) o valor unitário de abertura da Quota Mezanino em vigor no dia da integralização, amortização ou resgate, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida no respectivo Suplemento de Quotas Mezanino.

A partir da Data de Emissão de Quotas Júnior, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao Patrimônio Líquido deduzido do valor das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino em Circulação na respectiva data de cálculo dividido pela quantidade de Quotas Júnior em circulação.

#### **AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS**

As Quotas Seniores de cada série e as Quotas Mezanino de cada classe serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate, observado o previsto no respectivo Suplemento e nesta seção.

Sem prejuízo do previsto no parágrafo abaixo, o Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores e de qualquer classe de Quotas Mezanino a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista nos Artigos 55 e 56 do Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha Disponibilidades para tanto, a Assembleia Geral poderá determinar alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores em Circulação, bem como de uma ou mais classes de Quotas Mezanino, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembleia Geral.

Quaisquer alterações nos direitos, vantagens e garantias, bem como nas Datas de Resgate, Amortizações Programadas e Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores de qualquer série e/ou das Quotas Mezanino de qualquer classe deverão observar os quoruns específicos estabelecidos no Capítulo XXII do Regulamento, além de serem aprovadas por Quotistas representando a maioria das Quotas da série ou classe afetada.

#### **RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E RESERVA DE LIQUIDEZ**

O Administrador, mediante recebimento de relatório elaborado pelo Custodiante, discriminando a disponibilidade dos recursos no Fundo, deverá constituir reserva para pagamento das amortizações das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino (“Reserva de Amortização”). Para tanto, o Administrador deverá interromper a aquisição de novos Direitos de Crédito, de modo que:

- (a) no período compreendido entre o 60º (sexagésimo) dia anterior a cada Data de Amortização de Quotas Seniores e o 31º (trigésimo primeiro) dia anterior a cada Data de Amortização de Quotas Seniores e de Quotas Mezanino, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização; e
- (b) no período compreendido entre o 30º (trigésimo) dia anterior a cada Data de Amortização de Quotas Seniores e de Quotas Mezanino e a data da efetiva amortização, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100% (cem por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização.

Uma vez constituída a Reserva de Amortização, o Administrador poderá adquirir novos Direitos de Crédito. Caso, uma vez constituída, a Reserva de Amortização deixe de atender ao disposto no parágrafo acima, o Administrador deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos de Crédito, com vistas à recomposição da Reserva de Amortização.

Quando da execução dos procedimentos definidos nesta seção, o Administrador deverá priorizar a aquisição de Ativos Financeiros cujas datas de vencimento ou de resgate ou sua liquidez de mercado permitam o pagamento tempestivo das amortizações, sempre observada a política de investimento definida no Regulamento.

Observada a ordem de alocação de recursos definida no Capítulo XVIII do Regulamento e a política de investimento constante do Capítulo VII do Regulamento, o Administrador envidará seus melhores esforços para constituir e manter uma reserva de caixa (“Reserva de Liquidez”), a fim de viabilizar os pagamentos dos Encargos do Fundo, cujo valor mínimo diário deverá ser apurado, de acordo com a seguinte fórmula:

$$RL = (1\% * PL) + D$$

Onde:

RL Reserva de Liquidez

PL Patrimônio Líquido do Fundo no Dia Útil imediatamente anterior à data de apuração da Reserva de Liquidez

D despesas e encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de 90 (noventa) dias contado da data de apuração da Reserva de Liquidez.

## AMORTIZAÇÕES PROGRAMADAS

### Quotas Seniores da 1ª Série

A partir do 13º mês contado da Data de Emissão serão realizadas 42 (quarenta e duas) amortizações mensais e consecutivas conforme cronograma estabelecido abaixo:

13º mês	14º mês	15º mês	16º mês	17º mês	18º mês	19º mês	20º mês	21º mês	22º mês	23º mês	24º mês
1/42	2/42	3/42	4/42	5/42	6/42	7/42	8/42	9/42	10/42	11/42	12/42

25º mês	26º mês	27º mês	28º mês	29º mês	30º mês	31º mês	32º mês	33º mês	34º mês	35º mês	36º mês
13/42	14/42	15/42	16/42	17/42	18/42	19/42	20/42	21/42	22/42	23/42	24/42

37º mês	38º mês	39º mês	40º mês	41º mês	42º mês	43º mês	44º mês	45º mês	46º mês	47º mês	48º mês
25/42	26/42	27/42	28/42	29/42	30/42	31/42	32/42	33/42	34/42	35/42	36/42

49º mês	50º mês	51º mês	52º mês	53º mês	54º mês
37/42	38/42	39/42	40/42	41/42	1

As Amortizações Programadas terão seu valor calculado com base no valor de abertura da Quota Sênior em vigor no dia da respectiva data de amortização, nos termos do Artigo 43 do Regulamento.

As Amortizações Programadas das Quotas Seniores da 1ª Série serão realizadas no dia 10 (dez) dos respectivos meses de amortização ou, caso não seja um dia útil, no Dia Útil subsequente.

## PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista nos Artigos 55 e 56 do Regulamento, o Administrador deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme o ArPAGtigo 43 do Regulamento, e (ii) aos titulares das Quotas Mezanino, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme o caput do Artigo 44 do Regulamento, e (iii) aos titulares das Quotas Júnior, na hipótese prevista no Artigo 58 do Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, nos montantes apurados conforme o Parágrafo Único do Artigo 44 do Regulamento.

O Administrador efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, sendo, no entanto, preferencialmente realizado no âmbito da CETIP. Além disso, deverão ser observados os limites, requisitos e condições previstas na Resolução CMN 3.792 e na Instrução CVM 356.

Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Custodiante, nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 62 do Regulamento, em Direitos de Crédito.

Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, o Administrador efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

#### **ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA**

Desde a Data de Emissão de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, o Administrador verificará, todo Dia Útil, se o Fundo mantém no máximo 60% (sessenta por cento) de seu Patrimônio Líquido representado por Quotas Seniores e no mínimo 40% (quarenta por cento) de seu Patrimônio Líquido representado por Quotas Subordinadas (“Razão de Garantia das Quotas Seniores”). Desde a Data de Emissão de Quotas Mezanino até a última Data de Resgate, o Administrador verificará, todo Dia Útil, se o Fundo mantém no máximo 75% (setenta e cinco por cento) de seu Patrimônio Líquido representado por Quotas Seniores e Quotas Mezanino consideradas em conjunto e no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de seu Patrimônio Líquido representado por Quotas Júnior (“Razão de Garantia das Quotas Mezanino” e, em conjunto com a Razão de Garantia das Quotas Seniores, “Razões de Garantia”).

Caso qualquer das Razões de Garantia seja inferior aos limites mínimos estabelecidos no parágrafo acima por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, serão adotados os seguintes procedimentos:

- (a) o Administrador, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do vencimento do prazo estabelecido acima, comunicará tal ocorrência ao Cedente, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrônico, em ambos os casos com aviso de recebimento, para realizar aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo às Razões de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Júnior; e
- (b) o Cedente deverá subscrever, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir do recebimento da comunicação prevista na alínea “a” deste parágrafo, tantas Quotas Júnior quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia que houver sido violada.

Caso o Cedente não realize o aporte adicional de recursos conforme a alínea (b) do parágrafo acima, o Administrador deverá adotar os procedimentos estabelecidos no Artigo 60 do Regulamento.

Decorrido o período de carência e após cada uma das Amortizações Programadas das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, na hipótese de (i) as Quotas Subordinadas representarem mais de 40% (quarenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo e (ii) as Quotas Júnior representarem mais de 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo (“Excesso de Cobertura”), o Administrador poderá realizar a amortização parcial das Quotas Júnior, até que se retorne aos limites de (a) 40% (quarenta por cento) do Patrimônio Líquido representado por Quotas Subordinadas e (b) 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido representado por Quotas Júnior, mediante solicitação dos Quotistas Júnior, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

- (a) a Reserva de Liquidez esteja devidamente constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos no Regulamento;
- (b) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente;

- (c) na data da amortização, os limites de concentração dispostos no Capítulo VII do Regulamento não tenham sido excedidos; e
- (d) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido adequadamente sanados.

Para fins do previsto no parágrafo acima, o Administrador deverá comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis, a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Júnior.

Os titulares das Quotas Júnior deverão comunicar ao Administrador, após o recebimento da comunicação prevista no parágrafo acima, o valor a ser amortizado com relação às Quotas Júnior, observado o disposto no caput do Artigo 58 do Regulamento.

O Administrador, observado o disposto no caput do Artigo 58 do Regulamento, deverá realizar a amortização parcial das Quotas Júnior no Dia Útil seguinte ao do recebimento da comunicação dos Quotistas Júnior prevista no Parágrafo 2º do Artigo 58 do Regulamento, com base no valor unitário da Quota Júnior do respectivo dia da amortização, sujeito à confirmação pelo Administrador da continuidade do Excesso de Cobertura.

## LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

### EVENTOS DE AVALIAÇÃO

São considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos (“Eventos de Avaliação”) a serem verificados pelo Administrador, conforme o caso:

- (a) na hipótese do Administrador ser informado e/ou tomar conhecimento que o Cedente iniciou processo de renegociação de dívidas, ou situação de endividamento que evidencie a iminência de que ocorra tal fato;
- (b) na hipótese do Administrador ser informado e/ou tomar conhecimento da ocorrência da concessão de qualquer medida liminar, antecipação de tutela, medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei Federal nº 8.397/92, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade do Cedente;
- (c) na hipótese do Administrador ser informado e/ou tomar conhecimento que o Cedente deixou de cumprir por três meses seguidos as disposições referentes aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do BACEN e do Conselho Monetário Nacional – CMN e deixou de comunicar ao Administrador tais ocorrências no mesmo período;
- (d) descumprimento pelo Cedente de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Regulamento e nos demais Documentos da Operação, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 4 (quatro) Dias Úteis contado do recebimento, pelo Cedente, de aviso, por escrito, enviado pelo Administrador, informando-o da ocorrência do respectivo evento;
- (e) caso as Razões de Garantia não sejam atendidas dentro do prazo estabelecido para o reenquadramento nos termos do Capítulo XIX do Regulamento;
- (f) rebaixamento em pelo menos 02 (dois) níveis da nota da classificação de risco de qualquer série de Quotas Seniores em Circulação (ou classe de Quotas Mezanino) em relação à nota da classificação de risco originalmente atribuída;
- (g) caso a inadimplência da Carteira seja em índice superior a:
  - (i) 35% (trinta e cinco por cento), calculado, em cada Data de Verificação, sobre o total de Direitos de Crédito vencidos e não liquidados entre 1 (um) e 21 (vinte e um) Dias Úteis em relação a todos os Direitos de Crédito que tenham vencido no correspondente período, considerada, ainda, a Média Móvel dos últimos 63 (sessenta e três) Dias Úteis;
  - (ii) 30% (trinta por cento), calculado, em cada Data de Verificação, sobre o total de Direitos de Crédito vencidos e não liquidados entre 22 (vinte e dois) e 42 (quarenta e dois) Dias Úteis em relação a todos os Direitos de Crédito que tenham vencido no correspondente período, considerada, ainda, a Média Móvel dos últimos 63 (sessenta e três) Dias Úteis;
  - (iii) 28% (vinte e oito por cento), calculado, em cada Data de Verificação, sobre o total de Direitos de Crédito vencidos e não liquidados entre 43 (quarenta e três) e 63 (sessenta e três) Dias Úteis em relação a todos os Direitos de Crédito que tenham vencido no correspondente período, considerada, ainda, a Média Móvel dos últimos 63 (sessenta e três) Dias Úteis;
  - (iv) 25% (vinte e cinco por cento), calculado, em cada Data de Verificação, sobre o total de Direitos de Crédito vencidos e não liquidados entre 64 (sessenta e quatro) e 126 (cento e vinte e seis) Dias Úteis em relação a todos os Direitos de Crédito que tenham vencido no correspondente período, considerada, ainda, a Média Móvel dos últimos 63 (sessenta e três) Dias Úteis; e
  - (v) 20% (vinte por cento), calculado, em cada Data de Verificação, sobre o total de Direitos de Crédito vencidos e não liquidados acima de 127 (cento e vinte e sete) Dias Úteis em relação a

todos os Direitos de Crédito que tenham vencido no correspondente período, considerada, ainda, a Média Móvel dos últimos 63 (sessenta e três) Dias Úteis.

- (h) caso, na análise trimestral por amostragem elaborada pelo Auditor Independente (a) das garantias registradas junto ao SNG; (b) das Condições Adicionais; e (c) dos Documentos Comprobatórios, o Custodiante verifique que houve alteração, inexistência e/ou inexatidão, e que tais fatos representem percentual superior a 10% (dez por cento) do volume total da amostra selecionada para análise;
- (i) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Cessão, no Contrato de Custódia e no Contrato de Depósito, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado do recebimento da referida notificação;
- (j) não constituição da Reserva de Amortização ou caso os limites estabelecidos para a Reserva de Amortização não sejam atendidos pelo prazo de 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos;
- (k) não constituição da Reserva de Liquidez ou caso os limites estabelecidos para a Reserva de Liquidez não sejam atendidos pelo prazo de 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos;
- (l) inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, verificado pelo Custodiante ou por titulares de Quotas Seniores representando ao menos 5% (cinco por cento) das Quotas Seniores em Circulação, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (m) inobservância, pelo Cedente, de seus deveres e obrigações previstas nos respectivos contratos, desde que, se notificados pelo Custodiante ou pelo Administrador para sanarem ou justificarem o descumprimento, não o fizerem no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (n) aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade previstos no Regulamento;
- (o) renúncia do Administrador e/ou do Custodiante;
- (p) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- (q) ocorrência de extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação de quaisquer dos índices ou parâmetros estabelecidos nos termos do Regulamento e seus Suplementos para o cálculo do valor das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos ou a 15 (quinze) Dias Úteis alternados, durante um período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que ocorrer o evento;
- (r) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias, a rentabilidade e/ou as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores;
- (s) resilição, extinção ou término por qualquer motivo de qualquer dos seguintes contratos: Contrato de Cessão e respectivos Termos de Cessão, Contrato de Custódia, Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Cobrança e Contrato de Depósito;
- (t) não pagamento, em até 2 (dois) Dias Úteis, contados de cada Data de Amortização de Quotas Seniores, do valor integral da amortização de qualquer Quota Sênior;
- (u) amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;



- (v) caso a Agência de Classificação de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Quotas Seniores e às Quotas Mezanino por prazo igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) dias;
- (w) inobservância dos Critérios de Elegibilidade em relação aos percentuais de concentração máxima da carteira de Direitos de Crédito por Financiador e por tipo de veículo, estabelecidos no Capítulo VIII do Regulamento;
- (x) caso o Administrador verifique, em 3 (três) Datas de Verificação consecutivas, que o valor total de recompra pelo Cedente, relativos a Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, seja igual ou superior a 15% (quinze por cento) do valor total de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo;
- (y) caso, em 3 (três) Datas de Verificação alternadas ou 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas, em um período de 12 (doze) meses, não seja observado o limite mínimo de 1% a.a. (um por cento ao ano) de Excesso de Spread, calculado pelo Custodiante a cada Data de Verificação, como:

$$ES = TPA - TPP$$

onde:

“TPA” = a taxa ponderada do ativo, calculada com base nas taxas de remuneração dos ativos integrantes do Fundo. Consiste na variação de remuneração média anualizada, ponderada por volume, de todos os bens e direitos integrantes da Carteira do Fundo;

“TPP” = a taxa ponderada do passivo, calculada com base nas taxas de remuneração de todas as (i) séries de Quotas Seniores, (ii) classes de Quotas Mezanino e (iii) Quotas Júnior, neste caso, considerar 100% (cem por cento) da taxa Selic, conforme fórmula abaixo:

$$TPP = ((RPQs)*VQs) + ((RPQm)*VQm) + ((RQj)*VQj) + DF$$

“RPQs” = Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores

“VQs” = Valor das Quotas Seniores

“RPQm” = Rentabilidade Prioritária das Quotas Mezanino

“VQm” = Valor das Quotas Mezanino

“RQj” = Rentabilidade das Quotas Júnior

“VQj” = Valor das Quotas Júnior, 100% (cem por cento) da taxa Selic

“DF” = percentual obtido pela divisão das despesas previstas para os 12 (doze) meses subsequentes pelo Patrimônio Líquido do Fundo.

Sem prejuízo do disposto na alínea (y) acima, não será considerado como Evento de Avaliação o não atendimento do limite mínimo de Excesso de Spread durante os 3 (três) primeiros meses subsequentes à Data de Emissão.

Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, será convocada Assembleia Geral, nos termos do Capítulo XXII do Regulamento, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, podendo a Assembleia Geral deliberar que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo, independentemente da convocação de nova Assembleia Geral, nos termos do Parágrafo 2º, do Artigo 61 do Regulamento.

Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista no parágrafo anterior, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação antecipada do Fundo.

No momento de verificação de qualquer Evento de Avaliação, os procedimentos de aquisição de novos Direitos de Crédito deverão ser imediatamente interrompidos.



## EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

São considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (“Eventos de Liquidação”) quaisquer dos seguintes eventos a serem verificados pelo Administrador, conforme o caso:

- (a) na hipótese do Administrador ser informado e/ou tomar conhecimento que o Cedente, seu controlador, sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum ingressaram em regime de administração extrajudicial temporário – RAET, recuperação judicial, falência, bem como se o Cedente pleitear pedido de auto-falência ou sofrer processo de intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial, ou qualquer procedimento ou regime similar;
- (b) a ocorrência de eventos que prejudiquem ou impossibilitem as atividades do Fundo, assim entendidos aqueles que afetem substancialmente a origem e/ou a cessão de Direitos de Crédito em montante suficiente para assegurar os níveis mínimos de composição e diversificação da Carteira do Fundo, inclusive, mas não se limitando, ao descumprimento pelo Cedente da obrigação de ceder ao Fundo Direitos de Crédito livres e desembaraçados, que atendam aos Critérios de Elegibilidade e representem a todo momento, a partir do 90 (nonagésimo) dia contado a partir do início das atividades do Fundo, exceto na hipótese de autorização de prorrogação desse prazo pela CVM, conforme disposto no artigo 40 da Instrução CVM 356, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (c) cessação ou renúncia pelo Administrador, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos no Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Regulamento;
- (d) cessação pelo Custodiante a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos dos referidos contratos;
- (e) falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Administrador, da Gestora, do Custodiante, e quaisquer prestadores de serviços ao Fundo;
- (f) não pagamento dos valores de amortização ou resgate nas datas previstas no Regulamento;
- (g) se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação; e
- (h) na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembleia Geral não chegarem a um acordo referente à substituição da Taxa DI, na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal.

Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação, o Administrador deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos nos próximos parágrafos abaixo.

Na hipótese prevista no parágrafo acima, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os titulares das Quotas Seniores deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes, pelo seu valor na forma prevista no Suplemento de Quotas Seniores e no Regulamento.

Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Seniores dos Quotistas dissidentes todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas Seniores. Em observância ao artigo 15, da Instrução CVM 356, o Fundo está vedado de realizar o resgate das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes em Direitos de Crédito.

Caso a deliberação da Assembleia Geral referida acima determine a liquidação antecipada do Fundo, o Fundo resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em Circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) o Administrador liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo; e
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XVIII do Regulamento, o Administrador debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Seniores, o Administrador poderá convocar Assembleia Geral para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, observados os limites, requisitos e condições previstas na Resolução CMN 3.792 e na Instrução CVM 356.

A emissão de novas séries subsequentes às anteriores poderá gerar alteração e/ou prorrogação do cronograma de amortização das Quotas emitidas nas séries anteriores considerando (i) a quantidade de Direitos de Crédito que atendam os Critérios de Elegibilidade e Condições Adicionais e (ii) a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo.

Até o pagamento integral das Quotas Seniores, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores, observados os limites, requisitos e condições previstas na Resolução CMN 3.792 e na Instrução CVM 356.

Os procedimentos descritos no Artigo 58 do Regulamento somente poderão ser iniciados ou retomados após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas.

Caso o Fundo não detenha, na data de liquidação antecipada do Fundo, recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate devido às Quotas em circulação, as Quotas em circulação poderão ser resgatadas mediante a entrega da totalidade dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo em pagamento aos Quotistas, desde que o referido resgate seja realizado fora do âmbito da CETIP e que sejam observados os limites, requisitos e condições previstas na Resolução CMN 3.792 e na Instrução CVM 356.

Qualquer entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos Quotistas deverá ser realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando a proporção do número de Quotas detido por cada um dos Quotistas no momento do rateio em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo, observados os exatos termos dos procedimentos estabelecidos nesta seção e a ordem para amortização e/ou resgate das Quotas conforme estabelecida nos Artigos 36 e 37 do Regulamento.

A Assembleia Geral deverá deliberar sobre os procedimentos de entrega dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em pagamento aos Quotistas para fins de pagamento de resgate das Quotas, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XXII do Regulamento e o disposto na regulamentação aplicável.

Caso a Assembleia Geral referida no parágrafo acima não chegue a um acordo referente aos procedimentos de entrega dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros em pagamento aos Quotistas, para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão entregues em pagamento aos Quotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às

responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

O Administrador deverá notificar os Quotistas, por meio (i) de carta endereçada a cada um dos Quotistas, (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas e/ou (iii) por meio de publicação de aviso no Periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada Quotista faz jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio.

Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da notificação acima referida, essa função será exercida pelo titular de Quotas Seniores que detenha a maioria das Quotas Seniores em circulação.

O Cedente e/ou o Custodiante e/ou empresa por ele contratada (na hipótese de o Cedente não estar mais atuando como fiel depositário) fará(ão) a guarda dos Direitos de Crédito, dos Ativos Financeiros e dos respectivos Documentos Comprobatórios pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contado da notificação referida no parágrafo acima, dentro do qual o administrador do condomínio, eleito pelos Quotistas ou ao qual essa função tenha sido atribuída nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 62 do Regulamento, indicará ao Cedente e/ou ao Custodiante (conforme o caso), hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos de Crédito, dos respectivos Documentos Comprobatórios e dos Ativos Financeiros. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover a consignação dos Direitos de Crédito, dos Documentos Comprobatórios respectivos e dos Ativos Financeiros, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

## **ASSEMBLEIA GERAL**

### **COMPETÊNCIA**

Sem prejuízo das demais atribuições previstas no Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar conhecimento anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador;
- (b) deliberar sobre a substituição do Administrador;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração e/ou da Taxa de Gestão cobradas, respectivamente, pelo Administrador e pela Gestora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo;
- (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento, dos Anexos ao Regulamento (com exceção ao Anexo VI ao Regulamento), dos Suplementos, bem como dos demais Documentos da Operação;
- (f) aprovar a substituição do Custodiante, da Gestora, do Auditor Independente e da Agência de Classificação de Risco;
- (g) aprovar a cobrança de taxas e encargos pelo Administrador, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstos no Regulamento;
- (h) aprovar o aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar;
- (i) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação serão considerados Eventos de Liquidação;
- (j) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito; e
- (k) deliberar sobre a emissão de nova série ou classe de Quotas Seniores e de Quotas Mezanino, respectivamente, após a emissão da primeira série de Quotas Seniores e da primeira classe de Quotas Mezanino.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes e, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ser divulgada aos Quotistas.

### **PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO**

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, sendo admitido que a segunda convocação seja realizada juntamente com a primeira, e far-se-á por meio de aviso publicado no Periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, por carta com aviso de recebimento ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pelo Administrador ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, a maioria das Quotas em circulação, e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Quotistas. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

A presidência da Assembleia Geral caberá ao Administrador.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo abaixo, o Administrador e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado, o representante do Administrador deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local onde o Administrador tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede do Administrador no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

Ressalvado o disposto nos dois parágrafos abaixo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembleia Geral.

A aprovação das matérias previstas nos itens (b), (c), (d), (e), (f), (g), (h) e (k) do Artigo 64 do Regulamento dependerá, ainda, do voto favorável dos titulares da maioria das Quotas Júnior e dos titulares da maioria das Quotas Mezanino.

A emissão de novas Quotas Júnior dependerá apenas e tão somente de aprovação pelos Quotistas Júnior.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos no Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.

Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos no Regulamento.

Nos termos do artigo 31, da Instrução CVM 356, a Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas.

Somente pode exercer as funções de representante dos Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (a) ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas;
- (b) não exercer cargo ou função no Administrador, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- (c) não exercer cargo no Cedente dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo ou em sociedades ou empresas do grupo do Administrador.

As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização.

## REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

A presente análise foi feita com base na legislação brasileira, em vigor na data deste Prospecto, e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo.

### OBJETIVO DE TRATAMENTO TRIBUTÁRIO

O Fundo tem como objetivo proporcionar aos seus Quotistas uma estrutura que permita a incidência de uma baixa carga tributária, de acordo com a legislação atualmente aplicável. Para tanto, o Fundo dedicará esforços em buscar enquadramento como Fundo de Investimento de Longo Prazo.

As Amortizações Programadas poderão não ter o mesmo tratamento tributário aplicável ao resgate das Quotas Seniores, pois os prazos de amortização são menores que o prazo de resgate, o que implica um tratamento tributário menos favorecido ao Quotista. Ademais, o Fundo não tem como garantir aos seus Quotistas que a legislação atual permanecerá em vigor pelo tempo de duração de cada série do Fundo, e não tem como garantir que não haverá alteração da legislação e regulamentação em vigor, e que esse será o tratamento tributário aplicável aos titulares de Quotas Seniores à época do resgate ou da amortização de Quotas Seniores de cada série.

### TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS QUOTISTAS

#### *IOF*

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários (“IOF/Títulos”). Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos será cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate (liquidação do Fundo), cessão ou repactuação das Quotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306/07. Segundo esse Decreto, resgates, cessões ou repactuações efetuados em prazo de até 29 dias (inclusive), sujeitam-se ao IOF/Títulos, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto (0% a 96%). O IOF/Títulos pode ser deduzido no cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte.

#### *Imposto de Renda*

Os rendimentos decorrentes da aplicação em fundos de investimentos estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

- (i) Para o Quotista pessoa física residente no Brasil:
  - os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas:

Para fundos com carteira de longo prazo<sup>1</sup>:

- ◇ 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ◇ 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- ◇ 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias;
- ◇ 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

---

<sup>1</sup> Fundos de longo prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio superior a 365 dias.

A Gestora buscará manter a Carteira do Fundo como de longo prazo, de forma a proporcionar aos Quotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a Carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

Para fundos com carteira de curto prazo<sup>2</sup>:

- ◇ 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
  - ◇ 20% em aplicações com prazo acima de 180 dias.
- os ganhos auferidos na alienação das Quotas fora de bolsa devem ser tributados à alíquota de 15%, devendo ser recolhidos pela própria pessoa física.
- (ii) Para Quotista pessoa jurídica não-financeira domiciliado no Brasil<sup>3</sup>:
- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas supra;
  - os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte, como ganhos de renda variável, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Quotas à alíquota de 15%;
- (iii) Para os Quotistas residentes ou domiciliados no exterior, como regra geral, a tributação segue a regra aplicável ao Quotista pessoa física residente no Brasil. As exceções dizem respeito a: (a) Quotistas sediados em localidades de tributação favorecida, para os quais pode haver uma tributação de 25% e (b) Quotistas registrados de acordo com a Resolução nº 2.689, que não sejam residentes ou domiciliados em país com tributação favorecida. Para essa última situação, as alíquotas aplicáveis no resgate, na amortização e na alienação (realizada em bolsa) de Quotas são de 15%, ou de 0%, no caso de alienação em bolsa de valores.

#### *Exceções e Outras Incidências*

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Quotista estiver sujeito.

#### **TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO**

O Fundo não tem personalidade jurídica, não estando, desse modo, sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

*Além disso o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF incide sobre as operações do Fundo à alíquota zero.*

---

<sup>2</sup> Fundos de curto prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias.

<sup>3</sup> Como regra, o imposto de renda retido na fonte – IRF será tratado como antecipação do imposto devido e a variação positiva do valor da quota integrará a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro – CSLL da pessoa jurídica.

### *IOF*

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero.

### *Imposto de Renda*

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira do Fundo é isenta do imposto de renda.

### *Outras Incidências*

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.



## **ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO**

O Fundo é administrado pela BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade com sede na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.066.670/0001-00, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório nº 3.067, de 6 de setembro de 1994.

O Administrador deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações da Assembleia Geral, (iv) dos deveres fiduciários de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

### **INFORMAÇÕES REFERENTES À SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR**

O Administrador poderá ser substituída, a qualquer tempo, pelos titulares das Quotas reunidos em Assembleia Geral, na forma do Capítulo XXII do Regulamento, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

Mediante aviso prévio de 60 (sessenta) dias, divulgado no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, por meio eletrônico ou através de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, o Administrador poderá renunciar à administração do Fundo (“Comunicação de Renúncia”), desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável e do disposto no Capítulo XXII do Regulamento.

No caso de renúncia, o Administrador deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da Assembleia Geral.

O Administrador deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Administrador, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações do Administrador, nos termos do Regulamento.

Caso os Quotistas reunidos em Assembleia Geral não indiquem instituição substituta até 60 (sessenta) dias contados da Comunicação de Renúncia, ou por qualquer razão, em até 62 (sessenta e dois) dias contados da Comunicação de Renúncia nenhuma instituição assumirá efetivamente todos os deveres e obrigações do Administrador, o Administrador convocará uma Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação do Fundo e comunicará o evento à CVM. Caso não haja quorum suficiente, observado o disposto no Artigo 68 do Regulamento, para deliberar sobre a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação do Fundo, nos termos do Capítulo XX do Regulamento.

Nas hipóteses de substituição do Administrador e de liquidação do Fundo aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor que dispõem sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

*Para informações sobre as atribuições, obrigações e responsabilidades do Administrador, vide os Capítulos IV e V do Regulamento.*

### ***Histórico***

A BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. pertencia ao Banco do Estado do Maranhão, tendo sido adquirida pelo Bradesco em 12 de fevereiro de 2004, passando, desde então, a contar com o corpo profissional, parque tecnológico e infraestrutura do Bradesco.

O Administrador é atualmente controlada pelo Banco Bradesco S.A., que detém, indiretamente, 100% (cem por cento) das cotas representativas do seu capital social, e integra um dos maiores grupos de administração de fundos de investimento no Brasil.

O Administrador, observado o estabelecido no Regulamento e nas disposições legais e regulamentares pertinentes, deverá administrar o Fundo cumprindo suas obrigações com a diligência e correção que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (a) da lei, das normas regulamentares, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembleia Geral; (b) na aquisição dos Direitos de Crédito, do estabelecido no Contrato de Cessão; e (c) dos deveres de diligência, lealdade, informação aos Quotistas e salvaguarda da integridade dos direitos destes. Os deveres e obrigações do Administrador encontram-se detalhados no Regulamento.

## PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO

### CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO

Para a prestação dos serviços de custódia, escrituração das Quotas do Fundo e controle dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM 356, o Fundo contratou o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) receber, verificar e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos de Crédito;
- (b) validar os Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- (c) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos de Crédito evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e Documentos Comprobatórios da operação;
- (d) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativa aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo;
- (e) diligenciar para que sejam mantidos, as suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, os Documentos Comprobatórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso ao Auditor Independente, à Agência de Classificação de Risco e aos órgãos reguladores;
- (f) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos do Fundo;
- (g) observar para que somente as ordens emitidas pelo Administrador, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do Fundo; e
- (h) apurar e colocar à disposição do Administrador, diariamente, o valor da Razão de Garantia e da Reserva de Liquidez, bem como disponibilizar relatório que indique a capacidade de caixa para constituição da Reserva de Amortização.

O Custodiante fica desde já autorizado a efetuar trimestralmente, ou sempre que entender necessário ou conveniente, a verificação do lastro a que se refere a alínea (a) do parágrafo acima por amostragem, na forma do disposto no Anexo V do Regulamento. O Custodiante poderá contratar, por sua conta e ordem, terceiro para realizar, sob sua responsabilidade, a verificação do lastro dos Direitos de Crédito cedidos. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas ao Administrador, à Gestora, à Agência de Classificação de Risco, ao Auditor Independente, ao Cedente e aos Quotistas.

O Custodiante, durante o exercício de suas atividades, não será responsável pela indicação de Direitos de Crédito inadimplidos a serem protestados, ou pela inserção do nome dos Financiados em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Fundo, representado pelo Administrador, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e eventuais ônus dessa decisão, podendo contratar terceiros para o exercício dessa atividade.

Sem prejuízo de suas demais responsabilidades nos termos do Regulamento, o Custodiante contratará o Cedente como fiel depositário para a guarda física dos originais dos Contratos de Financiamento de Veículo, seus anexos, seguros, garantias, e outros documentos que lastrearem os Direitos de Crédito (“Documentos Comprobatórios”), nos termos do Contrato de Depósito. Ainda, nos termos do Contrato de Depósito, o Cedente declara conhecer as consequências decorrentes da eventual não restituição, quando exigida, das vias

originais dos Documentos Comprobatórios, no qual também aceita a nomeação de fiel depositário e assume a responsabilidade por todos os prejuízos que venha a causar ao Fundo, nos termos do artigo 652 do Código Civil Brasileiro.

Observado o disposto no parágrafo abaixo, o Cedente contratará, por meio do Contrato de Depósito, às suas expensas, empresa especializada no armazenamento e depósito de documentos para prestar os serviços de guarda física dos Documentos Comprobatórios, permanecendo o Cedente responsável perante o Fundo e o Custodiante por todos os serviços prestados e eventuais prejuízos a eles causados em decorrência da prestação dos referidos serviços. O Cedente se compromete a manter a totalidade dos Documentos Comprobatórios sob a guarda física da empresa especializada no armazenamento e depósito de documentos contratada nos termos deste parágrafo, exceto nas hipóteses de necessidade de uso dos Documentos Comprobatórios para cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito a eles relacionados.

A contratação e/ou a substituição da empresa especializada no armazenamento e depósito de documentos, ou seja, do prestador dos serviços de guarda física dos Documentos Comprobatórios, deverá ser previamente comunicada pelo Cedente ao Custodiante, por meio de notificação escrita com os termos da referida contratação e/ou substituição. O Custodiante terá o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento de referida notificação para a aprovação da contratação e/ou da substituição. Ademais, qualquer alteração do Contrato de Depósito deverá, igualmente, contar com a prévia aprovação, por escrito, do Custodiante. Caso o Custodiante não responda à notificação enviada pelo Cedente no prazo estabelecido neste parágrafo, os termos constantes da notificação serão considerados aprovados pelo Custodiante.

O Custodiante, com a interveniência e anuência do Administrador, contratará o Cedente, às suas expensas, por meio do Contrato de Cobrança, para que este adote, de acordo com os procedimentos de cobrança previstos no Capítulo X do Regulamento, as medidas cabíveis com relação à cobrança judicial e extrajudicial contra os Financiados que não efetuarem o pagamento de Direitos de Crédito, sendo que o Fundo, por meio do seu representante legal, deverá atuar no pólo ativo de qualquer cobrança judicial contra tais Financiados, nos termos do Contrato de Cobrança.

O Cedente terá a faculdade de contratar terceiros, às suas expensas, para prestarem os serviços de cobrança judicial e extrajudicial contra os Financiados inadimplentes no pagamento de Direitos de Crédito, permanecendo o Cedente responsável perante o Fundo pela prestação dos referidos serviços.

### ***Histórico***

O Bradesco, por meio do Departamento de Ações e Custódia - Bradesco Custódia, é um dos principais prestadores de serviços qualificados para o mercado de capitais, sendo líder nacional em custódia qualificada, conforme o Ranking ANBIMA de Custódia de Ativos – Mercado Doméstico. Está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral como custódia, controladoria, escrituração de ativos, serviços de banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, trustee, agente de compensação, BDRs e DRs, há mais de 30 anos.

Contando com uma equipe de profissionais especializados, a oferta de serviços é feita em total aderência às demandas dos clientes e às diretrizes dos reguladores e auto-reguladores, tendo como principais pilares o relacionamento e a parceria de longo prazo.

O Bradesco Custódia conta com 10 certificações relacionadas à gestão da qualidade ISO 9001:2008 e 3 certificações referentes à proteção de dados “GoodPriv@cy”, que ampliam as estruturas de controles e reforçam a eficácia dos processos, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Bradesco Custódia também aderiu ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais, ratificando, assim, que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências do citado código.

Especificamente para a área de custódia, o Bradesco mantém sistemas que garantem a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Nessa área são mantidos os melhores sistemas do mercado, existindo contingência de sistemas e ambiente físico, o que garante a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

## **GESTÃO**

O Fundo contratou a Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ sob nº 52.904.364/0001-08, autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 1055, de 16 de agosto de 1989, para prestar os serviços detalhados abaixo.

A Gestora será responsável pela gestão da Carteira do Fundo, de acordo com a política de investimento do Fundo prevista no Regulamento.

A Gestora, observadas as limitações legais e da Instrução CVM 356 e do Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à gestão da Carteira do Fundo, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que o integrem, inclusive o de ação e o de comparecer em assembleias gerais ou especiais atinentes aos ativos que compõem a Carteira do Fundo.

Não obstante o estabelecido acima, é de responsabilidade da Gestora:

- (a) validar a Taxa Mínima de Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, conforme o disposto no Regulamento;
- (b) executar e supervisionar a conformidade dos investimentos do Fundo com a política de investimentos descrita no Regulamento;
- (c) monitorar o desempenho do Fundo, a forma de valorização das Quotas e a evolução do valor do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (d) sugerir ao Administrador modificações no Regulamento no que se refere às competências de gestão dos investimentos do Fundo ou qualquer outra que julgue necessária;
- (e) propor a convocação de Assembleia Geral de Quotistas; e
- (f) participar e votar em assembleias gerais de ativos e emissores de Ativos Financeiros que componham a Carteira do Fundo, representando o Fundo, com poderes para deliberar e votar sobre quaisquer assuntos relacionados aos ativos do Fundo, de acordo com os melhores interesses do Feste.

Nenhum Direito de Crédito ou Ativo Financeiro poderá ser adquirido pelo Fundo sem que tenha sido previamente analisado e/ou selecionado pela Gestora.

## ***Histórico da Gestora***

A Concórdia iniciou suas operações em 1986, e desde então vem exercendo suas atividades na BM&FBovespa. Devidamente habilitada pelo BACEN e CVM, a Concórdia atua nos mercados de renda fixa, variável e de futuros, atuando também na administração de recursos de terceiros, oferecendo uma gama diferenciada de produtos de investimento (fundos e carteiras administradas) para atender os clientes dos segmentos de varejo (pessoas físicas e jurídicas), investidores institucionais e corporativos.

A gestão de recursos é um dos principais focos da Concórdia, que oferece diversas possibilidades de fundos de investimentos abertos e exclusivos.

A atividade de administração e gestão de recursos de terceiros, visando atender à legislação do BACEN, é totalmente segregada das demais atividades da Concórdia, tendo como diretor responsável o Sr. Ricardo Augusto Leão Martins, devidamente credenciado pela CVM para administrar carteira de valores mobiliários.

Pioneira, desde 2003 a Concórdia dedica-se à prestação de serviços com foco em administração, gestão e distribuição de fundos de investimento em direitos creditórios. Tendo atuado em mais de vinte e cinco operações, possui experiência em estruturas fiduciárias de securitização de recebíveis através de fundos de investimentos.

Os fundos de investimento em direitos creditórios sob administração da Concórdia são submetidos a rigorosos processos de monitoramento de suas operações, garantindo conformidade com a legislação vigente e os mais altos padrões éticos e morais. Seu principal diferencial é combinar uma equipe de gestores de experiência média superior a 20 anos e comprometidos com a instituição há pelo menos 15 anos com um departamento técnico composto por analistas especializados e dedicados à análise e projeção de cenário macroeconômico, à análise de risco de crédito corporativo e à seleção de ações, possibilitando a identificação de oportunidades de investir/desinvestir em cada nicho de mercado.

Para cada fundo de investimento, possui um monitoramento diário do risco de mercado através do VaR – Value-at-Risk bem como do enquadramento às normas vigentes.

Atualmente a Concórdia Corretora administra e/ou presta serviços de gestão para 16 (dezesesseis) fundos de investimento, com um patrimônio líquido total de, aproximadamente, R\$2,3 bilhões.

#### **AGENTE DE COBRANÇA**

Para prestação dos serviços de cobrança dos Direitos de Crédito, o Fundo contratou o Cedente, o qual deverá realizar os procedimentos tradicionais para cobrança, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo, bem como é a instituição de centralização de recebimentos.

#### **AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

As Quotas Seniores e as Quotas Mezanino do Fundo têm classificação de risco atribuída pela Standard & Poor's, agência de classificação de risco contratada pelo Fundo. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências do Administrador.

Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas. Dessa forma, havendo o rebaixamento da classificação de risco para uma nota inferior à inicialmente obtida, o Administrador comunicará imediatamente tal fato aos Quotistas por meio de publicação de fato relevante no Periódico do Fundo.

#### ***Histórico***

A Agência de Classificação de Risco é uma divisão da The McGraw-Hill Companies (NYSE:MHP), sendo a maior provedora mundial de *ratings*, índices, avaliação de risco, pesquisas de investimento, dados e avaliações. Com mais de 6.000 (seis mil) funcionários localizados em 21 (vinte e um) países, a Standard & Poor's é parte essencial da infra-estrutura financeira mundial e tem desempenhado um papel de liderança por mais de 140 (cento e quarenta) anos na provisão de "benchmarks" independentes para que investidores em todo o mundo possam tomar decisões financeiras e de investimento com mais confiança. A Standard & Poor's tem um longo histórico na criação de benchmarks para o setor financeiro, sendo a primeira a atribuir *ratings* a financiamentos securitizados; transações com títulos garantidas por seguro; cartas de crédito; solidez financeira de seguradoras não americanas; holdings bancárias; e empresas de garantias financeiras.

Fundada em 1888, a The McGraw-Hill Companies é uma provedora global de serviços de informações que atende às necessidades mundiais de serviços financeiros, treinamento e informação sobre negócios e mercados, por intermédio de marcas importantes como Standard & Poor's, Business Week e McGraw-Hill Education. A corporação tem mais de 280 (duzentos e oitenta) escritórios em 37 (trinta e sete) países. Suas vendas atingiram US\$5,3 bilhões em 2004.

## **AUDITORIA DO FUNDO E AUDITORIA DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

Para a prestação de serviços de auditoria das contas do Fundo e análise histórica da performance dos Direitos de Crédito do Fundo foi contratada a empresa KPMG Auditores Independentes.

### ***Histórico***

A KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 33, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29.

A KPMG foi criada em 1987, com a fusão da Peat Marwick International (PMI) e da Klynveld Main Goerdeler (KMG), assim como suas firmas-membro individuais. No Brasil, a KPMG está presente em onze cidades do Brasil, e conta com mais de 1.200 funcionários. A KPMG é uma rede global de firmas que prestam serviços profissionais nas áreas de auditoria, impostos, e consultoria, com aproximadamente 103.000 pessoas em todo o mundo, distribuídas em 731 cidades, localizadas em 144 países. A KPMG será responsável pela execução dos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo, a serem efetuadas em cada encerramento de exercício social do Fundo, e pela auditoria inicial e periódica dos Direitos de Crédito conforme descrito no Regulamento do Fundo.

### **COORDENADOR LÍDER**

Foi contratada a Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities para executar o serviço de distribuição pública das Quotas Seniores da 1ª Série do Fundo.

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, a relação entre o Fundo e o Coordenador Líder se resume ao serviço de gestão deste Fundo, conforme descrito anteriormente.

No curso normal de suas atividades é possível que, no futuro, o Coordenador Líder e outras instituições integrantes de seu grupo econômico venham a realizar operações comerciais com o Fundo, nos termos e condições usuais de mercado.

Exceto pela remuneração a ser paga ao Coordenador Líder em decorrência da Oferta, conforme previsto na Cláusula IX do Contrato de Distribuição, e pelo serviço de gestão, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Fundo ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao preço por Quotas do Fundo objeto da Oferta.

Nos últimos 12 meses, o Coordenador Líder e/ou quaisquer empresas de seu conglomerado econômico não participaram de ofertas públicas de títulos ou valores mobiliários de emissão do Fundo nem realizaram qualquer operação de financiamento ou reestruturação societária envolvendo o Fundo.

Sociedades integrantes do conglomerado econômico do Coordenador Líder não possuem títulos e valores mobiliários de emissão do Fundo, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. O Coordenador Líder, na qualidade de administrador de fundos de investimentos possui na data deste Prospecto cerca de R\$ 4,4 milhões em títulos e/ou certificados emitidos pelo Cedente na carteira destes fundos de investimentos.

### **CEDENTE**

O Cedente de Direitos de Crédito do Fundo é o Banco Ficsa S.A., um banco múltiplo que opera com carteira comercial inscrito sob o CNPJ nº 61.348.538/0001-86 e carta patente do Banco Central do Brasil nº 206/664.

### ***Histórico***

Fundado em 1964, o Banco Ficsa S.A. sempre foi uma referência de gestão responsável, pela administração austera, pelo eficiente controle de riscos e pela criatividade e inovação. Caminhando junto com o



desenvolvimento do Brasil e amadurecimento do sistema bancário, o Banco Ficsa S.A. soube aproveitar as oportunidades de mercado para a colocação de novos produtos e serviços.

Em 1991, o Banco Ficsa S.A. tinha uma operação bem sucedida de financiamentos de veículos, motos e caminhões com uma carteira bastante expressiva. Além disso, operava fortemente o mercado de títulos e valores mobiliários através da FICSA DTVM.

No início do século 21, o Banco FICSA em mais uma demonstração de administração austera, decide por diminuir sua exposição no mercado financeiro de varejo. Por decisão estratégica, a operação da DTVM seria o foco da destinação de recursos e de desenvolvimento.

Em 2004, continuando a estratégia adotada, o Banco Ficsa S.A. encerra as operações de ativo (varejo), mantendo somente a administração da carteira remanescente e ativa.

Em 2007, o Banco FICSA S.A. opta por transformar-se em Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento. Foi neste momento que o grupo de investidores, através de seus executivos, propôs a operação de compra e venda, e os controladores do Ficsa aceitaram a proposta.

Através da Holding Financeira Quis Participações, as empresas Modena Participações (25% de participação), Piacenza Participações (25% de participação) e RMV Participações (50% de participação), adquirem 100% das ações do Banco Ficsa S.A.

Em 25 de agosto de 2009, o Banco Central do Brasil aprovou a transferência de controle.

Em 28 de dezembro de 2009, em Assembleia Geral Extraordinária, a Quis Participações aprovou a subscrição e integralização das ações preferenciais a um novo investidor pessoa física.

Em 1º de junho de 2010, Assembleia Geral Extraordinária, o investidor pessoa física (ações PN) obteve suas ações convertidas em ações ordinárias, passando assim a fazer parte do grupo controlador. O processo está em homologação junto ao BACEN.

Desta forma, o quadro de composição acionária do Banco Ficsa, em agosto de 2011, apresenta-se da seguinte forma:





*RMV Participações* - A RMV Participações é a *family holding* do principal acionista da Organização Polimix, empresa de capital 100% nacional. Com 35 anos de existência e 2.800 colaboradores, está presente em 22 estados brasileiros, com 150 filiais, além de 5 filiais na Argentina e de 5 filiais na Colômbia e detém 18% do mercado brasileiro de concreto e agregados, sua atividade principal.

Atua também no setor de energia renovável (bioenergia) - com duas usinas que, somadas, produzem 100 milhões de litros de álcool/ano e geram 17MW/h; PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) - três plantas que, somadas, têm potência instalada de 44,5MW.

*Modena Participações e Piacenza Participações* - *Family holdings* de controladores de 50% da AEGEA/Grupo Equipav. Fundada em 1960, o Grupo Equipav destaca-se (i) pela operação de sucroalcooleira – com moagem de 9 mil toneladas de cana-de-açúcar, produção de 337 mil m3 de etanol e geração/venda de 500GWh de energia; (ii) pela estrutura de administração de concessões de serviços públicos na área de saneamento, com mais de 1 milhão de pessoas atendidas e transporte (1.055 km de rodovias); e (iii) pela Equipav Engenharia, responsável por grandes obras, como terminais rodoviários, estradas e pontes.

Em 2010, a empresa indiana Shree Renuka adquiriu 49,66% do Grupo Equipav.

*Rubens Gorski* - Rubens Gorski, acionista controlador do Grupo Del Monte, é um investidor profissional com ampla variedade de interesses, especialmente as indústrias químicas e de alimentos. Ele também tem amplos investimentos no mercado financeiro, compreendendo estruturas diversificadas.

Atualmente o Banco Ficsa conta com 116 colaboradores que administram a rede de distribuição, incluindo *front e back offices* e as áreas de suporte como, dentre outras, de crédito, de contabilidade e de tecnologia. Apresentam 124 ‘master’ correspondentes divididos em 192 pontos de venda pelo país.

No total, 900 cidades brasileiras constantes de 26 Estados são atendidas pela rede de distribuição (17% das cidades do país), sendo certo que 100% da rede apresenta experiência de mais de 10 anos na região em que atuam.

### ***Segmentos de Atuação do Cedente***

#### ***Financiamento de automóveis, motos e utilitários pesados***

Com foco em automóveis usados, em média com 10 anos de uso, o segmento proporciona ao consumidor de baixa renda o acesso ao primeiro veículo.

Já com relação ao mercado de motos, o perfil de atuação está concentrado em motos novas e seminovas, com os mesmos níveis de rentabilidade dos automóveis e atraindo um público diferenciado – jovens das classes C, D e E.

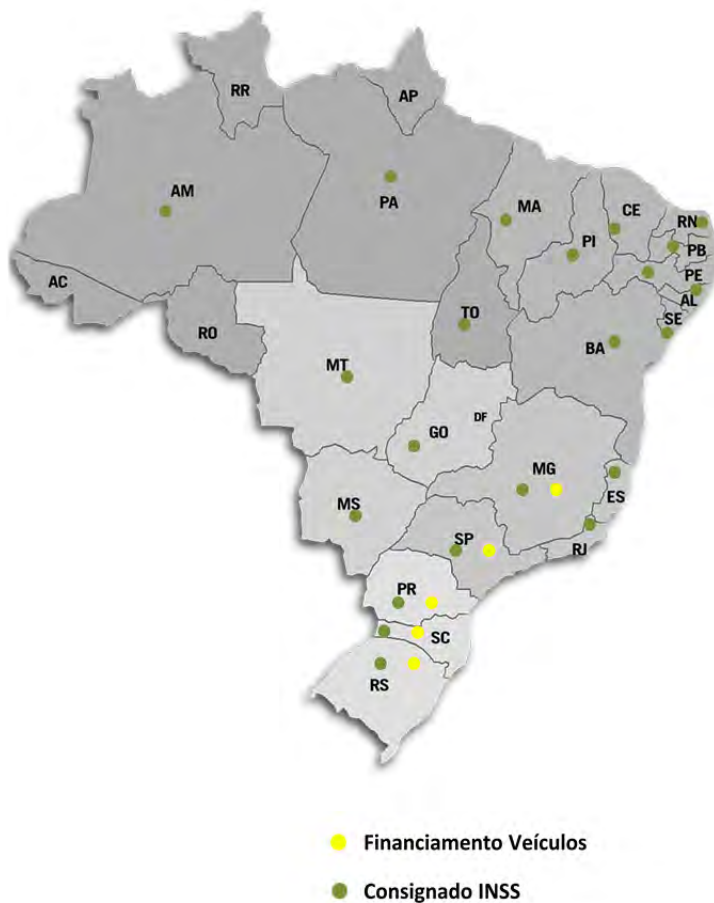
No que se refere aos utilitários, o objetivo de atuação é tornar o crédito mais acessível aos profissionais que dependem dele para a aquisição deste tipo de veículo. O perfil principal é o de utilitários pesados com até 10 anos de uso.

#### ***Crédito consignado para o setor público e os beneficiários do INSS***

Esta modalidade de crédito permite que os servidores públicos municipais, estaduais e federais, bem como os beneficiários do INSS, tenham acesso a crédito pessoal com taxas mais baixas. Um dos diferenciais deste segmento é o baixo índice de inadimplência, uma vez que o servidor tem estabilidade empregatícia.

O Banco Ficsa apresenta parceria de longo prazo com os 20 maiores produtores de crédito consignado e financiamento de veículos do país.

A figura abaixo demonstra as regiões do país atendidas pelo Banco nos seguimentos de financiamento de veículos e de crédito consignado:



#### *Ficsanet*

Este serviço de crédito, desenvolvido pelo Banco Ficsa, utiliza a Internet para atender pequenos e médios lojistas, oferecendo financiamento ao seu cliente final e provendo capital de giro com base em seus recebíveis.

Nestes segmentos, o Banco Ficsa atua através de correspondentes autorizados. Atualmente, conta com 135 correspondentes que cobrem geograficamente em 1.000 cidades brasileiras, com maior concentração nos estados das regiões Sul e Sudeste.

#### *Captação e investimentos*

- Certificado de Depósito Bancário
- Certificado de Depósito Bancário com Garantia
- FIDC

#### *CDB Direto*

O CDB Direto oferece a pequenos investidores a possibilidade de realizar e administrar diretamente pela Internet suas operações com CDBs, com muita agilidade e a garantia do FGC.

## **SUBSTITUIÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO**

O Administrador pode, a qualquer tempo, contratar outras instituições credenciadas pela CVM para prestação dos serviços de custódia, gestão, classificação de risco e de auditoria, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral de Quotistas.

Nos termos do Artigo 64 e do Artigo 68 do Regulamento, a substituição das instituições prestadoras dos serviços de custódia, gestão, classificação de risco e de auditoria depende da aprovação, em Assembléia Geral de Quotistas, dos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembleia Geral e, ainda, do voto favorável dos titulares da maioria das Quotas Júnior e dos titulares da maioria das Quotas Mezanino.

## **POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

O Administrador é obrigado a divulgar, amplamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, devendo permanecer à disposição dos condôminos para consulta, na sede e agências do Administrador e nas Instituições Autorizadas a distribuir Quotas do Fundo, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

O Administrador deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Seniores. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no artigo 34, inciso IV, da Instrução CVM 356.

O Administrador deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, em até (i) 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último Dia Útil daquele mês, o informe mensal à CVM, conforme modelo e conteúdo disponíveis na referida página da CVM; e (ii) 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras anuais do Fundo.

Eventuais retificações nas informações previstas no item (i) do caput do Artigo 82 do Regulamento devem ser comunicadas à CVM até o primeiro Dia Útil subsequente à data da respectiva ocorrência.

As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas pelo Auditor Independente.

Ao Administrador cabe divulgar, trimestralmente: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor da Quota; (iii) a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Quotas Seniores; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (v) os relatórios da Agência de Classificação de Risco contratadas pelo Fundo; sem prejuízo das demais obrigações previstas no Regulamento e na legislação vigente.

A divulgação das informações previstas no Regulamento deve ser feita por meio de (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, (ii) correio eletrônico e/ou (iii) carta com aviso de recebimento enviada aos Quotistas. Qualquer mudança com relação ao Periódico deverá ser precedida de aviso aos Quotistas, exceto na hipótese do Periódico deixar de circular.

As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM.

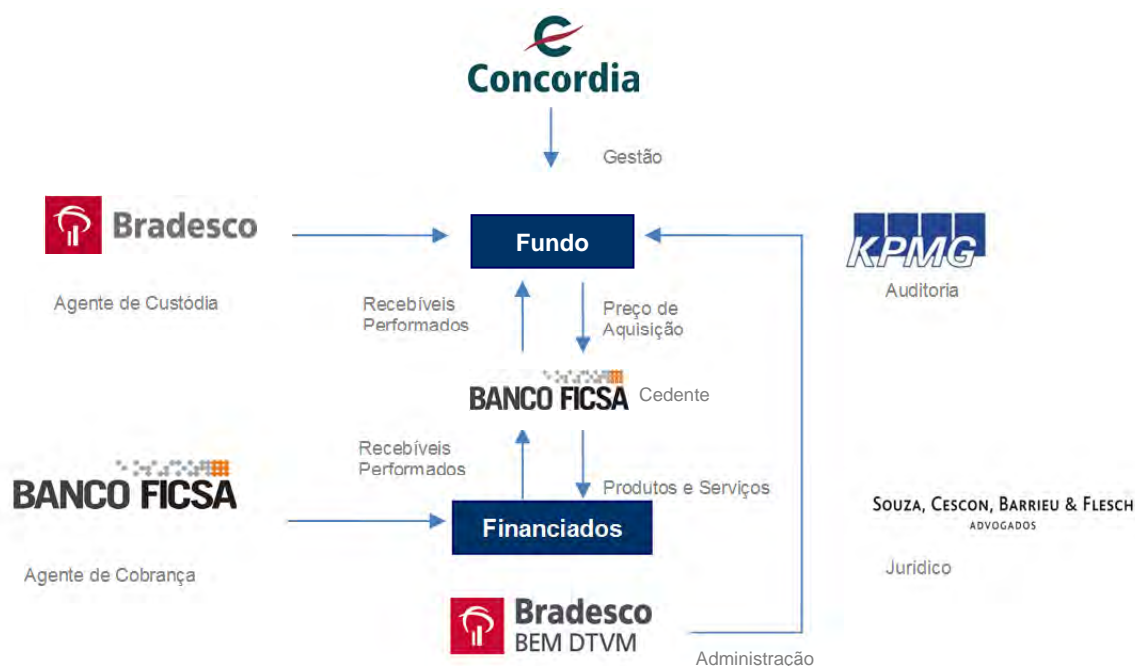
### **ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS**

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o Coordenador Líder por meio dos telefones e emails de atendimento ao Quotista abaixo indicados:

Mauro Mattes	(11) 3292-1466	fide@concordia.com.br
Luis Locaspi	(11) 3292-1305	fide@concordia.com.br

## ESTRUTURA DA OPERAÇÃO

### FLUXOGRAMA FINANCEIRO



- (1) Os Direitos de Crédito são originados a partir dos Contratos de Financiamento de Veículos celebrados entre o Cedente e os Financiados, que figuram como devedores dos Direitos de Crédito;
- (2) Após a confirmação da Gestora, os Direitos de Crédito são adquiridos pelo Fundo e o pagamento é liberado para o Cedente através do Custodiante;
- (3) O Banco Cobrador recebe os valores referentes aos Direitos de Crédito, e realiza transferências diárias para a Conta do Fundo.
- (4) Na data de resgate, o Fundo paga aos Quotistas o rendimento relativo à operação.

## **CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

### **DIREITOS DE CRÉDITO**

O Fundo tem como objeto, preponderantemente, a aquisição de Direitos de Crédito de acordo com a política de investimento decorrentes de operações de financiamento de veículos novos e/ou usados (Motocicletas, Veículos Leves e Veículos Pesados) que sejam devidamente amparados por documentação fiscal hábil (CRV), garantidas por alienação fiduciária do próprio veículo financiado, celebradas pelo Cedente e seus clientes pessoas físicas e jurídicas.

Os Direitos de Crédito devem representar créditos existentes da data da cessão que independam de qualquer evento futuro para sua liquidação e cobrança, ou seja, deverão ser Direitos de Crédito performados.

### **ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

Os Direitos de Crédito cedidos e transferidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e da política de concessão de crédito constante do Anexo VI do Regulamento, compreendem os Direitos de Crédito identificados em cada Termo de Cessão, representados por cédulas de crédito bancário emitidas pelos Financiados, sendo que cada parcela devida no âmbito da cédula de crédito bancário será considerada, individualmente, um Direito de Crédito. As cédulas de crédito bancário emitidas pelos Financiados, em conjunto com seus respectivos anexos, seguros, garantias e outros instrumentos vinculados, são doravante denominados “Contratos de Financiamento de Veículo”.

O Cedente é responsável pela origem, existência e correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos.

### **CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

A cessão dos Direitos de Crédito se opera com relação a todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, nos termos do Contrato de Cessão.

O Contrato de Cessão, bem como cada respectivo Termo de Cessão é celebrado de forma irrevogável e irretratável.

### **POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO**

O procedimento a ser observado pelo Cedente para a concessão de crédito encontra-se previsto no Anexo VI do Regulamento.

### **TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

Todas as cessões de Direitos de Crédito são celebradas, nos termos do Contrato de Cessão, em caráter irrevogável e irretratável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos de Crédito cedidos, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.

### **FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

O recebimento e a análise dos arquivos físicos e eletrônicos que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo será de responsabilidade do Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Custódia.

### **TAXA MÍNIMA DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

Somente serão passíveis de aquisição pelo Fundo os Direitos de Crédito oriundos de Contratos de Financiamento de Veículo cuja aquisição propicie ao Fundo taxa mínima de retorno equivalente ao maior entre: (i) 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao mês; ou (ii) o equivalente a 50%

(cinquenta por cento) da taxa média praticada pelo Cedente na concessão dos respectivos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo (“Taxa Mínima de Cessão”).

#### **PRÉ-PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

O Fundo não adota política de pré-pagamento dos Direitos de Crédito que compõem a sua Carteira. Além disso, de acordo com o Contrato de Cessão e os Termos de Cessão utilizados na aquisição de Direitos de Crédito, o Fundo não está obrigado a aceitar o pré-pagamento dos Direitos de Crédito que integram sua Carteira. Desse modo, nos termos do Código Civil (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002), salvo se acordado entre o Fundo e o devedor, o Fundo, na qualidade de credor dos Direitos de Crédito, não está obrigado a receber o valor correspondente ao Direito de Crédito antes do seu vencimento. No entanto, caso o Fundo venha a aceitar o pré-pagamento de Direitos de Crédito, isso não gerará nenhum efeito adverso sobre a rentabilidade das Quotas, uma vez que o Fundo não concederá qualquer desconto ou dedução sobre o valor do Direito de Crédito. Não haverá, portanto, em nenhuma hipótese, prejuízo para o Fundo, caso os devedores e o Fundo venham a acordar o pré-pagamento dos Direitos de Crédito.

#### **RECOMPRA DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

Nos termos do Contrato de Cessão, o Cedente terá a faculdade, enquanto o Fundo estiver em funcionamento, mediante notificação ao Administrador, por escrito e com antecedência de, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis, de adquirir, em moeda corrente nacional, ou de substituir, qualquer Direito de Crédito, desde que tal aquisição ou substituição englobe todos os Direitos de Crédito vinculados ao mesmo Contrato de Financiamento de Veículo.

#### **POLÍTICA DE COBRANÇA**

Nos termos do Contrato de Cessão, o Cedente transferirá ao Fundo os valores referentes aos pagamentos dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo feitos, por qualquer motivo, pelos Financiados diretamente ao Cedente, em até 2 (dois) Dias Úteis, contados do recebimento de tais valores.

Nos termos do Contrato de Cobrança, o Custodiante contratou o Cedente para implementar os procedimentos de cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito inadimplidos integrantes da Carteira do Fundo cujos Financiados estejam inadimplentes, na qualidade de mandatário do Fundo, de acordo com a Política de Cobrança descrita no Anexo IV ao Regulamento.

Não obstante o disposto no parágrafo acima, o Custodiante poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, efetuar diretamente a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito, bem como contratar outra empresa e/ou instituição para realizar tal serviço, desde que com prévia anuência do Administrador e seguindo as diretrizes da Política de Cobrança descrita no Anexo IV ao Regulamento.

#### **RESOLUÇÃO DA CESSÃO**

Considerar-se-á resolvida a cessão de todos os Direitos de Crédito referentes a um mesmo Contrato de Financiamento de Veículo, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Cedente e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses (“Condições Resolutivas da Cessão”):

- (a) caso não seja efetuado o pagamento tempestivo pelo respectivo Financiador por alegação de vícios, defeitos ou inexistência do negócio jurídico subjacente, ou, ainda, alegação das exceções descritas no artigo 294 do Código Civil;
- (b) caso qualquer Direito de Crédito seja reclamado por terceiros que aleguem serem titulares da propriedade, ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tal Direito de Crédito;
- (c) caso seja verificada, a qualquer tempo, pelo Cedente, pelo Administrador e/ou pelo Custodiante, a existência de vícios, defeitos ou inexistência de lastro em Direitos de Crédito; ou

- (d) caso seja verificado, a qualquer tempo, pelo Cedente, pelo Administrador e/ou pelo Custodiante que o Direito de Crédito cedido ao Fundo configure fraude contra credores, fraude de execução, fraude de execução fiscal ou ainda fraude falimentar.

Sem prejuízo da resolução da cessão, o Cedente deverá notificar o Administrador e o Custodiante, por meio de correio eletrônico com aviso de entrega, seguido de carta com aviso de recebimento, sobre a ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da data em que tomar conhecimento do evento.

Independentemente do envio da comunicação referida no parágrafo acima, o Cedente estará obrigado a restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, no terceiro Dia Útil imediatamente posterior à ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, o Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito, integrantes da Carteira do Fundo, cuja cessão tiver sido resolvida, nos termos deste Contrato, atualizado *pro-rata temporis* desde a respectiva Data de Aquisição até a data de restituição dos valores devidos, considerando-se com índice de atualização a Taxa de Desconto utilizada na determinação do Preço de Aquisição.

A custódia e a titularidade dos Documentos Comprobatórios, vinculados a Direitos de Crédito que tenham sua cessão resolvida deverão ser transferidas ao Cedente pelo Custodiante ou a quem este indicar, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da efetivação do pagamento dos recursos devidos ao Fundo.

#### **GARANTIAS**

Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo representados por Contratos de Financiamento de Veículo são oriundos de financiamentos e são garantidos por alienação fiduciária de veículos.

#### **INFORMAÇÃO SOBRE DEVEDORES**

Os devedores dos Direitos de Crédito são os Financiados que celebraram com o Cedente os Contratos de Financiamento de Veículos, não havendo devedor responsável pelo pagamento ou pela liquidação de mais de 10% (dez por cento) dos ativos que compõe o patrimônio do Fundo.

O limite de concentração por Financiador para a cessão de Direitos de Crédito para o Fundo será, no âmbito desta Oferta, de aproximadamente 0,03% (três centésimos por cento) do valor total de Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo.



## **SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS**

### **CONTRATO DE CESSÃO**

O Contrato de Cessão estabelece que a cessão dos Direitos de Crédito se opera com relação a todos os direitos, seguros, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados em razão de sua titularidade. Esta transferência se operará em caráter definitivo, sem direito de regresso ou coobrigação do Cedente, de suas controladoras, de sociedades direta ou indiretamente controladas, coligadas, ou de outras sociedades sob controle comum, independentemente de qualquer outro procedimento adicional. O Cedente garante a existência e validade dos Direitos de Crédito.

O Contrato de Cessão, bem como cada respectivo Termo de Cessão é celebrado de forma irrevogável e irretratável.

### **CONTRATO DE CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO DE QUOTAS**

Por meio do Contrato de Custódia, Controladoria e Escrituração de Quotas, o Custodiante se obrigou a prestar ao Fundo os serviços (i) de custódia dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros; (ii) controladoria do Fundo; e (iii) escrituração de quotas, incluindo os serviços de que trata o artigo 38 da Instrução CVM 356.

O serviço de custódia qualificada compreende a liquidação física e financeira dos ativos, sua guarda e responsabilidade, bem como a administração e informação de eventos associados a esses ativos. A custódia qualificada compreenderá também a liquidação financeira de derivativos, contratos de permutas de fluxos financeiros – swap e operações a termo, bem como o pagamento das taxas relativas ao serviço prestado, tais como, mas não limitadas a, taxa de movimentação e registro dos depositários e câmaras e sistemas de liquidação.

O Custodiante receberá pela prestação dos seus serviços uma remuneração equivalente a 0,36% (trinta e seis centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado e provisionado diariamente e pago mensalmente, a ser descontada da Taxa de Administração.

### **CONTRATO DE GESTÃO**

Por meio do Contrato de Gestão, a Gestora se obrigara a prestar serviços descritos no Capítulo VI do Regulamento e, pelo desempenho destas obrigações a Gestora fará jus à Taxa de Gestão.

### **CONTRATO DE SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

Por meio do Contrato de Serviços de Classificação de Risco, a Agência de Classificação de Risco foi contratada para a prestação dos serviços de classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino.

Pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Serviços de Classificação de Risco, a Agência de Classificação de Risco fará jus a uma remuneração única de US\$30.000,00 (trinta mil dólares norte-americanos) para a classificação de risco inicial das Quotas Seniores e a uma remuneração anual de US\$25.000,00 (vinte e cinco mil dólares norte-americanos) para acompanhamento.

### **CONTRATO DE AUDITORIA INDEPENDENTE**

O Auditor Independente foi contratado pelo Fundo para realizar a revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.

Como resultado dos trabalhos realizados pelo Auditor Independente serão emitidos os seguintes documentos:

- (i) Relatório sobre as demonstrações financeiras do Fundo, compreendendo:
- Demonstrações da composição e diversificação das aplicações;
  - Demonstrações das evoluções do Patrimônio Líquido; e
  - Notas explicativas às demonstrações financeiras;
- (ii) Parecer dos auditores independentes; e
- (iii) Relatório de recomendações e descumprimento de normas incluindo aspectos relacionados aos controles internos, práticas contábeis utilizadas e o não-cumprimento de leis e regulamentação, se aplicável.

Pela prestação de serviços de revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, o Auditor Independente fará jus à remuneração anual de R\$20.000,00 (vinte mil reais).

#### **CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS**

Por meio do Contrato de Distribuição, o Administrador, em nome do Fundo, contratou o Coordenador Líder para a prestação dos serviços de distribuição pública das Quotas Seniores referentes à 1ª Série, em regime de melhores esforços de colocação. Para maiores informações ver seção “Procedimento de Distribuição das Quotas Seniores” deste Prospecto.

*Não foi identificado nenhum evento nos contratos firmados pelo Fundo que possa acarretar a liquidação ou amortização antecipada dos Direitos de Créditos cedidos ao Fundo.*

## CARACTERÍSTICAS DA PERFORMANCE DA CARTEIRA

### Informações de Inadimplementos, Perdas ou Pré-Pagamentos de créditos da mesma natureza dos Direitos de Crédito - Revisão da Carteira de Recebíveis Realizada pela KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

No dia 12 de julho de 2011, a KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. concluiu a revisão da carteira de recebíveis do Cedente.

As informações contidas no gráfico abaixo, relativas às características demográficas dos recebíveis e de sua performance de pagamentos, foram executadas por meio da leitura e da compilação de uma base de dados fornecida pela área de tecnologia do Cedente, compreendendo recebíveis originados pelo Cedente para um período de 38 meses, compreendido entre 1º de fevereiro de 2008 e 31 de março de 2011, considerando o “Aging” de pagamentos: apresenta os recebimentos ocorridos, bem como os volumes financeiros vencidos e não liquidados, ambos segregados por faixas de prazos.

Situação	Leves			Motos			Consolidado		
	R\$(000)	%	% Acum.	R\$(000)	%	% Acum.	R\$(000)	%	% Acum.
<b>Total sob análise</b>	<b>513.158</b>			<b>313.926</b>			<b>827.084</b>		
(-) Desconto	6.268			3.720			9.989		
(+) Multa	4.961			4.281			9.242		
(-) Contratos cancelados	1.025			753			1.779		
(-) Contratos renegociados	217			265			482		
(-) Contratos retomados	1.409			253			1.661		
(-) Parcelas a vencer	343.485			170.624			514.109		
(-) Contratos pré-liquidados	11.431			6.862			18.293		
<i>(-) Parcelas pré-liquidadas</i>									
Parcelas pré-liquidadas acima de 360	4.516			2.387	-		6.903		
Parcelas pré-liquidadas de 181 a 360 dias	2.700			1.682	-		4.382		
Parcelas pré-liquidadas de 151 a 180 dias	544			356	-		901		
Parcelas pré-liquidadas de 121 a 150 dias	580			372	-		952		
Parcelas pré-liquidadas de 91 a 120 dias	605			401	-		1.006		
Parcelas pré-liquidadas de 61 a 90 dias	641			421	-		1.062		
Parcelas pré-liquidadas de 31 a 60 dias	673			454	-		1.127		
Parcelas pré-liquidadas de 16 a 30 dias	350			233	-		583		
Parcelas pré-liquidadas de 1 a 15 dias	322			217	-		539		
<i>(-) Parcelas liquidadas com atraso</i>									
Atraso acima de 360	11			13			24		
Atraso de 181 a 360 dias	38			31			69		
Atraso de 151 a 180 dias	14			11			24		
Atraso de 121 a 150 dias	19			12			31		
Atraso de 91 a 120 dias	24			17			40		
Atraso de 61 a 90 dias	39			32			70		
Atraso de 31 a 60 dias	80			62			142		
Atraso de 16 a 30 dias	77			46			123		
Atraso de 1 a 15 dias	198			116			314		
<b>Total vencido e/ou liquidado</b>	<b>154.284</b>	<b>100,0%</b>		<b>135.730</b>	<b>100,0%</b>		<b>290.014</b>	<b>100,0%</b>	
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	367	0,2%	0,2%	392	0,3%	0,3%	760	0,3%	0,26%
Parcelas antecipadas de 151 a 180 dias	76	0,0%	0,3%	94	0,1%	0,4%	169	0,1%	0,32%
Parcelas antecipadas de 121 a 150 dias	110	0,1%	0,4%	134	0,1%	0,5%	244	0,1%	0,40%
Parcelas antecipadas de 91 a 120 dias	166	0,1%	0,5%	198	0,1%	0,6%	365	0,1%	0,53%
Parcelas antecipadas de 61 a 90 dias	305	0,2%	0,7%	353	0,3%	0,9%	659	0,2%	0,76%
Parcelas antecipadas de 31 a 60 dias	1.117	0,7%	1,4%	1.193	0,9%	1,7%	2.310	0,8%	1,55%
Parcelas antecipadas de 16 a 30 dias	3.872	2,5%	3,9%	3.572	2,6%	4,4%	7.444	2,6%	4,12%
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	42.969	27,9%	31,7%	33.794	24,9%	29,3%	76.763	26,5%	30,59%
Parcelas liquidadas no vencimento	19.751	12,8%	44,6%	14.762	10,9%	40,1%	34.514	11,9%	42,49%
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	36.924	23,9%	68,5%	31.162	23,0%	63,1%	68.085	23,5%	65,97%
Parcelas liquidadas de 16 a 30 dias	13.151	8,5%	77,0%	11.098	8,2%	71,3%	24.249	8,4%	74,33%
Parcelas liquidadas de 31 a 60 dias	10.685	6,9%	83,9%	8.917	6,6%	77,9%	19.602	6,8%	81,09%
Parcelas liquidadas de 61 a 90 dias	4.067	2,6%	86,6%	3.339	2,5%	80,3%	7.407	2,6%	83,64%
Parcelas liquidadas de 91 a 120 dias	1.556	1,0%	87,6%	1.412	1,0%	81,4%	2.968	1,0%	84,66%
Parcelas liquidadas de 121 a 150 dias	737	0,5%	88,1%	667	0,5%	81,8%	1.404	0,5%	85,15%
Parcelas liquidadas de 151 a 180 dias	382	0,2%	88,3%	374	0,3%	82,1%	756	0,3%	85,41%
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	663	0,4%	88,7%	772	0,6%	82,7%	1.435	0,5%	85,90%
Parcelas vencidas até 15 dias	2.424	1,6%	90,3%	1.781	1,3%	84,0%	4.205	1,4%	87,35%
Parcelas vencidas de 16 a 30 dias	1.451	0,9%	91,2%	1.152	0,8%	84,8%	2.603	0,9%	88,25%
Parcelas vencidas de 31 a 60 dias	2.093	1,4%	92,6%	1.897	1,4%	86,2%	3.990	1,4%	89,63%
Parcelas vencidas de 61 a 90 dias	1.268	0,8%	93,4%	1.344	1,0%	87,2%	2.612	0,9%	90,53%
Parcelas vencidas de 91 a 120 dias	1.041	0,7%	94,1%	1.207	0,9%	88,1%	2.248	0,8%	91,30%
Parcelas vencidas de 121 a 150 dias	910	0,6%	94,7%	1.128	0,8%	89,0%	2.038	0,7%	92,01%
Parcelas vencidas de 151 a 180 dias	795	0,5%	95,2%	1.026	0,8%	89,7%	1.822	0,6%	92,63%
Parcelas vencidas acima de 180 dias	7.403	4,8%	100,0%	13.961	10,3%	100,0%	21.363	7,4%	100,00%

Ressaltam-se na tabela acima as informações sobre as carteiras de Veículos Leves e Motocicletas que possuem comportamento de pagamento e inadimplência muito próximos. A razão desta relação próxima está no público-alvo atendido pelo Banco Ficsa, que é basicamente composto pelas classes C, D e E.

Como padrão, o comportamento de pagamento deste público apresenta alta volatilidade na faixa de liquidação até 30 (trinta) dias, já que há claramente uma dificuldade de ajuste de fluxo de caixa pessoal. A data do salário e/ou do adiantamento do salário nem sempre coincidem com as datas de vencimentos das parcelas. Este descasamento é claramente demonstrado na planilha.

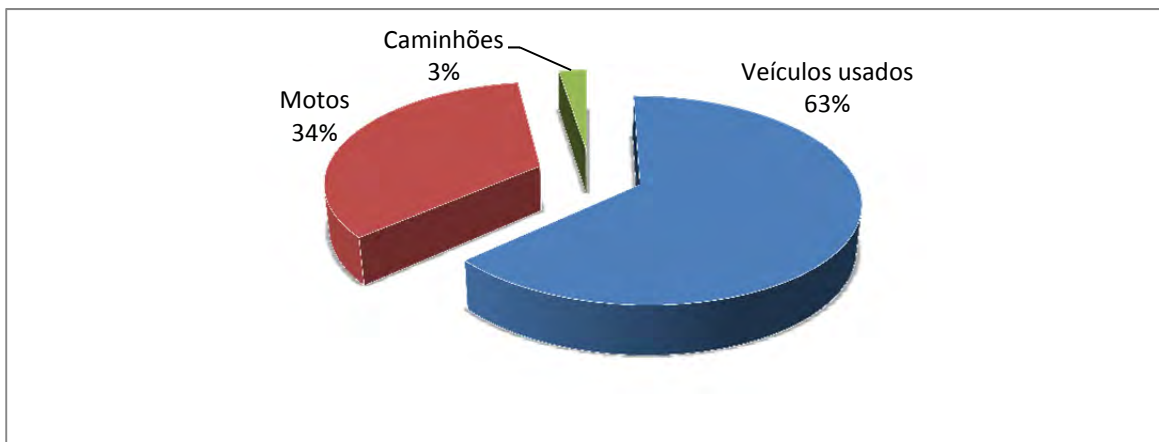
Quando tratamos de pagamento antecipado de parcela (faixa de 1 a 15 dias), o volume chega a 30,59% do total de recebimentos na consolidação das carteiras de Veículos Leves e de Motocicletas.

No outro vértice, de pagamento com atraso (faixas de 1 a 15 dias e de 16 a 30 dias), o índice é de 31,90%, também considerando as carteiras consolidadas.

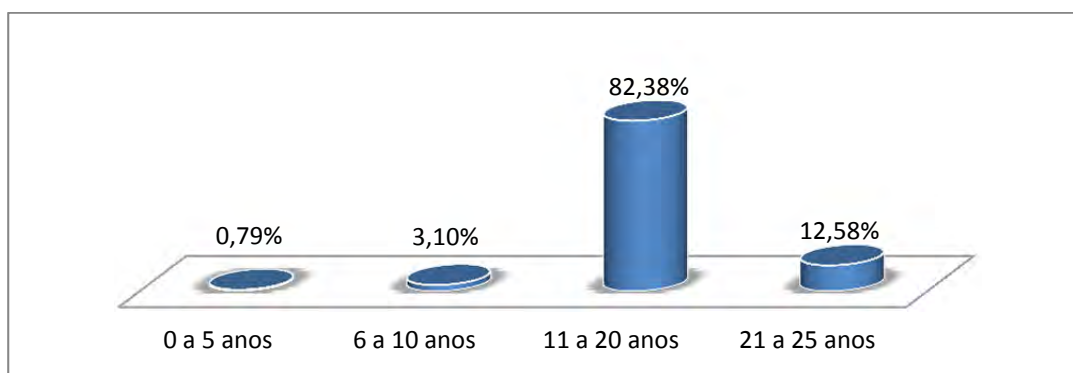
Dos índices de atraso, as parcelas vencidas acima de 180 dias apresentam índice de 7,4%, o que é bastante factível para o mercado de financiamento de veículos usados com média de 15 anos de uso.

Os volumes de financiamentos de Veículos Leves usados e Motocicletas vêm aumento de maneira consistente e com qualidade, conforme se verifica da revisão da carteira realizada pela KPMG.

Atualmente, na distribuição de volumes de operações de financiamentos, a participação de cada produto está dividida conforme o quadro abaixo:



Quando consideramos o ano de fabricação/uso, a carteira de Veículos Leves apresenta concentração entre 11 e 20 anos, notadamente na faixa de 15 a 17 anos de uso, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Já as Motocicletas apresentam forte concentração em anos de uso na faixa de 0 a 5 anos, que representa cerca de 85% do volume.

***Para maiores informações sobre as características da performance da carteira do Cedente, vide Anexo V deste Prospecto - Relatório “Revisão da carteira de recebíveis” elaborado pelo Auditor Independente.***

## FATORES DE RISCO

*Antes de decidir investir nas Quotas do Fundo, os interessados devem analisar, cuidadosamente, considerando sua própria situação financeira e objetivos de investimento, todas as informações constantes deste Prospecto e, especialmente, avaliar os fatores de risco descritos nesta seção.*

*Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que o Administrador, o Custodiante, a Gestora ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.*

*As aplicações dos Quotistas não contam com garantia do Administrador, da Gestora, do Custodiante, do Coordenador Líder, da, de suas Partes Relacionadas, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.*

A Carteira do Fundo, e, por consequência, seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais se destacam, de forma não taxativa, os abaixo relacionados. Antes de adquirir Quotas, o investidor deve ler cuidadosamente este Capítulo.

### RISCOS DE MERCADO

Efeitos da política econômica do Governo Federal. O Fundo, seus ativos, o Cedente e os Financiados estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, consequentemente, também na economia do Brasil. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, aumento ou diminuição da taxa de juros, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados do Cedente, os setores econômicos específicos em que atua, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados do Cedente, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos Financiados.

Risco de descasamento de taxas. O Fundo aplicará suas Disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino será atualizado de acordo com as Metas de Rentabilidade Prioritária atreladas ao IPCA ou à Taxa DI, conforme estabelecidas em cada Suplemento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que o Cedente, o Administrador e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

Flutuação dos Ativos Financeiros. O valor dos Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do

valor dos Ativos Financeiros, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da Carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

## **RISCOS DE CRÉDITO**

*Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito.* Decorre da capacidade dos Financiados em honrarem seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. O Fundo sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos de Crédito detidos em Carteira que estejam vencidos e não pagos e do não cumprimento, pelo Financiados, de suas obrigações para com o Cedente e o Fundo, conforme o caso. O Fundo somente procederá ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os pagamentos dos Direitos de Créditos sejam pagos pelos Financiados, não havendo garantia de que o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas em cada Suplemento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador e pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Ademais, o Cedente somente tem responsabilidade pela existência e correta originação e formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos da legislação aplicável, não assumindo nenhuma responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Financiados e outros devedores dos Direitos de Crédito.

Em caso de instauração de pedido de falência, recuperação judicial, de plano de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência dos Financiados, o Fundo poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua carteira, o que poderá afetar adversamente os resultados do Fundo.

*Risco de Crédito relativo aos Ativos Financeiros.* Decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos Ativos Financeiros desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

*Risco da notificação.* A notificação acerca da cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos do artigo 290 do Código Civil Brasileiro, não será feita aos Financiados de tais Direitos de Crédito no momento da cessão, mas somente em caso de rescisão do Contrato de Cessão ou caso solicitado pelo Administrador, o que pode resultar em riscos adicionais para o Fundo em caso de pagamentos efetuados pelos Financiados diretamente ao Cedente até o momento da respectiva notificação.

*Risco de formalização dos Direitos de Crédito.* O Custodiante realizará, diretamente ou por meio de terceiros contratados, a verificação do lastro dos Direitos de Crédito trimestralmente, apenas através de auditoria periódica, por amostragem. Até a realização dessa auditoria, ou mesmo após sua realização, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito com irregularidades no que se refere à sua constituição, podendo assim obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito por ele adquiridos.

*Risco de concentração dos Direitos de Crédito em uma modalidade de financiamento.* Os Direitos de Crédito componentes da Carteira do Fundo são decorrentes de financiamentos para a aquisição de Veículos Leves, Veículos Pesados ou Motocicletas, novos ou usados. Eventos extraordinários que venham a prejudicar os direitos de detentores de Direitos de Crédito decorrentes de financiamentos de Veículos Leves, Veículos Pesados ou Motocicletas, novos ou usados, tais como decisões judiciais, ações governamentais, ou condições econômicas, podem acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas Seniores.

*Risco de decisões judiciais.* Em função de decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal – STF, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.591, foi considerado aplicável o Código de Defesa do Consumidor (“CDC”) às atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras. Neste sentido, há o risco de os Financiados não realizarem o pagamento de obrigações contratadas no âmbito dos Contratos de Financiamento de Veículo, ou realizarem o pagamento a menor, com base em decisões judiciais fundamentadas no CDC, o que poderá acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

*Transferência da Reserva do Gravame no SNG.* Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo representados por Contratos de Financiamento de Veículo são oriundos de financiamentos cujos veículos financiados têm a reserva do gravame devidamente registrada em favor do Cedente. A reserva do gravame no SNG permite a transferência da propriedade fiduciária do veículo para o Cedente, e a consequente execução em caso de inadimplemento. A reserva de gravame dos veículos no SNG, porém, permanece com o Cedente, e não é transferida ao Fundo no momento da cessão dos Direitos de Crédito. Atualmente, o Cedente é o agente de cobrança do Fundo. No entanto, caso o Fundo decida contratar outro agente de cobrança, poderá se utilizar da procuração que lhe foi outorgada pelo Cedente para transferir a reserva do gravame dos veículos no SNG para o Fundo. É possível que o procedimento de transferência da reserva do gravame no SNG seja moroso, ou mesmo inviável, o que dificultaria a execução de eventuais Financiados inadimplentes.

*Veículos garantidos por alienação fiduciária.* Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo representados por Contratos de Financiamento de Veículo são oriundos de financiamentos e são garantidos por alienação fiduciária de veículos. É possível que, em eventual execução do Financiamento inadimplente, o veículo, objeto da alienação fiduciária, não seja encontrado, ou o seu valor de venda seja insuficiente para o pagamento integral da dívida. Nessa hipótese, ocorrerá a redução do Patrimônio Líquido do Fundo e o rendimento das Quotas poderá ser negativamente afetado.

## **RISCOS DE LIQUIDEZ**

*Liquidez relativa aos Ativos Financeiros.* Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os Ativos Financeiros integrantes da Carteira são negociados e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo está sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em Carteira, situação em que o Fundo pode não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgates de suas Quotas.

*Liquidez relativa aos Direitos de Crédito.* O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em Carteira, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perdas ao patrimônio do Fundo.

*Liquidez para negociação das Quotas em mercado secundário.* Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

*Liquidação antecipada do Fundo.* Por conta da falta de liquidez dos Direitos de Crédito e das Quotas descritas no item anterior, e pelo fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, o que inviabiliza o resgate de suas Quotas antes do prazo final de resgate, as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) a ocorrência de casos de liquidação antecipada do Fundo



previstos no Regulamento, e deliberação, pela Assembleia Geral, sobre a liquidação antecipada do Fundo e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Ocorrendo qualquer uma das hipóteses de liquidação antecipada previstas no Regulamento do Fundo, o Fundo poderá não ter recursos disponíveis em moeda corrente nacional para realizar o pagamento aos Quotistas, hipótese em que poderá ter que pagá-los com os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros detidos em Carteira.

*Amortização e resgate condicionado das Quotas.* As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos Financiados; e (ii) dos Ativos Financeiros pelos respectivos emissores. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas.

Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto o Administrador quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, na hipótese de atraso ou falta de pagamento de amortizações ou resgates em virtude de inexistência de recursos suficientes no Fundo.

*Reserva de Amortização não constitui garantia de pagamento.* O Fundo constituirá Reserva de Amortização, com a finalidade de pagar as amortizações das Quotas Seniores. Todavia, o Fundo poderá não ter recursos suficientes para a constituição da Reserva de Amortização devido aos riscos de liquidez dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros. É também possível que, não obstante a devida constituição da Reserva de Amortização, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de tais amortizações. Desse modo, a existência da Reserva de Amortização não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino.

## **RISCOS OPERACIONAIS**

*Falhas de Procedimentos.* Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pelo Cedente podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento.

*Risco de enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade e de atendimento das Condições Adicionais.* Falhas (i) na verificação do atendimento aos Critérios de Elegibilidade (por parte do Custodiante) quando da aquisição Direitos de Crédito, ou (ii) na verificação do atendimento das Condições Adicionais (por parte do Cedente), podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis, sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento, e consequentemente implicar no rebaixamento da classificação de risco originalmente atribuída pela Agência de Classificação de Risco às Quotas Seniores e às Quotas Mezanino.

*Documentos Comprobatórios.* O Custodiante é o responsável legal pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo. O Custodiante delegará a guarda dos Documentos Comprobatórios ao Cedente, que também poderá contratar empresa especializada na guarda de documentos, sem afastar sua responsabilidade legal e sua responsabilidade perante o Fundo e os Quotistas pela guarda dos referidos documentos. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos para verificar a sua regularidade. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

A guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida originação e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

*Movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo – Risco de Fungibilidade.* Quando da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo pelo Cedente, este solicitará ao Cedente que realize as devidas alterações nos respectivos procedimentos de cobrança para possibilitar que todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo sejam creditados diretamente na Conta do Fundo.

Apesar de o Fundo contar com a obrigação do Cedente de realizar as devidas alterações nos procedimentos de cobrança para possibilitar o depósito dos recursos oriundos da liquidação dos Direitos de Crédito diretamente na Conta do Fundo, em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas poderá ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Em virtude de liquidação antecipada dos Contratos de Financiamento de Veículo, os pagamentos feitos pelos Financiados poderão ser efetuados diretamente junto ao Cedente, que receberão tais valores na qualidade de depositários, em benefício do Fundo, com a obrigação de repassar imediatamente os valores para a Conta do Fundo. Caso haja qualquer problema de crédito do Cedente, tais como intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outros procedimentos de proteção de credores, o Fundo poderá não receber os pagamentos pontualmente, e poderá ter custos adicionais com a recuperação de tais valores. Além disso, caso seja iniciado processo de intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outro procedimento similar de proteção de credores envolvendo o Cedente, os valores de tempos em tempos depositados na Conta do Cedente poderão ser bloqueados, por medida judicial ou administrativa, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

*Risco de sistemas.* Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos do Cedente, Custodiante, Administrador e do Fundo se darão livres de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

*Risco de Cobrança.* A titularidade dos Direitos de Crédito é do Fundo e, portanto, o Fundo detém os direitos de cobrar os respectivos devedores inadimplentes. Porém, de acordo com o disposto no Capítulo X do Regulamento, o Cedente é nomeado pelo Custodiante como agente de cobrança do Fundo, dispondo de poderes para cobrar os Financiados inadimplentes judicialmente. Embora o Regulamento crie mecanismos de controle quanto à forma como a cobrança deva ser feita, não há garantias de que o Cedente desempenhará tal cobrança da mesma forma e com o mesmo grau de eficiência com que o legítimo proprietário dos Direitos de Crédito a desempenharia. O insucesso na cobrança dos Direitos de Crédito inadimplidos poderá acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

*Cobrança judicial e extrajudicial.* No caso de os Financiados inadimplirem as obrigações de pagamento dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nada garante, porém, que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos. Assim, a cobrança dos valores inadimplidos poderá implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e afetar negativamente a rentabilidade das Quotas Seniores.

*Formalização da Cessão de Créditos.* Conforme previsto no Contrato de Cessão, o pagamento, pelo Fundo, dos Direitos de Crédito adquiridos do Cedente, ocorrerá após a troca de arquivos eletrônicos entre o Fundo e o Cedente, e o envio por este, por fac símile, de via assinada do Termo de Cessão (documento que especifica os créditos objeto de uma cessão específica). Não obstante o Cedente ter se comprometido a enviar a via original, devidamente assinada, do Termo de Cessão no prazo de 3 (três) Dias Úteis do seu recebimento, o pagamento da cessão ocorrerá previamente ao recebimento, pelo Fundo, de tal via assinada. Caso o Cedente deixe de enviar o Termo de Cessão original ao Fundo, por qualquer motivo, o Fundo poderá ter dificuldades

em comprovar a titularidade dos Direitos de Crédito objeto da cessão, ou em fazer prova da cessão em juízo, em eventual ação de cobrança dos referidos Direitos de Crédito.

Adicionalmente, observa-se que o Contrato de Cessão estabelece que as vias originais de cada Termo de Cessão deverão ser registradas no Cartório de Registro de Títulos e Documentos na sede do Fundo e da Cedente em até 20 (vinte) dias contados de sua celebração. Caso, anteriormente ao registro da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo perante o Cartório de Títulos e Documentos: (i) os referidos Direitos de Crédito venham a ser cedidos novamente a terceiros e tal cessão venha a ser registrada perante o Cartório competente, (ii) venham a ser lavradas penhoras ou (iii) venham a ser instituídas outras disputas sobre a titularidade/disponibilidade dos mesmos, os Direitos de Crédito em questão poderão não ser considerados de titularidade do Fundo. O insucesso em impor a validade da cessão perante terceiros, bem como na cobrança dos Direitos Creditórios pode acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

Risco relativo à regularidade da documentação relativa aos Direitos de Crédito. Quando da oferta dos Direitos de Crédito pelo Cedente ao Fundo, o Administrador e o Custodiante não verificarão se os respectivos Direitos de Crédito (i) estão amparados por Documentos Comprobatórios que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito, sendo certo que tal verificação será realizada a posteriori, por meio de auditoria por amostragem; (ii) apresentem qualquer vício ou defeito que prejudique a sua cobrança em face do devedor ou do originador; ou (iii) sejam objeto de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente a aquisição do mesmo pelo Fundo. A inexistência de Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos de Crédito e a ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos poderá resultar em redução no valor do Patrimônio Líquido e, conseqüentemente, em perdas para os Quotistas.

Cessão de Direitos Creditórios para outros fundos de investimento; possibilidade de insuficiência de Direitos Creditórios para cessão ao Fundo. Existem outros fundos de investimento em direitos creditórios registrados na CVM que têm por objeto a aquisição de direitos creditórios do Cedente. Contudo, o Cedente não oferece quaisquer garantias no que diz respeito à porcentagem de direitos de crédito que deverá ser cedida para cada fundo em particular ou a qualquer forma de prioridade ou preferência para adquirir direitos de crédito entre os fundos em que figura como cedente. Em caso de diminuição da originação de direitos de crédito pelo Cedente, não há garantias de que este possuirá direitos de crédito em montante suficiente para oferecer à cessão ao Fundo ou a qualquer dos demais fundos de investimento referidos, ou mesmo em atendimento a eventuais acordos celebrados com outras instituições financeiras para aquisição de direitos de crédito. Assim, poderá não haver direitos de crédito disponíveis para aquisição pelo Fundo. A impossibilidade de adquirir direitos de crédito pode culminar na inexistência de Direitos de Crédito em Carteira e na liquidação do Fundo.

## **RISCOS DO CEDENTE**

Descumprimento e descontinuidade do Contrato de Cessão. Em virtude do disposto no Regulamento e no Contrato de Cessão, o Cedente está obrigado a ceder Direitos de Crédito ao Fundo. Caso o Cedente, por qualquer motivo, interrompa a cessão de Direitos de Crédito, é possível que o Fundo passe a apresentar excesso de liquidez, ou/e deixe de observar a alocação mínima em Direitos de Crédito. Quaisquer dessas hipóteses poderiam levar à liquidação antecipada do Fundo.

Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são oriundos de cédulas de crédito bancário. Essas cédulas e demais documentos relativos aos Direitos de Crédito do Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, pode ser necessária decisão judicial para determinação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Financiados, ou ainda, no caso de submissão dos Documentos Comprobatórios à decisão judicial, pode ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo pode sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

Invalidade ou Ineficácia da Cessão de Direitos de Crédito. A cessão de Direitos de Crédito pode ser nula, anulável ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, na ocorrência dos seguintes eventos:

- (a) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estiver insolvente ou em decorrência do referido ato ilícito passasse ao estado de insolvência;
- (b) fraude à execução, caso (a) quando da cessão o Cedente for sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos de Crédito cedidos pender demanda judicial fundada em direito real;
- (c) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal; e
- (d) fraude falimentar, caso a cessão tenha sido realizada com a intenção de prejudicar credores.

*Irregularidades dos Documentos Comprobatórios.* Os Documentos Comprobatórios podem eventualmente conter irregularidades, como falhas na sua elaboração e erros materiais. Por este motivo, eventual cobrança em juízo dos devedores poderá ser menos célere do que o usual, podendo ser necessária a adoção de ação monitória ou ordinária em vez de execução de título extrajudicial (que em tese poderia ser mais célere). Assim, o Fundo poderá permanecer longo tempo sem receber os recursos oriundos dos Direitos de Crédito cedidos discutidos judicialmente, o que pode lhe causar prejuízo patrimonial. Ademais, o procedimento de cobrança judicial dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo pode se delongar, ou se tornar inviabilizado, caso o Cedente, na qualidade de fiel depositário dos Documentos Comprobatórios demore a restituir ou não restitua os documentos do Fundo em seu poder. Tais hipóteses configurariam prejuízo para a rentabilidade e o patrimônio do Fundo.

## **OUTROS RISCOS**

*Risco de descontinuidade.* A política de investimento do Fundo descrita no Capítulo VII estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos de Crédito originados pelo Cedente. Sendo assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito pelo Cedente.

Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas, quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares da Cedente e da capacidade desta de continuar originando Direitos de Crédito Elegíveis para o Fundo conforme os Critérios de Elegibilidade e as Condições Adicionais estabelecidas no Capítulo VIII do Regulamento e de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo VII do Regulamento.

*Riscos e custos de cobrança.* Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos Quotistas, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembleia Geral. O Administrador, o Custodiante, o Cedente e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores e Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

*Limitação do gerenciamento de riscos.* A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Quotistas. Embora o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

*Risco decorrente da precificação dos ativos.* Os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiro (Mark-to-market), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

*Inexistência de garantia de rentabilidade.* O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, seja pelo Administrador, pela Gestora, pelo Custodiante, pelo Cedente, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada nos respectivos Suplementos. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

*Riscos provenientes do uso de derivativos.* Com a única finalidade de proteger as posições detidas à vista pelo Fundo (hedge), o Administrador, em nome do Fundo, poderá contratar operações no mercado de derivativos. Tais operações, entretanto, poderão afetar negativamente a rentabilidade do Fundo de tal forma que os Quotistas poderão suportar prejuízos em decorrência da utilização destes instrumentos.

*Perecimento ou roubo do veículo objeto do Financiamento.* Para a concessão dos Financiamentos aos Financiados não se exige que o veículo dado em garantia tenha seguro contra roubo ou acidentes. As chances de recuperação de valores inadimplidos em processos de execução de dívidas garantidas por alienação fiduciária estão diretamente relacionadas à possibilidade de localização e ao valor do bem dado em garantia. Sendo assim, o roubo, furto ou perecimento de veículos dados em garantia aos Direitos de Crédito cujos Financiados estejam inadimplentes poderá afetar negativamente a rentabilidade das Quotas.

*Risco de Pré-pagamento.* Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes do pagamento antecipado pelos devedores dos Direitos de Crédito com taxa de desconto que possam afetar a rentabilidade da carteira do Fundo.

*Risco de pagamento antecipado.* Os devedores dos Direitos de Crédito têm a faculdade legal de liquidar antecipadamente os empréstimos contraídos junto ao Cedente, sendo que na ocorrência desse fato, o saldo devedor é trazido a valor presente, descontando-se a taxa de juros que incidiria sobre as parcelas vincendas. O possível prejuízo que decorreria da diferença positiva entre o valor a receber das parcelas liquidadas antecipadamente, trazido a valor presente pela taxa de cessão dos Direitos de Crédito cedidos, e a quantia pega pelo devedor dos Direitos de Crédito na liquidação antecipada deverá ser absorvido pelo Cedente. Caso o Cedente não honre sua obrigação, a rentabilidade do Fundo poderá ser afetada negativamente.

*Resgate por meio de dação em pagamento dos ativos integrantes de sua carteira.* No caso de ocorrência da hipótese de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos de Crédito. Neste caso, além de estarem sujeitos ao risco de liquidez dos Direitos de Crédito e ao risco de inexistência de mercado secundário, aos Quotistas poderão incorrer custos de custódia dos Direitos de Crédito e dos Documentos Comprobatórios, inclusive custos com advogados para o acompanhamento das ações judiciais que originaram os respectivos Direitos de Crédito e despesas processuais.

*Alteração do Regulamento.* O Regulamento pode ser alterado, independentemente da realização de Assembléia Geral, em consequência de normas legais ou regulamentares, ou por determinação da CVM. Da mesma forma, normas que afetam diretamente o Fundo também podem ser alteradas. Tais alterações podem afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Quotistas.

## **ANEXOS**

---

- **ANEXO I** - Regulamento do Fundo
- **ANEXO II** - Ato de constituição do Fundo datado de 15 de setembro de 2011
- **ANEXO III** - Suplemento da 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo
- **ANEXO IV** - Súmula de Classificação de Risco
- **ANEXO V** - Relatório “Revisão da carteira de recebíveis” elaborado pelo Auditor Independente

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**ANEXO I**  
**Regulamento do Fundo**



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DELIBERAÇÃO DE TERCEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA PREMIUM  
VEÍCULOS I.**

**BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição com sede na Cidade de Deus, 4º andar, Prédio Prata - Vila Yara, Osasco, São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, na qualidade de instituição administradora (“Instituição Administradora”) do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA PREMIUM VEÍCULOS I**, fundo de investimento em direitos creditórios constituído em 15.09.2011, cujo regulamento foi registrado sob o nº 253483, perante o 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo (“Fundo” e “Regulamento”, respectivamente).

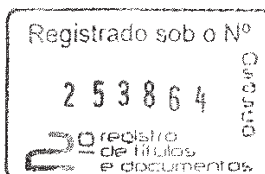
**CONSIDERANDO QUE:**

- i) em 03 de outubro de 2011, o Fundo deliberou pela Primeira Alteração do Regulamento, registrado no 2º Ofício de Registro e Títulos de Documentos da cidade de Osasco, sob o nº 253798;
- ii) em 05 de outubro de 2011, o Fundo deliberou pela Segunda Alteração do Regulamento, registrado no 2º Ofício de Registro e Títulos de Documentos da cidade de Osasco, sob o nº 253835;
- iii) até a presente data, não foi iniciada a subscrição das cotas do Fundo;
- iv) não havendo cotistas no Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução CVM nº 356/01; e
- v) a Instituição Administradora deseja promover a Terceira Alteração no Regulamento;

**RESOLVE:**

**1. Alterar o caput do Artigo 43, que passa a vigorar com a redação abaixo:**

*“Artigo 43 A partir da Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes*





valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação; ou (ii) o valor unitário de abertura da Quota Sênior em vigor no dia da integralização, amortização ou resgate, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para a série no respectivo Suplemento de Quotas Seniores."

**2. Alterar o caput do Artigo 44, que passa a vigorar com a redação abaixo:**

*"Artigo 44 A partir da Data de Emissão de cada classe de Quotas Mezanino, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores em Circulação, dividido pelo número de Quotas Mezanino em circulação; ou (ii) o valor unitário de abertura da Quota Mezanino em vigor no dia da integralização, amortização ou resgate, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida no respectivo Suplemento de Quotas Mezanino."*

**3. Ratificar todos os demais termos e respectivos anexos do Regulamento, que a passa a vigorar segundo versão consolidada anexa.**

**4. Estando assim deliberada a Terceira Alteração do Regulamento do "FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA PREMIUM VEÍCULOS I", vai a presente assinada em 4 (quatro) vias de igual forma e teor.**

**5. Esta deliberação, com o regulamento do Fundo, deverá ser registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo.**

Osasco, 06 de outubro de 2011.

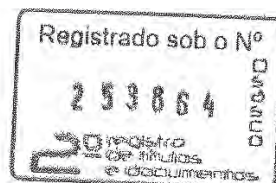
**BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

120108 - José Ary de Camargo Sales Neto

04.355 - Ademar Rulino dos Santos

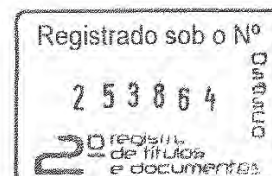
2º. OFICIAL DE REGISTRO TÍTULOS DOCUMENTOS  
DE OSASCO - SP  
Rua Dante Battistoni, 249  
Centro - Osasco - SP CEP 06013-030  
APRESENTADO HOJE PROTOCOLADO, REGISTRADO E  
MICROFILMADO SOB N.º 253864, DO LIVRO B  
Osasco, 06 de outubro de 2011  
ANDREA C. S. DE ALMEIDA / KATIANE DA M. EVANGELISTA  
SÔNIA MARIA DA COSTA PEREIRA  
PROTOCOLO N.º 253864  
Total Pago R\$ 488,46. Este valor inclui 32% devidos  
ao Estado e 20% à CART Previdência do IPESP, sobre  
R\$ 304,88 devido ao Oficial.

2



**ANEXO À DELIBERAÇÃO DE TERCEIRA ALTERAÇÃO DO  
REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS FICSA PREMIUM VEÍCULOS I**

**REGULAMENTO CONSOLIDADO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM  
DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA PREMIUM VEÍCULOS I.**



---

**REGULAMENTO**

**DO**

**“FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA PREMIUM VEÍCULOS I”**

Datado de

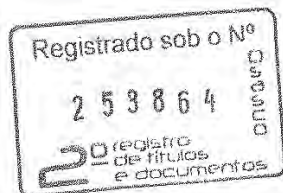
06 de outubro de 2011





## ÍNDICE

CAPÍTULO I - FORMA DE CONSTITUIÇÃO E PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO .....	3
CAPÍTULO II – ORIGEM DOS DIREITOS DE CRÉDITOS .....	3
CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO .....	3
CAPÍTULO IV - ADMINISTRADOR .....	4
CAPÍTULO V- SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DO ADMINISTRADOR .....	8
CAPÍTULO VI - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS .....	9
CAPÍTULO VII - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA .....	13
CAPÍTULO VIII – CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES ADICIONAIS .....	15
CAPÍTULO IX - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO .....	18
CAPÍTULO X - POLÍTICA DE COBRANÇA .....	18
CAPÍTULO XI - FATORES DE RISCO .....	18
CAPÍTULO XII - QUOTAS .....	30
CAPÍTULO XIII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS .....	33
CAPÍTULO XIV - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS SENIORES E DAS QUOTAS MEZANINO .....	35
CAPÍTULO XV – RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E RESERVA DE LIQUIDEZ .....	35
CAPÍTULO XVI - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS .....	36
CAPÍTULO XVII - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS .....	37
CAPÍTULO XVIII - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS .....	37
CAPÍTULO XIX - ENQUADRAMENTO ÀS RAZÕES DE GARANTIA .....	38
CAPÍTULO XX - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO .....	40
CAPÍTULO XXI - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO .....	48
CAPÍTULO XXII - ASSEMBLEIA GERAL .....	49
CAPÍTULO XXIII – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	52
CAPÍTULO XXIV – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS .....	53
CAPÍTULO XXV – PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS .....	54
CAPÍTULO XXVI – FACULDADE DO CEDENTE DE RECOMPRAR DIREITOS DE CRÉDITO .....	55
CAPÍTULO XXVII - DISPOSIÇÕES FINAIS .....	56
ANEXO I - DEFINIÇÕES .....	57
ANEXO II – MODELO DE SUPLEMENTO DE QUOTAS SENIORES .....	66
ANEXO III – MODELO DE SUPLEMENTO DE QUOTAS MEZANINO .....	68
ANEXO IV - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA .....	68
ANEXO V – METODOLOGIA ADOTADA PARA VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS DE CRÉDITO POR AMOSTRAGEM .....	69
ANEXO VI - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO .....	71



**REGULAMENTO**  
**DO**  
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA PREMIUM VEÍCULOS I**

O “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA PREMIUM VEÍCULOS I” (“Fundo”) é um fundo de investimento regido pelo presente regulamento (“Regulamento”), pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 356 e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Os termos iniciados em letra maiúscula utilizados neste Regulamento, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído no Anexo I ao presente Regulamento.

**CAPÍTULO I - FORMA DE CONSTITUIÇÃO E PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO**

Artigo 1º O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração, e tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos de Crédito, de acordo com as disposições deste Regulamento.

**CAPÍTULO II – ORIGEM DOS DIREITOS DE CRÉDITOS**

Artigo 2º O Fundo é uma comunhão de recursos destinados, preponderantemente, à aquisição de Direitos de Crédito de acordo com a política de investimento decorrentes de operações de financiamento de veículos novos e/ou usados (Motocicletas, Veículos Leves e Veículos Pesados) que sejam devidamente amparados por documentação fiscal hábil (CRV), garantidas por alienação fiduciária do próprio veículo financiado, celebradas pelo Banco Ficsa S.A., entidade autorizada a funcionar pelo BACEN, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Boa Vista, nº 280, 5º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.348.538/0001-86 (“Cedente”), e seus clientes pessoas físicas e jurídicas (“Financiados”).

Parágrafo 1º Os Direitos de Crédito são representados por cédulas de crédito bancário emitidas pelos Financiados, sendo que cada parcela devida no âmbito da cédula de crédito bancário será considerada, individualmente, um Direito de Crédito.

Parágrafo 2º As cédulas de crédito bancário emitidas pelos Financiados, em conjunto com seus respectivos anexos, seguros, garantias e outros instrumentos vinculados, são doravante denominados “Contratos de Financiamento de Veículo”.

**CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO**





Artigo 3º Somente podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Investidores Qualificados, nos termos da regulamentação em vigor.

#### **CAPÍTULO IV - ADMINISTRADOR**

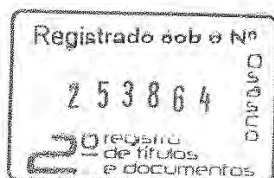
Artigo 4º O Fundo será administrado pela BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade com sede na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.066.670/0001-00, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório nº. 3.067, de 6 de setembro de 1994 (“Administrador”).

Parágrafo Único O Administrador deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) deste Regulamento, (iii) das deliberações da Assembleia Geral, (iv) dos deveres fiduciários de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Artigo 5º Observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares vigentes, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos outros ativos que integrem a carteira do Fundo.

Parágrafo 1º Incluem-se entre as obrigações do Administrador:

- (a) manter atualizados e em perfeita ordem:
  - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - (ii) o registro dos Quotistas;
  - (iii) o livro de atas de assembleias gerais;
  - (iv) o livro de presença de Quotistas;
  - (v) o Prospecto do Fundo;
  - (vi) os demonstrativos trimestrais do Fundo;
  - (vii) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e





- (viii) os relatórios do Auditor Independente;
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio do Custodiante;
- (c) entregar ao Quotista, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do Periódico, da Taxa de Administração e da Taxa de Gestão;
- (d) divulgar no Periódico e na periodicidade prevista neste Regulamento, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, o valor do Patrimônio Líquido, o valor da Quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência de Classificação de Risco;
- (e) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (f) fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- (g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução CVM 356, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo;
- (h) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (i) celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de desconstituição, substituição ou liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, desde que esgotados todos os meios e procedimentos necessários ao seu recebimento e à sua cobrança. O preço de alienação dos ativos de titularidade do Fundo não poderá, sob pena de responsabilização do Administrador por eventuais danos ou prejuízos causados ao Fundo, ser inferior ao seu respectivo valor contábil, exceto quando autorizado neste Regulamento ou pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral; e
- (j) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável dos ativos integrantes da carteira do Fundo e dos direitos e prerrogativas sobre os Seguros de Vida vinculados aos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo. Exceção feita às procurações com poderes da cláusula *ad judicium* e àquelas outorgadas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, e ao Cedente, nos termos do Contrato de Cobrança, que poderão ser outorgadas por prazo



indeterminado, mas com finalidade específica, em todas as demais procurações outorgadas pelo Administrador, em nome do Fundo, constará o respectivo prazo de validade, que não poderá ser superior a 12 (doze) meses contado da data da outorga.

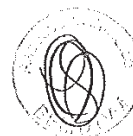
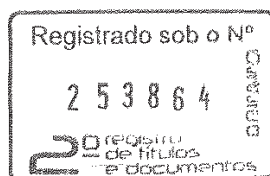
Parágrafo 2º A divulgação das informações previstas no item (d) do Parágrafo 1º acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do sistema financeiro nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do Administrador designado nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 356 pela regularidade na prestação dessas informações.

Parágrafo 3º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 1º acima, são obrigações do Administrador:

- (a) informar à Agência de Classificação de Risco e aos Quotistas:
  - (i) a substituição do Administrador, da Gestora, do Auditor Independente ou do Custodiante;
  - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação; e
  - (iii) a celebração de aditamentos ao Contrato de Cessão, ao Contrato de Gestão, ao Contrato de Custódia e ao Contrato Cobrança.
- (b) franquear o acesso da Agência de Classificação de Risco e do Auditor Independente aos relatórios preparados pelo Custodiante;
- (c) informar os Quotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas do Fundo, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da sua ciência de tal fato; e
- (d) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante, ou qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados quaisquer recursos ou Direitos de Crédito da carteira do Fundo, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos de Crédito para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo.

Parágrafo 4º É vedado ao Administrador:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;



- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

Parágrafo 5º As vedações dispostas no Parágrafo 4º deste Artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras do Administrador, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Parágrafo 6º Excetua-se do disposto no Parágrafo anterior os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes da carteira do Fundo.

Parágrafo 7º É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) realizar operações e negociar com Ativos Financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento;
- (f) vender Quotas do Fundo a prestação;
- (g) vender Quotas do Fundo ao Cedente, exceto quando se tratar de Quotas Júnior;
- (h) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (i) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de Ativos Financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;





- (j) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto no art. 39, inciso II, da Instrução CVM 356;
- (k) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- (l) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

Artigo 6º Pela administração do Fundo, o Administrador receberá, a título de taxa de administração, o montante anual equivalente a 0,4% (quatro décimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ("Taxa de Administração"). Pela gestão do Fundo, a Gestora receberá, a título de taxa de gestão, o montante anual equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ("Taxa de Gestão").

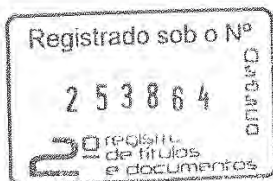
Parágrafo 1º A Taxa de Administração e a Taxa de Gestão serão calculadas e provisionadas diariamente, à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos) por Dia Útil, sobre o Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e serão pagas mensalmente ao Administrador e à Gestora, respectivamente, até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas, como despesas do Fundo.

Parágrafo 2º O valor mínimo mensal da Taxa de Administração será de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), independentemente do valor do Patrimônio Líquido do Fundo.

Artigo 7º O Administrador e a Gestora poderão estabelecer que parcelas da Taxa de Administração e/ou da Taxa de Gestão sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração e/ou da Taxa de Gestão.

## CAPÍTULO V- SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DO ADMINISTRADOR

Artigo 8º Mediante aviso prévio de 60 (sessenta) dias, divulgado no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, por meio eletrônico ou através de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, o Administrador poderá renunciar à administração do Fundo ("Comunicação de Renúncia"), desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável e do disposto no Capítulo XXII abaixo.



Parágrafo 1º No caso de renúncia, o Administrador deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º O Administrador deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Administrador, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações do Administrador, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo 3º Caso, os Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, não indiquem instituição substituta até 60 (sessenta) dias contados da Comunicação de Renúncia, ou por qualquer razão, em até 62 (sessenta e dois) dias contados da Comunicação de Renúncia nenhuma instituição assuma efetivamente todos os deveres e obrigações do Administrador, o Administrador convocará uma Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação do Fundo e comunicará o evento à CVM. Caso não haja quorum suficiente, observado o disposto no Artigo 68 deste Regulamento, para deliberar sobre a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação do Fundo, nos termos do Capítulo XX deste Regulamento.

Artigo 9º Nas hipóteses de substituição do Administrador e de liquidação do Fundo aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor que dispõem sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

## CAPÍTULO VI - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

Artigo 10 A CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ sob nº 52.904.364/0001-08, autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 1055, de 16 de agosto de 1989, será responsável pela prestação ao Fundo dos serviços de gestão de carteira ("Gestora").

Parágrafo 1º A Gestora será responsável pela gestão da carteira do Fundo, de acordo com a política de investimento do Fundo prevista neste Regulamento.

Parágrafo 2º A Gestora, observadas as limitações legais e da Instrução CVM 356 e deste Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à gestão da carteira do Fundo, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que o integrem,





inclusive o de ação e o de comparecer em assembleias gerais ou especiais atinentes aos ativos que compõem a carteira do Fundo.

Artigo 11 Não obstante o estabelecido no Artigo 10 acima, é de responsabilidade da Gestora:

- (i) validar a Taxa Mínima de Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, conforme o disposto neste Regulamento;
- (ii) executar e supervisionar a conformidade dos investimentos do Fundo com a política de investimentos descrita neste Regulamento;
- (iii) monitorar o desempenho do Fundo, a forma de valorização das Quotas e a evolução do valor do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (iv) sugerir ao Administrador modificações neste Regulamento no que se refere às competências de gestão dos investimentos do Fundo ou qualquer outra que julgue necessária;
- (v) propor a convocação de Assembleia Geral de Quotistas; e
- (vi) participar e votar em assembleias gerais de ativos e emissores de Ativos Financeiros que componham a carteira do Fundo, representando o Fundo, com poderes para deliberar e votar sobre quaisquer assuntos relacionados aos ativos do Fundo, de acordo com os melhores interesses do deste.

Artigo 12 Os serviços de custódia qualificada e controladoria dos Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, bem como o de escrituração das Quotas do Fundo, serão prestados pelo **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, instituição financeira regularmente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, bem como credenciada perante a CVM para a prestação de tais serviços ("Custodiante").

Artigo 13 O Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) receber, verificar e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos de Crédito;
- (b) validar os Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no presente Regulamento;

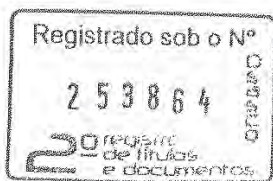


- (c) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos de Crédito evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e Documentos Comprobatórios da operação;
- (d) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativa aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;
- (e) diligenciar para que sejam mantidos, as suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, os Documentos Comprobatórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso ao Auditor Independente, à Agência de Classificação de Risco e aos órgãos reguladores;
- (f) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos do Fundo;
- (g) observar para que somente as ordens emitidas pelo Administrador, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do Fundo; e
- (h) apurar e colocar à disposição do Administrador, diariamente, o valor da Razão de Garantia e da Reserva de Liquidez, bem como disponibilizar relatório que indique a capacidade de caixa para constituição da Reserva de Amortização.

**Artigo 14** O Custodiante fica desde já autorizado a efetuar trimestralmente, ou sempre que entender necessário ou conveniente, a verificação do lastro a que se refere a alínea (a) do Artigo 13 acima por amostragem, na forma do disposto no Anexo V deste Regulamento. O Custodiante poderá contratar, por sua conta e ordem, terceiro para realizar, sob sua responsabilidade, a verificação do lastro dos Direitos de Crédito cedidos. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas ao Administrador, à Gestora, à Agência de Classificação de Risco, ao Auditor Independente, ao Cedente e aos Quotistas.

**Artigo 15** O Custodiante, durante o exercício de suas atividades, não será responsável pela indicação de Direitos de Crédito inadimplidos a serem protestados, ou pela inserção do nome dos Financiados em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Fundo, representado pelo Administrador, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e eventuais ônus dessa decisão, podendo contratar terceiros para o exercício dessa atividade.

**Artigo 16** Sem prejuízo de suas demais responsabilidades nos termos deste Regulamento, o Custodiante contratará o Cedente como fiel depositário para a guarda física dos originais dos Contratos de Financiamento de Veículo, seus anexos, seguros, garantias, e outros documentos que lastrearem os Direitos de Crédito ("Documentos Comprobatórios"), nos termos do





Contrato de Depósito. Ainda, nos termos do Contrato de Depósito, o Cedente declara conhecer as consequências decorrentes da eventual não restituição, quando exigida, das vias originais dos Documentos Comprobatórios, no qual também aceita a nomeação de fiel depositário e assume a responsabilidade por todos os prejuízos que venha a causar ao Fundo, nos termos do artigo 652 do Código Civil Brasileiro.

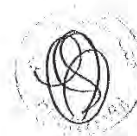
Parágrafo 1º Observado o disposto no Parágrafo 2º abaixo, o Cedente contratará, por meio do Contrato de Depósito, às suas expensas, empresa especializada no armazenamento e depósito de documentos para prestar os serviços de guarda física dos Documentos Comprobatórios, permanecendo o Cedente responsável perante o Fundo e o Custodiante por todos os serviços prestados e eventuais prejuízos a eles causados em decorrência da prestação dos referidos serviços. O Cedente se compromete a manter a totalidade dos Documentos Comprobatórios sob a guarda física da empresa especializada no armazenamento e depósito de documentos contratada nos termos deste Parágrafo 1º, exceto nas hipóteses de necessidade de uso dos Documentos Comprobatórios para cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito a eles relacionados.

Parágrafo 2º A contratação e/ou a substituição da empresa especializada no armazenamento e depósito de documentos, ou seja, do prestador dos serviços de guarda física dos Documentos Comprobatórios, deverá ser previamente comunicada pelo Cedente ao Custodiante, por meio de notificação escrita com os termos da referida contratação e/ou substituição. O Custodiante terá o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento de referida notificação para a aprovação da contratação e/ou da substituição. Ademais, qualquer alteração do Contrato de Depósito deverá, igualmente, contar com a prévia aprovação, por escrito, do Custodiante. Caso o Custodiante não responda à notificação enviada pelo Cedente no prazo estabelecido neste Parágrafo 2º, os termos constantes da notificação serão considerados aprovados pelo Custodiante.

Artigo 17 O Custodiante, com a interveniência e anuência do Administrador, contratará o Cedente, às suas expensas, por meio do Contrato de Cobrança, para que este adote, de acordo com os procedimentos de cobrança previstos no Capítulo X, as medidas cabíveis com relação à cobrança judicial e extrajudicial contra os Financiados que não efetuarem o pagamento de Direitos de Crédito, sendo que o Fundo, por meio do seu representante legal, deverá atuar no pólo ativo de qualquer cobrança judicial contra tais Financiados, nos termos do Contrato de Cobrança.

Parágrafo Único O Cedente terá a faculdade de contratar terceiros, às suas expensas, para prestarem os serviços de cobrança judicial e extrajudicial contra os Financiados inadimplentes no pagamento de Direitos de Crédito, permanecendo o Cedente responsável perante o Fundo pela prestação dos referidos serviços.

Artigo 18 Como auditor independente do Fundo foi contratada a **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**, sociedade simples com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua





Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, devidamente cadastrada na CVM (“Auditor Independente”).

Artigo 19 Como agência de classificação de risco do Fundo foi contratada a STANDARD & POOR’S RATING SERVICES, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco (“Agência de Classificação de Risco”).

Parágrafo 1º A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco às Quotas Seniores e às Quotas Mezanino. O relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficará à disposição dos Quotistas na sede e agências do Administrador.

Parágrafo 2º Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas. Dessa forma, havendo o rebaixamento da classificação de risco para uma nota inferior à inicialmente obtida, o Administrador comunicará imediatamente tal fato aos Quotistas por meio de publicação de fato relevante no Periódico do Fundo.

## CAPÍTULO VII - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 20 O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido na aquisição de: (i) Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade e às Condições Adicionais estabelecidas no Capítulo VIII deste Regulamento, e (ii) Ativos Financeiros, observados todos os critérios de composição e diversificação da carteira do Fundo estabelecidos neste Regulamento.

Parágrafo 1º Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos seus titulares, nos termos do Contrato de Cessão.

Parágrafo 2º Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM, excetuando-se as aplicações do Fundo em quotas de fundos de investimento financeiro.

Parágrafo 3º O Fundo poderá alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em operações em mercados de derivativos, somente realizadas na modalidade “com



garantia” e exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

Parágrafo 4º As operações com derivativos somente poderão ser realizadas em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

Parágrafo 5º Todos os recursos devidos ao Fundo por conta da liquidação de operações com instrumentos derivativos deverão ser creditados na Conta do Fundo.

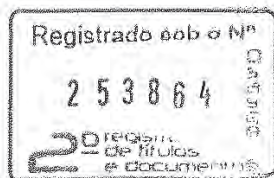
Parágrafo 6º É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Parágrafo 7º Decorridos 90 (noventa) dias do início das suas atividades, o Fundo deverá ter alocado no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito.

Artigo 21 A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos Ativos Financeiros abaixo relacionados (“Ativos Financeiros”):

- (a) moeda corrente nacional;
- (b) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (c) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados no item (b) acima, contratadas com Instituições Autorizadas; e
- (d) quotas de fundo de investimento de renda fixa ou de fundo de investimento referenciado à Taxa DI, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nos itens (b) e (c) acima, bem como cujas políticas de investimento apenas admitam a realização de operações com derivativos para proteção das posições detidas à vista, até o limite destas, sendo vedado o investimento em fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Gestora.

Artigo 22 O Fundo poderá aplicar até 20% (vinte por cento) de seu Patrimônio Líquido em um mesmo fundo de investimento, observado o disposto na alínea (d) do Artigo 21 acima.





Artigo 23 A Gestora será a responsável por observar os limites de composição e diversificação da carteira do Fundo estabelecidos neste Capítulo VII.

Artigo 24 O Fundo poderá realizar operações nas quais o Administrador e/ou a Gestora, seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controlados e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum atuem na condição de contraparte. Todas as informações relativas às operações referidas neste Artigo serão objeto de registros analíticos segregados.

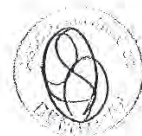
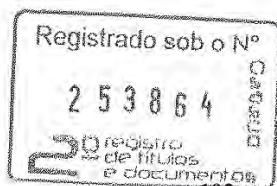
Artigo 25 Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste Capítulo serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior.

Artigo 26 As aplicações no Fundo não contam com garantia: (i) do Administrador; (ii) da Gestora; (iii) do Cedente; (iv) do Custodiante; (v) de qualquer mecanismo de seguro; ou (vi) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

#### CAPÍTULO VIII – CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES ADICIONAIS

Artigo 27 Todo e qualquer Direito de Crédito oriundo de Contrato de Financiamento de Veículo a ser adquirido pelo Fundo deverá atender, cumulativamente, aos critérios de elegibilidade abaixo definidos (“Critérios de Elegibilidade”):

- (a) ser vinculado a Financiador que não apresente, no momento da cessão, nenhuma dívida para com o Fundo, representada por um ou mais Direitos de Crédito;
- (b) ser vinculado a Financiador que não tenha apontamento no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF do BACEN ou não tenha protestos com valor total superior a R\$500,00 (quinhentos reais);
- (c) ter data de vencimento não anterior a 05 (cinco) Dias Úteis da data de cessão do Direito de Crédito ao Fundo nem posterior à Data de Resgate da última série de Quotas Seniores em Circulação;
- (d) observar, *pro forma* em relação a cada aquisição, os seguintes limites quanto ao valor total de Direitos de Crédito mantidos pelo Fundo em sua carteira, relativos a cada segmento de veículos financiados:
  - (i) até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo para Direitos de Crédito oriundos de financiamento de Veículos Leves;
  - (ii) até 20% (vinte a por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo para Direitos de Crédito oriundos de financiamento de Motocicletas; e



- (iii) até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo para Direitos de Crédito oriundos de financiamento de Veículos Pesados.
- (e) observar o limite máximo de R\$60,000,00 (sessenta mil reais) para cessão de Direitos de Crédito oriundos de financiamento de Veículos Leves, de Motocicletas e/ou de Veículos Pesados devidos ou de responsabilidade de um mesmo Financiador para o Fundo.

Parágrafo Único O enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade será verificado pelo Custodiante, previamente a cada cessão, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, nos arquivos eletrônicos fornecidos pelo Cedente e nos dados relativos ao Fundo mantidos pelo Custodiante.

Artigo 28 Adicionalmente ao disposto no Artigo 27 acima, cada Direito de Crédito passível de aquisição pelo Fundo deve atender também às seguintes condições (“Condições Adicionais”):

- (a) ser vinculado a Contrato de Financiamento de Veículo cujos veículos dados em garantia possuam documentação hábil (CRV);
- (b) ser oriundo de Contrato de Financiamento de Veículo celebrado com Financiador que (i) tenha sido submetido à avaliação de crédito do Cedente, e (ii) tenha cadastro junto ao Cedente;
- (c) ser objeto de pagamento por carnê ou boleto bancário;
- (d) ser oriundo de Contrato de Financiamento de Veículo Leve, Veículo Pesado ou Motocicleta que esteja livre e desembaraçado de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, exceção feita aos ônus constituídos em garantia do Contrato de Financiamento;
- (e) ser garantido por alienação fiduciária de veículo com data de fabricação não superior a: (i) 10 (dez) anos, no caso de Motocicleta; e (ii) 25 (vinte e cinco) anos, no caso de Veículo Leve e/ou Veículo Pesado, sendo que a referida garantia deverá estar devidamente registrada no Sistema Nacional de Gravames (SNG) em favor do Cedente;
- (f) ser vinculado a Contrato de Financiamento de Veículo cujo valor do financiamento corresponda, individualmente, a no máximo 115% (cento e quinze por cento) do valor do veículo, sendo certo que a média dos valores de financiamento dos Contratos de Financiamento de Veículo adquiridos pelo Fundo não ultrapasse o percentual máximo de 90% (noventa por cento) do valor dos veículos, apurado conforme a política de concessão de crédito do Cedente vigente na data de





celebração do respectivo Contrato de Financiamento de Veículo;

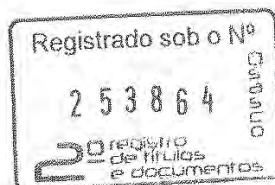
- (g) ser vinculado a Contrato de Financiamento de Veículo que apresente, na data da cessão do Direito de Crédito ao Fundo, no mínimo 01 (uma) parcela paga e cujo o Financiador esteja adimplente junto ao Cedente;
- (h) ser vinculado a Contrato de Financiamento de Veículo de, no máximo, 48 (quarenta e oito) meses;
- (i) ser vinculado a Contrato de Financiamento de Veículo que contemple pagamentos mensais de juros e principal por parte do Financiador, com taxa de juros pré-fixada;
- (j) apresentar prazo de vencimento não posterior à data de resgate da última série de Quotas Seniores em circulação; e
- (k) se enquadrar na política de concessão de crédito do Cedente, conforme definida neste Regulamento.

Parágrafo 1º Adicionalmente às Condições Adicionais estabelecidas neste Artigo 28, somente serão passíveis de aquisição pelo Fundo os Direitos de Crédito oriundos de Contratos de Financiamento de Veículo cuja aquisição propicie ao Fundo taxa mínima de retorno equivalente ao maior entre: (i) 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao mês; ou (ii) o equivalente a 55% (cinquenta e cinco por cento) da taxa média praticada pelo Cedente na concessão dos respectivos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo ("Taxa Mínima de Cessão").

Parágrafo 2º De acordo com os termos do Contrato de Cessão, caso o Fundo venha a adquirir Direitos de Crédito que não representem a totalidade dos Direitos de Crédito de um dado Contrato de Financiamento de Veículo, o Cedente deverá manter os demais Direitos de Crédito não adquiridos pelo Fundo em sua própria carteira, ficando impedido de ceder tais Direitos de Crédito a terceiros sem prévia e expressa autorização por escrito do Fundo.

Parágrafo 3º A verificação quanto ao atendimento (i) das Condições Adicionais será feita pelo Cedente, previamente a cada cessão, sendo de sua responsabilidade confirmar ao Administrador, à Gestora e ao Custodiante que os Direitos de Crédito atendem às Condições Adicionais, conforme estabelecido no Contrato de Cessão; e (ii) da Taxa Mínima de Cessão será feita pelo Cedente, previamente a cada cessão, devendo ser validada pela Gestora e pelo Custodiante com base nos arquivos eletrônicos fornecidos pelo Cedente, bem como nos dados relativos ao Fundo mantidos pelo Custodiante.

Artigo 29 O Fundo adquirirá Direitos de Crédito Elegíveis e todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, prerrogativas e ações, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Cedente ou coobrigação deste.



Parágrafo 1º Em nenhuma hipótese, o Administrador, o Custodiante, a Gestora, qualquer de suas sociedades coligadas, controladas ou sociedades sob controle comum poderão adquirir qualquer Direito de Crédito de titularidade do Fundo.

Parágrafo 2º Conforme estabelecido na Resolução CMN 3.998, as operações de cessão de Direitos de Crédito oriundos de Contratos de Financiamento de Veículo, nos termos da regulamentação em vigor, devem ser objeto de registro, pelo Cedente e pelo Fundo, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN.

Artigo 30 Sem prejuízo do disposto neste Capítulo, o Cedente responde pela existência, certeza, exigibilidade e correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

#### CAPÍTULO IX - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Artigo 31 O procedimento a ser observado pelo Cedente para a concessão de crédito encontra-se previsto no Anexo VI deste Regulamento.

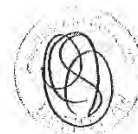
#### CAPÍTULO X - POLÍTICA DE COBRANÇA

Artigo 32 Nos termos do Contrato de Cessão, o Cedente transferirá ao Fundo os valores referentes aos pagamentos dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo feitos, por qualquer motivo, pelos Financiados diretamente ao Cedente, em até 2 (dois) Dias Úteis, contados do recebimento de tais valores.

Artigo 33 Nos termos do Contrato de Cobrança, o Custodiante contratou o Cedente para implementar os procedimentos de cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito inadimplidos integrantes da carteira do Fundo cujos Financiados estejam inadimplentes, na qualidade de mandatário do Fundo, de acordo com a Política de Cobrança descrita no Anexo IV a este Regulamento.

Artigo 34 Não obstante o disposto no Artigo 33 acima, o Custodiante poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, efetuar diretamente a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito, bem como contratar outra empresa e/ou instituição para realizar tal serviço, desde que com prévia anuência do Administrador e seguindo as diretrizes da Política de Cobrança descrita no Anexo IV a este Regulamento.

#### CAPÍTULO XI - FATORES DE RISCO





Artigo 35 A carteira do Fundo, e, por consequência, seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais se destacam, de forma não taxativa, os abaixo relacionados. Antes de adquirir Quotas, o investidor deve ler cuidadosamente este Capítulo.

Parágrafo 1º Risco de Mercado:

- (a) Efeitos da política econômica do Governo Federal. O Fundo, seus ativos, o Cedente e os Financiados estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, aumento ou diminuição da taxa de juros, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados do Cedente, os setores econômicos específicos em que atua, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a origemação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados do Cedente, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos Financiados.

- (b) Risco de descasamento de taxas. O Fundo aplicará suas Disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino será atualizado de acordo com as Metas de Rentabilidade Prioritária atreladas ao IPCA ou à Taxa DI, conforme estabelecidas em cada Suplemento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que o Cedente, o Administrador e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.
- (c) Flutuação dos Ativos Financeiros. O valor dos Ativos Financeiros que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços



e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos Ativos Financeiros, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

Parágrafo 2º Risco de Crédito:

- (a) Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito. Decorre da capacidade dos Financiados em honrarem seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. O Fundo sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos de Crédito detidos em carteira que estejam vencidos e não pagos e do não cumprimento, pelo Financiados, de suas obrigações para com o Cedente e o Fundo, conforme o caso. O Fundo somente procederá ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os pagamentos dos Direitos de Créditos sejam pagos pelos Financiados, não havendo garantia de que o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas em cada Suplemento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador e pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Ademais, o Cedente somente tem responsabilidade pela existência e correta origemação e formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos da legislação aplicável, não assumindo nenhuma responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Financiados e outros devedores dos Direitos de Crédito.

Em caso de instauração de pedido de falência, recuperação judicial, de plano de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência dos Financiados, o Fundo poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua carteira, o que poderá afetar adversamente os resultados do Fundo.

- (b) Risco de Crédito relativo aos Ativos Financeiros. Decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos Ativos Financeiros desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.
- (c) Risco da notificação: a notificação acerca da cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos do artigo 290 do Código Civil Brasileiro, não será feita aos Financiados





de tais Direitos de Crédito no momento da cessão, mas somente em caso de rescisão do Contrato de Cessão ou caso solicitado pelo Administrador, o que pode resultar em riscos adicionais para o Fundo em caso de pagamentos efetuados pelos Financiados diretamente ao Cedente até o momento da respectiva notificação.

- (d) Risco de formalização dos Direitos de Crédito: o Custodiante realizará, diretamente ou por meio de terceiros contratados, a verificação do lastro dos Direitos de Crédito trimestralmente, apenas através de auditoria periódica, por amostragem. Até a realização dessa auditoria, ou mesmo após sua realização, a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito com irregularidades no que se refere à sua constituição, podendo assim obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito por ele adquiridos.
- (e) Risco de concentração dos Direitos de Crédito em uma modalidade de financiamento: os Direitos de Crédito componentes da carteira do Fundo são decorrentes de financiamentos para a aquisição de Veículos Leves, Veículos Pesados ou Motocicletas, novos ou usados. Eventos extraordinários que venham a prejudicar os direitos de detentores de Direitos de Crédito decorrentes de financiamentos de Veículos Leves, Veículos Pesados ou Motocicletas, novos ou usados, tais como decisões judiciais, ações governamentais, ou condições econômicas, podem acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas Seniores.
- (f) Risco de decisões judiciais. Em função de decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal – STF, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.591, foi considerado aplicável o Código de Defesa do Consumidor (“CDC”) às atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras. Neste sentido, há o risco de os Financiados não realizarem o pagamento de obrigações contratadas no âmbito dos Contratos de Financiamento de Veículo, ou realizarem o pagamento a menor, com base em decisões judiciais fundamentadas no CDC, o que poderá acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.
- (g) Transferência da Reserva do Gravame no SNG. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo representados por Contratos de Financiamento de Veículo são oriundos de financiamentos cujos veículos financiados têm a reserva do gravame devidamente registrada em favor do Cedente. A reserva do gravame no SNG permite a transferência da propriedade fiduciária do veículo para o Cedente, e a consequente execução em caso de inadimplemento. A reserva de gravame dos veículos no SNG, porém, permanece com o Cedente, e não é transferida ao Fundo no momento da cessão dos Direitos de Crédito. Atualmente, o Cedente é o agente de cobrança do Fundo. No entanto, caso o Fundo decida contratar outro agente de cobrança, poderá se utilizar da procuração que lhe foi outorgada pelo Cedente para transferir a reserva do gravame dos veículos no SNG para o Fundo. É possível que o procedimento de transferência da reserva do gravame no SNG seja moroso, ou mesmo inviável, o que



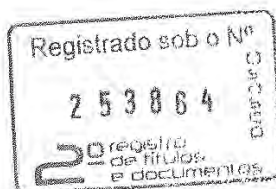


dificultaria a execução de eventuais Financiados inadimplentes.

- (h) Veículos garantidos por alienação fiduciária. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo representados por Contratos de Financiamento de Veículo são oriundos de financiamentos e são garantidos por alienação fiduciária de veículos. É possível que, em eventual execução do Financiamento inadimplente, o veículo, objeto da alienação fiduciária, não seja encontrado, ou o seu valor de venda seja insuficiente para o pagamento integral da dívida. Nessa hipótese, ocorrerá a redução do Patrimônio Líquido do Fundo e o rendimento das Quotas poderá ser negativamente afetado.

Parágrafo 3º Risco de Liquidez:

- (a) Liquidez relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os Ativos Financeiros integrantes da carteira são negociados, e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo está sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo pode não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgates de suas Quotas.
- (b) Liquidez relativa aos Direitos de Crédito. O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perdas ao patrimônio do Fundo.
- (c) Liquidez para negociação das Quotas em mercado secundário. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.
- (d) Liquidação antecipada do Fundo. Por conta da falta de liquidez dos Direitos de Crédito e das Quotas descritas no item anterior, e pelo fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, o que inviabiliza o resgate de suas Quotas antes do prazo final de resgate, as únicas formas que os Quotistas têm para





se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) a ocorrência de casos de liquidação antecipada do Fundo previstos no Regulamento, e deliberação, pela Assembleia Geral, sobre a liquidação antecipada do Fundo e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Ocorrendo qualquer uma das hipóteses de liquidação antecipada previstas no Regulamento do Fundo, o Fundo poderá não ter recursos disponíveis em moeda corrente nacional para realizar o pagamento aos Quotistas, hipótese em que poderá ter que pagá-los com os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros detidos em carteira.

- (e) Amortização e resgate condicionado das Quotas. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos Financiados; e (ii) dos Ativos Financeiros pelos respectivos emissores. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas.

Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto o Administrador quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, na hipótese de atraso ou falta de pagamento de amortizações ou resgates em virtude de inexistência de recursos suficientes no Fundo.

- (f) Reserva de Amortização não Constitui Garantia de Pagamento. O Fundo constituirá Reserva de Amortização, com a finalidade de pagar as amortizações das Quotas Seniores. Todavia, o Fundo poderá não ter recursos suficientes para a constituição da Reserva de Amortização devido aos riscos de liquidez dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros. É também possível que, não obstante a devida constituição da Reserva de Amortização, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de tais amortizações. Desse modo, a existência da Reserva de Amortização não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino.
- (g) Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação Antecipada. O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente nas hipóteses previstas no Artigo 60 deste Regulamento. Ocorrendo tal liquidação antecipada, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Quotistas. Neste caso, (i) os Quotistas teriam suas Quotas resgatadas em Direitos de Crédito; ou (ii) o pagamento do resgate das Quotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Financiados dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo; ou (b) à venda dos Direitos de Crédito



adquiridos pelo Fundo a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos Quotistas.

Parágrafo 4º Risco Operacional:

- (a) Falhas de Procedimentos. Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pelo Cedente podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento.
- (b) Risco de enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade e de atendimento das Condições Adicionais: Falhas (i) na verificação do atendimento aos Critérios de Elegibilidade (por parte do Custodiante) quando da aquisição Direitos de Crédito, ou (ii) na verificação do atendimento das Condições Adicionais (por parte do Cedente), podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis, sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento, e consequentemente implicar no rebaixamento da classificação de risco originalmente atribuída pela Agência de Classificação de Risco às Quotas Seniores e às Quotas Mezanino.
- (c) Documentos Comprobatórios. O Custodiante é o responsável legal pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo. O Custodiante delegará a guarda dos Documentos Comprobatórios ao Cedente, que também poderá contratar empresa especializada na guarda de documentos, sem afastar sua responsabilidade legal e sua responsabilidade perante o Fundo e os Quotistas pela guarda dos referidos documentos. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos para verificar a sua regularidade. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.  
  
A guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.
- (d) Movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo – Risco de Fungibilidade. Quando da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo pelo Cedente, este solicitará ao Cedente que realize as devidas alterações nos respectivos procedimentos de cobrança para possibilitar que todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo sejam creditados diretamente na Conta do Fundo.





Apesar de o Fundo contar com a obrigação do Cedente de realizar as devidas alterações nos procedimentos de cobrança para possibilitar o depósito dos recursos oriundos da liquidação dos Direitos de Crédito diretamente na Conta do Fundo, em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas poderá ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Em virtude de liquidação antecipada dos Contratos de Financiamento de Veículo, os pagamentos feitos pelos Financiados poderão ser efetuados diretamente junto ao Cedente, que receberão tais valores na qualidade de depositários, em benefício do Fundo, com a obrigação de repassar imediatamente os valores para a Conta do Fundo. Caso haja qualquer problema de crédito do Cedente, tais como intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outros procedimentos de proteção de credores, o Fundo poderá não receber os pagamentos pontualmente, e poderá ter custos adicionais com a recuperação de tais valores. Além disso, caso seja iniciado processo de intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outro procedimento similar de proteção de credores envolvendo o Cedente, os valores de tempos em tempos depositados na Conta do Cedente poderão ser bloqueados, por medida judicial ou administrativa, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

- (e) Risco de sistemas. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos do Cedente, Custodiante, Administrador e do Fundo se darão livres de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.
- (f) Risco de Cobrança. A titularidade dos Direitos de Crédito é do Fundo e, portanto, o Fundo detém os direitos de cobrar os respectivos devedores inadimplentes. Porém, de acordo com o disposto no Capítulo X do presente Regulamento, o Cedente é nomeado pelo Custodiante como agente de cobrança do Fundo, dispondo de poderes para cobrar os Financiados inadimplentes judicialmente. Embora o Regulamento crie mecanismos de controle quanto à forma como a cobrança deva ser feita, não há garantias de que o Cedente desempenhará tal cobrança da mesma forma e com o mesmo grau de eficiência com que o legítimo proprietário dos Direitos de Crédito desempenharia. O insucesso na cobrança dos Direitos de Crédito inadimplidos poderá acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.
- (g) Formalização da Cessão de Créditos. Conforme previsto no Contrato de Cessão, o pagamento, pelo Fundo, dos Direitos de Crédito adquiridos do Cedente, ocorrerá após a troca de arquivos eletrônicos entre o Fundo e o Cedente, e o envio por este, por fac símile, de via assinada do Termo de Cessão (documento que especifica os créditos objeto de uma cessão específica). Não obstante o Cedente ter se





comprometido a enviar a via original, devidamente assinada, do Termo de Cessão no prazo de 3 (três) Dias Úteis do seu recebimento, o pagamento da cessão ocorrerá previamente ao recebimento, pelo Fundo, de tal via assinada. Caso o Cedente deixe de enviar o Termo de Cessão original ao Fundo, por qualquer motivo, o Fundo poderá ter dificuldades em comprovar a titularidade dos Direitos de Crédito objeto da cessão, ou em fazer prova da cessão em juízo, em eventual ação de cobrança dos referidos Direitos de Crédito.

Adicionalmente, observa-se que o Contrato de Cessão estabelece que as vias originais de cada Termo de Cessão deverão ser registradas no Cartório de Registro de Títulos e Documentos na sede do Fundo e da Cedente em até 20 (vinte) dias contados de sua celebração. Caso, anteriormente ao registro da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo perante o Cartório de Títulos e Documentos: (i) os referidos Direitos de Crédito venham a ser cedidos novamente a terceiros e tal cessão venha a ser registrada perante o Cartório competente, (ii) venham a ser lavradas penhoras ou (iii) venham a ser instituídas outras disputas sobre a titularidade/disponibilidade dos mesmos, os Direitos de Crédito em questão poderão não ser considerados de titularidade do Fundo. O insucesso em impor a validade da cessão perante terceiros, bem como na cobrança dos Direitos Creditórios pode acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

- (h) Risco relativo à regularidade da documentação relativa aos Direitos de Crédito – Quando da oferta dos Direitos de Crédito pelo Cedente ao Fundo, o Administrador e o Custodiante não verificarão se os respectivos Direitos de Crédito (i) estão amparados por Documentos Comprobatórios que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito, sendo certo que tal verificação será realizada a posteriori, por meio de auditoria por amostragem; (ii) apresentem qualquer vício ou defeito que prejudique a sua cobrança em face do devedor ou do originador; ou (iii) sejam objeto de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente a aquisição do mesmo pelo Fundo. A inexistência de Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos de Crédito e a ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos poderá resultar em redução no valor do Patrimônio Líquido e, conseqüentemente, em perdas para os Quotistas.

Parágrafo 5º Riscos do Cedente:

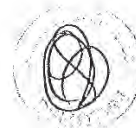
- (a) Descumprimento e descontinuidade do Contrato de Cessão. Em virtude do disposto neste Regulamento e no Contrato de Cessão, o Cedente está obrigado a ceder Direitos de Crédito ao Fundo. Caso o Cedente, por qualquer motivo, interrompa a cessão de Direitos de Crédito, é possível que o Fundo passe a apresentar excesso de liquidez, ou/e deixe de observar a alocação mínima em Direitos de Crédito. Quaisquer dessas hipóteses poderiam levar à liquidação antecipada do Fundo.



Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são oriundos de cédulas de crédito bancário. Essas cédulas e demais documentos relativos aos Direitos de Crédito do Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, pode ser necessária decisão judicial para determinação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Financiados, ou ainda, no caso de submissão dos Documentos Comprobatórios à decisão judicial, pode ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo pode sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

- (b) Invalidade ou Ineficácia da Cessão de Direitos de Crédito. A cessão de Direitos de Crédito pode ser nula, anulável ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, na ocorrência dos seguintes eventos:
- (i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estiver insolvente ou em decorrência do referido ato ilícito passasse ao estado de insolvência;
  - (ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão o Cedente for sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos de Crédito cedidos pender demanda judicial fundada em direito real; e
  - (iii) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal.
- (c) Irregularidades dos Documentos Comprobatórios. Os Documentos Comprobatórios podem eventualmente conter irregularidades, como falhas na sua elaboração e erros materiais. Por este motivo, eventual cobrança em juízo dos devedores poderá ser menos célere do que o usual, podendo ser necessária a adoção de ação monitória ou ordinária em vez de execução de título extrajudicial (que em tese poderia ser mais célere). Assim, o Fundo poderá permanecer longo tempo sem receber os recursos oriundos dos Direitos de Crédito cedidos discutidos judicialmente, o que pode lhe causar prejuízo patrimonial. Ademais, o procedimento de cobrança judicial dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo pode se delongar, ou se tornar inviabilizado, caso o Cedente, na qualidade de fiel depositário dos Documentos Comprobatórios demore a restituir ou não restitua os documentos do Fundo em seu poder. Tais hipóteses configurariam prejuízo para a rentabilidade e o patrimônio do Fundo.

Parágrafo 6º Outros Riscos:



27



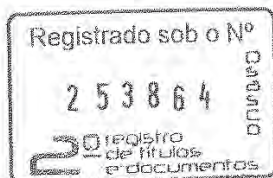
- (a) Risco de descontinuidade. A política de investimento do Fundo descrita no Capítulo VII estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos de Crédito originados pelo Cedente. Sendo assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito pelo Cedente.

Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas, quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares da Cedente e da capacidade desta de continuar originando Direitos de Crédito Elegíveis para o Fundo conforme os Critérios de Elegibilidade e as Condições Adicionais estabelecidas no Capítulo VIII deste Regulamento e de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo VII acima.

- (b) Riscos e custos de cobrança. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos Quotistas, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembleia Geral. O Administrador, o Custodiante, o Cedente e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores e Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

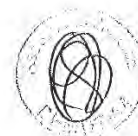
- (c) Limitação do gerenciamento de riscos. A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Quotistas. Embora o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

- (d) Risco decorrente da precificação dos ativos. Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiro (*Mark-to-market*), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.





- (e) Inexistência de garantia de rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, seja pelo Administrador, pela Gestora, pelo Custodiante, pelo Cedente, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada nos respectivos Suplementos. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.
- (f) Riscos Provenientes do Uso de Derivativos. Com a única finalidade de proteger as posições detidas à vista pelo Fundo (*hedge*), o Administrador, em nome do Fundo, poderá contratar operações no mercado de derivativos. Tais operações, entretanto, poderão afetar negativamente a rentabilidade do Fundo de tal forma que os Quotistas poderão suportar prejuízos em decorrência da utilização destes instrumentos.
- (g) Perecimento ou roubo do veículo objeto do Financiamento. Para a concessão dos Financiamentos aos Financiados não se exige que o veículo dado em garantia tenha seguro contra roubo ou acidentes. As chances de recuperação de valores inadimplidos em processos de execução de dívidas garantidas por alienação fiduciária estão diretamente relacionadas à possibilidade de localização e ao valor do bem dado em garantia. Sendo assim, o roubo, furto ou perecimento de veículos dados em garantia aos Direitos de Crédito cujos Financiados estejam inadimplentes poderá afetar negativamente a rentabilidade das Quotas.
- (h) Risco de Pré-pagamento. Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes do pagamento antecipado pelos devedores dos Direitos de Crédito com taxa de desconto que possam afetar a rentabilidade da carteira do Fundo.
- (i) Risco de pagamento antecipado. Os devedores dos Direitos de Crédito têm a faculdade legal de liquidar antecipadamente os empréstimos contraídos junto ao Cedente, sendo que na ocorrência desse fato, o saldo devedor é trazido a valor presente, descontando-se a taxa de juros que incidiria sobre as parcelas vincendas. O possível prejuízo que decorreria da diferença positiva entre o valor a receber das parcelas liquidadas antecipadamente, trazido a valor presente pela taxa de cessão dos Direitos de Crédito cedidos, e a quantia pega pelo devedor dos Direitos de Crédito na liquidação antecipada deverá ser absorvido pelo Cedente. Caso o Cedente não honre sua obrigação, a rentabilidade do Fundo poderá ser afetada negativamente.



- (j) Resgate por meio de dação em pagamento dos ativos integrantes de sua carteira. No caso de ocorrência da hipótese de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos de Crédito. Neste caso, além de estarem sujeitos ao risco de liquidez dos Direitos de Crédito e ao risco de inexistência de mercado secundário, aos Quotistas poderão incorrer custos de custódia dos Direitos de Crédito e dos Documentos Comprobatórios, inclusive custos com advogados para o acompanhamento das ações judiciais que originaram os respectivos Direitos de Crédito e despesas processuais.

## CAPÍTULO XII - QUOTAS

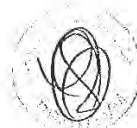
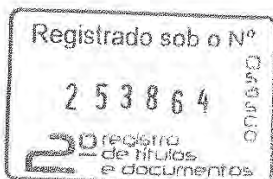
Artigo 36 Observado o disposto no Artigo 64, o Administrador, em nome do Fundo, poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores.

Parágrafo 1º Cada emissão de séries de Quotas Seniores pelo Fundo deverá ser, necessariamente, precedida do preenchimento do suplemento da respectiva série, na forma do Anexo II a este Regulamento, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à série: (i) quantidade de Quotas Seniores, (ii) Valor Unitário de Emissão, (iii) Data de Emissão, (iv) Prazo de Carência e Amortização Programada, (v) Data de Resgate e (vi) Meta de Rentabilidade Prioritária da respectiva série de Quotas Seniores (“Suplemento de Quotas Seniores”).

Parágrafo 2º As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão de Quotas Seniores, sendo que as Quotas Seniores distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base no item (c) abaixo;
- (c) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 43 deste Regulamento; e
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

Parágrafo 3º As Quotas Seniores serão distribuídas de acordo com o disposto no respectivo Suplemento de Quotas Seniores, e não terão preferência entre elas para efeitos de amortização, valorização e resgate.





Parágrafo 4º Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Quotas Seniores emitidas pelo Fundo.

Artigo 37 O Administrador, em nome do Fundo, poderá ainda emitir quotas subordinadas mezanino ("Quotas Mezanino") e quotas subordinadas júnior ("Quotas Júnior" e, consideradas em conjunto com as Quotas Mezanino, as "Quotas Subordinadas"), com as características descritas nos parágrafos a seguir.

Parágrafo 1º As Quotas Mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e têm prioridade em relação às Quotas Júnior para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação ou, caso o Fundo esteja adimplente com suas obrigações em relação aos titulares de Quotas Seniores, na respectiva Data de Resgate;
- (c) Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão de Quotas Mezanino, sendo que as Quotas Mezanino distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base no item (d) abaixo;
- (d) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no *caput* do Artigo 44 deste Regulamento; e
- (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Mezanino corresponderá 1 (um) voto.

Parágrafo 2º Cada emissão de Quotas Mezanino pelo Fundo deverá ser, necessariamente, precedida do preenchimento do suplemento da respectiva classe, na forma do Anexo III a este Regulamento, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à classe: (i) quantidade de Quotas Mezanino, (ii) Valor Unitário de Emissão, (iii) Data de Emissão, (iv) Prazo de Carência e Amortização Programada, (v) Data de Resgate e (vi) Meta de Rentabilidade Prioritária da respectiva classe de Quotas Mezanino ("Suplemento de Quotas Mezanino" e, em conjunto com o Suplemento de Quotas Seniores, "Suplementos").

Parágrafo 3º As Quotas Mezanino de cada classe serão distribuídas de acordo com o disposto no respectivo Suplemento de Quotas Mezanino, e não terão preferência entre elas para efeitos de amortização, valorização e resgate.



Parágrafo 4º Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Quotas Mezanino emitidas pelo Fundo.

Parágrafo 5º As Quotas Júnior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

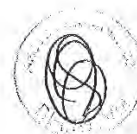
- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Mezanino para efeito de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito, exceto conforme o disposto no Capítulo XVI;
- (c) Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão de Quotas Júnior, sendo que as Quotas Júnior distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base no item (d) abaixo;
- (d) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Parágrafo Único do Artigo 44 deste Regulamento; e
- (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Júnior corresponderá 1 (um) voto.

Parágrafo 6º As Quotas Júnior serão subscritas privadamente, exclusivamente pelo Cedente.

Parágrafo 7º Após o encerramento da primeira distribuição de Quotas Subordinadas, o Administrador poderá realizar novas distribuições de Quotas Subordinadas, em número indeterminado, conforme previsto neste Regulamento.

Parágrafo 8º As Quotas Júnior do Fundo poderão ser integralizadas pelo Cedente em dinheiro ou por meio da cessão de Direitos de Crédito. Quando da subscrição e integralização, pelo Cedente, de Quotas Júnior por meio da cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, devem ser observados todos os procedimentos de verificação dos Critérios de Elegibilidade e das Condições Adicionais de cessão definidos neste Regulamento, bem como os demais procedimentos definidos no Contrato de Cessão, inclusive aqueles referentes ao envio das vias originais dos Termos de Cessão, devidamente assinadas.

Parágrafo 9º A cessão dos Direitos de Crédito realizada como contrapartida pela subscrição e integralização de Quotas Júnior será considerada perfeita e acabada quando do lançamento, pelo Administrador, das respectivas Quotas Júnior na conta de depósito de titularidade do Cedente.





Parágrafo 10 A subscrição e a integralização de Quotas Júnior pelo Cedente, em moeda corrente nacional ou por meio de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, conforme o caso, será realizada sempre pelo valor das Quotas Júnior apurado nos termos do Parágrafo Único do Artigo 44 deste Regulamento.

Artigo 38 As Quotas são transferíveis e serão escriturais, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

Parágrafo 1º As Quotas Seniores e as Quotas Mezanino serão passíveis de negociação nos termos do Capítulo XVII deste Regulamento.

Parágrafo 2º As Quotas Júnior não poderão ser negociadas pelo Cedente.

Artigo 39 As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, observado o disposto no Capítulo XX deste Regulamento.

### **CAPÍTULO XIII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS**

Artigo 40 As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 43 e 44 deste Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (isto é, valor da Quota para o Dia Útil em questão), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Artigo 41 A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Custodiante, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista. Os Investidores Qualificados poderão efetuar aplicações de recursos no Fundo diretamente com o Administrador, observado o disposto no Artigo 40 acima e as normas e regulamentos aplicáveis.

Parágrafo 1º Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento, e indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pelo Administrador nos termos deste Regulamento.

Parágrafo 2º No ato de subscrição de Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pelo Administrador), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas na forma prevista no boletim de subscrição, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento.



Parágrafo 3º O extrato da conta de depósito emitido pelo Custodiante será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação do Administrador, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Artigo 42 Não serão cobradas taxas de ingresso, performance ou de saída pelo Administrador.

Artigo 43 A partir da Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação; ou (ii) o valor unitário de abertura da Quota Sênior em vigor no dia da integralização, amortização ou resgate, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para a série no respectivo Suplemento de Quotas Seniores.

Parágrafo 1º Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores de cada série, definidos no *caput* deste Artigo, têm como finalidade definir (i) o valor de integralização de Quotas Seniores de cada série durante o respectivo período de distribuição e (ii) qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores de cada série em questão na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte do Administrador, da Gestora, do Fundo, do Cedente ou do Custodiante.

Parágrafo 2º Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, calculado conforme o *caput* deste Artigo, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

Parágrafo 3º Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no item (ii) do *caput* deste Artigo às Quotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas.

Artigo 44 A partir da Data de Emissão de cada classe de Quotas Mezanino, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores em Circulação, dividido pelo número de Quotas Mezanino em circulação; ou (ii) o valor unitário de abertura da Quota Mezanino em vigor no dia da integralização, amortização ou resgate, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida no respectivo Suplemento de Quotas Mezanino.





Parágrafo Único A partir da Data de Emissão de Quotas Júnior, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao Patrimônio Líquido deduzido do valor das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino em Circulação na respectiva data de cálculo dividido pela quantidade de Quotas Júnior em circulação.

#### CAPÍTULO XIV - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS SENIORES E DAS QUOTAS MEZANINO

Artigo 45 As Quotas Seniores de cada série e as Quotas Mezanino de cada classe serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate, observado o previsto no respectivo Suplemento e neste Capítulo.

Artigo 46 Sem prejuízo do previsto no Artigo 47 abaixo, o Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores e de qualquer classe de Quotas Mezanino a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

Artigo 47 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista nos Artigos 55 e 56 deste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha Disponibilidades para tanto, a Assembleia Geral poderá determinar alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores em Circulação, bem como de uma ou mais classes de Quotas Mezanino, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembleia Geral.

Artigo 48 Quaisquer alterações nos direitos, vantagens e garantias, bem como nas Datas de Resgate, Amortizações Programadas e Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores de qualquer série e/ou das Quotas Mezanino de qualquer classe deverão observar os quoruns específicos estabelecidos no Capítulo XXII deste Regulamento, além de serem aprovadas por Quotistas representando a maioria das Quotas da série ou classe afetada.

#### CAPÍTULO XV – RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E RESERVA DE LIQUIDEZ

Artigo 49 O Administrador, mediante recebimento de relatório elaborado pelo Custodiante, discriminando a disponibilidade dos recursos no Fundo, deverá constituir reserva para pagamento das amortizações das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino (“Reserva de Amortização”). Para tanto, o Administrador deverá interromper a aquisição de novos Direitos de Crédito, de modo que:

- (a) no período compreendido entre o 60º (sexagésimo) dia anterior a cada Data de Amortização de Quotas Seniores e o 31º (trigésimo primeiro) dia anterior a cada Data de Amortização de Quotas Seniores e de Quotas Mezanino, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a no





mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização; e

- (b) no período compreendido entre o 30º (trigésimo) dia anterior a cada Data de Amortização de Quotas Seniores e de Quotas Mezanino e a data da efetiva amortização, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100% (cem por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização.

Artigo 50 Uma vez constituída a Reserva de Amortização, o Administrador poderá adquirir novos Direitos de Crédito. Caso, uma vez constituída, a Reserva de Amortização deixe de atender ao disposto no Artigo 49 acima, o Administrador deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos de Crédito, com vistas à recomposição da Reserva de Amortização.

Artigo 51 Quando da execução dos procedimentos definidos neste Capítulo, o Administrador deverá priorizar a aquisição de Ativos Financeiros cujas datas de vencimento ou de resgate ou sua liquidez de mercado permitam o pagamento tempestivo das amortizações, sempre observada a política de investimento definida neste Regulamento.

Artigo 52 Observada a ordem de alocação de recursos definida no Capítulo XVIII e a política de investimento constante do Capítulo VII, o Administrador envidará seus melhores esforços para constituir e manter uma reserva de caixa ("Reserva de Liquidez"), a fim de viabilizar os pagamentos dos Encargos do Fundo, cujo valor mínimo diário deverá ser apurado, de acordo com a seguinte fórmula:

$$RL = (1\% * PL) + D$$

Onde:

RL Reserva de Liquidez

PL Patrimônio Líquido do Fundo no Dia Útil imediatamente anterior à data de apuração da Reserva de Liquidez

D despesas e encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de 90 (noventa) dias contado da data de apuração da Reserva de Liquidez.

## CAPÍTULO XVI - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Artigo 53 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista nos Artigos 55 e 56 deste Regulamento, o Administrador deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme o Artigo 43 deste Regulamento, e (ii) aos titulares das Quotas Mezanino, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme o caput do Artigo 44 deste Regulamento, e (iii) aos titulares



das Quotas Júnior, na hipótese prevista no Artigo 58 deste Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, nos montantes apurados conforme o Parágrafo Único do Artigo 44 deste Regulamento.

Parágrafo 1º O Administrador efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, sendo, no entanto, preferencialmente realizado no âmbito da CETIP. Além disso, deverão ser observados os limites, requisitos e condições previstas na Resolução CMN 3.792 e na Instrução CVM 356.

Parágrafo 2º Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Custodiante, nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Parágrafo 3º Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 62 deste Regulamento, em Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, o Administrador efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

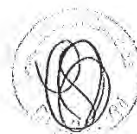
## CAPÍTULO XVII - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 54 As Quotas Seniores e as Quotas Mezanino serão registradas para negociação na CETIP (para distribuição primária, as Quotas serão registradas para negociação na CETIP no Módulo de Distribuição de Cotas e, para negociação no mercado secundário, no SF – Módulo de Fundos) e de acordo com a legislação vigente, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

## CAPÍTULO XVIII - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 55 Diariamente, a partir da Data de Emissão de Quotas e até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, o Administrador se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;





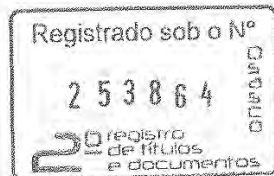
- (b) amortização das Quotas Seniores em Circulação, observados os termos e as condições estabelecidas neste Regulamento e em cada série de Quotas Seniores emitida;
- (c) amortização das Quotas Mezanino, observados os termos e as condições estabelecidas neste Regulamento e em cada classe de Quotas Mezanino emitidas;
- (d) constituição da Reserva de Amortização;
- (e) constituição e manutenção da Reserva de Liquidez;
- (f) aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito a serem originados pelo Cedente, em observância à política de investimento descrita neste Regulamento; e
- (g) amortização das Quotas Júnior, observados os termos e as condições estabelecidos neste Regulamento.

Artigo 56 Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, os recursos decorrentes da integralização das Quotas, do recebimento dos Direitos de Crédito, e do recebimento dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) amortização das Quotas Seniores em Circulação, observados os termos e as condições estabelecidos neste Regulamento;
- (c) amortização das Quotas Mezanino, observados os termos e as condições estabelecidos neste Regulamento; e
- (d) amortização das Quotas Júnior, observados os termos e as condições estabelecidos neste Regulamento.

## CAPÍTULO XIX - ENQUADRAMENTO ÀS RAZÕES DE GARANTIA

Artigo 57 Desde a Data de Emissão de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, o Administrador verificará, todo Dia Útil, se o Fundo mantém no máximo 60% (sessenta por cento) de seu Patrimônio Líquido representado por Quotas Seniores e no mínimo 40% (quarenta por cento) de seu Patrimônio Líquido representado por Quotas Subordinadas (“Razão de Garantia das Quotas Seniores”). Desde a Data de Emissão de Quotas Mezanino até a última Data de Resgate, o Administrador verificará, todo Dia Útil, se o Fundo mantém no máximo 75% (setenta e cinco por cento) de seu Patrimônio Líquido representado por Quotas Seniores e Quotas Mezanino consideradas em conjunto e no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de seu Patrimônio Líquido



representado por Quotas Júnior (“Razão de Garantia das Quotas Mezanino” e, em conjunto com a Razão de Garantia das Quotas Seniores, “Razões de Garantia”).

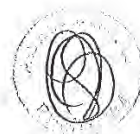
Parágrafo 1º Caso qualquer das Razões de Garantia seja inferior aos limites mínimos estabelecidos no caput deste Artigo 57 por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, serão adotados os seguintes procedimentos:

- (a) o Administrador, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do vencimento do prazo estabelecido acima, comunicará tal ocorrência ao Cedente, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrônico, em ambos os casos com aviso de recebimento, para realizar aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo às Razões de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Júnior; e
- (b) o Cedente deverá subscrever, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir do recebimento da comunicação prevista na alínea “a” deste Parágrafo, tantas Quotas Júnior quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia que houver sido violada.

Parágrafo 2º Caso o Cedente não realize o aporte adicional de recursos conforme a alínea “b” do Parágrafo 1º acima, o Administrador deverá adotar os procedimentos estabelecidos no Artigo 60 deste Regulamento.

Artigo 58 Decorrido o período de carência e após cada uma das Amortizações Programadas das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, na hipótese de (i) as Quotas Subordinadas representarem mais de 40% (quarenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo e (ii) as Quotas Júnior representarem mais de 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo (“Excesso de Cobertura”), o Administrador poderá realizar a amortização parcial das Quotas Júnior, até que se retorne aos limites de (a) 40% (quarenta por cento) do Patrimônio Líquido representado por Quotas Subordinadas e (b) 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido representado por Quotas Júnior, mediante solicitação dos Quotistas Júnior, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

- (a) a Reserva de Liquidez esteja devidamente constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos neste Regulamento;
- (b) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente;
- (c) na data da amortização, os limites de concentração dispostos no Capítulo VII deste Regulamento não tenham sido excedidos; e





- (d) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido adequadamente sanados.

Parágrafo 1º Para fins do previsto no caput deste Artigo, o Administrador deverá comunicar, em até 5 (cinco) Dias Úteis, a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Júnior.

Parágrafo 2º Os titulares das Quotas Júnior deverão comunicar ao Administrador, após o recebimento da comunicação prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, o valor a ser amortizado com relação às Quotas Júnior, observado o disposto no caput deste Artigo 58.

Parágrafo 3º O Administrador, observado o disposto no caput deste Artigo 58, deverá realizar a amortização parcial das Quotas Júnior no Dia Útil seguinte ao do recebimento da comunicação dos Quotistas Júnior prevista no Parágrafo 2º deste Artigo, com base no valor unitário da Quota Júnior do respectivo dia da amortização, sujeito à confirmação pelo Administrador da continuidade do Excesso de Cobertura.

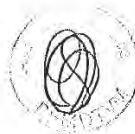
## CAPÍTULO XX - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 59 São considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Avaliação") a serem verificados pelo Administrador, conforme o caso:

- (a) na hipótese do Administrador ser informado e/ou tomar conhecimento que o Cedente iniciou processo de renegociação de dívidas, ou situação de endividamento que evidencie a iminência de que ocorra tal fato;
- (b) na hipótese do Administrador ser informado e/ou tomar conhecimento da ocorrência da concessão de qualquer medida liminar, antecipação de tutela, medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei Federal nº 8.397/92, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade do Cedente;
- (c) na hipótese do Administrador ser informado e/ou tomar conhecimento que o Cedente deixou de cumprir por três meses seguidos as disposições referentes aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do BACEN e do Conselho Monetário Nacional – CMN e deixou de comunicar ao Administrador tais ocorrências no mesmo período;
- (d) descumprimento pelo Cedente de qualquer de suas obrigações estabelecidas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 4 (quatro) Dias Úteis contado do recebimento, pelo Cedente, de aviso, por escrito, enviado pelo Administrador, informando-o da ocorrência do respectivo evento;



- (e) caso as Razões de Garantia não sejam atendidas dentro do prazo estabelecido para o reenquadramento nos termos do Capítulo XIX deste Regulamento;
- (f) rebaixamento em pelo menos 02 (dois) níveis da nota da classificação de risco de qualquer série de Quotas Seniores em Circulação (ou classe de Quotas Mezanino) em relação à nota da classificação de risco originalmente atribuída;
- (g) caso a inadimplência da carteira seja em índice superior a:
  - (i) 35% (trinta e cinco por cento), calculado, em cada Data de Verificação, sobre o total de Direitos de Crédito vencidos e não liquidados entre 1 (um) e 21 (vinte e um) Dias Úteis em relação a todos os Direitos de Crédito que tenham vencido no correspondente período, considerada, ainda, a Média Móvel dos últimos 63 (sessenta e três) Dias Úteis;
  - (ii) 30% (trinta por cento), calculado, em cada Data de Verificação, sobre o total de Direitos de Crédito vencidos e não liquidados entre 22 (vinte e dois) e 42 (quarenta e dois) Dias Úteis em relação a todos os Direitos de Crédito que tenham vencido no correspondente período, considerada, ainda, a Média Móvel dos últimos 63 (sessenta e três) Dias Úteis;
  - (iii) 28% (vinte e oito por cento), calculado, em cada Data de Verificação, sobre o total de Direitos de Crédito vencidos e não liquidados entre 43 (quarenta e três) e 63 (sessenta e três) Dias Úteis em relação a todos os Direitos de Crédito que tenham vencido no correspondente período, considerada, ainda, a Média Móvel dos últimos 63 (sessenta e três) Dias Úteis;
  - (iv) 25% (vinte e cinco por cento), calculado, em cada Data de Verificação, sobre o total de Direitos de Crédito vencidos e não liquidados entre 64 (sessenta e quatro) e 126 (cento e vinte e seis) Dias Úteis em relação a todos os Direitos de Crédito que tenham vencido no correspondente período, considerada, ainda, a Média Móvel dos últimos 63 (sessenta e três) Dias Úteis; e
  - (v) 20% (vinte por cento), calculado, em cada Data de Verificação, sobre o total de Direitos de Crédito vencidos e não liquidados acima de 127 (cento e vinte e sete) Dias Úteis em relação a todos os Direitos de Crédito que tenham vencido no correspondente período, considerada, ainda, a Média Móvel dos últimos 63 (sessenta e três) Dias Úteis.
- (h) caso, na análise trimestral por amostragem elaborada pelo Auditor Independente (a) das garantias registradas junto ao SNG; (b) das Condições Adicionais; e (c) dos Documentos Comprobatórios, o Custodiante verifique que houve alteração,





inexistência e/ou inexatidão, e que tais fatos representem percentual superior a 10% (dez por cento) do volume total da amostra selecionada para análise;

- (i) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão, no Contrato de Custódia e no Contrato de Depósito, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado do recebimento da referida notificação;
- (j) não constituição da Reserva de Amortização ou caso os limites estabelecidos para a Reserva de Amortização não sejam atendidos pelo prazo de 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos;
- (k) não constituição da Reserva de Liquidez ou caso os limites estabelecidos para a Reserva de Liquidez não sejam atendidos pelo prazo de 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos;
- (l) inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificado pelo Custodiante ou por titulares de Quotas Seniores representando ao menos 5% (cinco por cento) das Quotas Seniores em Circulação, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (m) inobservância, pelo Cedente, de seus deveres e obrigações previstas nos respectivos contratos, desde que, se notificados pelo Custodiante ou pelo Administrador para sanarem ou justificarem o descumprimento, não o fizerem no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (n) aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade previstos neste Regulamento;
- (o) renúncia do Administrador e/ou do Custodiante;
- (p) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- (q) ocorrência de extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação de quaisquer dos índices ou parâmetros estabelecidos nos termos deste Regulamento e seus Suplementos para o cálculo do valor das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos ou a 15 (quinze) Dias Úteis alternados, durante um período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que ocorrer o evento;

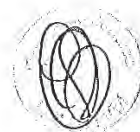


- (r) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias, a rentabilidade e/ou as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores;
- (s) rescisão, extinção ou término por qualquer motivo de qualquer dos seguintes contratos: Contrato de Cessão e respectivos Termos de Cessão, Contrato de Custódia, Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Cobrança e Contrato de Depósito;
- (t) não pagamento, em até 2 (dois) Dias Úteis, contados de cada Data de Amortização de Quotas Seniores, do valor integral da amortização de qualquer Quota Sênior;
- (u) amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;
- (v) caso a Agência de Classificação de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Quotas Seniores e às Quotas Mezanino por prazo igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) dias;
- (w) inobservância dos Critérios de Elegibilidade em relação aos percentuais de concentração máxima da carteira de Direitos de Crédito por Financiador e por tipo de veículo, estabelecidos no Capítulo VIII;
- (x) caso o Administrador verifique, em 3 (três) Datas de Verificação consecutivas, que o valor total de recompra pelo Cedente, relativos a Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, seja igual ou superior a 15% (quinze por cento) do valor total de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo;
- (y) caso, em 3 (três) Datas de Verificação alternadas ou 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas, em um período de 12 (doze) meses, não seja observado o limite mínimo de 1% a.a. (um por cento ao ano) de Excesso de Spread, calculado pelo Custodiante a cada Data de Verificação, como:

$$ES = TPA - TPP$$

onde:

“TPA” = a taxa ponderada do ativo, calculada com base nas taxas de remuneração dos ativos integrantes do Fundo. Consiste na variação de remuneração média anualizada, ponderada por volume, de todos os bens e direitos integrantes da carteira do Fundo;





“TPP” = a taxa ponderada do passivo, calculada com base nas taxas de remuneração de todas as (i) séries de Quotas Seniores, (ii) classes de Quotas Mezanino e (iii) Quotas Júnior, neste caso, considerar 100% (cem por cento) da taxa Selic , conforme fórmula abaixo:

$$TPP = ((RPQs)*VQs) + ((RPQm)*VQm) + ((RQj)*VQj) + DF$$

“RPQs” = Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores  
 “VQs” = Valor das Quotas Seniores  
 “RPQm” = Rentabilidade Prioritária das Quotas Mezanino  
 “VQm” = Valor das Quotas Mezanino  
 “RQj” = Rentabilidade das Quotas Júnior  
 “VQj” = Valor das Quotas Júnior, 100% (cem por cento) da taxa Selic  
 “DF” = percentual obtido pela divisão das despesas previstas para os 12 (doze) meses subsequentes pelo Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo Único Sem prejuízo do disposto na alínea (y) acima, não será considerado como Evento de Avaliação o não atendimento do limite mínimo de Excesso de Spread durante os 3 (três) primeiros meses subsequentes à Data de Emissão.

Artigo 60 Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, será convocada Assembleia Geral, nos termos do Capítulo XXII, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, podendo a Assembleia Geral deliberar que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo, independentemente da convocação de nova Assembleia Geral, nos termos do Parágrafo 2º, do Artigo 61 abaixo.

Parágrafo 1º Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista no *caput* deste Artigo, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação antecipada do Fundo.

Parágrafo 2º No momento de verificação de qualquer Evento de Avaliação, os procedimentos de aquisição de novos Direitos de Crédito deverão ser imediatamente interrompidos.

Artigo 61 São considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (“Eventos de Liquidação”) quaisquer dos seguintes eventos a serem verificados pelo Administrador, conforme o caso:

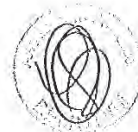
- (a) na hipótese do Administrador ser informado e/ou tomar conhecimento que o Cedente, seu controlador, sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum ingressaram em regime de



administração extrajudicial temporário – RAET, recuperação judicial, falência, bem como se o Cedente pleitear pedido de auto-falência ou sofrer processo de intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial, ou qualquer procedimento ou regime similar;

- (b) a ocorrência de eventos que prejudiquem ou impossibilitem as atividades do Fundo, assim entendidos aqueles que afetem substancialmente a origem e/ou a cessão de Direitos de Crédito em montante suficiente para assegurar os níveis mínimos de composição e diversificação da carteira do Fundo, inclusive, mas não se limitando, ao descumprimento pelo Cedente da obrigação de ceder ao Fundo Direitos de Crédito livres e desembaraçados, que atendam aos Critérios de Elegibilidade e representem a todo momento, a partir do 90 (nonagésimo) dia contado a partir do início das atividades do Fundo, exceto na hipótese de autorização de prorrogação desse prazo pela CVM, conforme disposto no artigo 40 da Instrução CVM 356, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (c) cessação ou renúncia pelo Administrador, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos neste Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento;
- (d) cessação pelo Custodiante a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos dos referidos contratos;
- (e) falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Administrador, da Gestora, do Custodiante, e quaisquer prestadores de serviços ao Fundo;
- (f) não pagamento dos valores de amortização ou resgate nas datas previstas neste Regulamento;
- (g) se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação; e
- (h) na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembleia Geral não chegarem a um acordo referente à substituição da Taxa DI, na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal.

Parágrafo 1º Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação, o Administrador deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos nos próximos Parágrafos deste Artigo.





Parágrafo 2º Na hipótese prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os titulares das Quotas Seniores deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes, pelo seu valor na forma prevista no Suplemento de Quotas Seniores e neste Regulamento.

Parágrafo 3º Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Seniores dos Quotistas dissidentes todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas Seniores. Em observância ao artigo 15, da Instrução CVM 356, o Fundo está vedado de realizar o resgate das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes em Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a deliberação da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º deste Artigo determine a liquidação antecipada do Fundo, o Fundo resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em Circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) o Administrador liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo; e
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XVIII, o Administrador debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Parágrafo 5º Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Seniores, o Administrador poderá convocar Assembleia Geral para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, observados os limites, requisitos e condições previstas na Resolução CMN 3.792 e na Instrução CVM 356.

Parágrafo 6º A emissão de novas séries subsequentes às anteriores poderá gerar alteração e/ou prorrogação do cronograma de amortização das Quotas emitidas nas séries anteriores considerando (i) a quantidade de Direitos de Crédito que atendam os Critérios de Elegibilidade e Condições Adicionais e (ii) a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo.





Parágrafo 7º Até o pagamento integral das Quotas Seniores, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores, observados os limites, requisitos e condições previstas na Resolução CMN 3.792 e na Instrução CVM 356.

Parágrafo 8º Os procedimentos descritos no Artigo 58 acima somente poderão ser iniciados ou retomados após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas.

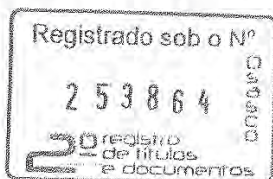
Artigo 62 Caso o Fundo não detenha, na data de liquidação antecipada do Fundo, recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate devido às Quotas em circulação, as Quotas em circulação poderão ser resgatadas mediante a entrega da totalidade dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo em pagamento aos Quotistas, desde que o referido resgate seja realizado fora do âmbito da CETIP e que sejam observados os limites, requisitos e condições previstas na Resolução CMN 3.792 e na Instrução CVM 356.

Parágrafo 1º Qualquer entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos Quotistas deverá ser realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando a proporção do número de Quotas detido por cada um dos Quotistas no momento do rateio em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo, observados os exatos termos dos procedimentos estabelecidos neste Capítulo e a ordem para amortização e/ou resgate das Quotas conforme estabelecida nos Artigos 36 e 37 acima.

Parágrafo 2º A Assembleia Geral deverá deliberar sobre os procedimentos de entrega dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em pagamento aos Quotistas para fins de pagamento de resgate das Quotas, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XXII e o disposto na regulamentação aplicável.

Parágrafo 3º Caso a Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º acima não chegue a um acordo referente aos procedimentos de entrega dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros em pagamento aos Quotistas, para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão entregues em pagamento aos Quotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

Parágrafo 4º O Administrador deverá notificar os Quotistas, por meio (i) de carta endereçada a cada um dos Quotistas, (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas e/ou (iii) por meio de publicação de aviso no Periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, para que os mesmos elejam um administrador para o



referido condomínio de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada Quotista faz jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio.

Parágrafo 5º Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da notificação acima referida, essa função será exercida pelo titular de Quotas Seniores que detenha a maioria das Quotas Seniores em circulação.

Parágrafo 6º O Cedente e/ou o Custodiante e/ou empresa por ele contratada (na hipótese de o Cedente não estar mais atuando como fiel depositário) fará(ão) a guarda dos Direitos de Crédito, dos Ativos Financeiros e dos respectivos Documentos Comprobatórios pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contado da notificação referida no Parágrafo 5º acima, dentro do qual o administrador do condomínio, eleito pelos Quotistas ou ao qual essa função tenha sido atribuída nos termos do Parágrafo 4º acima, indicará ao Cedente e/ou ao Custodiante (conforme o caso), hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos de Crédito, dos respectivos Documentos Comprobatórios e dos Ativos Financeiros. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover a consignação dos Direitos de Crédito, dos Documentos Comprobatórios respectivos e dos Ativos Financeiros, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

## CAPÍTULO XXI - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 63 Constituem encargos do Fundo ("Encargos do Fundo"), além da Taxa de Administração e da Taxa de Gestão, as seguintes despesas:

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na legislação pertinente;
- (c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;



- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo, ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- (h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- (i) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco; e
- (j) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I, do artigo 31, da Instrução CVM 356.

Parágrafo Único As despesas não previstas neste Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta do Administrador.

## CAPÍTULO XXII - ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 64 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar conhecimento anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador;
- (b) deliberar sobre a substituição do Administrador;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração e/ou da Taxa de Gestão cobradas, respectivamente, pelo Administrador e pela Gestora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo;
- (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento, dos Anexos (com exceção ao Anexo VI), dos Suplementos, bem como dos demais Documentos da Operação;
- (f) aprovar a substituição do Custodiante, da Gestora, do Auditor Independente e da Agência de Classificação de Risco;





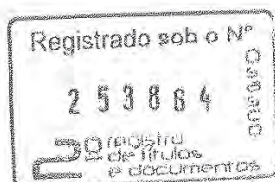
- (g) aprovar a cobrança de taxas e encargos pelo Administrador, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstos neste Regulamento;
- (h) aprovar o aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas neste Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar;
- (i) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação serão considerados Eventos de Liquidação;
- (j) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito; e
- (k) deliberar sobre a emissão de nova série ou classe de Quotas Seniores e de Quotas Mezanino, respectivamente, após a emissão da primeira série de Quotas Seniores e da primeira classe de Quotas Mezanino.

Artigo 65 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes e, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ser divulgada aos Quotistas.

Artigo 66 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, sendo admitido que a segunda convocação seja realizada juntamente com a primeira, e far-se-á por meio de aviso publicado no Periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, por carta com aviso de recebimento ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

Parágrafo 1º A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pelo Administrador ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

Parágrafo 2º A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, a maioria das Quotas em circulação, e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Quotistas. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.



Parágrafo 3º A presidência da Assembleia Geral caberá ao Administrador.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, o Administrador e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o representante do Administrador deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local onde o Administrador tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Artigo 67 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede do Administrador no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

Artigo 68 Ressalvado o disposto nos parágrafos deste Artigo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembleia Geral.

Parágrafo 1º A aprovação das matérias previstas nos itens (b), (c), (d), (e), (f), (g), (h) e (k) do Artigo 64 dependerá, ainda, do voto favorável dos titulares da maioria das Quotas Júnior e dos titulares da maioria das Quotas Mezanino.

Parágrafo 2º A emissão de novas Quotas Júnior dependerá apenas e tão somente de aprovação pelos Quotistas Júnior.

Artigo 69 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.

Artigo 70 Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos neste Regulamento.





## Artigo 71

Parágrafo Único.

- (a) ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas;
- (b) não exercer cargo ou função no Administrador, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- (c) não exercer cargo no Cedente dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo ou em sociedades ou empresas do grupo do Administrador.

## Artigo 72

## CAPÍTULO XXIII – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Artigo 73

### Artigo 74

## Artigo 75

- (a) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- (b) demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e



- (c) notas explicativas contendo informações julgadas, pelo Auditor Independente, como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

Artigo 76 O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano e se encerrará no dia 31 de janeiro de cada ano.

#### CAPÍTULO XXIV – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS

Artigo 77 O Patrimônio Líquido corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, apurados na forma deste Capítulo, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões.

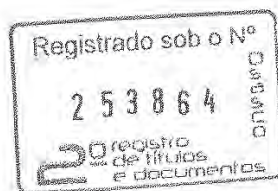
Parágrafo Único Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

Artigo 78 Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos de Crédito adquiridos e os Ativos Financeiros devem ser registrados no Fundo conforme segue:

- (a) Direitos de Crédito: serão registrados em cada Dia Útil pelo seu preço de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período; e
- (b) Ativos Financeiros: deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, conforme o disposto no manual de marcação a mercado do Custodiante, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo BACEN e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios.

Parágrafo 1º A metodologia de avaliação dos Direitos de Crédito acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- (a) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo;
- (b) o Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado;
- (c) a intenção de se manterem os Direitos de Crédito na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento; e
- (d) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Qualificados.





Parágrafo 2º Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de Direitos de Crédito, cujas características sejam semelhantes às dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, conforme descrito no *caput* deste Artigo, e desde que o Administrador autorize, por escrito, a utilização do novo método de avaliação dos Direitos de Crédito.

Parágrafo 3º São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de Direitos de Crédito:

- (a) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- (b) a existência de negociações com Direitos de Crédito em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.

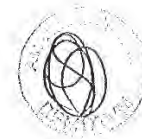
Artigo 79 Os Direitos de Crédito terão seu valor calculado, todo Dia Útil, de acordo com a taxa de juros respectiva, observado o disposto na Instrução CVM 489, assim como as provisões e as perdas com Direitos de Crédito ou com os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas nos termos da Instrução CVM 489.

Parágrafo Único Caso os valores vencidos e os juros incorridos e não pagos, acrescidos de multa relativos aos Direitos de Crédito, sejam, de alguma forma, recuperados após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referido, tais Direitos de Crédito serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo, e o Custodiante deverá então (i) reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso, registrando tal Direito de Crédito na forma do Artigo 77 acima e (ii) providenciar a reabilitação do devedor junto aos serviços de proteção ao crédito.

## CAPÍTULO XXV – PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 80 O Administrador é obrigado a divulgar, amplamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, devendo permanecer à disposição dos condôminos para consulta, na sede e agências do Administrador e nas Instituições Autorizadas a distribuir Quotas do Fundo, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Artigo 81 O Administrador deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comportamento



da carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Seniores. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no artigo 34, inciso IV, da Instrução CVM 356.

Artigo 82 O Administrador deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, em até (i) 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último Dia Útil daquele mês, o informe mensal à CVM, conforme modelo e conteúdo disponíveis na referida página da CVM; e (ii) 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras anuais do Fundo.

Parágrafo Único Eventuais retificações nas informações previstas no item (i) do caput deste Artigo 82 devem ser comunicadas à CVM até o primeiro Dia Útil subsequente à data da respectiva ocorrência.

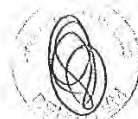
Artigo 83 As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas pelo Auditor Independente.

Artigo 84 Ao Administrador cabe divulgar, trimestralmente: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor da Quota; (iii) a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Quotas Seniores; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (v) os relatórios da Agência de Classificação de Risco contratadas pelo Fundo; sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Regulamento e na legislação vigente.

Parágrafo Único A divulgação das informações previstas neste Regulamento deve ser feita por meio de (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, (ii) correio eletrônico e/ou (iii) carta com aviso de recebimento enviada aos Quotistas. Qualquer mudança com relação ao Periódico deverá ser precedida de aviso aos Quotistas, exceto na hipótese do Periódico deixar de circular.

## CAPÍTULO XXVI – FACULDADE DO CEDENTE DE RECOMPRAR DIREITOS DE CRÉDITO

Artigo 85 Nos termos do Contrato de Cessão, o Cedente terá a faculdade, enquanto o Fundo estiver em funcionamento, mediante notificação ao Administrador, por escrito e com antecedência de, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis, de adquirir, em moeda corrente nacional, ou de substituir, qualquer Direito de Crédito, desde que tal aquisição ou substituição englobe todos os Direitos de Crédito vinculados ao mesmo Contrato de Financiamento de Veículo.





## CAPÍTULO XXVII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 86 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva do Administrador.

Artigo 87 O Presente Regulamento, respectivos Suplementos e suas alterações serão levados a registro no Cartório de Registro e Títulos e Documentos localizados na sede do Administrador, em 10 (dez) Dias Úteis contados da deliberação da Assembleia Geral ou do Administrador, e em 30 (trinta) dias quando a alteração advir de exigência legal ou regulamentar.

Artigo 88 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas pelo Auditor Independente e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM.

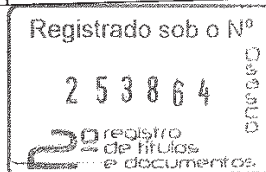
Artigo 89 Por ocasião da auditoria de que trata o Artigo 87 acima, os demonstrativos trimestrais do Fundo serão examinados para, após isso, serem submetidos à apreciação da CVM, nos termos da Instrução CVM 356.

Artigo 90 Fica eleito o foro da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.



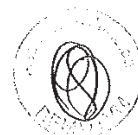
## ANEXO I - DEFINIÇÕES

<u>Administrador:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 4º deste Regulamento;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 19 deste Regulamento;
<u>Amortização Programada:</u>	é a amortização parcial das Quotas Seniores e/ou das Quotas Mezanino promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto nos respectivos Suplementos;
<u>Assembleia Geral:</u>	é a Assembleia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXII;
<u>Ativos Financeiros:</u>	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido;
<u>Auditor Independente:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 18 deste Regulamento;
<u>BACEN:</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>Cedente:</u>	é o Banco Ficsa S.A., conforme disposto no Artigo 2º deste Regulamento, o qual, de tempos em tempos, cede os Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão;
<u>CETIP:</u>	é a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;
<u>Código Civil:</u>	é a Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;
<u>CMN:</u>	significa o Conselho Monetário Nacional;
<u>Condições Adicionais:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 28 deste Regulamento;





<u>Conta do Fundo:</u>	a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo junto ao Banco Bradesco S.A., que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
<u>Contrato de Cessão:</u>	é o Instrumento Particular de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças celebrados entre o Fundo, o Administrador e o Cedente com a interveniência do Custodiante;
<u>Contrato de Cobrança:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de direitos creditórios inadimplidos e outras avenças, celebrado entre o Fundo, representado por seu Administrador, o Custodiante e o Cedente;
<u>Contrato de Custódia:</u>	é o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e controladoria de fundos de investimento em Direitos Creditórios, de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre o Custodiante e o Administrador, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Depósito:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Depósito e Outras Avenças, firmado entre o Custodiante e o Cedente, com a interveniência do Fundo, representado por seu Administrador;
<u>Contrato de Escrituração:</u>	é o Contrato de Escrituração de Quotas de Fundos de investimentos, firmado entre o Custodiante e o Administrador, em nome do Fundo;
<u>Contratos de Financiamento de Veículo:</u>	são os contratos de financiamento de veículos, representados por cédulas de crédito bancário e garantidos por alienação fiduciária firmados entre o Cedente e os Financiados, conforme o disposto no Artigo 2º deste Regulamento;
<u>Contrato de Gestão:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de carteira de Fundo de Investimento e Outras Avenças, firmado entre a Gestora e o Administrador, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Serviços</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria,



<u>de Auditoria Independente:</u>	firmado entre a Auditoria Independente e o Administrador;
<u>Contrato de Serviços de Classificação de Risco:</u>	é o Contrato para Elaboração de <i>Rating</i> de FIDC, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e o Administrador;
<u>Critérios de Elegibilidade:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 27 deste Regulamento;
<u>CRV:</u>	é o Certificado de Registro de Veículo;
<u>Custodiante:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 12 deste Regulamento;
<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Datas de Amortização:</u>	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembleia Geral de Quotistas, conforme o caso;
<u>Data de Emissão:</u>	é a Data de Emissão de Quotas Seniores de cada série, de Quotas Mezanino de cada classe, ou das Quotas Júnior, conforme o caso, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
<u>Data de Resgate:</u>	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores e/ou das Quotas Mezanino, conforme indicada nos respectivos Suplementos;
<u>Data de Verificação:</u>	é a data de apuração obrigatória dos limites de concentração e Excesso de Spread e recompra de Direitos de Crédito pelo Cedente, a ser realizada pelo Custodiante sempre no 10º (décimo) dia corrido de cada mês ou, caso não seja um Dia Útil, no 1º (primeiro) Dia Útil subsequente;



<u>Dias Úteis:</u>	significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na sede social do Administrador; e (ii) feriados de âmbito nacional;
<u>Direitos de Crédito:</u>	são individualmente cada uma das parcelas das cédulas de crédito bancário, emitidas pelos Financiados, adquiridas ou a serem adquiridas pelo Fundo, observado o disposto neste Regulamento;
<u>Direitos de Crédito Elegíveis:</u>	significa os Direitos de Crédito que satisfaçam cumulativamente, na Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade e às Condições Adicionais definidos, respectivamente, nos Artigos 27 e 28 deste Regulamento;
<u>Disponibilidades:</u>	é o somatório dos recursos (i) mantidos em moeda corrente nacional e (ii) recebidos pelo Fundo decorrentes (a) da integralização de Quotas; e (b) do recebimento de valores de principal, juros e outros valores relativos aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros;
<u>Documentos Comprobatórios:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 16 deste Regulamento;
<u>Documentos da Operação:</u>	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contrato de Cessão e respectivos Termos de Cessão, Regulamento, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Cobrança e Contrato de Depósito;
<u>Encargos do Fundo:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 63 deste Regulamento;
<u>Eventos de Avaliação:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 59 deste Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 61 deste Regulamento;
<u>Excesso de Spread:</u>	é a diferença entre a taxa de remuneração média atualizada,



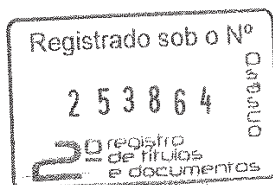


	ponderada por volume dos ativos integrantes da carteira do Fundo, e o passivo expresso relativo ao Patrimônio Líquido de todas as Quotas Seniores, Quotas Mezanino e Quotas Júnior, o qual é ponderado pela Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores multiplicada pelo valor total das Quotas Seniores somado à (i) Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Mezanino multiplicada pelo valor total das Quotas Mezanino e (ii) Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Júnior multiplicada pelo valor total das Quotas Júnior, subtraídas as despesas anuais estimadas do Fundo, a ser apurada pelo Custodiante em cada Data de Verificação;
<u>FGC:</u>	significa o Fundo Garantidor de Crédito;
<u>Financiados:</u>	são os clientes do Cedente, residentes e domiciliados no Brasil, que com ele celebram os Contratos de Financiamento de Veículo;
<u>Fundo:</u>	é o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa Premium Veículos I;
<u>Gestora:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 10 deste Regulamento;
<u>Instituições Autorizadas:</u>	instituições financeiras de primeira linha, com classificação de risco ( <i>rating</i> ) igual ou superior a BrAA-, emitida pela Standard & Poor's, ou classificação de risco ( <i>rating</i> ) equivalente, emitida pela Moody's ou pela Fitch;
<u>Instrução CVM 356:</u>	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, e alterações posteriores;
<u>Instrução CVM 400:</u>	é a Instrução nº 400 da CVM, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores;
<u>Instrução CVM 489:</u>	é a Instrução nº 489 da CVM, de 14 de janeiro de 2011, e alteração posterior;
<u>Investidores Qualificados:</u>	são todos os investidores autorizados a investir em fundos de investimento em direitos creditórios, inclusive outros





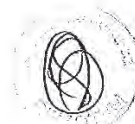
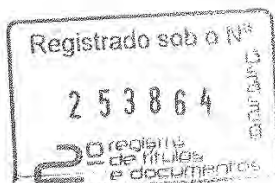
	fundos de investimento, nos termos da Instrução nº 409, da CVM, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada;
<u>IPCA:</u>	é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE;
<u>Média Móvel:</u>	é a média dos índices de inadimplência da carteira do Fundo nos períodos estabelecidos no Artigo 59, item "g" deste Regulamento. Independente que quaisquer alterações na Data de Verificação e/ou nos Critérios de Elegibilidade, a média móvel permanecerá inalterada;
<u>Meta de Rentabilidade Prioritária:</u>	é a meta de remuneração de cada série de Quotas Seniores e de cada classe de Quotas Mezanino estabelecidas nos respectivos Suplementos, de acordo com este Regulamento;
<u>Motocicletas:</u>	são as motos das marcas individualizadas na política de concessão de crédito, constante do Anexo VI deste Regulamento;
<u>Obrigações do Fundo:</u>	são todas as Obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Quotas;
<u>Patrimônio Líquido:</u>	significa o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado na forma do Capítulo XXIV;
<u>Percentual de Provisão:</u>	é o percentual de provisionamento a ser aplicado sobre os Direitos de Crédito adquirido vencidos e não pagos, nos termos do Artigo 78 deste Regulamento;
<u>Periódico:</u>	é o jornal DCI – Comércio, Indústria & Serviços;
<u>Plano Contábil:</u>	é o Plano Contábil dos Fundos de Investimento - COFI, conforme a Instrução CVM 489, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;
<u>Política de Cobrança:</u>	é a Política de Cobrança adotada pelo Fundo em face dos



	devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito;
<u>Prospecto:</u>	é o prospecto do Fundo, preparado nos termos da Instrução CVM 356 e da Instrução CVM 400;
<u>Quotas:</u>	são as Quotas Seniores, as Quotas Mezanino e as Quotas Júnior consideradas em conjunto;
<u>Quotas Júnior:</u>	são as quotas subordinadas júnior emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotas Mezanino:</u>	são as quotas subordinadas mezanino emitidas pelo Fundo em uma ou mais classes;
<u>Quotas Seniores:</u>	são as quotas de classe seniores, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
<u>Quotas Seniores em Circulação:</u>	é a totalidade das Quotas Seniores emitidas, excetuadas as Quotas Seniores resgatadas ou as que se encontrem em tesouraria, bem como aquelas que sejam pertencentes ao Cedente, suas controladas ou coligadas, seus controladores ou seus conselheiros e diretores;
<u>Quotas Subordinadas:</u>	são as Quotas Mezanino e as Quotas Júnior consideradas em conjunto;
<u>Quotistas:</u>	são os titulares das Quotas;
<u>Quotistas Júnior:</u>	são os titulares das Quotas Júnior;
<u>Quotistas Seniores:</u>	são os titulares das Quotas Seniores;
<u>Razão de Garantia das Quotas Seniores:</u>	é a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor total das Quotas Seniores e o valor do Patrimônio Líquido, observado o disposto no Artigo 57 deste Regulamento;
<u>Razão de Garantia das Quotas Mezanino:</u>	é a relação, expressa em valores percentuais, entre a somatória do valor total das Quotas Seniores e do valor total das Quotas Mezanino e o valor do Patrimônio Líquido, observado o disposto no Artigo 57 deste Regulamento;



<u>Razões de Garantia</u>	são a Razão de Garantia das Quotas Seniores e a Razão de Garantia das Quotas Mezanino consideradas em conjunto;
<u>Regulamento:</u>	é o Regulamento do Fundo;
<u>Reserva de Liquidez:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 52 deste Regulamento;
<u>Resolução CMN 2.907:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
<u>Resolução CMN 3.792:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.792, de 24 de setembro de 2009;
<u>Resolução CMN 3.998:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.998, de 28 de julho de 2011;
<u>SELIC:</u>	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
<u>Suplemento de Quotas Seniores</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 1º, do Artigo 36, deste Regulamento;
<u>Suplemento de Quotas Mezanino</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 2º, do Artigo 37, deste Regulamento;
<u>Suplementos:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 2º, do Artigo 37, deste Regulamento;
<u>Taxa de Administração:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 6º deste Regulamento;
<u>Taxa de Gestão:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 6º deste Regulamento;
<u>Taxa DI:</u>	Taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;





	<p>No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Quotas Seniores, quando das distribuições de rendimentos posteriores;</p> <p>Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Administrador, mediante aviso aos Quotistas, deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para definir a nova taxa substituta. Até a deliberação da nova taxa substituta, será utilizada como Taxa DI a última Taxa DI conhecida antes da ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou imposição legal da Taxa DI, conforme o caso;</p>
<u>Taxa Mínima de Cessão:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 1º do Artigo 28, deste Regulamento;
<u>TED:</u>	significa Transferência Eletrônica Disponível;
<u>Termo de Adesão:</u>	é o documento por meio do qual o Quotista declara estar ciente dos riscos envolvidos no investimento nas Quotas do Fundo e adere a este Regulamento;
<u>Termo de Cessão:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na alínea "g", Parágrafo 4º, do Artigo 35, deste Regulamento;
<u>Valor Unitário de Emissão:</u>	é o Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores de cada série, de cada classe de Quotas Mezanino, ou das Quotas Júnior, na respectiva Data de Emissão;
<u>Veículos Leves:</u>	são os automóveis e utilitários; e
<u>Veículos Pesados:</u>	são os caminhões e ônibus.





## ANEXO II – MODELO DE SUPLEMENTO DE QUOTAS SENIORES

### FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA PREMIUM VEÍCULOS I

Suplemento ao Regulamento para emissão da [•] Série de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa Premium Veículos I (“Fundo”), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Seniores: [•];
- b) O Valor Unitário de Emissão: [•];
- c) Data de Emissão: [•] de [•] de [•];
- d) Data de Resgate: [•];
- e) Período de Carência: [•];
- f) Meta de Rentabilidade Prioritária: [•];
- g) Amortizações Programadas: [•];

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

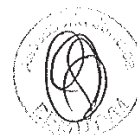
São Paulo, [•] de [•] de [•].

### FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA PREMIUM VEÍCULOS I

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
C.P.F.:

2. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
C.P.F.:



### ANEXO III – MODELO DE SUPLEMENTO DE QUOTAS MEZANINO

#### FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA PREMIUM VEÍCULOS I

Suplemento ao Regulamento para emissão da [•] Classe de Quotas Mezanino do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa Premium Veículos I (“Fundo”), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Mezanino: [•];
- b) O Valor Unitário de Emissão: [•];
- c) Data de Emissão: [•] de [•] de [•];
- d) Data de Resgate: [•];
- e) Período de Carência: [•];
- f) Meta de Rentabilidade Prioritária: [•];
- g) Amortizações Programadas: [•];

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, [•] de [•] de [•].

#### FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA PREMIUM VEÍCULOS I

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
C.P.F.:

2. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
C.P.F.:



#### ANEXO IV - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA

Os valores devidos pelos clientes, devedores dos Direitos de Crédito, são e serão representados por carnês de pagamento em prestações ou boletos de pagamento, ambos emitidos pelo Cedente e pagáveis em qualquer instituição financeira participante do sistema de compensação nacional.

De acordo com o previsto neste Regulamento, o Cedente adotará, em nome do Fundo, as medidas de cobrança necessárias em relação aos clientes inadimplentes, sendo possível, inclusive, o parcelamento dos Direitos de Crédito em atraso, sendo limitado o número de parcelas ao número de Direitos de Crédito em atraso. Caso seja realizado o referido parcelamento, o Cedente se obriga a emitir boletos de pagamento em nome do Fundo, para possibilitar o recebimento dos respectivos valores na Conta do Fundo.

O procedimento adotado pelo Cedente para cobrança dos Financiados inadimplentes é o descrito a seguir, sendo que eventuais despesas de cobrança serão suportadas pelo Fundo:

a) Bancária - É aquela em que o Financiador, mediante a utilização de carnê, efetua o pagamento da prestação em atraso, até 30 dias contados do seu vencimento, diretamente no banco determinado no boleto de cobrança.

b) Comercial - A partir do 2º dia de atraso da prestação, a área de cobrança envia ao escritório de cobrança (terceirizado) e correspondentes a prestação, para que este acione o Financiador de forma ativa e decisiva, verificando o motivo do não pagamento e direcionando o mesmo para efetuar pagamento no banco.

c) Amigável - A partir do 31º dia de atraso da prestação, a área de cobrança envia ao escritório de cobrança a prestação, para que este acione o Financiador de forma ativa e decisiva, evitando-se desta maneira a continuidade do processo de cobrança.

É nesta etapa que o Financiador será negativado no SPC/SERASA automaticamente pelo sistema. Caso ocorra a regularização da prestação por parte do Financiador, a exclusão do SPC/SERASA também ocorrerá automaticamente pelo sistema.

d) Pré-jurídica - A partir do 91º dia de atraso após o recebimento da notificação positiva, por volta do 75º dia de atraso, o jurídico inicia o processo de ajuizamento para valores superiores a R\$5.000,00, ocasião em que o escritório de cobrança solicitará ao Banco Ficsa a seguinte documentação: (i) documentação do Financiador; (ii) cédula de crédito bancário; (iii) Demonstrativo da operação; e (iv) para valores inferiores a R\$ 5.000,00 o escritório de cobrança fará o protesto da cédula de crédito.

A empresa de cobrança contratada continua na tentativa de receber a prestação em atraso, ou, ainda, dependendo da situação, buscando o recebimento amigável do veículo automotor, desde que esteja em bom estado de conservação, com as multas e IPVA em dia ou dentro de um limite desejável.

e) Judicial - A partir do 181º dia de atraso, o escritório de cobrança, com o contrato ajuizado ou a cédula de crédito bancário protestada, aciona o seu jurídico para que este localize o cliente e tente negociar as parcelas em atraso. Caso não obtenha sucesso, deve efetuar a busca e a apreensão do veículo.





## ANEXO V – METODOLOGIA ADOTADA PARA VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS DE CRÉDITO POR AMOSTRAGEM

Em vista da significativa quantidade de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e da expressiva diversificação de devedores dos Direitos de Crédito, é facultado ao Custodiante realizar a análise dos Documentos Comprobatórios por amostragem, observado o disposto a seguir:

- a) A verificação será realizada trimestralmente pelo Custodiante ou por terceiro contratado. A análise da documentação será realizada utilizando os procedimentos de auditoria por amostragem, e dependerá de alguns estudos estatísticos, sendo realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos de Crédito.
- b) A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos de Crédito para verificação nos termos da alínea “a” acima, será realizada por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática:

$$n_0 = \frac{1}{E_o^2} \qquad n = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Onde:

**E<sub>o</sub>** = Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será entre 5% e 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos de Crédito qualidade do Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos de Crédito já realizadas e respectivos resultados observados); e

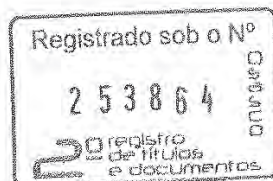
**N** = tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos de Crédito).

A seleção da amostra de Direitos de Crédito para verificação será obtida da seguinte forma: (i) divide-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n), obtendo um intervalo de retirada (k); (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada (k) elementos, retira-se um para a amostra.

A verificação será realizada uniformemente, ou seja, não sendo considerado os parâmetros de diversificação de devedores quando da verificação do lastro.

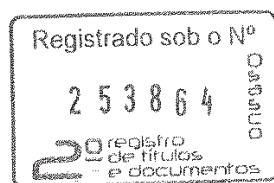
O Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Quotistas por conta de qualquer irregularidade dos Documentos Comprobatórios.

Para atendimento ao disposto no § 3º, inciso III, do artigo 8º da Instrução nº 356/01, da CVM, o Administrador considerará as informações fornecidas pelo Custodiante após o término do trimestre do exercício social, retroativas aos últimos três meses os resultados da verificação dos Documentos Comprobatórios, por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando,





dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos de Crédito inexistentes porventura encontrados.



## ANEXO VI - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

### POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA DIREITOS DE CRÉDITO ORIUNDOS DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS LEVES, MOTOCICLETAS e VEÍCULOS PESADOS

#### VEÍCULOS LEVES

- ✓ ☐ Veículos leves com até 25 anos de uso;
- ✓ ☐ Veículos leves importados com até 10 anos de uso;
- ✓ ☐ Veículos leves importados com mais de 10 anos:-
- ✓ ☐ Marcas/Modelos:- VW Gol, Ford Escort e Fiat UNO conforme tabela Ficsa;

#### ALÇADAS DE APROVAÇÃO

Alçadas de aprovação – Mesa de Crédito e Correspondentes:

Cargo	GRP Mesa de Crédito	GRP Correspondentes	R\$	Grau de restrição
Analista Zero	GRP ANALISTA MESA	GRP ANALISTA	0,00	Sem restritivos (SPC, Serasa e Risco interno)
Analista I	GRP ANALISTA MESA I	GRP ANALISTA I	5.000,00	Sem restritivos (SPC, Serasa e Risco interno)
Analista II	GRP ANALISTA MESA II	GRP ANALISTA II	7.000,00	Sem restritivos (SPC, Serasa e Risco interno)
Analista III	GRP ANALISTA MESA III	GRP ANALISTA III	9.000,00	Sem restritivos (SPC, Serasa e Risco interno)
Analista IV	GRP ANALISTA MESA IV	GRP ANALISTA IV	13.000,00	Sem restritivos (SPC, Serasa e Risco interno)

- a) Somente após avaliação do Departamento de Crédito, a critério e tempo indeterminado, será **concedida ou excluída** a alçada para os **Correspondentes**.
- b) Alterações nos valores de alçadas já concedidas somente com a aprovação do Departamento de Crédito.

Alçadas de Aprovação – Central de Crédito

Cargo	GRP Central de Crédito	R\$	Grau de restrição
Analista Junior	SUPERIOR I	13.000,00	Sem restritivos (SPC, Serasa e Risco interno)
Analista Pleno	SUPERIOR II	20.000,00	Sem restritivos (SPC, Serasa e Risco interno)
Analista Sênior	SUPERIOR III	30.000,00	Sem restritivos (SPC, Serasa e Risco interno)
Coordenador	SUPERIOR IV	50.000,00	Restritivos não relevantes (SPC, Serasa e Risco interno)
Gerente	SUPERIOR V	75.000,00	Restritivos não relevantes (SPC, Serasa e Risco interno)
Comitê	COMITE	Acima de 75.000,00	Qualquer restritivo

- a) Alterações de alçadas somente serão acatadas com aprovação do Comitê de Crédito;
- b) Propostas com valores acima de **R\$75.000,00**, a concessão deverá ser realizada através do Comitê de Crédito.

#### PROPOSTA E PROPONENTE

Mínimo Financiado	R\$ 1.500,00
Prazo de validade	8 dias úteis.
Cotação	<p>Valor de Mercado: Cotação Banco Ficsa;</p> <p><b>Valor da Compra: IGUAL AO VALOR DA COTAÇÃO BANCO FICSA;</b></p> <p>Entrada: Mínimo exigido, conforme Tabela e Ano da Garantia;</p> <p>Valor Financiado: Cotação Banco Ficsa (-) Valor de Entrada.</p> <p><b>Proposta com o Valor de Compra acima da Cotação Banco Ficsa SERÁ RECUSADA.</b></p>
Garantias Restritas	✓ Veículos com chassis remarcados (REM) e sinistrados;



	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Veículos com motor trocado sem regularização no DETRAN;</li> <li>✓ Veículos transformados, exceto veículos com motores convertidos a gás;</li> <li>✓ Veículos modificados para auto-escolas;</li> <li>✓ Veículos com Multas e Débitos vencidos com valor superior a 10% do Valor de Mercado.</li> <li>✓ Bloqueio Administrativo;</li> <li>✓ Restrição judicial.</li> </ul>
Garantia	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Alienação Fiduciária do Veículo financiado ao Banco Ficsa SA;</li> <li>✓ Avalista (quando incluso ou solicitado).</li> </ul>
Utilitários	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Nacionais das marcas:- VW – Ford – Fiat – GM;</li> <li>✓ Vetados:- Kombi, Vans, Caminhonetes, Furgões e similares.</li> </ul>

Limite de idade	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <b>Proponente:-</b> Mínimo de 18 anos e máximo de 70 anos;</li> <li>✓ <b>Avalista:-</b> Mínimo de 21 anos e máximo de 65 anos.</li> </ul>
Avalistas	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Quando solicitado ou cadastrado Avalista:-</li> <li>✓ Comprometimento de renda máximo de 31%;</li> <li>✓ Comportar 100% da operação;</li> <li>✓ <b>AVALISTA NÃO PODERÁ SER AUTÔNOMO.</b></li> </ul>
Receita Federal	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <b>Regular:</b> Prosseguir com a análise;</li> <li>✓ <b>Pendente de Regularização:</b> Prosseguir com a análise. Em caso de aprovação, será condicionado à regularização na Receita Federal (não será aceito comprovante de regularização);</li> <li>✓ <b>Suspenso/Cancelado:</b> Não é permitida a concessão de crédito.</li> </ul>
Tempo de Serviço	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Tempo mínimo de 06 meses na atividade;</li> <li>✓ 03 A 06 meses LTA com no mínimo 1 ano de atividade e intervalo de 30 dias entre demissão e admissão;</li> <li>✓ Para planos acima de 49 meses com 1 ano de tempo mínimo de serviço.</li> </ul>

Comprometimento de Renda

O comprometimento de renda seguirá o parâmetro descrito:

Plano	Prestação
De 12 a 48 meses	31 % da Renda Bruta
De 49 a 60 meses	25 % da Renda Bruta

- ✓ Quando optado pelo Seguro Prestamista, o valor do seguro será desconsiderado no comprometimento da renda, desde que não supere 33% de comprometimento.
- ✓ **Renda variável constante:** Consideradas horas extras ou comissões, desde que haja comprovação, através dos 3 últimos holerites, que serão solicitados e/ou condicionados para a Formalização, limitado a 10% sobre o salário base.
  - Não será considerada a renda variável em planos acima de 48 meses;
  - Não será aceito declaração de renda.
- ✓ Para o cálculo de comprometimento de renda não devem ser considerados férias, 13º, abonos, Vale Refeição, Vale transporte, auxílio creche.
- ✓ Débitos no holerite e/ou extratos de benefícios, devem-se somar os débitos existentes (pensão-alimentícia, empréstimo consignado) com o valor da parcela desejada e calcular o endividamento sobre salário bruto:

Cálculo considerado empréstimos e financiamentos:-

PLANOS		12 a 48 meses	49 a 60 meses
Salário Bruto	=	1000	1000
Compr. da Renda Bruta	x	300	250
Empréstimo/Financiamento	-	150	150
Disponível p/ comprometer	=	150	100

Cálculo considerado Renda variável:-

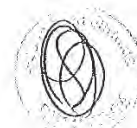
PLANOS		12 a 48 meses	49 a 60 meses
Salário Base	=	1000	1000
Horas Extras/Comissões	+	300	300
Salário BRUTO	+	1300	1300
Salário LIMITE para cálculo	=	1100	1000

Composição de Renda

- ✓ Entre ascendentes e descendentes diretos (Avós, Pais, Irmãos e Cônjuge);
- ✓ Máximo de 25% de comprometimento da junção das rendas;
- ✓ Não há composição de renda para planos acima de 48 meses.

Crédito Restrito

- ✓ Analfabetos;





	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Por meio de procuração;</li> <li>✓ Proponente ou avalista cujo CPF não consta na base SERASA;</li> <li>✓ Para entidades: Hospitais, Igrejas (inclui Padres e Pastores), Atletas e Esportistas, Auto-escola, Funerárias, Motoboys, Mototáxi, Guinchos e Lojistas;</li> <li>✓ Nos casos de propostas de pessoa física em que o veículo a financiar tenha relação com as atividades descritas, está vedada a concessão do crédito;</li> <li>✓ Financiamentos para o próprio lojista (caracterizando Capital de giro) e funcionários de lojas, exceto situações que o lojista atue com a Ficsa no segmento de Moto e Veículo e não possua o bem financiado em sua loja. – APENAS UM ÚNICO CONTRATO VIGENTE.</li> </ul>
--	---

### MOTOCICLETAS

- ✓ \_ Motocicletas e Motonetas nacionais com 15 anos de uso e acima de 100cc;
  - ✓ \_ Motocicletas importadas até 500cc e máximo de 5 anos de uso;
  - ✓ \_ Motocicletas importadas acima de 500cc e máximo de 15 anos de uso;
  - ✓ \_ Marcas autorizadas (Nacionais e Importadas):-
- Harley Davidson - Honda - Suzuki – Yamaha

### ALÇADAS DE APROVAÇÃO

**Alçadas de aprovação – Mesa de Crédito e Correspondentes:**

Cargo	GRP Mesa de Crédito	GRP Correspondentes	R\$	Grav de restrição
Analista Zero	GRP ANALISTA MESA	GRP ANALISTA	0,00	Sem restritivos (SPC, Serasa e Risco interno)
Analista I	GRP ANALISTA MESA I	GRP ANALISTA I	4.000,00	Sem restritivos (SPC, Serasa e Risco interno)
Analista II	GRP ANALISTA MESA II	GRP ANALISTA II	5.000,00	Sem restritivos (SPC, Serasa e Risco interno)
Analista III	GRP ANALISTA MESA III	GRP ANALISTA III	6.000,00	Sem restritivos (SPC, Serasa e Risco interno)
Analista IV	GRP ANALISTA MESA IV	GRP ANALISTA IV	9.000,00	Sem restritivos (SPC, Serasa e Risco interno)

- a) Somente após avaliação do Departamento de Crédito, a critério e tempo indeterminado, será concedida ou excluída a alçada para os Correspondentes.
- b) Alterações nos valores de alçadas já concedidas somente com a aprovação do Departamento de Crédito.

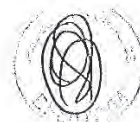
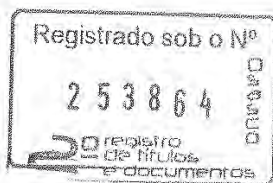
**Alçadas de Aprovação – Central de Crédito**

Cargo	GRP Central de Crédito	R\$	Grav de restrição
Analista Junior	SUPERIOR I	9.000,00	Sem restritivos (SPC, Serasa e Risco interno)
Analista Pleno	SUPERIOR II	20.000,00	Sem restritivos (SPC, Serasa e Risco interno)
Analista Sênior	SUPERIOR III	30.000,00	Sem restritivos (SPC, Serasa e Risco interno)
Coordenador	SUPERIOR IV	50.000,00	Restritivos não relevantes (SPC, Serasa e Risco interno)
Gerente	SUPERIOR V	75.000,00	Restritivos não relevantes (SPC, Serasa e Risco interno)
Comitê	COMITE	Acima de 75.000,00	Qualquer restritivo

- a) Alterações de alçadas somente serão acatadas com aprovação do Comitê de Crédito;
- b) Propostas com valores acima de R\$ 75.000, a concessão deverá ser realizada através do Comitê de Crédito.

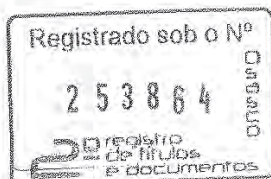
### PROPOSTA E PROPONENTE

Mínimo Financiado	R\$ 1.500,00
Prazo de Validade	8 dias úteis.





Cotação	Valor de Mercado: Cotação Banco Ficsa; Valor da Compra: IGUAL AO VALOR DA COTAÇÃO BANCO FICSA; Entrada: Mínimo exigido, conforme Tabela e Ano da Garantia; Valor Financiado: Cotação Banco Ficsa (-) Valor de Entrada. Proposta com o Valor da Compra acima da Cotação Banco Ficsa SERÁ RECUSADA.													
Garantias Restritas	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Motocicletas e Motonetas com chassis remarcados (REM) e sinistrados;</li><li>✓ Motocicletas e Motonetas com motor trocado sem regularização no DETRAN;</li><li>✓ Motocicletas e Motonetas transformadas.</li><li>✓ Motocicletas e Motonetas modificadas para auto-escolas;</li><li>✓ Motocicletas e Motonetas com Multas e Débitos vencidos com valor superior a 10% do Valor de Mercado.</li><li>✓ Bloqueio Administrativo;</li><li>✓ Restrição judicial.</li></ul>													
Garantias	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Alienação Fiduciária do Veículo financiado ao Banco Ficsa SA;</li><li>✓ Avalista (quando incluso ou solicitado).</li></ul>													
Limite de idade	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Proponente:- Mínimo de 18 anos e máximo de 70 anos;</li><li>✓ Avalista:- Mínimo de 21 anos e máximo de 65anos.</li></ul>													
Avalistas	<p>➔ Quando solicitado ou cadastrado Avalista:-</p> <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Comprometimento de renda máximo de 31%;</li><li>✓ Comportar 100% da operação;</li><li>✓ AVALISTA NÃO PODERÁ SER AUTÔNOMO.</li></ul> <p>➔ Quando Avalista for OBRIGATÓRIO:-</p> <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Obrigatório para proponentes com idade entre 18 anos e 21 anos:-</li><li>I – Com mais de 1 ano de LT:-<ul style="list-style-type: none"><li>✶ Proponente com no mínimo 1 ano de trabalho comprovado;</li><li>✶ Pai ou Mãe, sem comprovação de renda ou vínculo de emprego;</li><li>✶ Demais, sem comprovação de renda, com vínculo de emprego;</li><li>✶ Sem necessidade de comportar o crédito totalmente;</li><li>✶ Autônomo não será aceito, exceção para Pai e Mãe.</li></ul></li><li>II – Com menos de 1 ano de LT:-<ul style="list-style-type: none"><li>✶ Proponente com no mínimo 6 meses de trabalho comprovado;</li><li>✶ Ascendente e descendentes diretos (ex. PAI, MÃE, IRMÃO, CONJUGÊ ou TIO);</li><li>✶ Comportar o crédito totalmente;</li><li>✶ Comprovar renda e vínculo de emprego;</li></ul></li><li>✓ Autônomo não será aceito.</li></ul>													
Receita Federal	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Regular: Prosseguir com a análise;</li><li>✓ Pendente de Regularização: Prosseguir com a análise. Em caso de aprovação, será condicionado à regularização na Receita Federal (não será aceito comprovante de regularização);</li><li>✓ Suspenso/Cancelado: Não é permitida a concessão de crédito.</li></ul>													
Tempo de Serviço	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Tempo mínimo de 06 meses na atividade;</li><li>✓ 03 A 06 meses LTA com no mínimo 1 ano de atividade e intervalo de 30 dias entre demissão e admissão.</li></ul>													
Comprometimento de Renda	<p>O comprometimento de renda seguirá o parâmetro descrito:</p> <table><thead><tr><th>Plano</th><th>Prestação</th></tr></thead><tbody><tr><td>De 12 a 48 meses</td><td>31 % da Renda Bruta</td></tr></tbody></table> <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Quando optado pelo Seguro Prestamista, o valor do seguro será desconsiderado no comprometimento da renda, desde que não supere 33% de comprometimento.</li><li>✓ Renda variável constante: Consideradas horas extras ou comissões, desde que haja comprovação, através dos 3 últimos holerites, que serão solicitados e/ou condicionados para a Formalização, limitado a 10% sobre o salário base.</li></ul> <p>Não será aceito declaração de renda.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Para o cálculo de comprometimento de renda não devem ser considerados férias, 13º, abonos, Vale Refeição, Vale transporte, auxílio creche.</li><li>✓ Débitos no holerite e/ou extratos de benefícios, devem-se somar os débitos existentes (pensão-alimentícia, empréstimo consignado) com o valor da parcela desejada e calcular o endividamento sobre salário bruto:</li></ul> <p>Cálculo considerado empréstimos e financiamentos:-</p> <table><tbody><tr><td>Salário Bruto</td><td>=</td><td>1000</td></tr><tr><td>30% de renda bruta</td><td>x</td><td>300</td></tr><tr><td>Empréstimo/Financiamento</td><td>-</td><td>150</td></tr></tbody></table>	Plano	Prestação	De 12 a 48 meses	31 % da Renda Bruta	Salário Bruto	=	1000	30% de renda bruta	x	300	Empréstimo/Financiamento	-	150
Plano	Prestação													
De 12 a 48 meses	31 % da Renda Bruta													
Salário Bruto	=	1000												
30% de renda bruta	x	300												
Empréstimo/Financiamento	-	150												



	Disponível p/ comprometer	=	150
	Cálculo considerado Renda variável:-		
	Salário Base	=	1000
	Horas Extras/Comissões	+	300
	Salário BRUTO	+	1300
	Salário LIMITE para cálculo	=	1100
Composição de Renda	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Entre ascendentes e descendentes diretos (Avós, Pais, Irmãos e Cônjuge);</li> <li>✓ Máximo de 25% de comprometimento da junção das rendas;</li> <li>✓ Não há composição de renda para planos acima de 48 meses.</li> </ul>		
Crédito Restrito	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Analfabetos;</li> <li>✓ Por meio de procuração;</li> <li>✓ Proponente ou avalista cujo CPF não consta na base SERASA;</li> <li>✓ Para entidades: Hospitais, Igrejas (inclui Padres e Pastores), Atletas e Esportistas, Auto-escola, Funerárias, Motoboys, Mototáxi, Guinchos e Lojistas;</li> <li>✓ Nos casos de propostas de pessoa física em que o veículo a financiar tenha relação com as atividades descritas, está vedada a concessão do crédito;</li> <li>✓ Financiamentos para o próprio lojista (caracterizando Capital de giro) e funcionários de lojas, exceto situações que o lojista atue com a Ficsa no segmento de Moto e Veículo e não possua o bem financiado em sua loja. – APENAS UM ÚNICO CONTRATO VIGENTE;</li> <li>✓ Garantias com débitos/multa superiores as 10% do valor financiado.</li> </ul>		

### VEÍCULOS PESADOS

- ✓ Ônibus & Micro-Ônibus com até 20 anos de uso;
- ✓ Caminhões nacionais com até 25 anos de uso;
- ✓ Caminhões ¾, Toco, Truck e Cavalô Mecânico;
- ✓ Caminhões marcas:
  - Scania (exceto modelos 140 e 141) - Volkswagen
  - Volvo - Ford
  - Mercedes Benz - Iveco (a partir do ano 2000)
  - Chevrolet (a partir do ano 1990, não permitido modelos

#### D70/D60/D40/6000)

- ✓ Ônibus Chassis marcas:
  - Scania - Volkswagen
  - Volvo - Mercedes Benz
  - Iveco (a partir do ano 2000) - Agrale\*

\*Marca Agrale somente transporte escolar, com o CRMC (Certificado de Registro Municipal de Condutores) **ATIVO** junto a PM (Prefeitura Municipal);

### ALÇADAS DE APROVAÇÃO

#### Alçadas de Aprovação – Mesa de Crédito

Cargo	GRP Mesa de Crédito	GRP Correspondentes	R\$	Grau de restrição
Analista Zero	GRP ANALISTA MESA	GRP ANALISTA	0,00	Sem restritivos (SPC, Serasa e Risco interno)
Analista I	GRP ANALISTA MESA I	GRP ANALISTA I	20.000,00	Sem restritivos (SPC, Serasa e Risco interno)
Analista II	GRP ANALISTA MESA II	GRP ANALISTA II	30.000,00	Sem restritivos (SPC, Serasa e Risco interno)
Analista III	GRP ANALISTA MESA III	GRP ANALISTA III	40.000,00	Sem restritivos (SPC, Serasa e Risco interno)
Analista IV	GRP ANALISTA MESA IV	GRP ANALISTA IV	50.000,00	Sem restritivos (SPC, Serasa e Risco interno)

- Somente após avaliação do Departamento de Crédito, a critério e tempo indeterminado, será **concedida** ou **excluída** a alçada para os **Correspondentes**.
- Alterações nos valores de alçadas já concedidas somente com a aprovação do Departamento de Crédito.





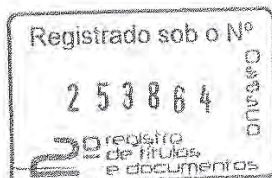
### Alçadas de aprovação – Correspondentes:

Cargo	GRP Central de Crédito	RS	Grau de restrição
Analista Junior	SUPERIOR_I	60.000,00	Sem restritivos (SPC, Serasa e Risco interno)
Analista Pleno	SUPERIOR_II	70.000,00	Sem restritivos (SPC, Serasa e Risco interno)
Analista Sênior	SUPERIOR_III	80.000,00	Sem restritivos (SPC, Serasa e Risco interno)
Coordenador	SUPERIOR_IV	90.000,00	Restritivos não relevantes (SPC, Serasa e Risco interno)
Gerente	SUPERIOR_V	100.000,00	Restritivos não relevantes (SPC, Serasa e Risco interno)
Comitê	COMITE	Acima de 100.000,00	Qualquer restritivo

- a) Alterações de alçadas somente serão acatadas com aprovação do Comitê de Crédito;  
b) Propostas com valores acima de **R\$ 100.000,00**, a concessão deverá ser realizada através do Comitê de Crédito.

### PROPOSTA E PROPONENTE

Prazo de validade	15 dias.
Cotação	<p>Valor do Mercado: Cotação Banco Ficsa;  <b>Valor da Compra: IGUAL AO VALOR DA COTAÇÃO BANCO FICSA;</b>  Entrada: Mínimo exigido, conforme Tabela e Ano da Garantia;  <b>Valor Financiado: Cotação Banco Ficsa (-) Valor de Entrada.</b>  <b>Proposta com o Valor de Compra acima da Cotação Banco Ficsa SERÁ RECUSADA.</b></p>
Caminhões e Garantias Adicionais Restritos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Caminhões/ Ônibus com sinistrados;</li> <li>✓ Caminhões/ Ônibus com motor trocado sem regularização no DETRAN;</li> <li>✓ Multas e Débitos acima de 10% do valor financiado ou R\$ 5.000,00;</li> <li>✓ Bloqueio Administrativo;</li> <li>✓ Restrição judicial;</li> <li>✓ Alienado a outra instituição financeira.</li> </ul>
Garantia	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Alienação Fiduciária do Caminhão/ Ônibus financiado ao Banco Ficsa SA;</li> <li>✓ Avalista (quando incluso ou solicitado);</li> <li>✓ Chassi remarcado (REM) com 50% da cotação e carta de ciência do cliente;</li> <li>✓ 1º caminhão com 50% de entrada e limitando ao valor financiado de R\$ 35 mil.</li> </ul>
Garantia Adicional	✓ Quando inclusa ou determinada pela Central de Crédito, deverá (a exemplo da garantia principal) ser alienada ao Banco Ficsa SA.
Límite de idade	✓ Mínimo de 21 anos e máximo de 65 anos.
Avalistas	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Atuar no ramo de atividade;</li> <li>✓ Comportar 100% da operação.</li> </ul>
Receita Federal	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Pessoa Física: CPF REGULAR;</li> <li>✓ Pessoa Jurídica: CNPJ ATIVO.</li> </ul>
Banco	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Pessoa Física – Conta corrente no mínimo a 1 ano;</li> <li>✓ Pessoa Jurídica – Conta corrente no mínimo a 2 anos.</li> </ul>
Comprometimento de Renda	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Comprometimento de 31% da renda bruta;</li> <li>✓ Considerado o endividamento bancário total da empresa (BACEN);</li> <li>✓ Quando optado pelo Seguro Prestamista, o valor do seguro será desconsiderado no comprometimento da renda, desde que não supere 33% de comprometimento.</li> </ul>
Comprometimento do Faturamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Máximo de 31% do faturamento,</li> <li>✓ Considerado o endividamento bancário total da empresa (BACEN);</li> <li>✓ Quando optado pelo Seguro Prestamista, o valor do seguro será desconsiderado no comprometimento do faturamento, desde que não supere 33% de comprometimento.</li> </ul>
Tempo de Atividade PF	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Tempo mínimo de 1 ano comprovado na atividade;</li> <li>✓ Não são válidas confirmações efetuadas em celulares, telefones públicos ou comunitários e de empresas vizinhas.</li> </ul>
Tempo de Atividade PJ	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Mínimo de 2 anos de atividade;</li> <li>✓ Sócios/Avalistas com experiência no segmento.</li> </ul>
Crédito Restrito	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Analfabetos;</li> <li>✓ Por meio de procuração;</li> <li>✓ Proponente ou avalista cujo CPF não consta na base SERASA;</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Para entidades: Hospitais, Igrejas (inclui Padres e Pastores), Atletas e Esportistas, Auto-escola, Funerárias e Lojistas.</li> <li>✓ Veículos recuperados e/ou modificados</li> </ul>
--	--

Caso a Cedente altere a política de concessão de crédito descrita neste Anexo VI, o Cedente deverá enviar notificação, por escrito, ao Administrador em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da alteração para que esta convoque uma Assembleia Geral com a finalidade de apenas dar conhecimento aos Quotistas sobre tal alteração. O Administrador deverá apresentar aos Quotistas nessa Assembleia Geral o Anexo VI ao Regulamento já com a alteração da política de concessão de crédito consolidada. Tal alteração não será objeto de deliberação pelos Quotistas do Fundo. O Cedente não poderá ceder ao Fundo Direitos de Crédito contemplando a nova política de concessão de crédito sem que esta tenha sido alterada no Regulamento.





## **ANEXO II**

---

**Ato de constituição do Fundo datado de 15 de setembro de 2011**



**BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

**CNPJ/MF n.º 00.066.670/0001-00**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA PREMIUM VEÍCULOS I**

Pelo presente instrumento particular, a **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento, com sede na Cidade Deus, Prédio Prata, 4º andar, Cidade de Deus, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF. sob n.º 00.066.670/0001-00 (a "Administradora"), nos termos da legislação e regulamentação vigentes, resolve:

1. Constituir, nos termos da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, e posteriores alterações, um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, sob a forma de condomínio fechado, denominado **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA PREMIUM VEÍCULOS I** ("Fundo").
2. Desempenhar as funções de instituição administradora, na forma do regulamento anexo.
3. Contratar o **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Osasco, São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, para prestar o serviço de custódia e controladoria ao Fundo.
4. Contratar a **CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ sob nº 52.904.364/0001-08, como gestora da carteira do Fundo.
5. Contratar a **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.**, sociedade com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº





33, 13º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 57.755.217/0001-29, para prestar ao Fundo os serviços de auditoria.

6. Submeter à aprovação da D. Comissão de Valores Mobiliários a presente deliberação de constituição do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação para a obtenção de aprovação da CVM relativa ao funcionamento do Fundo.

Estando assim deliberada a constituição do Fundo, vai a presente assinada em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

Osasco, 15 de setembro de 2011.

  
BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

87051 - Castoamor Simões

  
84.355 - Ademir Rufino dos Santos

2º. OFICIAL DE REGISTRO TÍTULOS DOCUMENTOS  
DE OSASCO - SP  
Rua Dante Battiston, 249  
Centro - Osasco - SP CEP 06013-030  
APRESENTADO HOJE PROTOCOLADO, REGISTRADO E  
MICROFILMADO SOB N.º 253.483 DO LIVRO B  
Osasco, 15 de Setembro de 2011  
  
ANDRÉA C. S. DE ALMEIDA / KATIANE D. M. EVANGELISTA  
SÔNIA MARIA DA COSTA PEREIRA  
PROTOCOLO N.º 253.483  
Total Pago R\$ 466,86. Este valor inclui 32% devidos  
ao Estado e 20% à CART Previdência do IPESP, sobre  
R\$ 291,40 devido ao Oficial.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



### **ANEXO III**

---

#### **Suplemento da 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo**

## SUPLEMENTO DE QUOTAS SENIORES

### FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA PREMIUM VEÍCULOS I

Suplemento ao Regulamento para emissão da 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa Premium Veículos I ("Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), conforme as seguintes características:

a) Quantidade de Quotas Seniores: até 162.000 (cento e sessenta e duas mil) Quotas Seniores, sendo certo que 24.000 (vinte e quatro mil) Quotas Seniores caso seja exercido as Quotas Seniores do Lote Adicional, nos termos do Prospecto da 1ª Série de Quotas Seniores e do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, e 18.000 (dezoito mil) Quotas Seniores caso seja exercido as Quotas Seniores do Lote Suplementar, nos termos do Prospecto da 1ª Série de Quotas Seniores e do artigo 24 da Instrução CVM 400;

b) O Valor Unitário de Emissão: R\$1.000,00 (hum mil reais);

c) Data de Emissão: data da primeira integralização de Quotas Seniores desta 1ª Série;

d) Data de Resgate: 54 meses a contar da Data de Emissão;

e) Período de Carência: 12 (doze) meses a contra da Data de Emissão;

f) Meta de Rentabilidade Prioritária: 122% (cento e vinte e dois por cento) da Taxa DI;

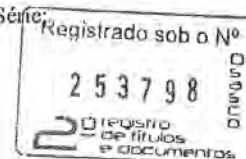
g) Amortizações Programadas: A partir do 13º mês contado da Data de Emissão serão realizadas 42 (quarenta e duas) amortizações mensais e consecutivas conforme cronograma estabelecido abaixo:

13º mês	14º mês	15º mês	16º mês	17º mês	18º mês	19º mês	20º mês	21º mês	22º mês	23º mês	24º mês
1/42	2/42	3/42	4/42	5/42	6/42	7/42	8/42	9/42	10/42	11/42	12/42

25º mês	26º mês	27º mês	28º mês	29º mês	30º mês	31º mês	32º mês	33º mês	34º mês	35º mês	36º mês
13/42	14/42	15/42	16/42	17/42	18/42	19/42	20/42	21/42	22/42	23/42	24/42

37º mês	38º mês	39º mês	40º mês	41º mês	42º mês	43º mês	44º mês	45º mês	46º mês	47º mês	48º mês
25/42	26/42	27/42	28/42	29/42	30/42	31/42	32/42	33/42	34/42	35/42	36/42

49º mês	50º mês	51º mês	52º mês	53º mês	54º mês
37/42	38/42	39/42	40/42	41/42	1

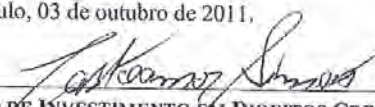


As Amortizações Programadas terão seu valor calculado com base no valor de abertura da Quota Sênior em vigor no dia da respectiva data de amortização, nos termos do Artigo 43 do Regulamento.

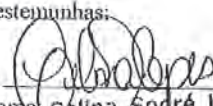
As Amortizações Programadas das Quotas Seniores da 1ª Série serão realizadas no dia 10 (dez) dos respectivos meses de amortização ou, caso não seja um dia útil, no Dia Útil subsequente.

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, 03 de outubro de 2011,

  
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA PREMIUM VEÍCULOS I**  
117051 - Gastão Simões

Testemunhas:

1.   
Nome: Celina Sodré Lopes  
RG: 43.941.229-8  
CPF: 340.170.328-50  
C.P.F.:

2.   
Nome: Daniel Henrique F. de L.  
RG: CPF 005.400.312-16  
C.P.F.: RG 35.817.832-0



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



#### **ANEXO IV**

---

#### **Súmula de Classificação de Risco**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 19 de setembro de 2011

**Relatório de Rating Preliminar****Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa Premium Veículos I**

Este relatório de rating preliminar baseia-se em informações obtidas até 19 de setembro de 2011 e não constitui uma recomendação para compra, manutenção ou venda de títulos. O rating atribuído é preliminar, uma vez que a documentação final da transação, com seus respectivos suplementos e anexos, ainda não está disponível, e a distribuição das cotas ainda não se encerrou. A atribuição de um rating final está condicionada ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating final diferente do preliminar.

**Rating Preliminar em Setembro de 2011**

Instrumento	Rating	Subordinação Mínima	Montante Preliminar (em Milhões de R\$)	Vencimento Legal Final
Cotas Seniores	brAAA (sf)	40%	120	Março de 2015 (ou 54 meses após a emissão)
Cotas Mezanino	brA (sf)	25%	30	Março de 2015 (ou 54 meses após a emissão)
Cotas Subordinadas	Não Classificadas	Não Aplicável	50	Indeterminado

**Perfil****FIDC:** Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa Premium Veículos I**Data prevista para o início da distribuição:** setembro de 2011**Ativos subjacentes:** financiamentos de veículos novos ou usados (motocicletas, veículos leves e caminhões), garantidos por alienação fiduciária do próprio veículo financiado.**Originador dos direitos creditórios:** Banco Ficsa S.A. (Banco Ficsa)**Administradora:** BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**Custodiante:** Banco Bradesco S.A.**Gestora:** Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities**Proteção de crédito:** Subordinação de cotas e *spread* excedente.**Fundamentos**

Os ratings atribuídos às cotas seniores e às cotas mezanino do Ficsa Premium FIDC refletem:

**Pontos Fortes:**

- O nível mínimo de subordinação disponível, definido em 40%, para as cotas seniores, e de 25% para as cotas mezanino e o volume de *spread* excedente mínimo disponível, estimado atualmente em 10,22% ao ano;
- A estrutura legal da operação, que possui dispositivos adequados à salvaguarda jurídica dos cotistas (constituição do FIDC e venda perfeita e acabada dos direitos creditórios elegíveis);
- A análise do desempenho histórico dos financiamentos de veículos originados pelo Banco Ficsa desde fevereiro de 2008, quando a concessão desse tipo de crédito foi reativada pelo banco, e que representa um histórico relativamente curto;
- O FIDC poderia suportar uma perda de crédito total de até 39,52% na carteira de financiamentos, de acordo com os cenários de estresse que aplicamos atualmente, e, ainda assim, cumprir com o pagamento pontual e integral das cotas seniores, incluindo seu parâmetro de rentabilidade;
- Com respeito às cotas mezanino, o FIDC poderia suportar uma perda de crédito total de até 27,66% na carteira de financiamentos, de acordo com os cenários de estresse que aplicamos atualmente, e, ainda assim, cumprir com o pagamento pontual e integral dessas cotas, incluindo seu parâmetro de rentabilidade;

1/11

## Pontos Fracos:

- A qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes poderá variar durante a vida do FIDC em razão da natureza rotativa da estrutura;
- O descasamento de taxa de juros gerado pela rentabilidade pré-fixada do ativo e a rentabilidade pós-fixada das obrigações do FIDC;

Os fatores mitigantes são:

- Os critérios de elegibilidade bem definidos para a aquisição de direitos creditórios, que reduzem o risco de deterioração da qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes;
- A proteção de crédito adequada fornecida pela subordinação de cotas e spread excedente;
- A utilização de premissas conservadoras de perda na análise de cenários de estresse da carteira;
- A reserva de caixa equivalente a 1,0% do patrimônio líquido do FIDC, com o objetivo de mitigar o risco de fungibilidade, e a reserva de amortização que prevê o acúmulo de liquidez equivalente a 50% e 100% dos montantes esperados para a amortização de cotas seniores com, respectivamente, 60, 30 dias de antecedência à data de cada pagamento;

A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brAAA (sf)', e 'brA (sf)', em sua Escala Nacional Brasil, às cotas seniores e às cotas mezanino do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa Premium Veículos I (Ficsa Premium FIDC), respectivamente. A carteira de direitos creditórios do FIDC será composta por financiamentos de veículos novos ou usados (motocicletas, veículos leves e caminhões), garantidos por alienação fiduciária do próprio veículo financiado. Os recursos captados pela emissão serão utilizados para financiar a originação de novos créditos.

O rating preliminar 'brAAA (sf)' atribuído às cotas seniores do Ficsa Premium FIDC expressa a opinião da Standard & Poor's sobre a qualidade de crédito dessas cotas, indicando que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que compõem a carteira do FIDC fornecem uma proteção EXTREMAMENTE FORTE contra perdas advindas de inadimplência em comparação com outros títulos emitidos no Brasil.

O rating preliminar 'brA (sf)' atribuído às cotas mezanino do Ficsa Premium FIDC indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que compõem a carteira do FIDC fornecem uma proteção FORTE contra perdas advindas de inadimplência em comparação com outros títulos emitidos no Brasil.

Os mecanismos de reforço de qualidade de crédito presentes no Ficsa Premium FIDC incluem a proteção de crédito proporcionada pela subordinação de cotas, e o *spread* excedente mínimo, estimado inicialmente em 10,22% ao ano, que será proporcionado pela aplicação de uma taxa mínima de desconto na aquisição dos direitos creditórios.

As cotas seniores do FIDC buscarão um retorno-alvo estimado a 122% da taxa DI over e as cotas mezanino buscarão um retorno-alvo equivalente a 150% da taxa DI over. As cotas subordinadas não são classificadas pela Standard & Poor's e não apresentarão rentabilidade-alvo, porém deverão se beneficiar de qualquer rentabilidade excedente disponível após o pagamento de despesas, a recomposição de reservas e o cumprimento da remuneração-alvo das cotas seniores e mezanino.

## Qualidade de Crédito dos Ativos Securitizados

### Colateral

Os financiamentos para aquisição de veículos podem possuir características bastante heterogêneas em uma carteira de crédito. Fatores como percentual financiado do veículo (*loan-to-value*, LTV), nível de comprometimento de renda (*debt-to-income*, DTI), prazo do contrato de financiamento, idade do veículo, entre outros, podem ser bons indicadores sobre a qualidade de crédito individual de um tomador. Por sua vez, a qualidade de crédito de uma carteira de financiamentos de veículos depende da combinação das características explicativas citadas anteriormente (LTV, DTI, etc.) de cada um dos créditos que a compõe, bem como à agregação desses créditos. Ao avaliar operações estruturadas lastreadas por financiamento de veículos, a Standard & Poor's avalia tanto as práticas de originação de créditos adotadas pelo cedente, quanto os critérios de elegibilidade e condições de cessão do FIDC, os quais determinam a potencial composição da carteira de créditos do FIDC.



### **Crêterios de Elegibilidade e Condições de Cessão**

O custodiante   responsável pela verificação e validação da aderência dos direitos creditórios aos critérios de elegibilidade em cada operação de aquisição de recebíveis pelo FIDC. Os principais critérios de elegibilidade que os recebíveis precisarão satisfazer são:

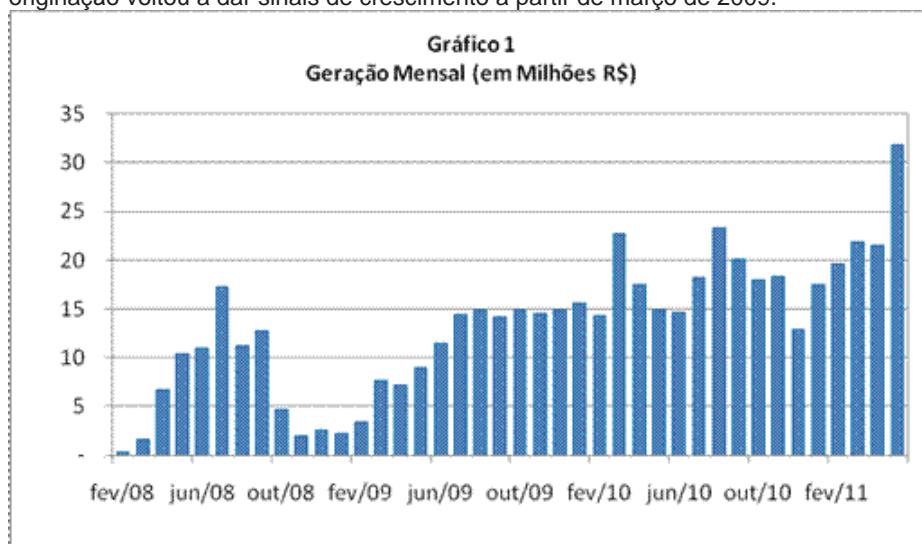
- Considerando pro forma a cessão pretendida, o financiado não deve possuir uma d vida total com o FIDC com valor presente superior a R\$ 30 mil para v culos leves e/ou motocicletas e de R\$ 60 mil para caminhões;
- O financiado não deve estar inadimplente com nenhum outro direito creditório adquirido pelo FIDC;
- O financiado não deve ter nenhum apontamento no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF do Banco Central do Brasil ou ter algum protesto com valor superior a R\$ 500,00;
- O direito creditório deve ter um prazo máximo de 48 meses;
- Os direitos creditórios relativos a financiamentos de motocicletas não podem ultrapassar o limite de 20% do patrimônio líquido (PL) do FIDC;
- Os direitos creditórios relativos a financiamentos de caminhões não podem ultrapassar o limite de 5% do patrimônio líquido (PL) do FIDC;
- A taxa de desconto aplicada na aquisição dos direitos creditórios deverá ser igual a maior entre 1,65% por m s, ou 55% da taxa cobrada no contrato;

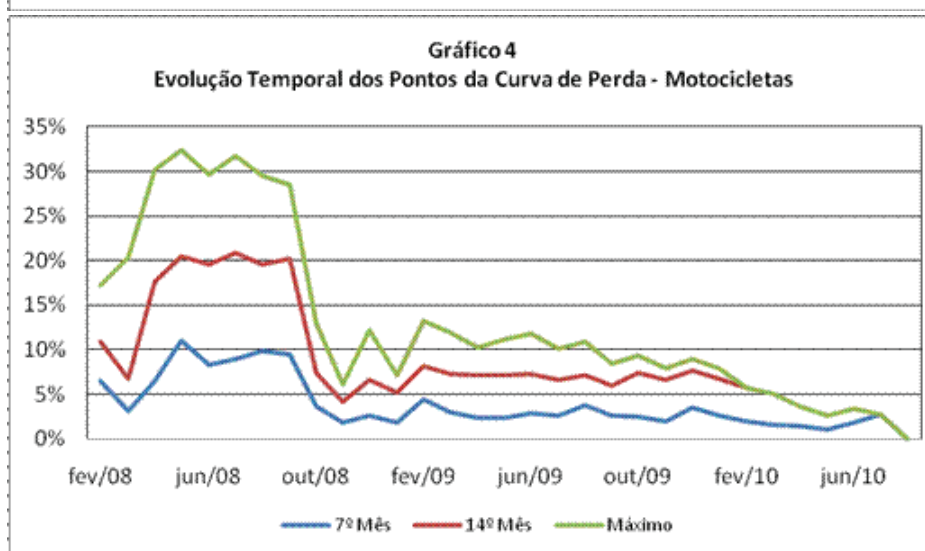
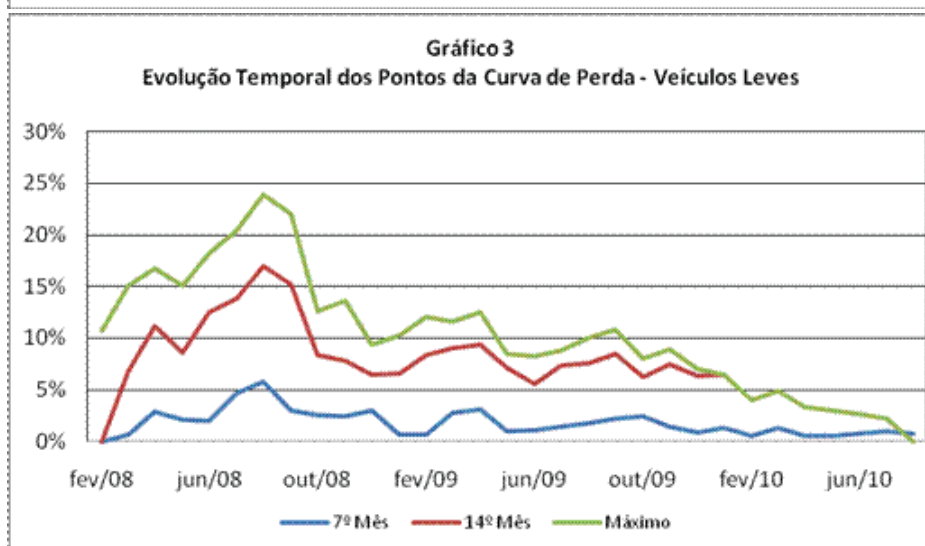
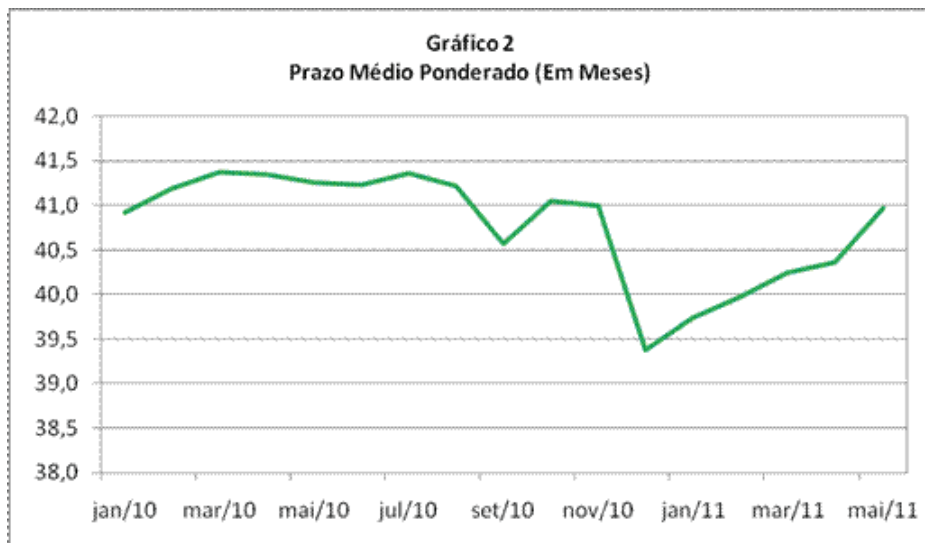
Além disso, o cedente somente poderá ceder ao FIDC direitos creditórios que atendam às seguintes condições de cessão:

- O financiado não deve estar inadimplente com nenhuma outra obrigação assumida com o cedente;
- O financiamento deve ser garantido por alienação fiduciária de veículo com data de fabricação menor que dez anos, no caso de motocicletas, e menor que vinte e cinco anos, no caso de v culos leves e caminhões;
- O valor de financiamento deve corresponder a, no máximo, 115% do valor do veículo, sendo que a média da carteira não deve ultrapassar o limite máximo de 90% do valor dos v culos;
- O direito creditório deve ser vinculado a contratos de financiamento que apresentem, no mínimo, uma parcela paga;

### **Desempenho Histórico**

Os gráficos 1 e 2 demonstram algumas características da carteira total de financiamentos de v culos originada pelo Banco Ficsa desde fevereiro de 2008. Durante o período mais crítico da crise financeira de 2008, o volume de originação diminuiu, e os parâmetros de crédito foram ajustados, com uma elevação da taxa de juros e uma redução do prazo médio. O volume de originação voltou a dar sinais de crescimento a partir de março de 2009.





\* As linhas apresentadas nos gráficos 3 e 4 demonstram as tendências de cada um dos pontos ao longo do tempo. O eixo horizontal dos gráficos representa cada uma das safras analisadas, enquanto os pontos de cada uma das linhas representa o índice de perda observado no respectivo ponto (3º, 7º, ou máximo) em cada uma das safras.

Os gráficos 4 e 5 demonstram o desempenho dos créditos originados pelo Banco Ficsa. A mudança no desempenho dos créditos a partir de outubro de 2008 é notável, e pode ser explicada pelos ajustes na política de concessão de crédito e uma mudança na estratégia do originador. Em razão do curto histórico e da clara diferença entre o desempenho dos créditos originados antes e depois de outubro de 2008, a Standard & Poor's deu mais peso a fatores qualitativos ao definir o índice de perda no cenário-base. Antes de outubro de 2008, o índice de perda, medido como o ponto máximo de cada uma das safras, oscilava em um intervalo entre 15% e 25% para os veículos leves, e entre 17% e 30% para as motocicletas.

Desde outubro de 2008, a mesma métrica passou a oscilar dentro de um intervalo menor, tanto para os veículos leves quanto para as motocicletas. Para incorporar de maneira qualitativa as mudanças no desempenho dos empréstimos originados pelo Banco Ficsa, a Standard & Poor's estimou em 9,5% a perda, em cenário-base, para os financiamentos de veículos leves, e, em 11,0%, a perda em cenário-base para os financiamentos de motocicletas. Estes números são equivalentes ao 95º percentil do índice de perda de cada uma das carteiras nos últimos 12 meses.

O Banco Ficsa ainda não possui um histórico relevante na originação de empréstimos para caminhões, e por isso, os estruturadores do FIDC decidiram limitar o percentual de empréstimos dessa categoria a 5% do Patrimônio Líquido (PL). Entretanto a política de crédito para o financiamento de caminhões foi revisada pela Standard & Poor's, e concluímos que ela é comparável à política de crédito para outros tipos de veículos. Considerando essa avaliação da política de crédito, conservadoramente estimamos que o índice de perda para os financiamentos de caminhões seria igual ao de financiamentos de motocicletas (11,0%), a qual é superior à de veículos leves (9,5%).

Considerando todos esses pontos, além dos critérios de elegibilidade do FIDC, definimos um índice de perda ponderado no cenário-base pela concentração de cada categoria de empréstimos do FIDC igual a 9,9% (vide tabela 1). Consideramos que esse índice é consistente com a carteira de créditos potencial a ser formada pelo FIDC, e compatível com os índices de perdas observados em carteiras com uma composição de risco semelhante.

**Tabela 1 – Resumo das Perdas em Cenário-Base**

<b>Categoria de Empréstimo</b>	<b>Representatividade no FIDC (% PL Total)</b>	<b>Perda no Cenário-Base</b>
<b>Veículos Leves</b>	Até 100%	9,50%
<b>Motocicletas</b>	Até 20%	11,00%
<b>Caminhões</b>	Até 5%	11,00%

### **Análise de Crédito**

A Standard & Poor's realiza uma análise do grau de suficiência do fluxo de recursos para pagar os cotistas no prazo estipulado. Para se determinar o rating atribuído, submetemos nossa análise de fluxo de caixa a vários cenários de estresse, considerando-se como caso base o índice de perda determinado pela análise do desempenho histórico da carteira selecionada (conforme descrito na seção 'Desempenho Histórico' acima). O índice de perda foi multiplicado por um fator de estresse de crédito, o qual foi determinado pelo cenário construído para o rating almejado, inclusive com a incorporação de informações qualitativas, como os critérios de elegibilidade do FIDC. Para se determinar a força e a resistência dos fluxos e estruturas de caixa, o reforço de qualidade de crédito foi então submetido a outros testes de estresse, utilizando-se diferentes variáveis, com o objetivo de avaliar a viabilidade do pagamento das cotas.

O índice de perda adotado (9,9%) foi submetido a um fator de perda de crédito para refletir os cenários de rating 'brAAA (sf)' e 'brA (sf)' dado as condições da estrutura. Utilizamos um múltiplo de estresse de 4,0x para as cotas seniores e de 2,8x para as cotas mezanino, que são o fatores utilizados pela Standard & Poor's para operações lastreadas por financiamentos para aquisição de veículos na categoria 'brAAA e 'brA', respectivamente.

O fluxo de caixa resultante foi testado aplicando-se um índice de severidade de perda de crédito igual a 39,52% (9,9% X 4) para as cotas seniores e para as cotas mezanino igual a 27,66% (9,9% X 2,8), de acordo com diversos cenários de distribuição de perdas. O fluxo de caixa se mostra suficiente para cobrir perdas iguais ou inferiores a 39,52% em todos os cenários testados para o rating considerado nas cotas seniores, e também se mostra suficiente para cobrir perdas iguais ou

inferiores a 27,66% em todos os cenários testados para o rating considerado nas cotas mezanino (cenários 1 a 4 nas tabela 1 e 2). Ou seja, no pior cenário de simulação de fluxo de caixa, a estrutura suporta uma perda 4,2x, dado o cenário base de 9,9%, para as cotas seniores e de 3,13x para as cotas mezanino.

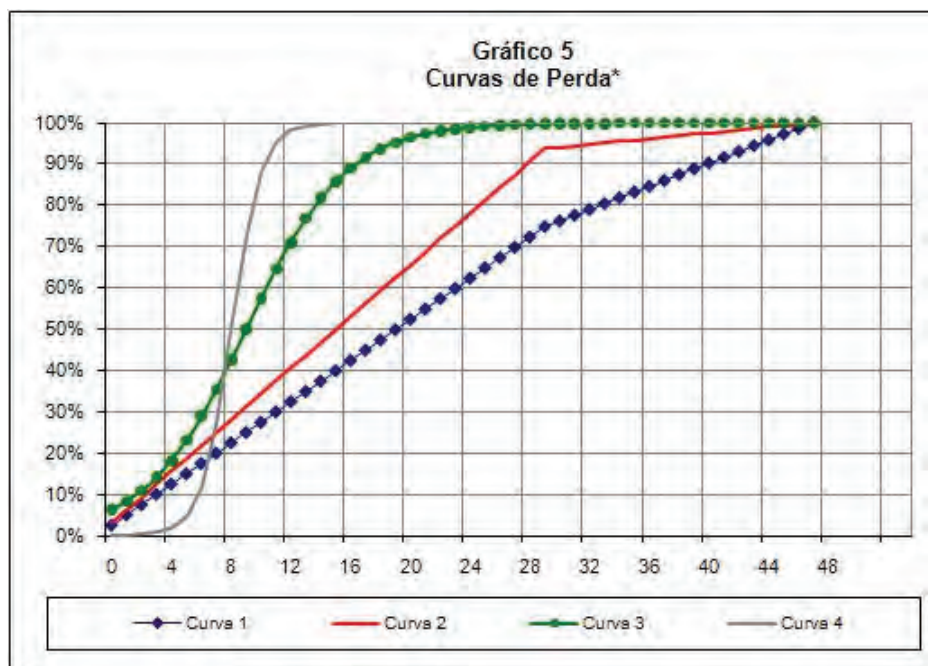
Os cenários 5 e 6, demonstram a capacidade do fluxo de caixa frente a cenários de aceleração de pré-pagamentos, combinados a níveis de perdas de crédito compatíveis com tais cenários em nossa opinião.

**Tabela 2 – Resumo e Resultados dos Cenários de Estresse – Cotas Seniores**

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6
Perdas de crédito*	43,37%	42,75%	41,66%	41,53%	9,9%	37,6%
Taxa de Pré-Pagamento	-	-	-	-	100%	40%
Período de concentração das perdas de crédito	Curva de Perda 1	Curva de Perda 2	Curva de Perda 3	Curva de Perda 4	Linear	Linear
Saldo Final de Caixa (R\$ Milhões)	-	-	-	-	47,0	35,0

**Tabela 3 – Resumo e Resultados dos Cenários de Estresse – Cotas Mezanino**

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6
Perdas de crédito*	32,27%	31,84%	31,09%	31,01%	9,9%	19,8%
Taxa de Pré-Pagamento	-	-	-	-	100%	40%
Período de concentração das perdas de crédito	Curva de Perda 1	Curva de Perda 2	Curva de Perda 3	Curva de Perda 4	Linear	Linear
Saldo Final de Caixa (R\$ Milhões)	-	-	-	-	8,0	16,0



\*Percentual da perda total aplicado sobre o fluxo de vencimentos projetado de cada mês, até o vencimento das cotas seniores.

### Reforço da Qualidade de Crédito

Foi estruturado um reforço da qualidade de crédito que fornece suporte de crédito às cotas seniores e mezanino do FIDC, de maneira a cobrir os riscos relacionados a carteiras de financiamentos de veículos. O reforço foi estabelecido na forma de subordinação estrutural mínima de 40% para as cotas seniores e de 25% para as cotas mezanino e de *spread* excedente, calculado pela diferença entre a taxa mínima ponderada de desconto aplicada na aquisição dos direitos creditórios e a rentabilidade-alvo das cotas seniores e das cotas mezanino. A taxa de desconto aplicada na aquisição dos direitos creditórios é igual a maior das duas definições a



seguir: (i) 21,70% a.a., ou (ii) 55% da taxa de juros originalmente contratada no financiamento cedido, das duas, a maior. O *spread* excedente mínimo estimado atualmente é de aproximadamente 10,22% a.a.  $((21,70\%) - (60\%(\text{PL Sênior Máximo}) * 122\% * 12,0\% + 15\%(\text{PL Mezanino Máximo}) * 150\% * 12,0\%))$ .

### **Risco de Pré-Pagamento**

Eventos de pré-pagamento dos ativos que dão lastro ao Ficsa Premium FIDC podem prejudicar o fluxo de caixa da operação ao reduzir a margem excedente proporcionada pelas taxas de juros dos contratos quando comparadas à taxa de cessão utilizada na definição do preço de aquisição dos direitos creditórios.

Um ambiente econômico favorável à redução de taxa de juros, e de competição intensa entre os bancos, pode contribuir para um aumento nas taxas de pré-pagamento. Em um cenário no qual o Banco Ficsa não tivesse condições de oferecer opções de refinanciamento e alongamento das linhas de crédito a seus clientes, é provável que o nível de pré-pagamentos aumentasse como resultado da decisão de certo número de clientes de tomar financiamento de veículos em uma outra instituição financeira. Além das situações de refinanciamento, as taxas de pré-pagamento também podem refletir recompras de empréstimos problemáticos pelo banco originador.

Ainda, entendemos que uma aceleração nos pré-pagamentos, tanto no caso de amortização antecipada do empréstimo como por refinanciamento em outra instituição, não deve estar normalmente alinhada a um cenário em que as perdas de crédito estivessem em níveis compatíveis com nossos cenários de estresse mais severos. Nossa opinião tem como base o menor incentivo ao pré-pagamento do empréstimo pelo mutuário e ao refinanciamento por parte dos bancos financiadores num cenário mais severo de estresse econômico.

Construímos dois cenários de estresse para pré-pagamentos. No primeiro, assumimos que 100% dos empréstimos adquiridos pelo FIDC seriam pré-pagos em um horizonte de 12 meses, e com uma perda de crédito igual a 9,9% (cenário-base) na carteira remanescente (vencimentos antes do pré-pagamento total). O objetivo desse exercício é refletir um cenário no qual o Banco Ficsa estivesse sob intervenção do Banco Central, ou em processo de liquidação, e os concorrentes oferecessem novos empréstimos para os devedores por meio do pré-pagamento dos seus contratos de empréstimos vigentes. No segundo cenário, modelamos um pré-pagamento de 40% da carteira adquirida pelo FIDC também em um horizonte de 12 meses, concomitantemente à aplicação de um índice de perda igual a 25,74% (equivalente a 2,6x a perda assumida no cenário-base).

Os resultados da análise do risco de pré-pagamento estão apresentados nas Tabelas 1 e 2 acima. Quando avaliamos a suficiência de caixa do Ficsa Premium FIDC, analisamos o reforço de qualidade de crédito disponível para atender cenários de taxas mais altas de pré-pagamento, e os resultados estão alinhados com o nível de estresse consistente com as categoria de ratings atribuídas às cotas seniores e às cotas mezanino.

### **Análise de Sensibilidade**

O reforço de qualidade de crédito incorporado pelo FIDC, na forma de subordinação e *spread* excedente, fornece uma proteção de crédito adequada aos ratings atribuídos. Ainda assim, os ratings atribuídos poderão ser revistos, caso a qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes se altere substancialmente durante a vida do FIDC, ou na eventual necessidade de revisão das premissas utilizadas pela Standard & Poor's na análise inicial da operação.

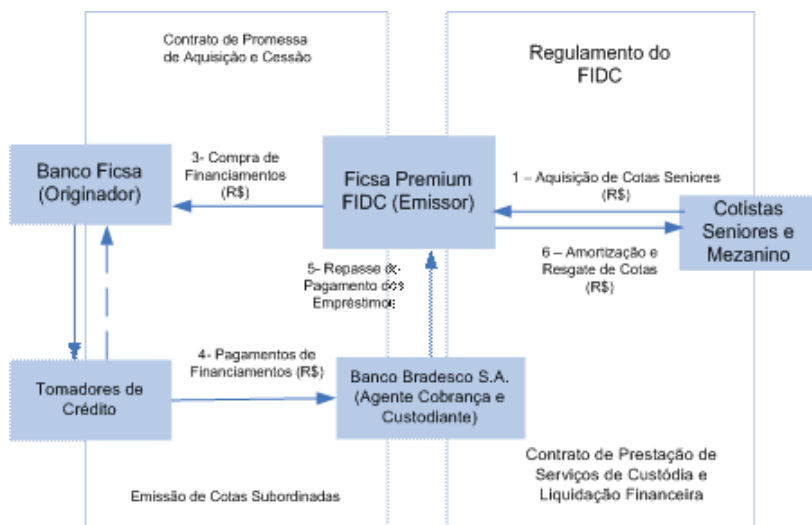
### **Que índice de perda as cotas seniores e mezanino a serem emitidas pelo Ficsa Premium FIDC poderiam suportar no cenário econômico atual?**

Considerando-se o nível mínimo de subordinação de cada uma das séries e os outros mecanismos de reforço de crédito disponíveis, a estrutura de fluxo de caixa poderia suportar uma perda acumulada próxima a 39,52% para as cotas seniores e de 27,66% para as cotas mezanino e, ainda assim, o FIDC teria condições de honrar o pagamento integral do resgate de suas cotas seniores e cotas mezanino, sob o cenário de estresse atualmente aplicado pela Standard & Poor's na atribuição de um rating na categoria 'brAAA' e 'brA', respectivamente. (Ex.: cenários de estresse das taxas de juros, cenários de distribuição de perdas, e cenários de pré-pagamentos). Os ratings atribuídos às cotas seniores e mezanino do FIDC poderão sofrer pressão de rebaixamento caso os índices de desempenho da carteira se deteriorem de forma expressiva, sem que seja feito um ajuste compatível nos elementos de reforço de crédito do FIDC de forma a atender os parâmetros da Standard & Poor's para os ratings atribuídos.

## Descrição da Estrutura – Estrutura de Pagamento e Mecanismos de Fluxo de Caixa

O Ficsa Premium FIDC é um condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. A primeira série de cotas seniores vencerá 54 meses após a subscrição inicial de cotas. O FIDC pode realizar compras rotativas de direitos creditórios elegíveis. O FIDC também pode manter aplicações em outros instrumentos aprovados de renda fixa e com riscos de crédito e liquidez adequados, além de caixa. Os instrumentos elegíveis estão relacionados na política de investimento do FIDC.

Figura 1 – Diagrama da Estrutura



### Fluxo dos Recursos

1. O FIDC captará recursos de investidores e em contrapartida emitirá cotas seniores e cotas mezanino.
2. O Banco Ficsa concede financiamentos para aquisição de veículos.
3. De maneira rotativa, o FIDC poderá adquirir financiamentos de veículos originados pelo Banco Ficsa, mediante a Cessão de Direitos Creditórios.
4. Mensalmente, os tomadores de crédito pagam as parcelas dos financiamentos dos veículos.
5. O fluxo de caixa dos pagamentos flui pela conta de cobrança aberta no Banco Bradesco, e é transferido ao FIDC no mesmo dia.
6. O rendimento e o valor de face das cotas seniores, mezanino e subordinadas serão pagos com o fluxo de caixa dos direitos creditórios e outros investimentos.

As cotas seniores serão amortizadas em 42 meses, após um período de 12 meses de carência. As cotas mezanino serão amortizadas sob o mesmo cronograma, desde que as condições estabelecidas nos documentos do FIDC sejam respeitadas. As cotas subordinadas poderão ser resgatadas mensalmente caso o nível de subordinação continue respeitando o limite mínimo estabelecido pelo regulamento do FIDC, e deverão ser resgatadas somente após o resgate integral das cotas seniores e mezanino.

### Ordem de Alocação dos Recursos

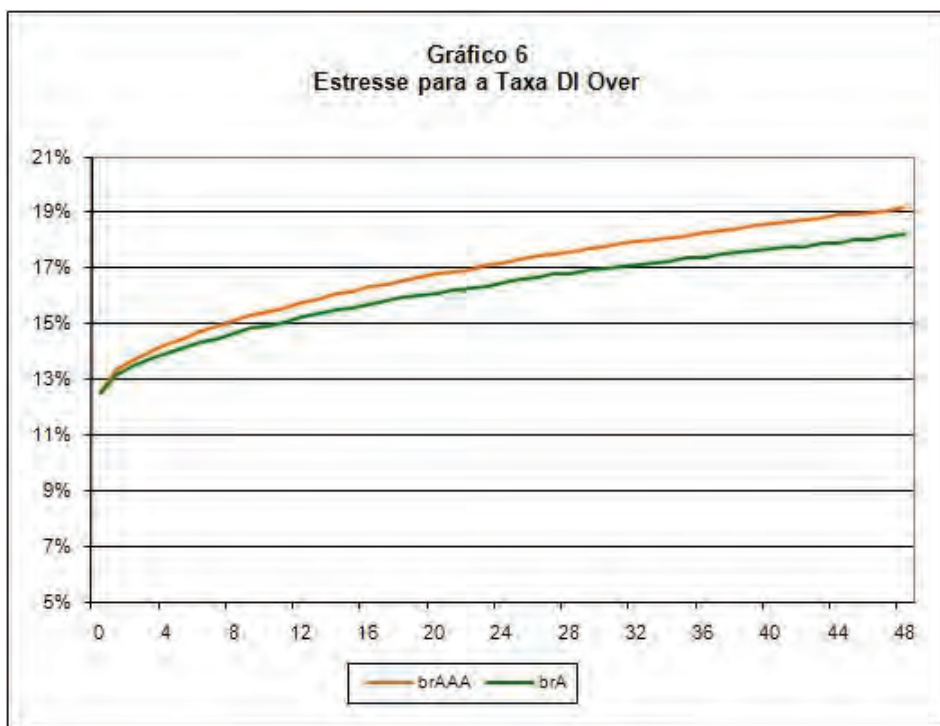
Diariamente, o administrador do FIDC alocará o caixa disponível de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

1. Pagamento dos encargos e despesas do FIDC;
2. Amortização de cotas seniores em circulação, observados os termos e as condições estabelecidas nos documentos do FIDC;
3. Amortização de cotas mezanino em circulação, observados os termos e as condições estabelecidas nos documentos do FIDC;
4. Constituição de reservas de amortização e liquidez;
5. Aquisição dos direitos creditórios elegíveis;
6. Amortização de cotas subordinadas em circulação, observados os termos e as condições estabelecidas nos documentos do FIDC;

### Risco de Descasamento de Taxa de Juros

O FIDC está exposto ao risco de descasamento de taxa de juros, uma vez que os direitos creditórios serão adquiridos pelo Ficsa Premium FIDC a uma taxa de desconto pré-fixada, ao passo que a remuneração-alvo das cotas seniores e cotas mezanino será flutuante e indexada ao CDI. Este risco será primariamente mitigado pelo *spread* excedente, e também pela subordinação de cotas (disponível às cotas seniores e mezanino).

O *spread* excedente é definido pela diferença entre a taxa de desconto aplicada na compra dos direitos creditórios e a remuneração-alvo das cotas seniores. Seu objetivo é proteger os cotistas contra o risco de descasamento de taxa de juros, além de criar uma reserva para o pagamento de despesas e taxas, e de servir como proteção contra perdas, antes que a subordinação seja consumida.



### Reservas de Liquidez e de Pagamento

O Ficsa Premium FIDC manterá uma Reserva de Pagamento que deverá ser equivalente a 100% do valor previsto para as amortizações programadas nos próximos 30 dias de cotas seniores e mezanino, 50% do valor previsto para as próximas amortizações programadas nos próximos 60 dias de cotas seniores e mezanino. Caso a reserva não seja constituída, o administrador do FIDC deverá interromper a aquisição de novos direitos creditórios até que a reserva seja devidamente preenchida. Isso resulta em uma reserva efetiva equivalente a, aproximadamente, 1,5x o valor programado para amortização com 30 dias de antecedência, o que é consistente com o padrão médio utilizado pelo mercado. Adicionalmente, o FIDC também deverá constituir uma Reserva de Liquidez equivalente a 1% de seu PL.

### Eventos de Avaliação e de Liquidação Antecipada

#### Eventos de Avaliação do Ficsa Premium FIDC

Quaisquer situações abaixo serão consideradas um evento de avaliação, que, por sua vez, obrigará o FIDC a realizar uma Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre os procedimentos a serem tomados.

Os Eventos de Avaliação mais relevantes são:

- Rebaixamento em pelo menos dois níveis da nota da classificação de risco de qualquer série de cotas seniores, ou cotas mezanino em circulação;
- Não constituição da Reserva de Amortização, ou caso os limites estabelecidos para a Reserva de Amortização não sejam atendidos pelo prazo de cinco dias úteis consecutivos;
- Aquisição, pelo FIDC, de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade.
- Resilição, extinção ou término por qualquer motivo de qualquer dos seguintes contratos: Contrato de Cessão e respectivos Termos de Cessão, Contrato de Custódia, Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Cobrança e Contrato de Depósito;

Inobservância dos Critérios de Elegibilidade em relação aos percentuais de concentração máxima da carteira de Direitos de Crédito por Financiamento e por tipo de veículo.

#### **Eventos de Amortização Antecipada do Ficsa Premium FIDC**

No caso de ocorrência de quaisquer das situações abaixo, será considerado um evento de liquidação, que, por sua vez, obrigará o FIDC: (1) a informar os cotistas; (2) a interromper a compra de direitos creditórios; (3) a iniciar os procedimentos de liquidação do FIDC; e (4) a convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que eles possam decidir se os procedimentos para liquidação antecipada devem ou não continuar.

Os Eventos de Amortização Antecipada mais relevantes são:

- Inobservância das subordinações por cinco dias úteis após o prazo de reenquadramento, já previsto no regulamento;
- Caso não seja efetuado o pagamento dos valores de amortização ou resgate nas datas previstas;
- Caso um evento de avaliação seja considerado um evento de amortização antecipada.

### **Riscos de Contraparte**

#### **Conta de Cobrança (Risco de Fungibilidade)**

Em seu curso normal, o recebimento do fluxo de caixa oriundo dos direitos creditórios fluirá para a conta de cobrança do FIDC no Banco Bradesco, e será repassada no prazo máximo de dois dias para a conta bancária do FIDC. Entendemos que tal estrutura mitiga substancialmente os potenciais riscos de fungibilidade (risco de que os recursos oriundos dos pagamentos dos contratos fiquem retidos em alguma conta corrente do cedente).

### **Riscos Operacionais**

Os ratings atribuídos pela Standard & Poor's às cotas seniores e mezanino do Ficsa Premium FIDC refletem, entre outros fatores, a capacidade do Banco Ficsa, como responsável pela originação dos créditos, de realizar ajustes na política de crédito, e formalização das operações e cobrança dos créditos em atraso. A deterioração da capacidade do Banco Ficsa em prestar seus serviços, originar adequadamente novos empréstimos, e administrar a carteira de recebíveis poderia afetar o desempenho dos direitos creditórios, bem como as premissas adotadas.

O Banco Ficsa é uma instituição financeira com foco de atuação no mercado de financiamento de veículos. Em um potencial cenário de intervenção, liquidação extrajudicial ou de administração especial temporária do Banco Ficsa por determinação do Banco Central do Brasil, a Standard & Poor's espera que o Banco Ficsa seja capaz de manter de forma adequada sua função de agente de cobrança judicial e extra-judicial dos direitos creditórios inadimplidos.

O rating atribuído também reflete nossa opinião de que a administradora (BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.) e o custodiante (Banco Bradesco) atualmente apresentam capacidade adequada de gerir os riscos operacionais relacionados ao FIDC, bem como de cumprir suas responsabilidades de acordo com os documentos que regem a transação.



## Análise Legal

O Banco Ficsa cederá ao FIDC a titularidade, os direitos e os interesses sobre os direitos creditórios cedidos. O Ficsa Premium FIDC é um veículo de investimento que atende os critérios da Standard & Poor's em relação à segregação de riscos entre ativos cedidos e as empresas cedentes. Antes de atribuir um rating final às cotas seniores, esperamos receber uma opinião legal de um escritório de advocacia conceituado sobre os aspectos legais relevantes da transação.

## Publicações Relacionadas:

- *“Metodologia Baseada em Princípios Fundamentais para Análise de Ratings de Operações Estruturadas Globais”*, publicada em português em 7 de agosto de 2009 em [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br)
- *“Perspectiva das operações estruturadas no Brasil para o segundo semestre de 2011: Economia forte e índice de desemprego estável devem moderar aumento da inadimplência”*, publicado em 25 de julho de 2011.
- *“Índice de Operações Estruturadas Lastreadas em Empréstimos ao Consumo no Brasil: O endividamento do consumidor está aumentando de forma muito rápida?”*, publicado em 5 de maio de 2011.

## Contatos

Analistas Principais: Leandro de Albuquerque, São Paulo, (55) 11 3039-9729, [leandro\\_albuquerque@standardandpoors.com](mailto:leandro_albuquerque@standardandpoors.com) e Maria Renata Lotfi, São Paulo, (55) 11 3039-9724, [renata\\_lotfi@standardandpoors.com](mailto:renata_lotfi@standardandpoors.com).

Analista de Monitoramento: Gustavo Belger, São Paulo, (55) 11 3039-9743, [gustavo\\_belger@standardandpoors.com](mailto:gustavo_belger@standardandpoors.com).

Diretor Analítico: Juan Pablo De Molleín, Emerging Markets, Structured Finance, Nova York, (1) 212-438-2536, [juan\\_demollein@standardandpoors.com](mailto:juan_demollein@standardandpoors.com).

Copyright© 2011 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P) Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZABILIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, deverão a S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os usuários da informação aqui contida não deverão nela se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (due diligence) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas de outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, [www.standardandpoors.com](http://www.standardandpoors.com) / [www.standardandpoors.com.mx](http://www.standardandpoors.com.mx) / [www.standardandpoors.com.ar](http://www.standardandpoors.com.ar) / [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br), [www.ratingsdirect.com](http://www.ratingsdirect.com) e [www.globalcreditportal.com](http://www.globalcreditportal.com) (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em [www.standardandpoors.com/usratingsfees](http://www.standardandpoors.com/usratingsfees).

The McGraw-Hill Companies

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO V**

---

**Relatório “Revisão da carteira de recebíveis” elaborado pelo Auditor Independente**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)





*cutting through complexity™*

KPMG FINANCIAL & ACTUARIAL SERVICES

# Banco Ficsa S.A.

## Revisão da carteira de recebíveis

31 de março de 2011

MINUTA



**KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.**  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000  
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001  
Internet www.kpmg.com.br

## MINUTA

Ao  
Banco Ficsa S.A.  
São Paulo - SP

7 de julho de 2011

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, datada de 6 de maio de 2011, apresentamos nossas constatações no tocante à revisão da carteira de recebíveis representados por operações de empréstimos e financiamentos originados pelo Banco Ficsa, na modalidade CDC para aquisição de veículos e motos, com alienação fiduciária do bem.

Nossos trabalhos tiveram como objetivo compilar informações relativas às características demográficas e de *performance* dos pagamentos dos devedores.

As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir da leitura de uma base de dados gerada pelo Banco Ficsa, para o período compreendido entre 1º de fevereiro de 2008 e 31 de março de 2011 (38 meses).

Nossos trabalhos foram executados no período de 6 de maio a 6 de julho de 2011.

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria, executada conforme normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Os procedimentos por nós realizados foram definidos com representantes do Banco Ficsa e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às suas necessidades.

Agradecemos o apoio da gerência e dos funcionários do Banco Ficsa no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Pedro Vitor Zago  
Sócio

Renata Resende Mendes Bonini  
Gerente

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Os profissionais da KPMG responsáveis por este relatório são:

Pedro Vitor Zago  
Sócio  
Tel.: +55 (11) 2183-3290  
Fax: +55 (11) 2183-3001  
pzago@kpmg.com.br

Renata Resende Mendes Bonini  
Gerente  
Tel.: +55 (11) 2183-3618  
Fax: +55 (11) 2183-3001  
rresende@kpmg.com.br

Descrição	Página
Objetivos do trabalho e base para preparação das informações	3
Constatações gerais sobre as análises	5
Apresentação da carteira de recebíveis	7
Confronto dos saldos contábeis com a base de dados	42
Integridade dos registros da base de dados	44

## Objetivos do trabalho e base para preparação das informações



# Objetivos do trabalho e base para preparação das informações

MINUTA

## Objetivos do trabalho

De acordo com as informações fornecidas por representantes do Banco Ficsa, a execução dos procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, atende aos seguintes principais objetivos:

- Evidenciar a aderência quanto a formalização dos processos de concessão e cobrança do Banco Ficsa, às políticas e normas internas para formalização dos créditos.
- Compilar informações sobre características demográficas e o histórico de *performance* dos recebíveis do Banco para um período de 38 meses sob análise.

## Base para preparação

- As informações contidas neste relatório, relativas às características demográficas dos recebíveis e de sua *performance* de pagamentos, foram executadas por meio da leitura e da compilação de uma base de dados fornecida pela área de Tecnologia do Banco Ficsa, compreendendo recebíveis originados pelo Cedente, para um período de 38 meses, compreendido entre 1º de fevereiro de 2008 e 31 de março de 2011. Para conciliação com saldos contábeis, a data-base utilizada foi 31 de março de 2011.
- Para mensurar a *performance* de pagamentos, foram definidos, em comum acordo com representantes do Banco Ficsa, critérios para a apuração dos percentuais de inadimplência na carteira do Banco Ficsa, que representariam indicativos de desempenho, sendo estes:
  - *Aging* de pagamentos: apresenta os recebimentos ocorridos, bem como os volumes financeiros vencidos e não liquidados, ambos segregados por faixas de prazos.
  - *Pool* estático (*vintage analysis*): apresenta a distribuição dos volumes financeiros não liquidados com atraso superior a 60, 90 e 180 dias. Para elaboração dessa informação, o saldo devedor de cada contrato é classificado de acordo com a parcela mais atrasada em cada um dos meses sob análise.
- Foram elaboradas informações sobre os volumes mensais, distribuição do volume financeiro e quantidade por prazo médio das operações, distribuição dos contratos de financiamento por prazo das operações e eventos de diluição da carteira no período sob análise.
- As informações contidas neste relatório, relativas às políticas e aos procedimentos de formalização dos recebíveis, foram obtidas por meio de procedimentos de indagação aos responsáveis pelas áreas operacionais.

## Apresentação da carteira de recebíveis

# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

MINUTA

Tabela 1.1 - Aging - Distribuição dos prazos de pagamento dos títulos sob análise

A tabela abaixo apresenta os valores dos títulos vencidos e liquidados até 31 de março de 2011, como também os valores dos títulos vencidos e não liquidados até a data-base de nossas análises.

Situação	Leves		Médios		Consolidado	
	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%
<b>Total sob análise</b>	<b>513.158</b>		<b>313.926</b>		<b>827.084</b>	
(-) Desconto	6.268		3.720		9.989	
(+) Multa	4.961		4.281		9.242	
(-) Contratos cancelados	1.025		753		1.779	
(-) Contratos renegociados	217		265		482	
(-) Contratos retornados	1.409		253		1.661	
(-) Parcelas a vencer	343.485		170.624		514.109	
(-) Contratos pré-liquidados	11.431		6.862		18.293	
(-) Parcelas pré-liquidadas	4.516		2.387		6.903	
Parcelas pré-liquidadas acima de 360 dias	2.500		1.250		3.750	
Parcelas pré-liquidadas de 151 a 180 dias	544		366		910	
Parcelas pré-liquidadas de 121 a 150 dias	580		372		952	
Parcelas pré-liquidadas de 91 a 120 dias	605		401		1.006	
Parcelas pré-liquidadas de 61 a 90 dias	641		421		1.062	
Parcelas pré-liquidadas de 31 a 60 dias	673		454		1.127	
Parcelas pré-liquidadas de 1 a 30 dias	322		217		539	
(-) Parcelas liquidadas com atraso						
Atraso acima de 360 dias	11		13		24	
Atraso de 181 a 360 dias	38		31		69	
Atraso de 151 a 180 dias	14		12		26	
Atraso de 121 a 150 dias	10		12		22	
Atraso de 91 a 120 dias	24		17		40	
Atraso de 61 a 90 dias	39		32		70	
Atraso de 31 a 60 dias	80		62		142	
Atraso de 16 a 30 dias	77		46		123	
Atraso de 1 a 15 dias	198		116		314	
<b>Total vencido e/ou liquidado</b>	<b>154.254</b>	<b>100,0%</b>	<b>135.730</b>	<b>100,0%</b>	<b>290.014</b>	<b>100,0%</b>
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	367	0,2%	392	0,3%	760	0,3%
Parcelas antecipadas de 151 a 180 dias	76	0,0%	94	0,1%	169	0,1%
Parcelas antecipadas de 121 a 150 dias	166	0,1%	188	0,1%	354	0,1%
Parcelas antecipadas de 91 a 120 dias	305	0,2%	353	0,3%	658	0,2%
Parcelas antecipadas de 61 a 90 dias	1.117	0,7%	1.193	0,9%	2.310	0,8%
Parcelas antecipadas de 31 a 60 dias	3.872	2,5%	3.572	2,6%	7.444	2,6%
Parcelas antecipadas de 16 a 30 dias	42.969	27,9%	33.794	24,9%	76.763	26,5%
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	19.751	12,8%	14.782	10,9%	34.514	11,9%
Parcelas liquidadas no vencimento						
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	36.924	23,9%	31.162	23,0%	68.085	23,5%
Parcelas liquidadas de 16 a 30 dias	13.151	8,5%	11.098	8,2%	24.249	8,4%
Parcelas liquidadas de 31 a 60 dias	10.685	6,9%	8.917	6,6%	19.602	6,8%
Parcelas liquidadas de 61 a 90 dias	9.250	6,0%	7.800	5,7%	17.050	5,9%
Parcelas liquidadas de 91 a 120 dias	1.656	1,0%	1.412	1,0%	2.968	1,0%
Parcelas liquidadas de 121 a 150 dias	737	0,5%	667	0,5%	1.404	0,5%
Parcelas liquidadas de 151 a 180 dias	382	0,2%	374	0,3%	756	0,3%
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	663	0,4%	772	0,6%	1.435	0,5%
Parcelas vencidas a 15 dias	2.424	1,6%	1.781	1,3%	4.205	1,4%
Parcelas vencidas de 16 a 30 dias	1.451	0,9%	1.152	0,8%	2.603	0,9%
Parcelas vencidas de 31 a 60 dias	2.093	1,4%	1.897	1,4%	3.990	1,4%
Parcelas vencidas de 61 a 90 dias	1.268	0,8%	1.344	1,0%	2.612	0,9%
Parcelas vencidas de 91 a 120 dias	1.041	0,7%	1.207	0,9%	2.248	0,8%
Parcelas vencidas de 121 a 150 dias	1.015	0,7%	1.105	0,8%	2.120	0,7%
Parcelas vencidas de 151 a 180 dias	795	0,5%	1.026	0,8%	1.822	0,6%
Parcelas vencidas acima de 180 dias	7.403	4,8%	13.981	10,3%	21.383	7,4%

© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KH05 07/23)

# Apresentação da carteira de recebíveis - *Performance*

## Pool estático por contrato

MINUTA

Apresenta a distribuição dos volumes financeiros em aberto com as seguintes faixas de atraso: 60 dias, 90 dias e 180 dias. Para elaboração de tal informação, consideramos a totalidade das parcelas em aberto (vencidas e a vencer) e classificamos o saldo devedor de cada contrato de acordo com a parcela de maior atraso (pior situação) em cada um dos meses sob análise. A fim de calcular o percentual de inadimplência (tendência) para cada uma das safras sob análise, dividimos o somatório dos saldos devedores dos contratos inadimplentes pelo total originado na respectiva safra ao longo do período sob análise.

A seguir, estão as representações gráficas do pool estático por contrato para Consolidado, Veículos Leves e Motos do período sob análise, bem como somente dos últimos 12 meses com prazo de 24, 36 e 48 parcelas.

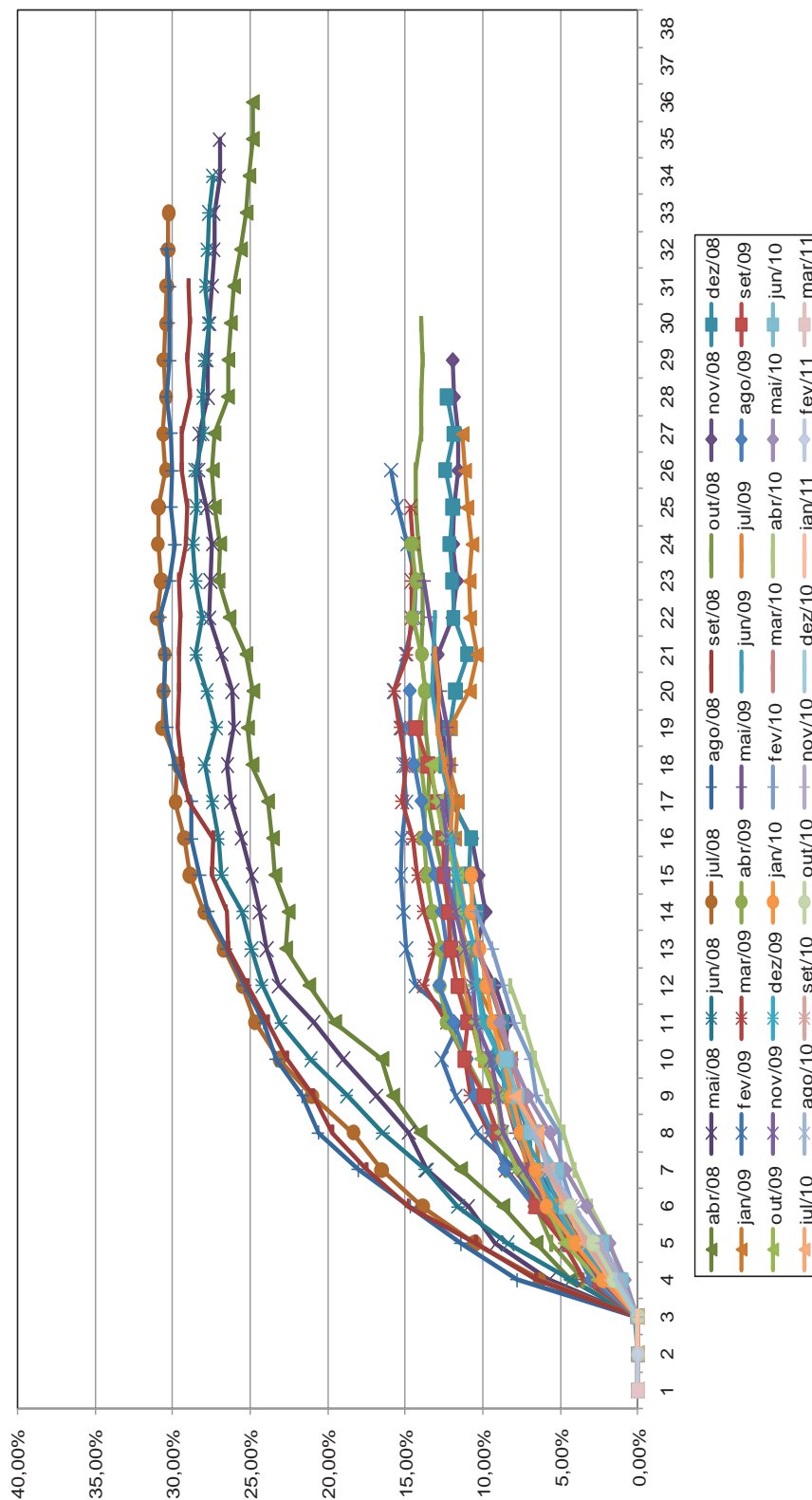


# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

## Gráfico 1.1 - Pool estático por contrato - Consolidado

MINUTA

Representação gráfica do pool estático por contrato - Porcentagem de inadimplência superior a 60 dias - Consolidado

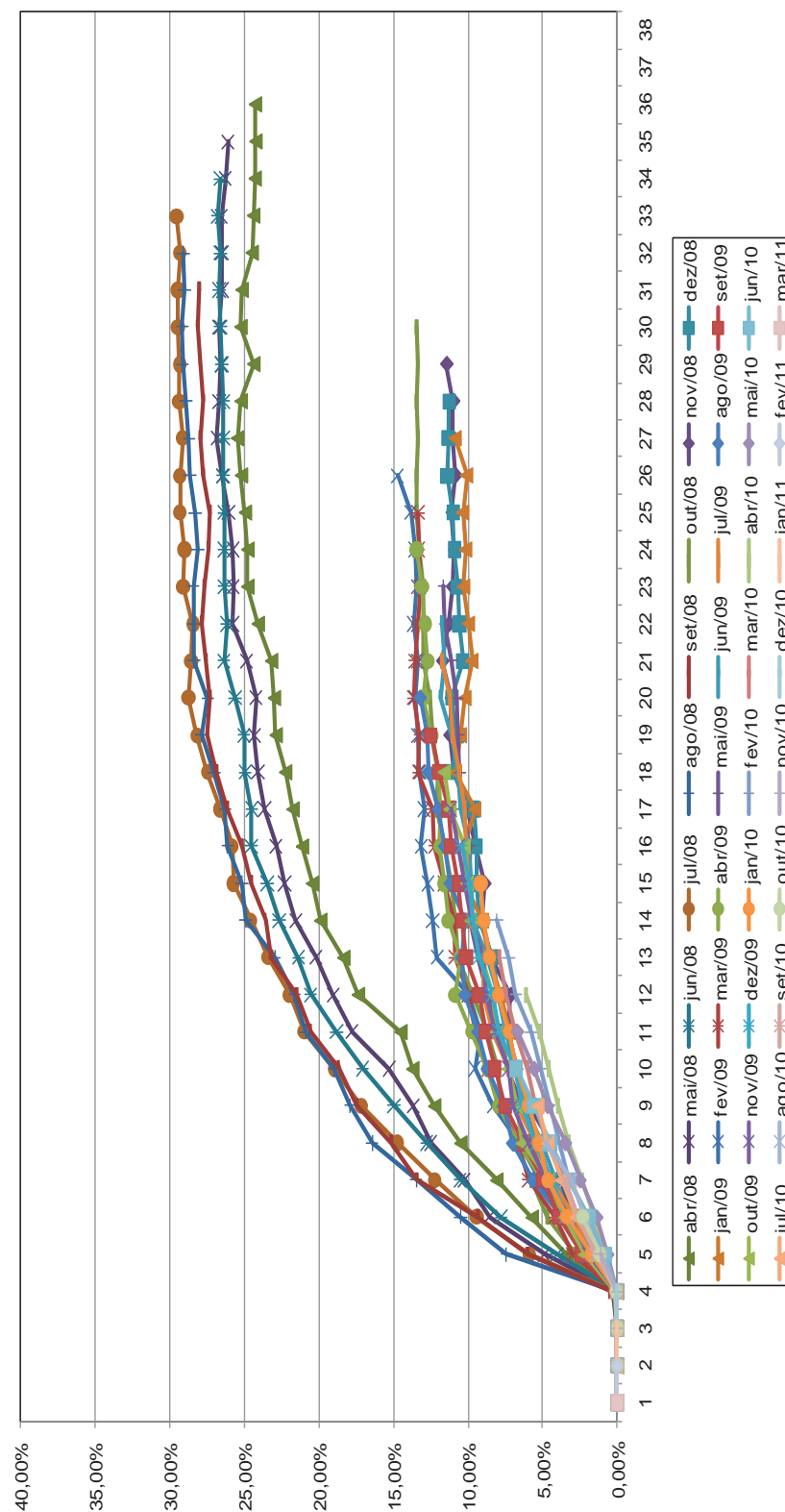


# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

## Gráfico 1.2 - Pool estático por contrato - Consolidado

MINUTA

Representação gráfica do pool estático por contrato - Porcentagem de inadimplência superior a 90 dias - Consolidado



© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 07/23)

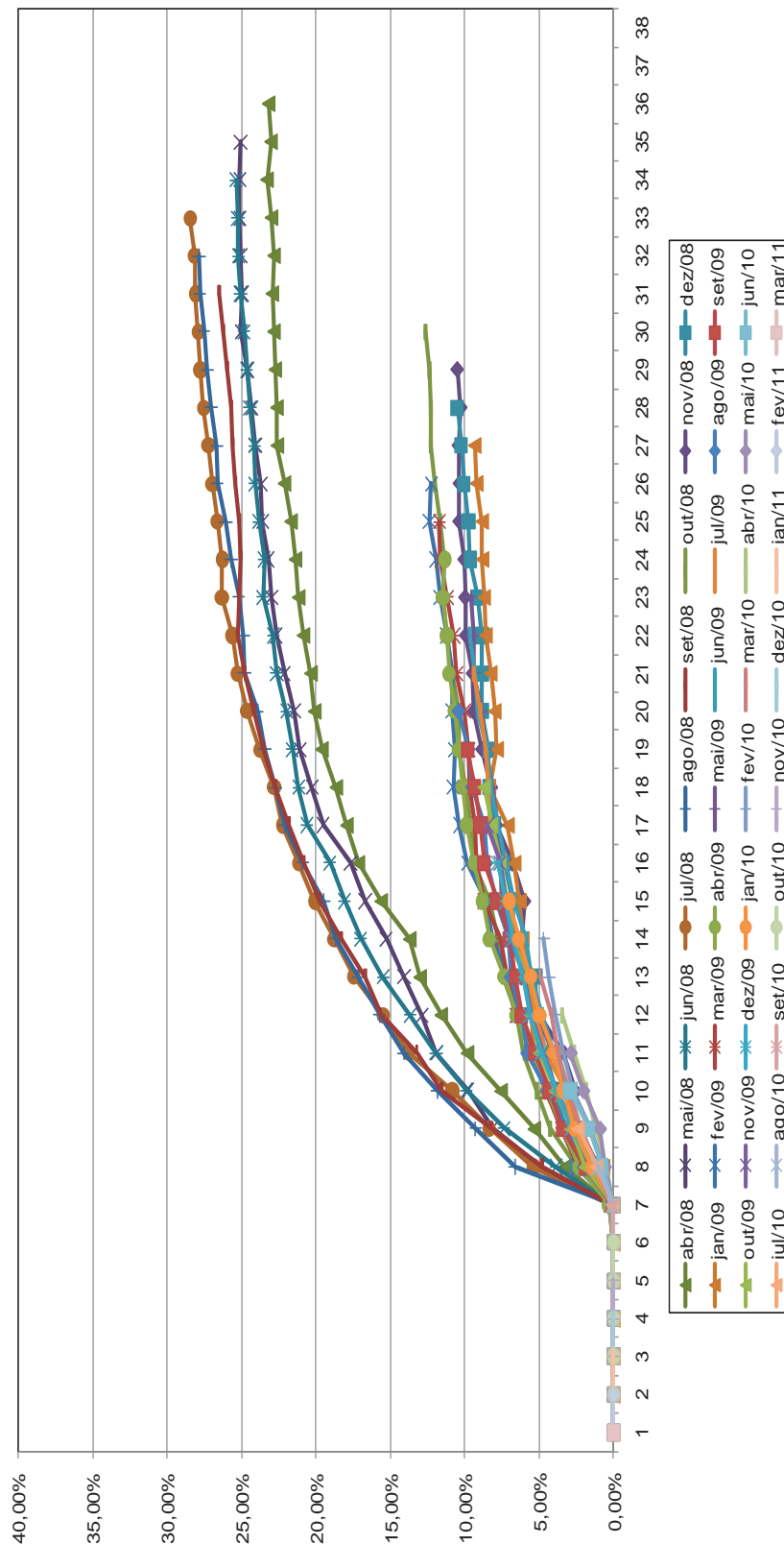
Revisão da carteira de recebíveis

# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

MINUTA

Gráfico 1.3 - Pool estático por contrato - Consolidado

Representação gráfica do pool estático por contrato - Porcentagem de inadimplência superior a 180 dias - Consolidado

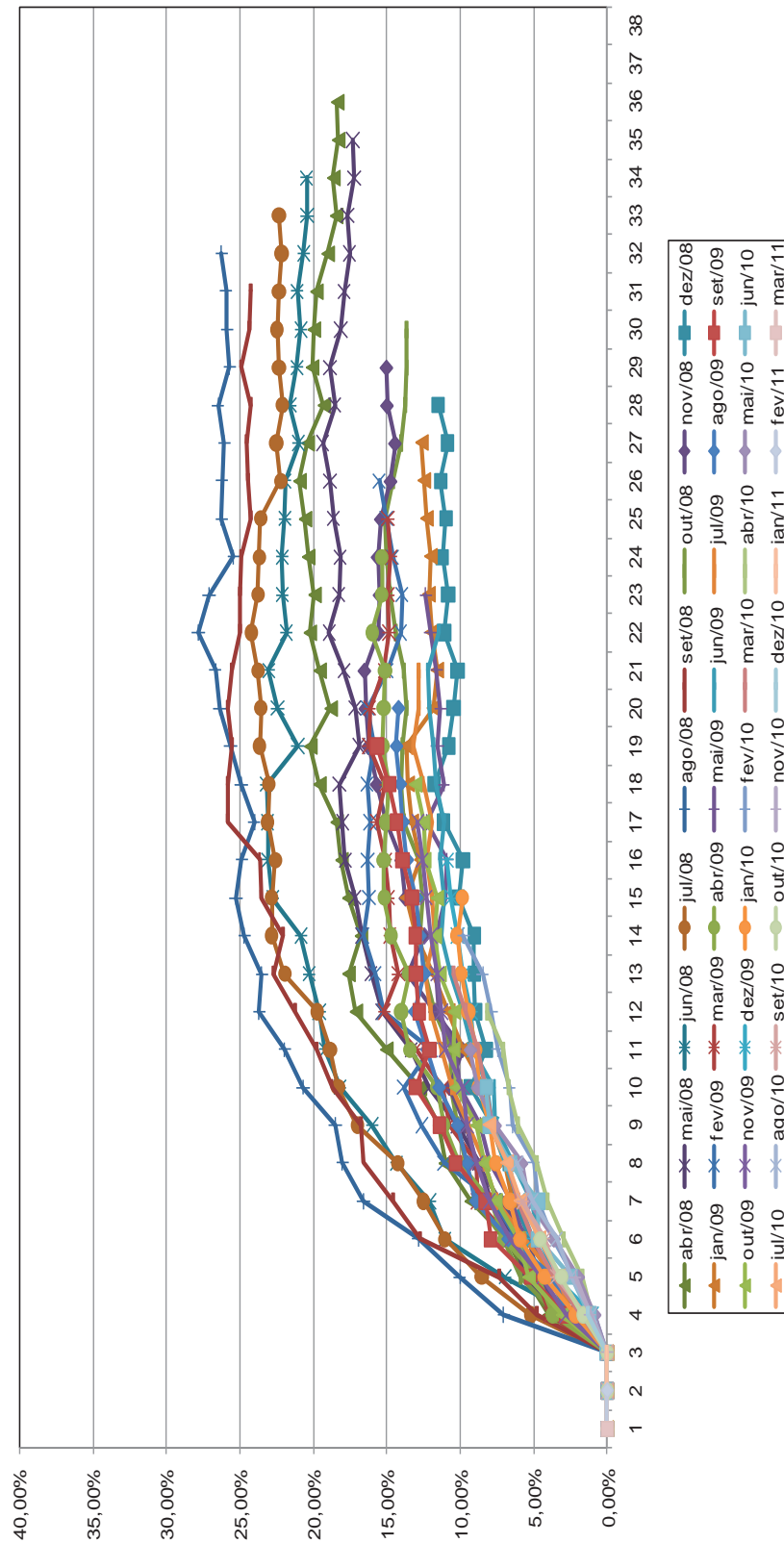


# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

MINUTA

Gráfico 1.4 - Pool estático por contrato - Leves

Representação gráfica do pool estático por contrato - Porcentagem de inadimplência superior a 60 dias - Leves



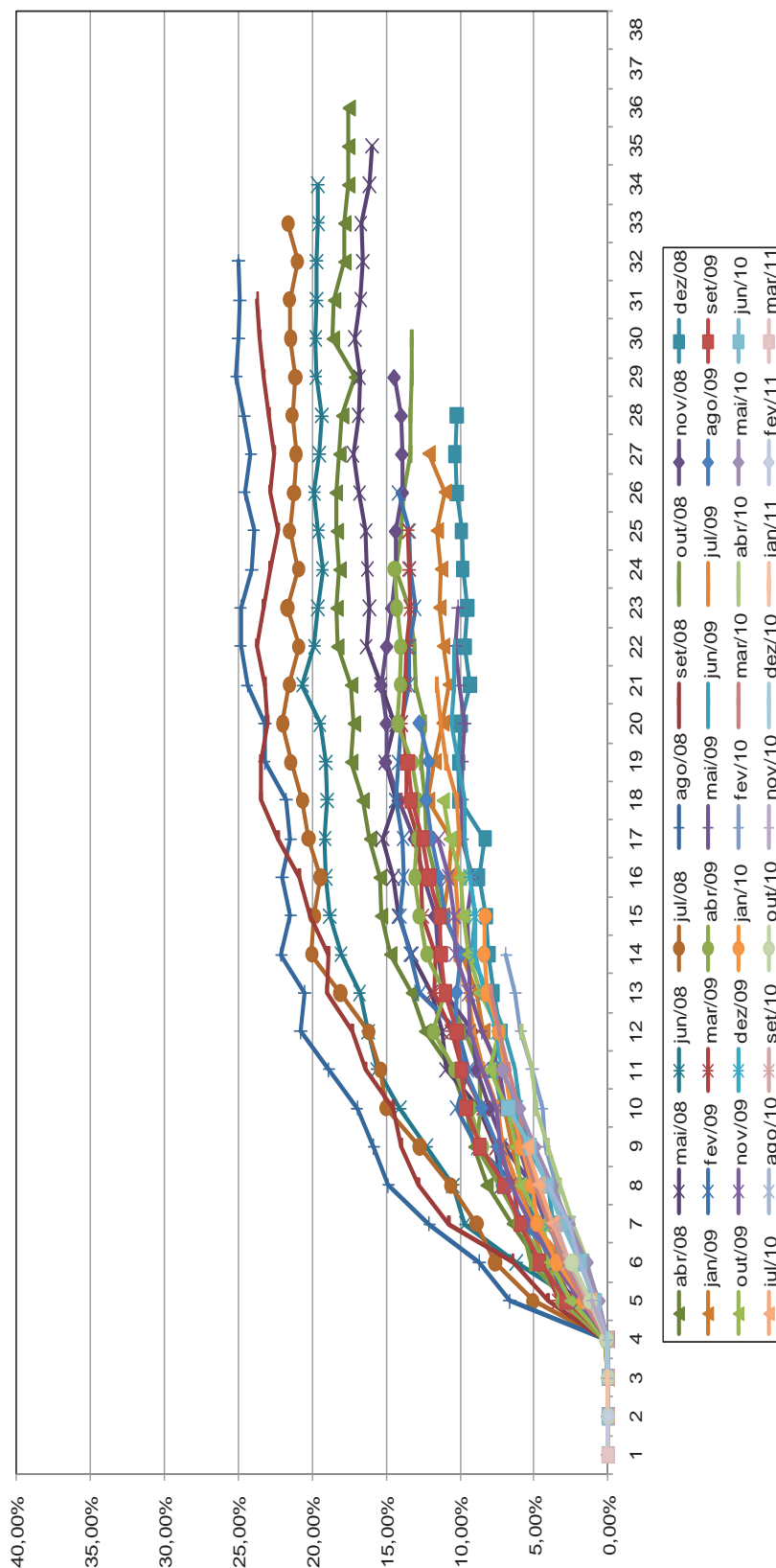


# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

MINUTA

## Gráfico 1.5 - Pool estático por contrato - Leves

Representação gráfica do pool estático por contrato - Porcentagem de inadimplência superior a 90 dias - Leves

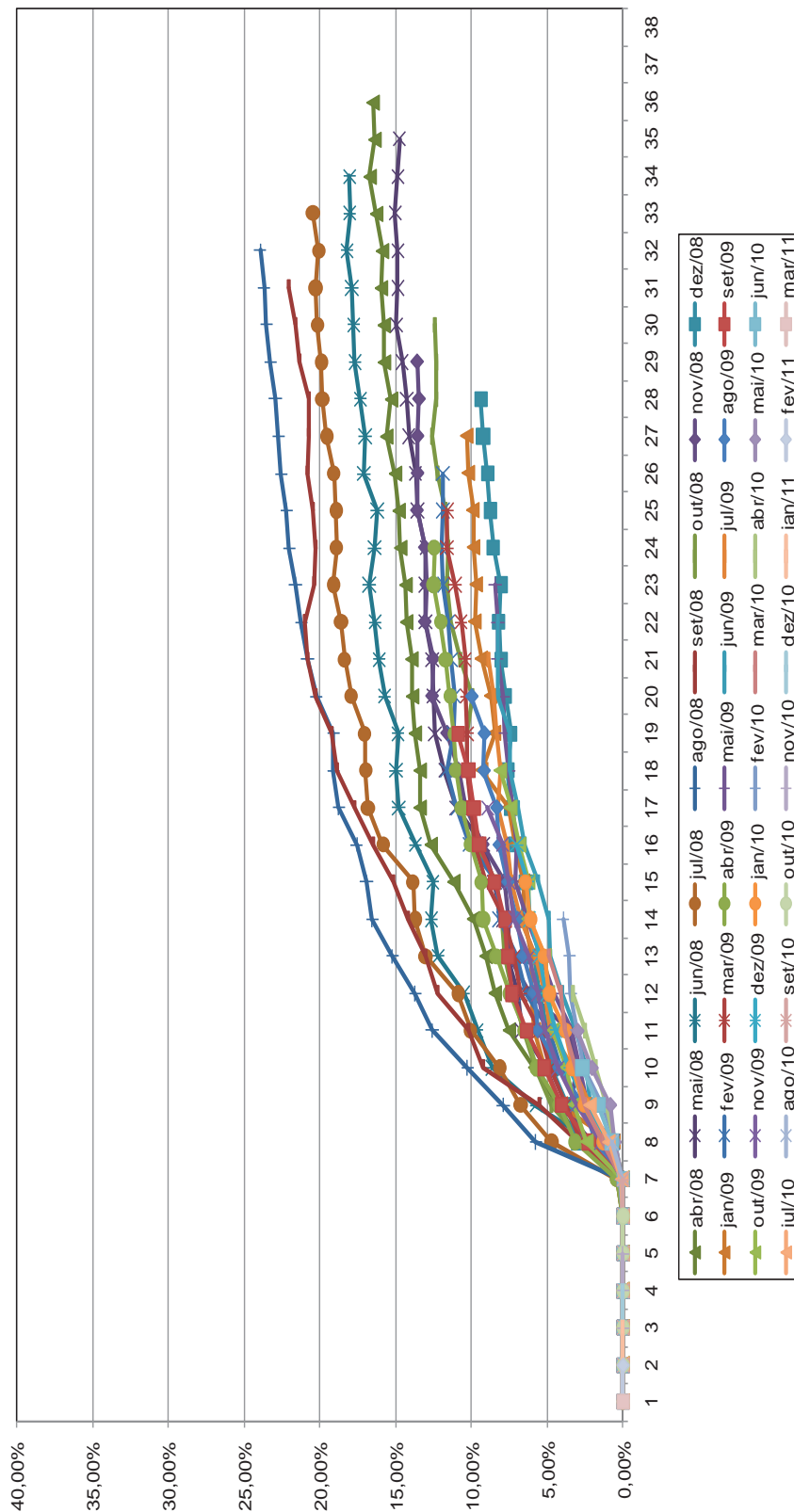


# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

MINUTA

Gráfico 1.6 - Pool estático por contrato - Leves

Representação gráfica do pool estático por contrato - Porcentagem de inadimplência superior a 180 dias - Leves

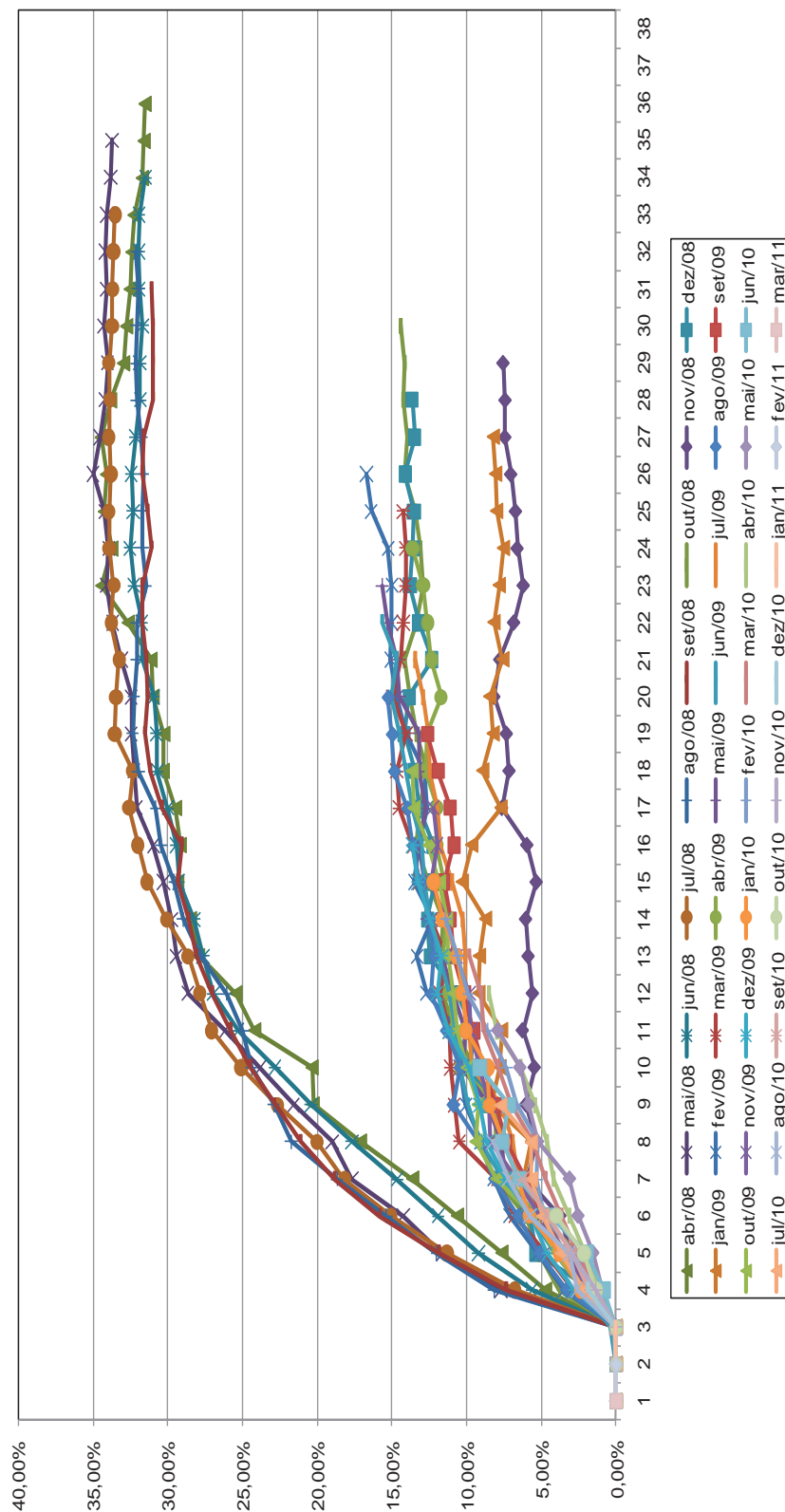


# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

MINUTA

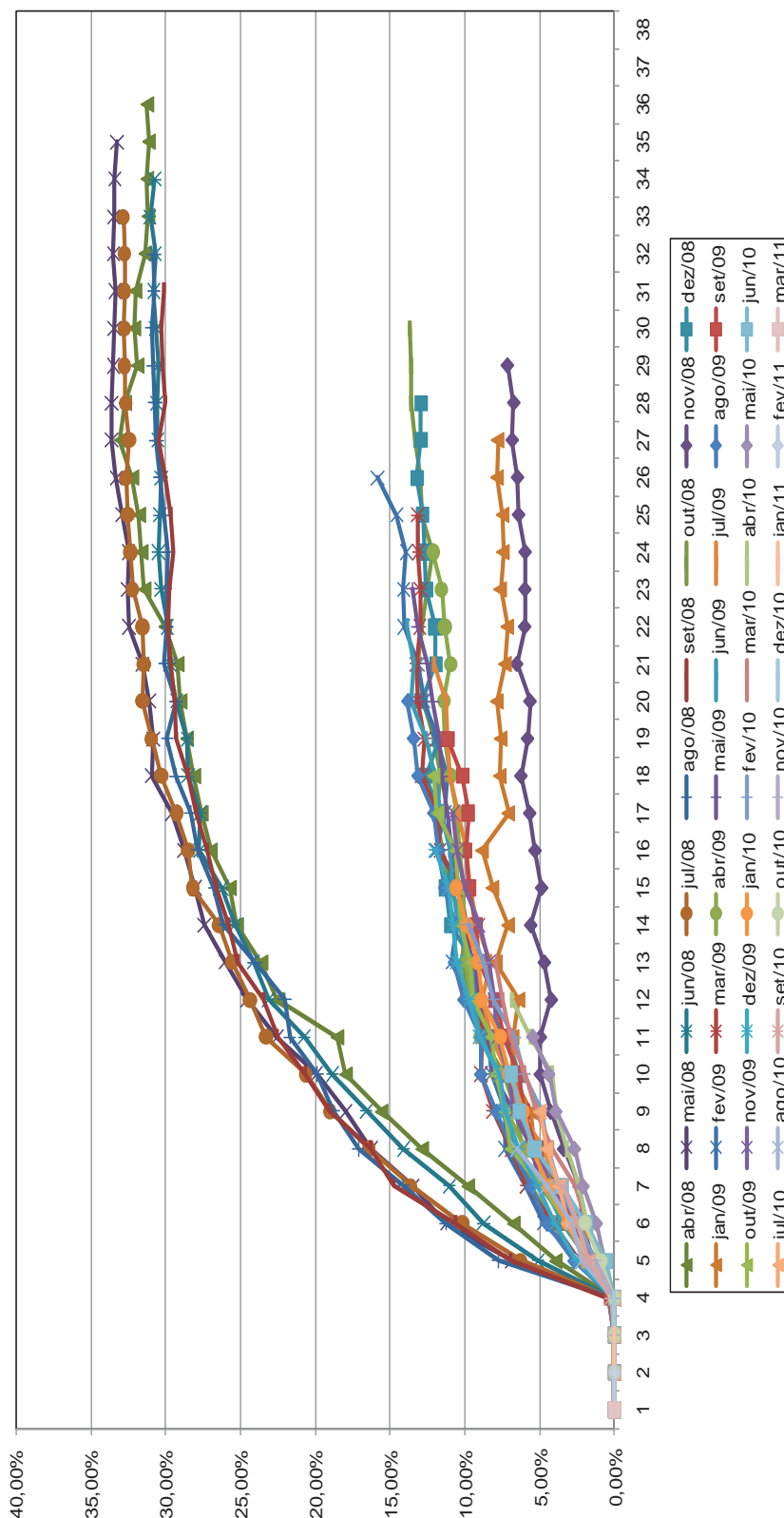
Gráfico 1.7 - Pool estático por contrato - Motos

Representação gráfica do pool estático por contrato - Porcentagem de inadimplência superior a 60 dias - Motos



### Gráfico 1.8 - Pool estático por contrato - Motos

Representação gráfica do pool estático por contrato - Porcentagem de inadimplência superior a 90 dias - Motos



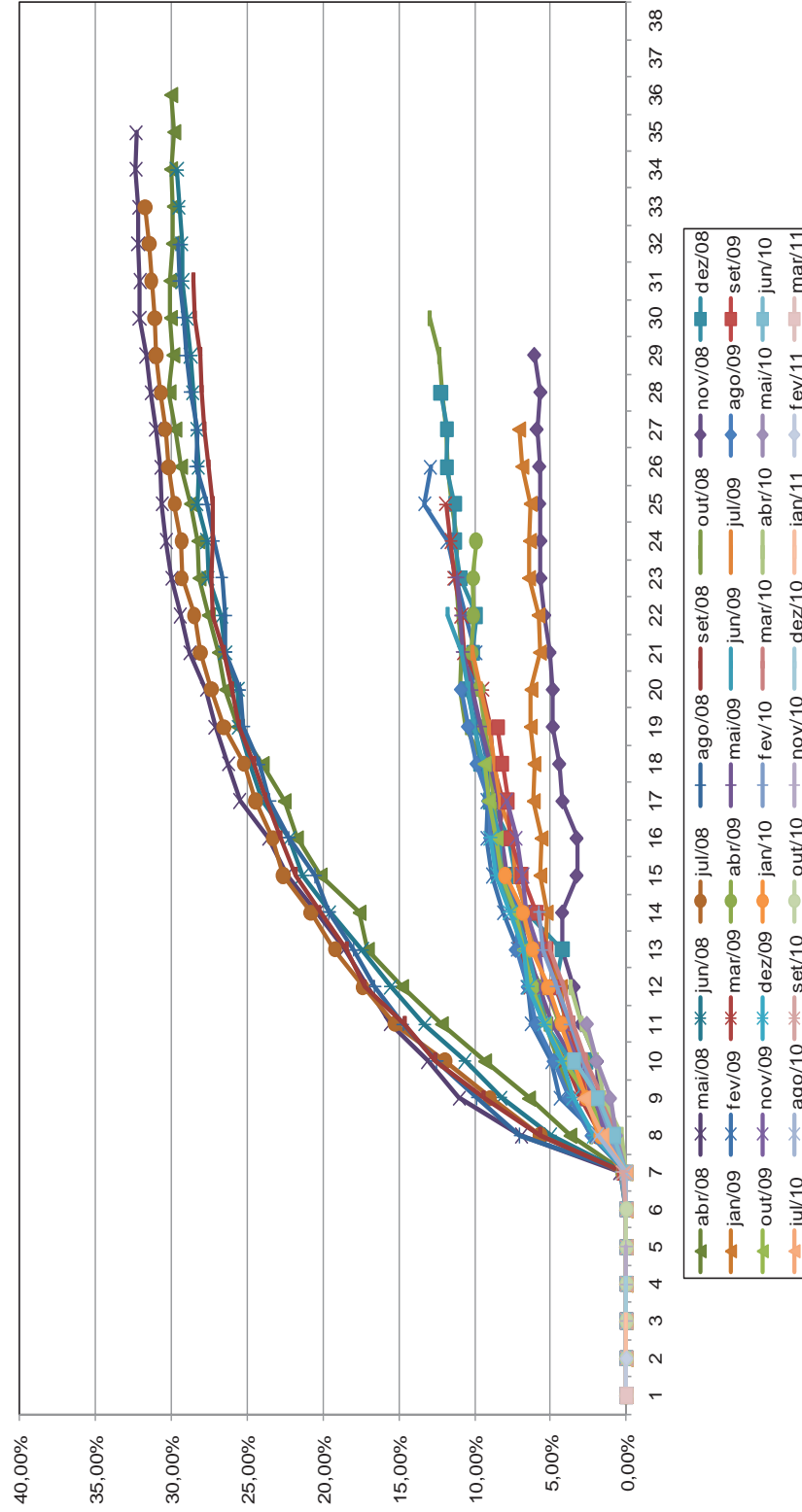


# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

## Gráfico 1.9 - Pool estático por contrato - Motos

MINUTA

Representação gráfica do pool estático por contrato - Porcentagem de inadimplência superior a 180 dias - Motos

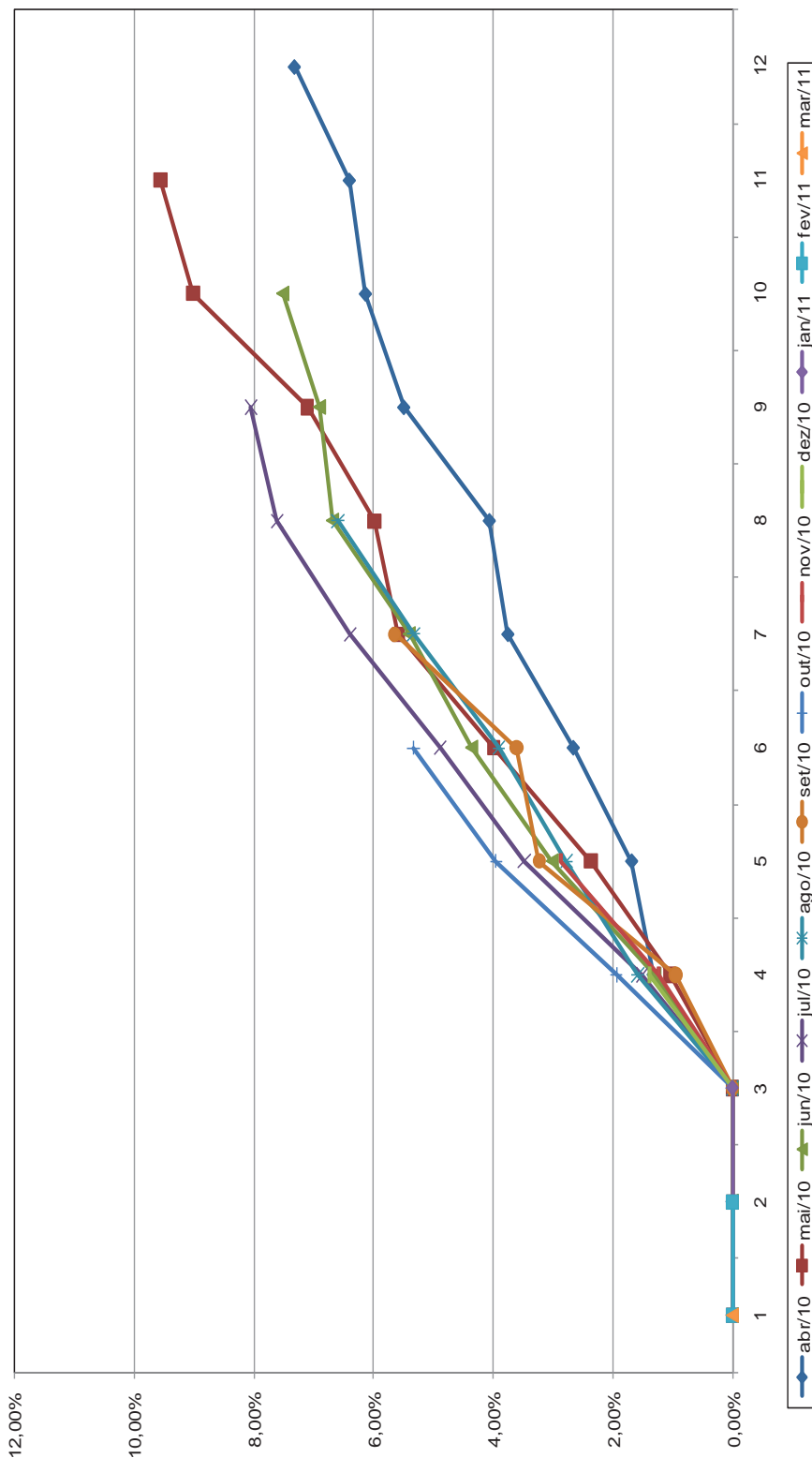


# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

MINUTA

Gráfico 1.10 - Pool estático por contrato dos últimos 12 meses com prazo de 36 parcelas - Leves

Representação gráfica do pool estático por contrato dos últimos 12 meses com porcentagem de inadimplência superior a 60 dias - Prazo 36 parcelas - Leves

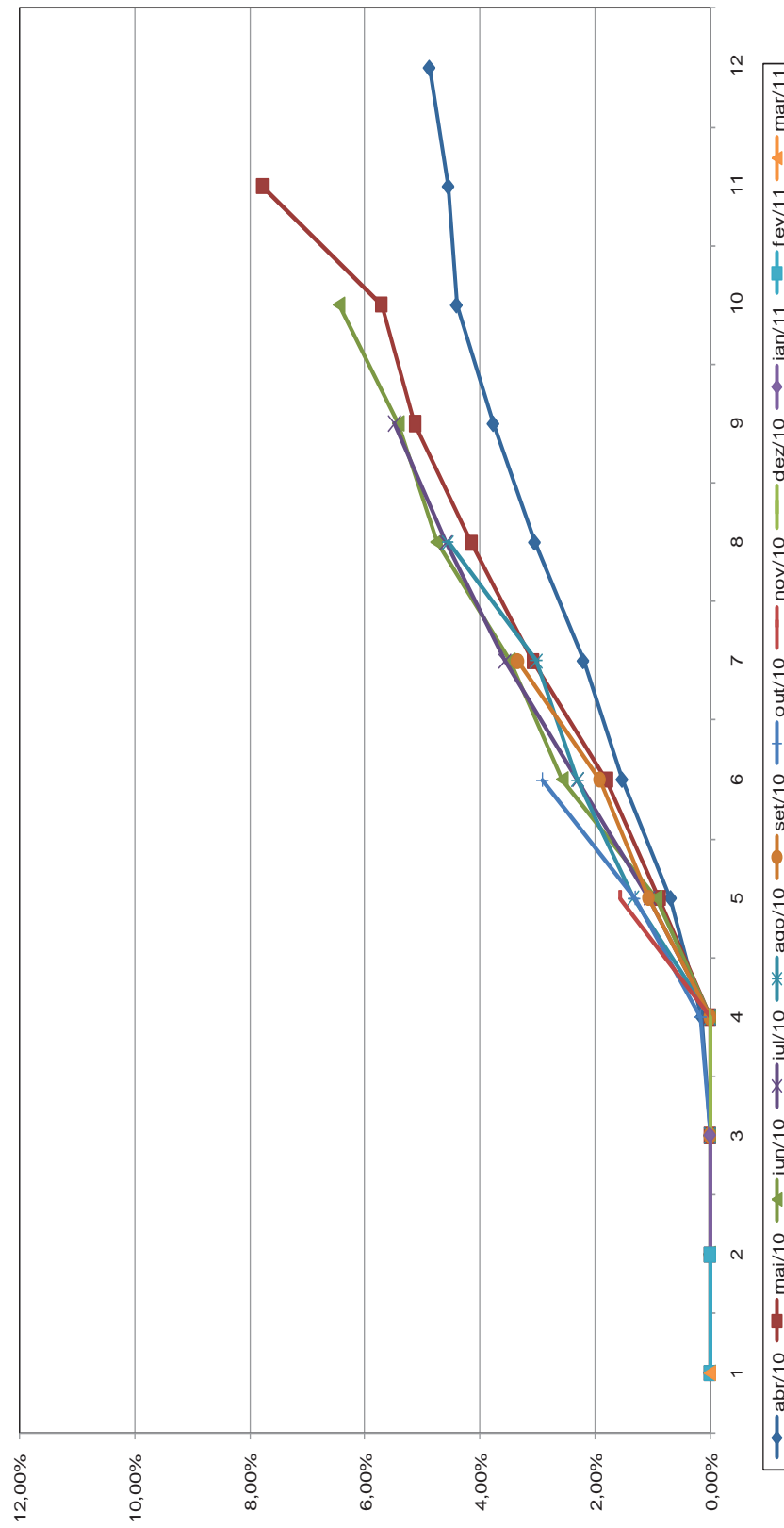


# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

MINUTA

Gráfico 1.11 - Pool estático por contrato dos últimos 12 meses com prazo de 36 parcelas - Leves

Representação gráfica do pool estático por contrato dos últimos 12 meses com porcentagem de inadimplência superior a 90 dias - Prazo 36 parcelas - Leves

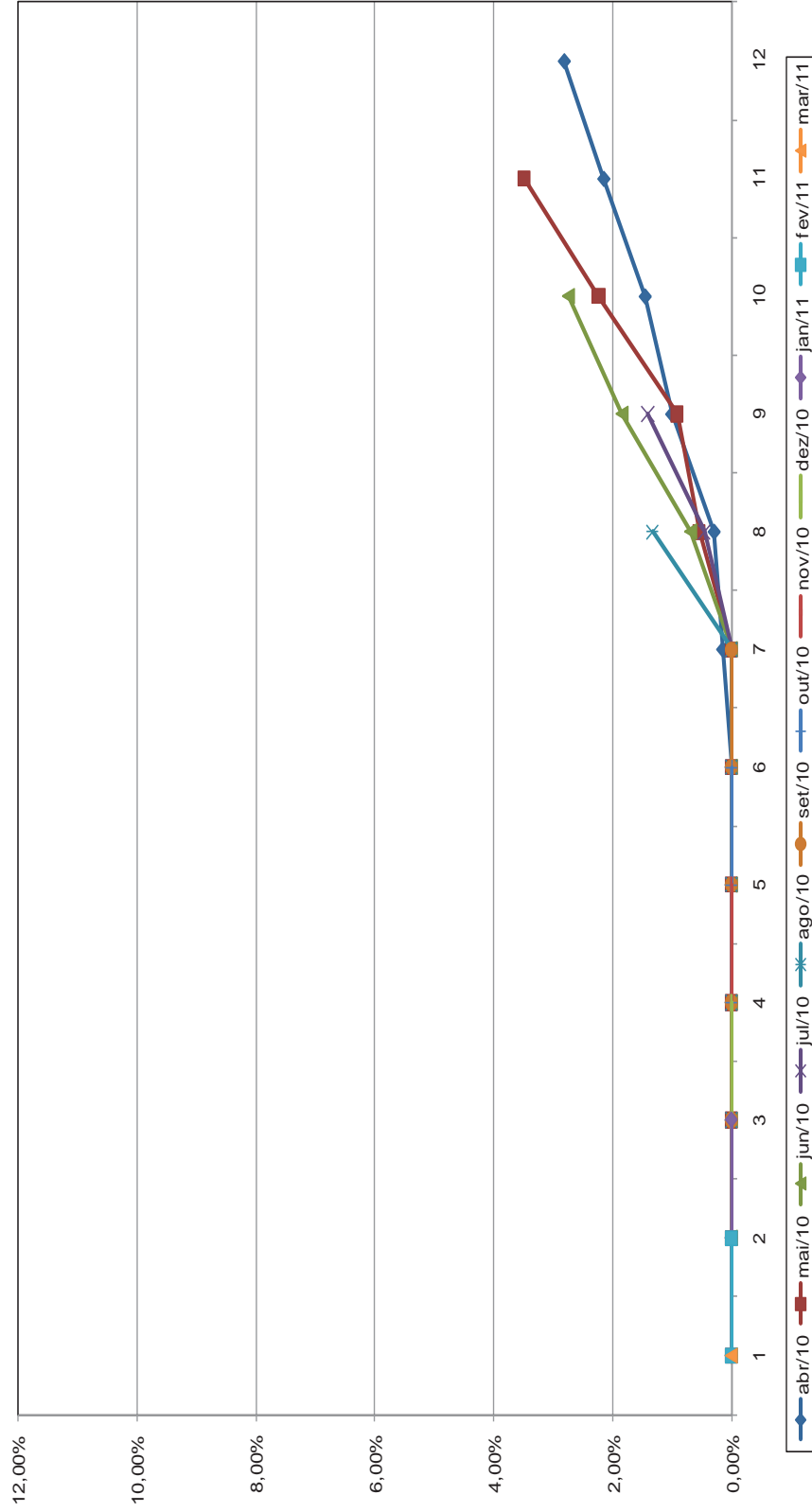


# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

MINUTA

Gráfico 1.12 - Pool estático por contrato dos últimos 12 meses com prazo de 36 parcelas - Leves

Representação gráfica do pool estático por contrato dos últimos 12 meses com porcentagem de inadimplência superior a 180 dias - Prazo 36 parcelas - Leves



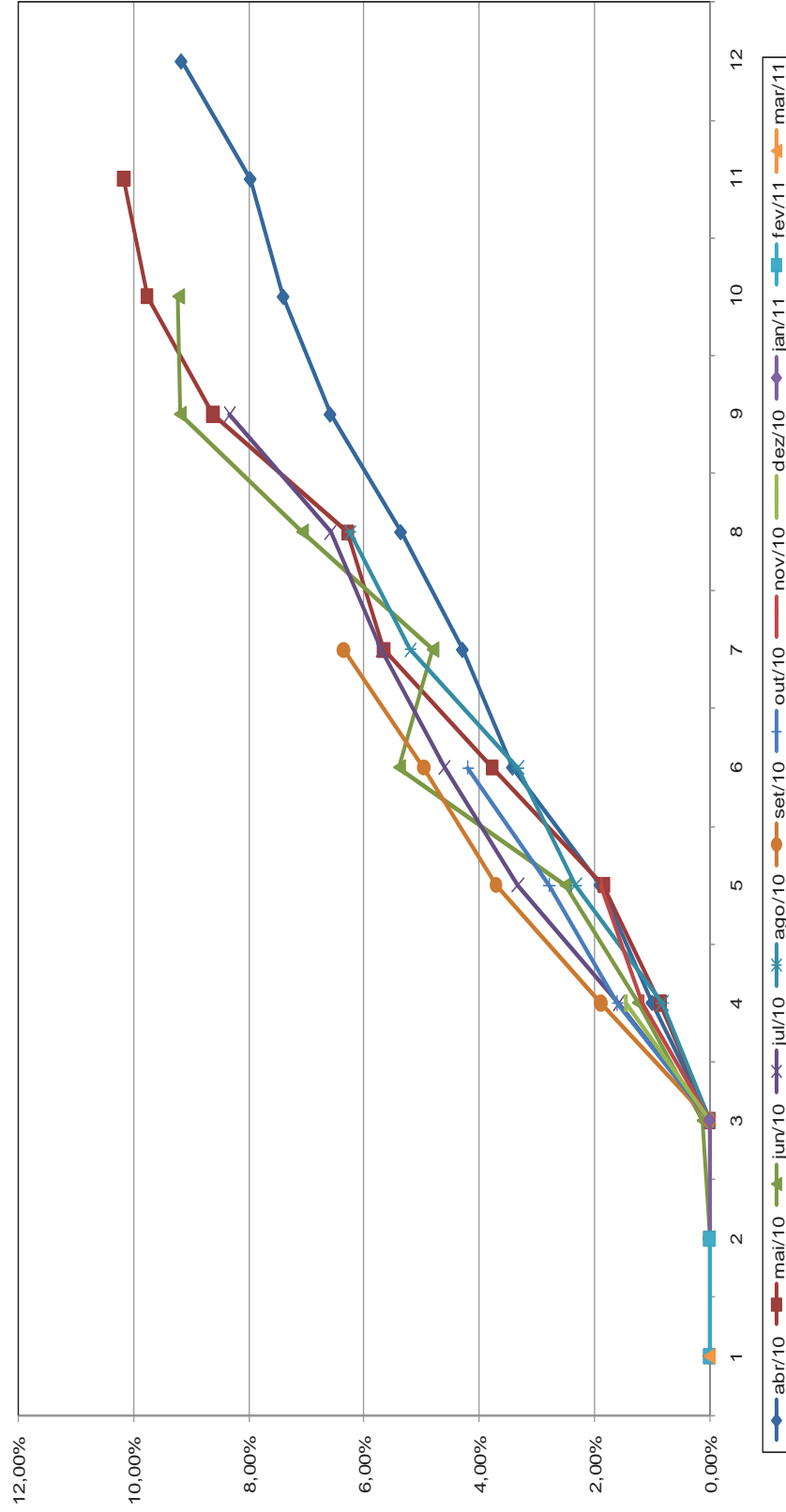


# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

MINUTA

Gráfico 1.13 - Pool estático por contrato dos últimos 12 meses com prazo de 48 parcelas - Leves

Representação gráfica do pool estático por contrato dos últimos 12 meses com porcentagem de inadimplência superior a 60 dias - Prazo 48 parcelas - Leves

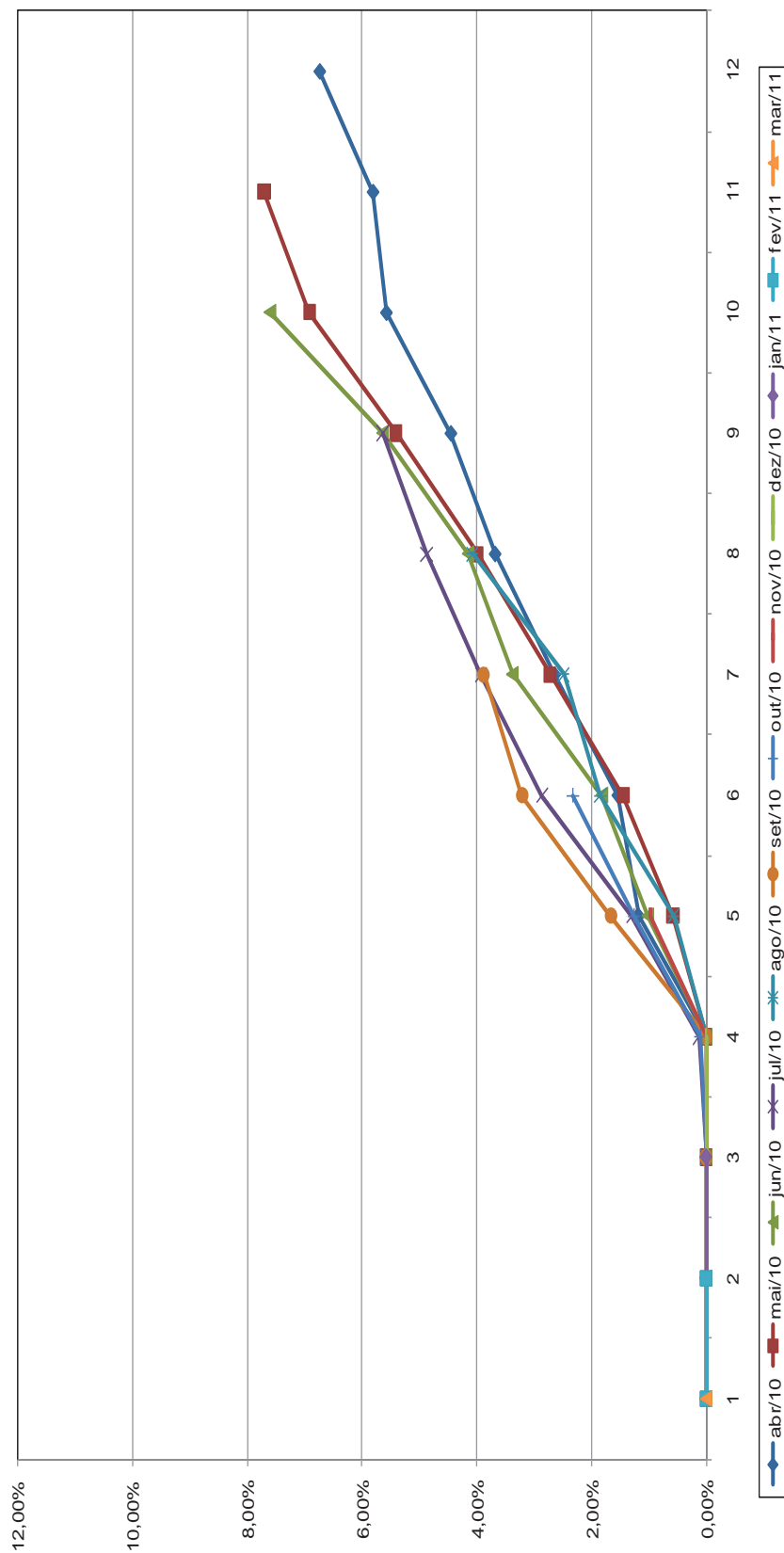


# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

MINUTA

Gráfico 1.14 - Pool estático por contrato dos últimos 12 meses com prazo de 48 parcelas - Leves

Representação gráfica do pool estático por contrato dos últimos 12 meses com porcentagem de inadimplência superior a 90 dias - Prazo 48 parcelas - Leves

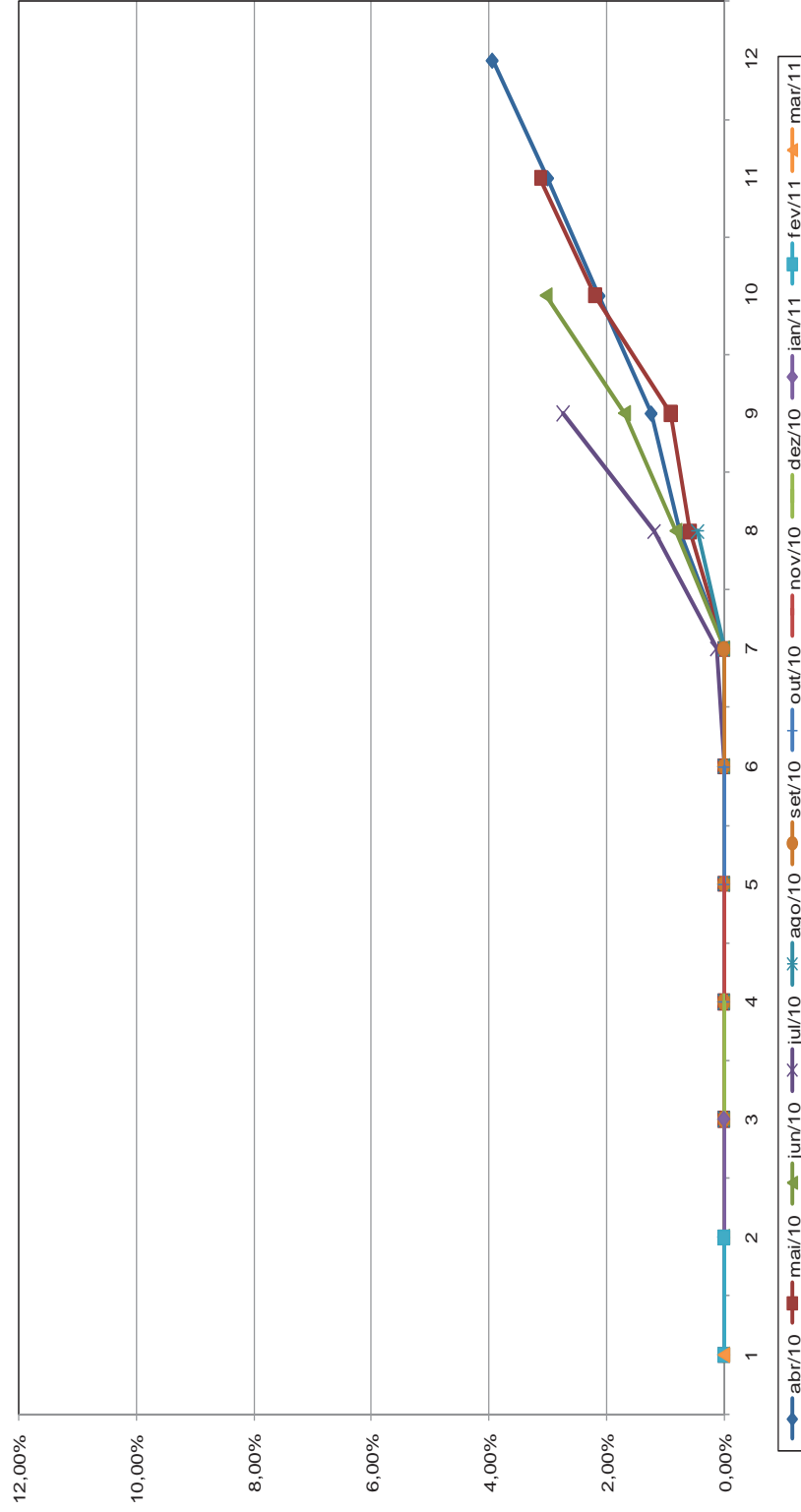


# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

MINUTA

Gráfico 1.15 - Pool estático por contrato dos últimos 12 meses com prazo de 48 parcelas - Leves

Representação gráfica do pool estático por contrato dos últimos 12 meses com porcentagem de inadimplência superior a 180 dias - Prazo 48 parcelas - Leves

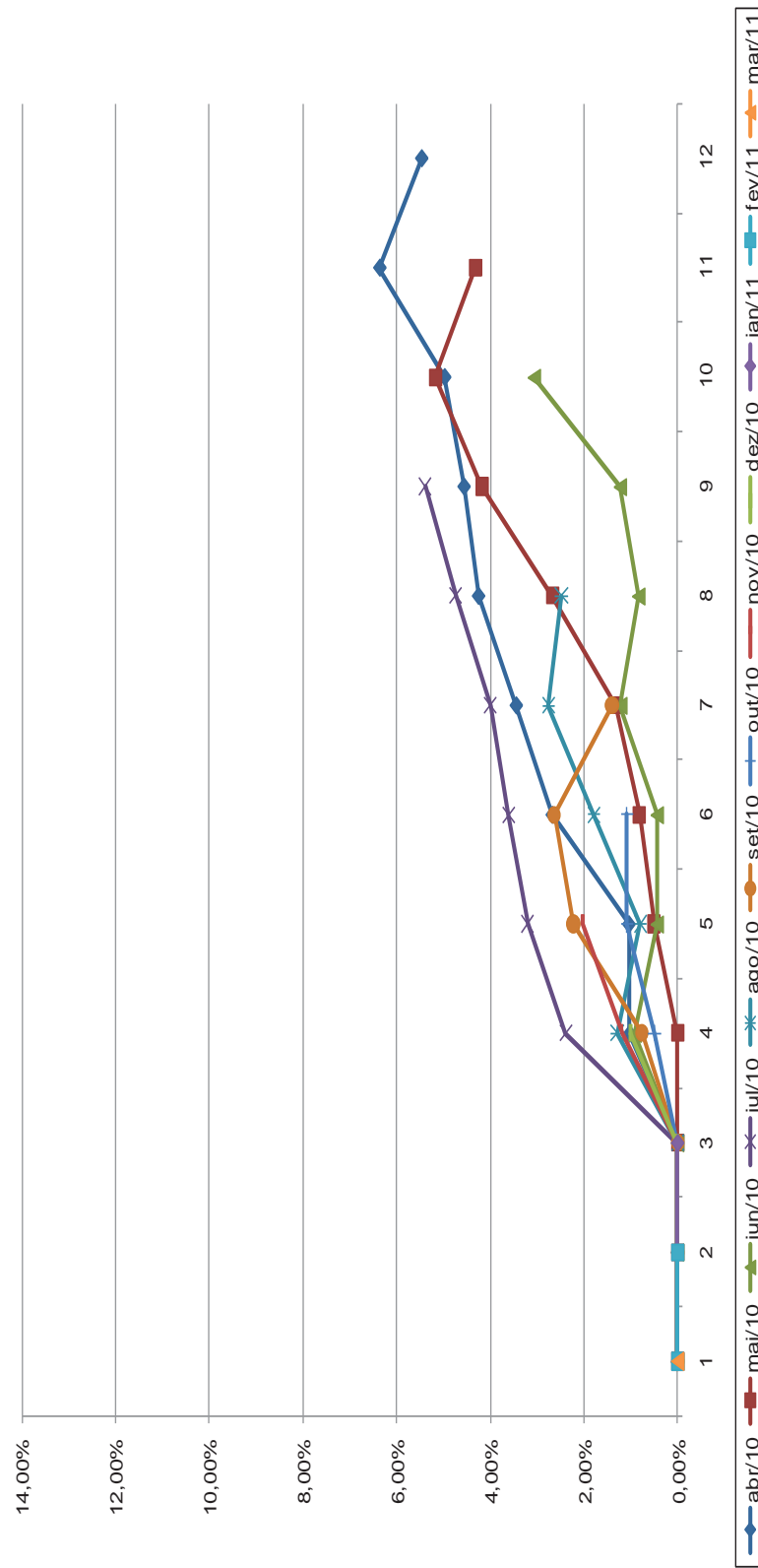


# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

MINUTA

Gráfico 1.16 - Pool estático por contrato dos últimos 12 meses com prazo de 24 parcelas - Motos

Representação gráfica do pool estático por contrato dos últimos 12 meses com porcentagem de inadimplência superior a 60 dias - Prazo 24 parcelas - Motos



© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 07/23)

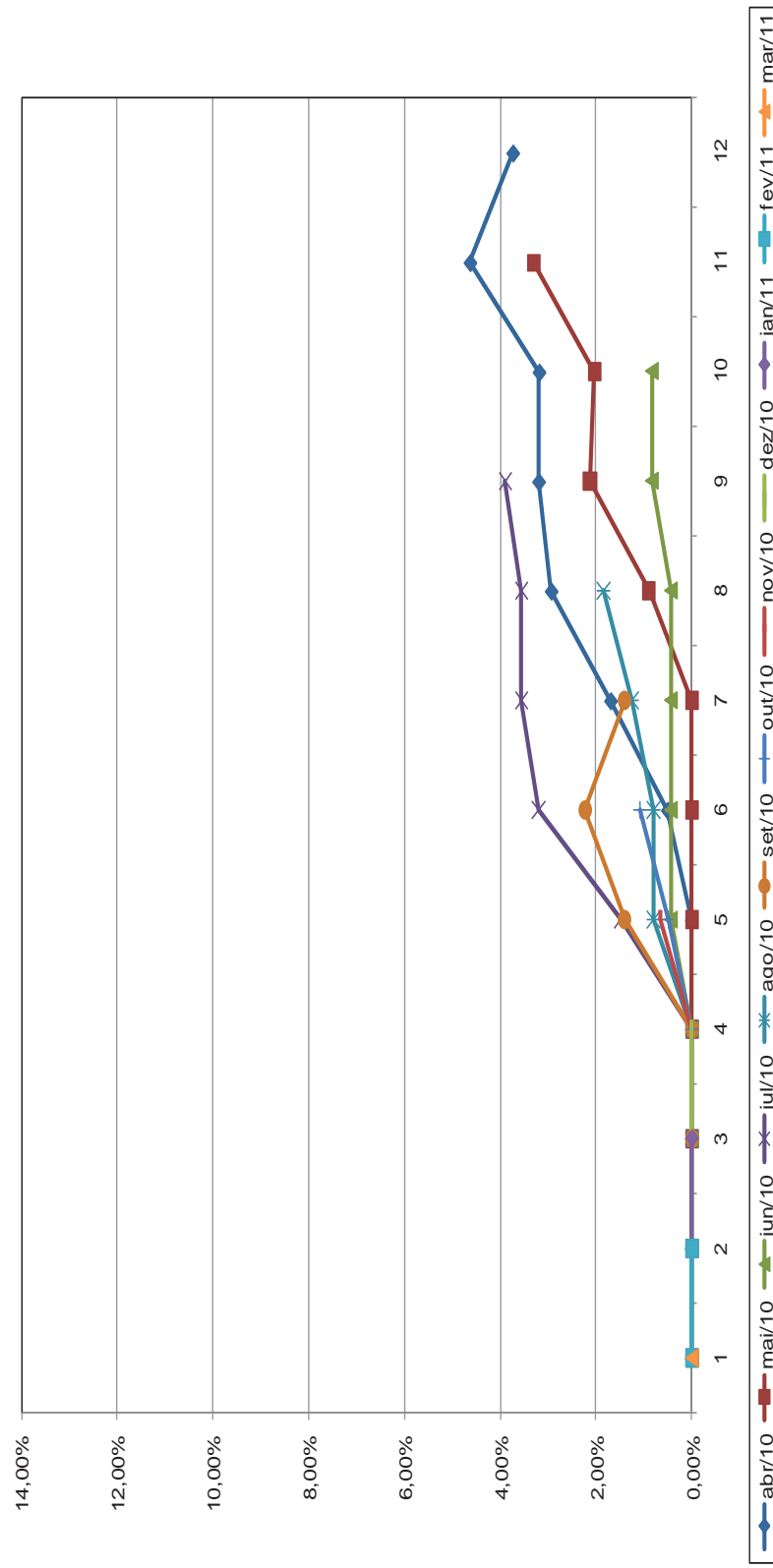


# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

MINUTA

Gráfico 1.17 - Pool estático por contrato dos últimos 12 meses com prazo de 24 parcelas - Motos

Representação gráfica do pool estático por contrato dos últimos 12 meses com porcentagem de inadimplência superior a 90 dias - Prazo 24 parcelas - Motos

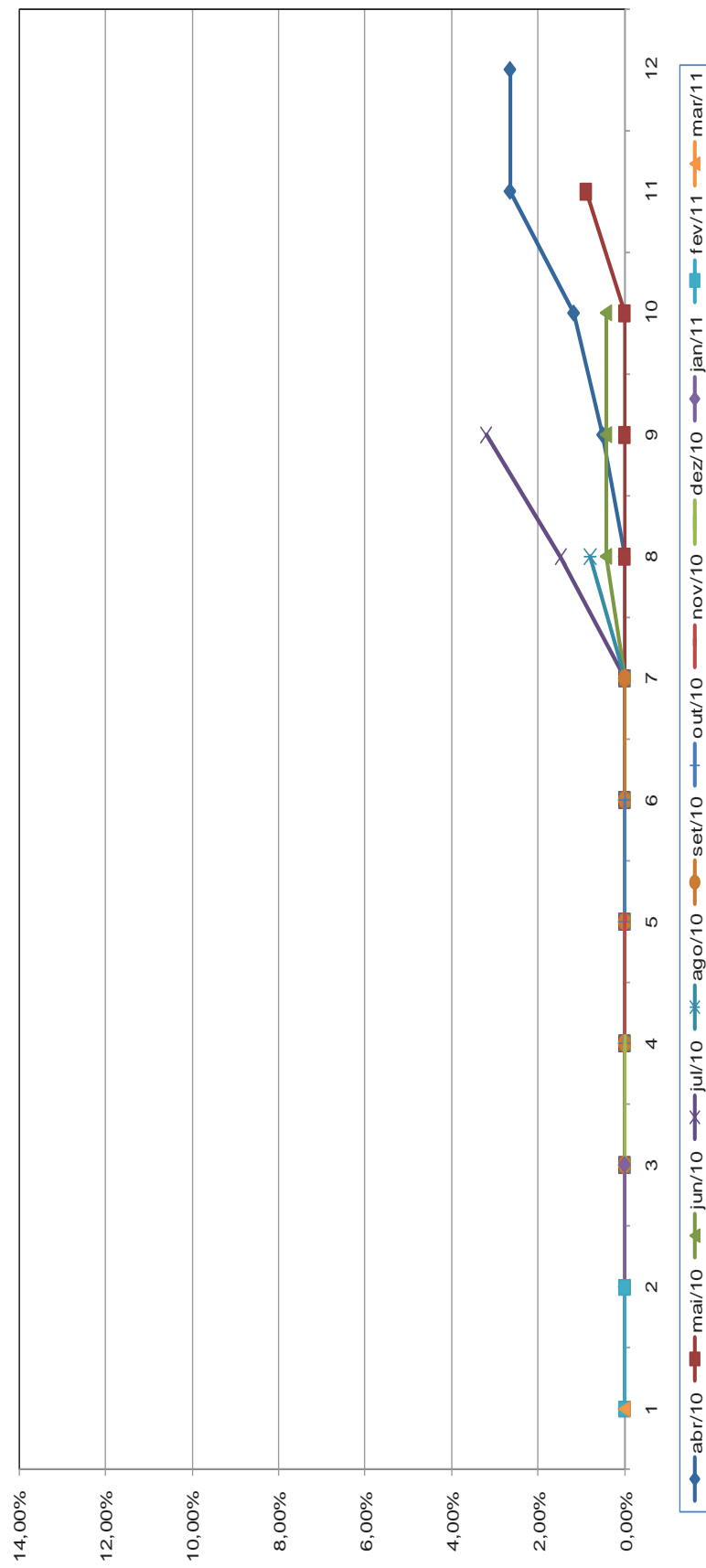


# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

MINUTA

Gráfico 1.18 - Pool estático por contrato dos últimos 12 meses com prazo de 24 parcelas - Motos

Representação gráfica do pool estático por contrato dos últimos 12 meses com percentagem de inadimplência superior a 180 dias - Prazo 24 parcelas - Motos

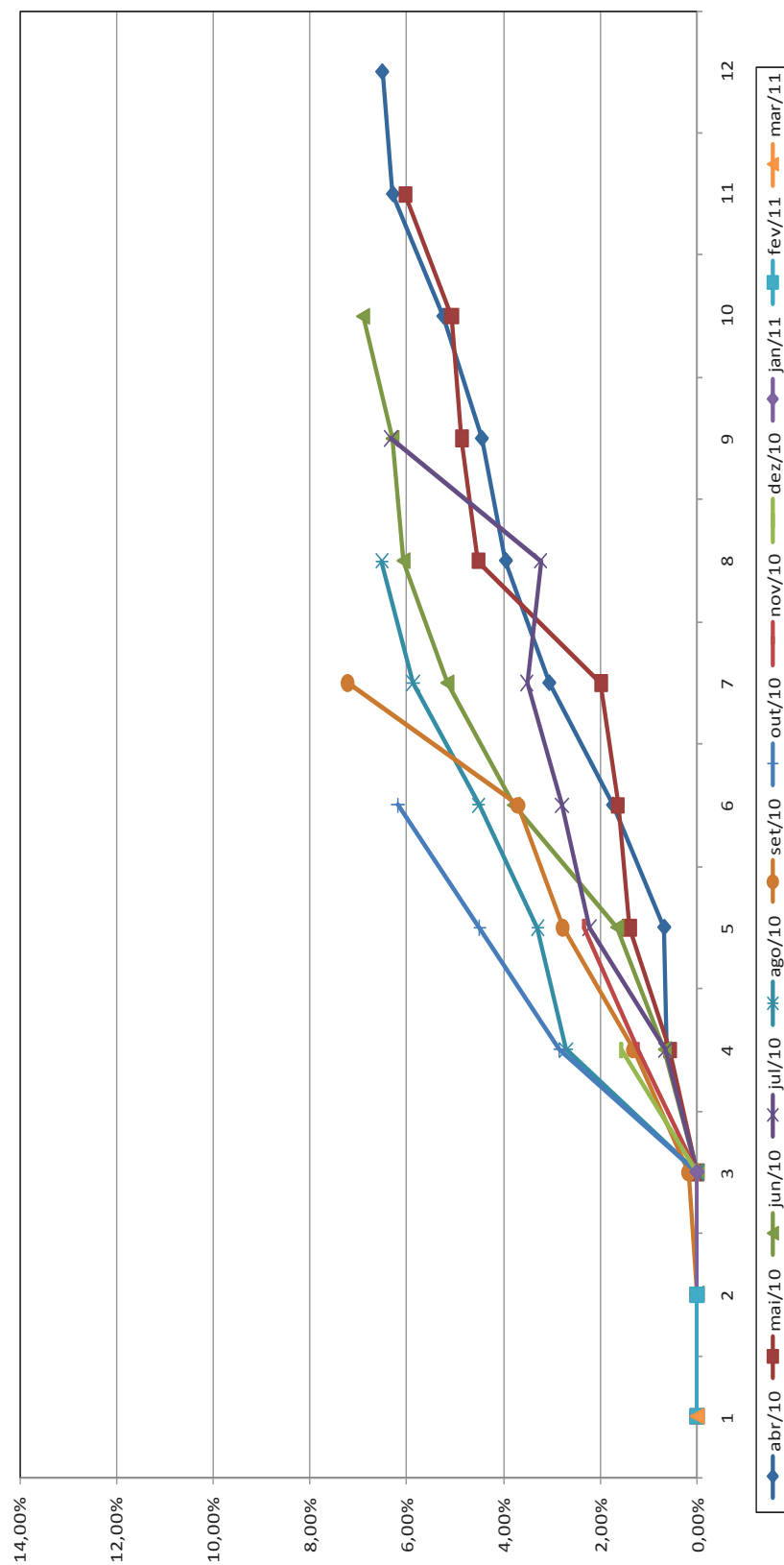


# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

MINUTA

Gráfico 1.19 - Pool estático por contrato dos últimos 12 meses com prazo de 36 parcelas - Motos

Representação gráfica do pool estático por contrato dos últimos 12 meses com porcentagem de inadimplência superior a 60 dias - Prazo 36 parcelas - Motos

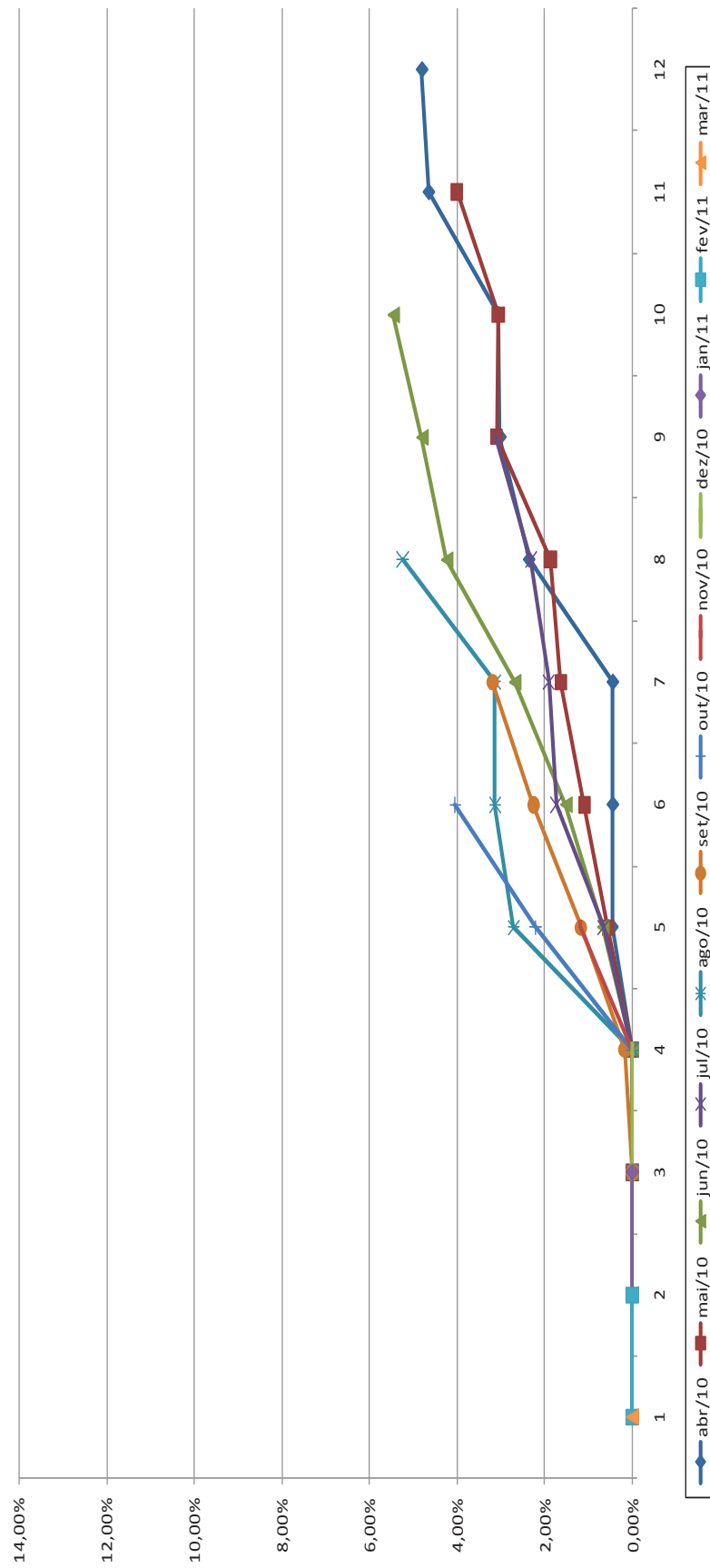


# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

MINUTA

Gráfico 1.20 - Pool estático por contrato dos últimos 12 meses com prazo de 36 parcelas - Motos

Representação gráfica do pool estático por contrato dos últimos 12 meses com porcentagem de inadimplência superior a 90 dias - Prazo 36 parcelas - Motos



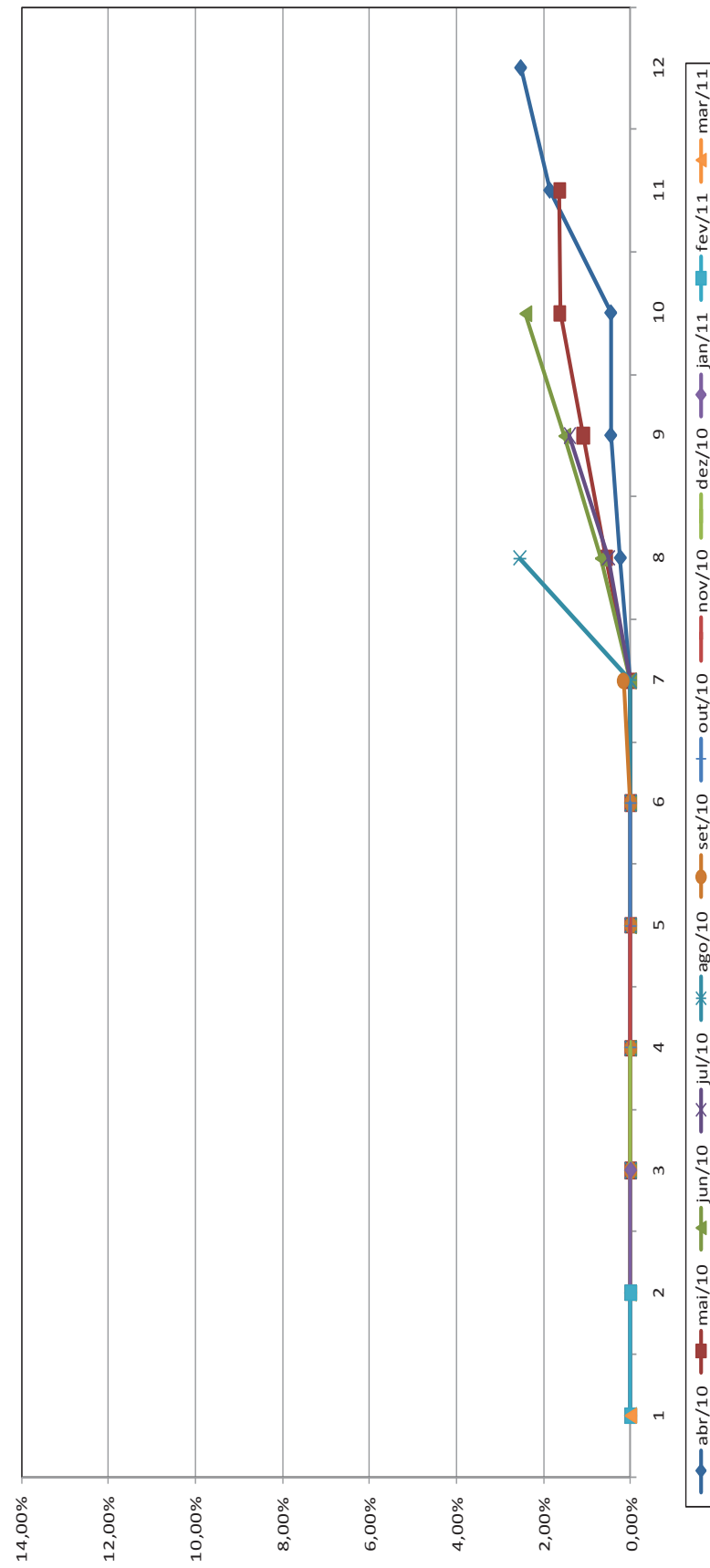


# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

MINUTA

Gráfico 1.2 1- Pool estático por contrato dos últimos 12 meses com prazo de 36 parcelas - Motos

Representação gráfica do pool estático por contrato dos últimos 12 meses com porcentagem de inadimplência superior a 180 dias - Prazo 36 parcelas - Motos

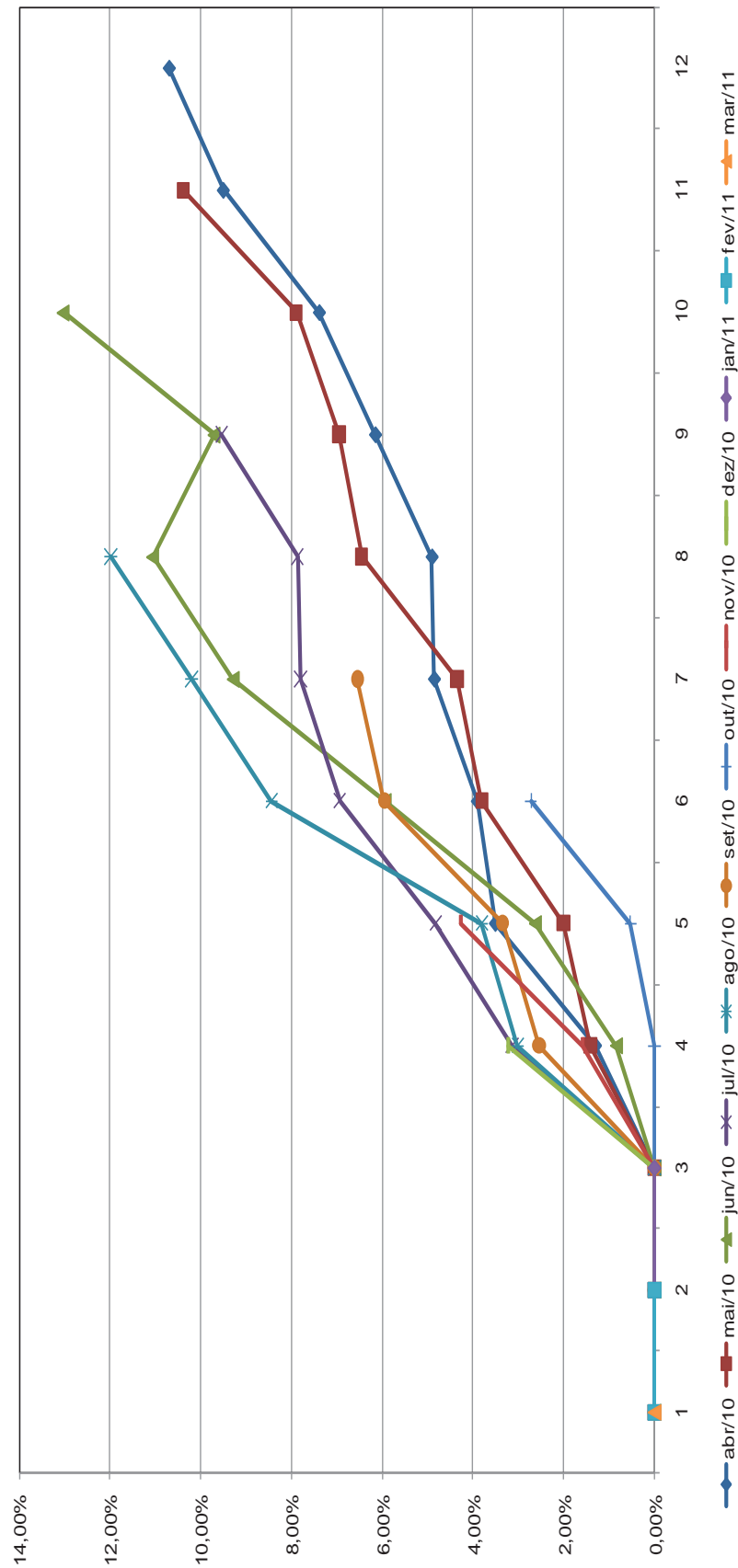


# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

MINUTA

Gráfico 1.22 - Pool estático por contrato dos últimos 12 meses com prazo de 48 parcelas - Motos

Representação gráfica do pool estático por contrato dos últimos 12 meses com percentagem de inadimplência superior a 60 dias - Prazo 48 parcelas - Motos

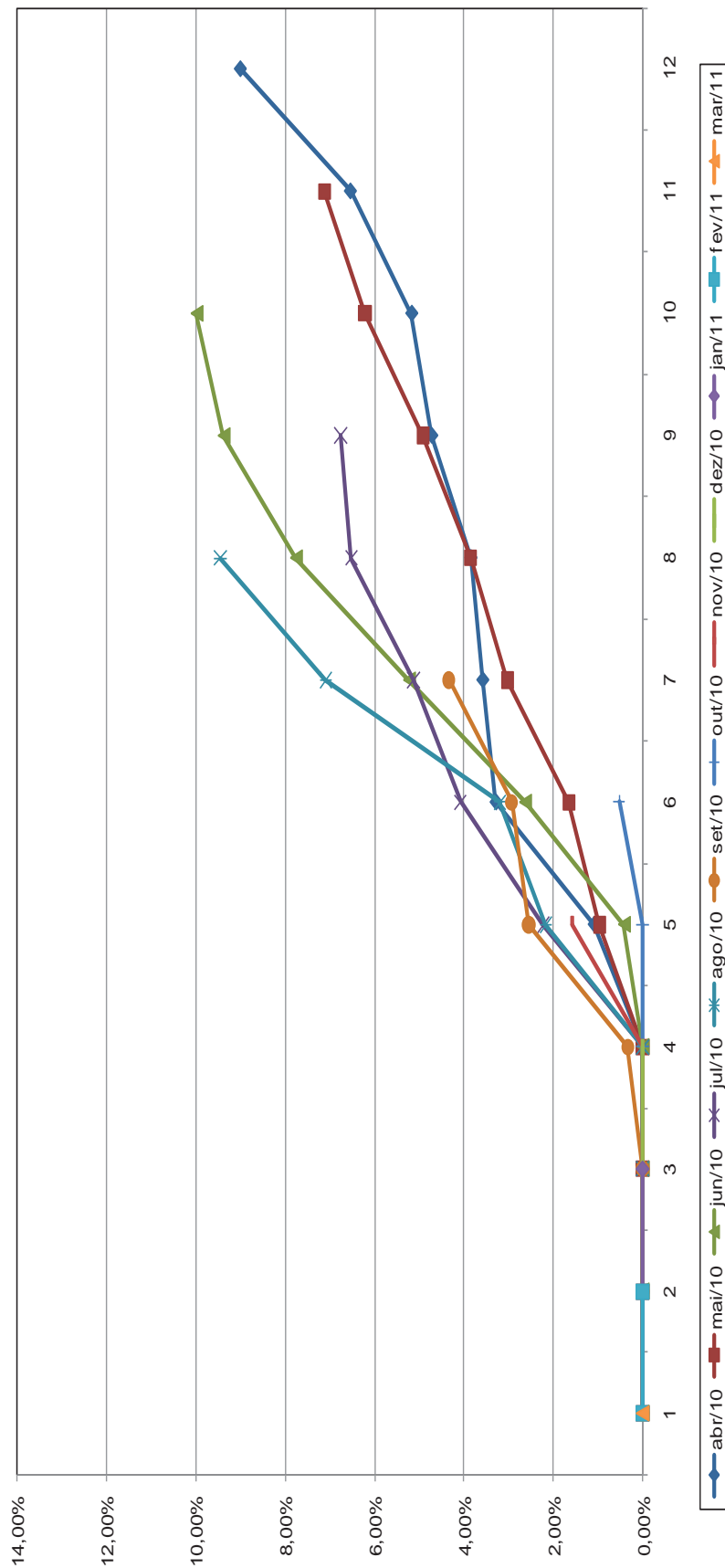


# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

MINUTA

Gráfico 1.23 - Pool estático por contrato dos últimos 12 meses com prazo de 48 parcelas - Motos

Representação gráfica do pool estático por contrato dos últimos 12 meses com porcentagem de inadimplência superior a 90 dias - Prazo 48 parcelas - Motos

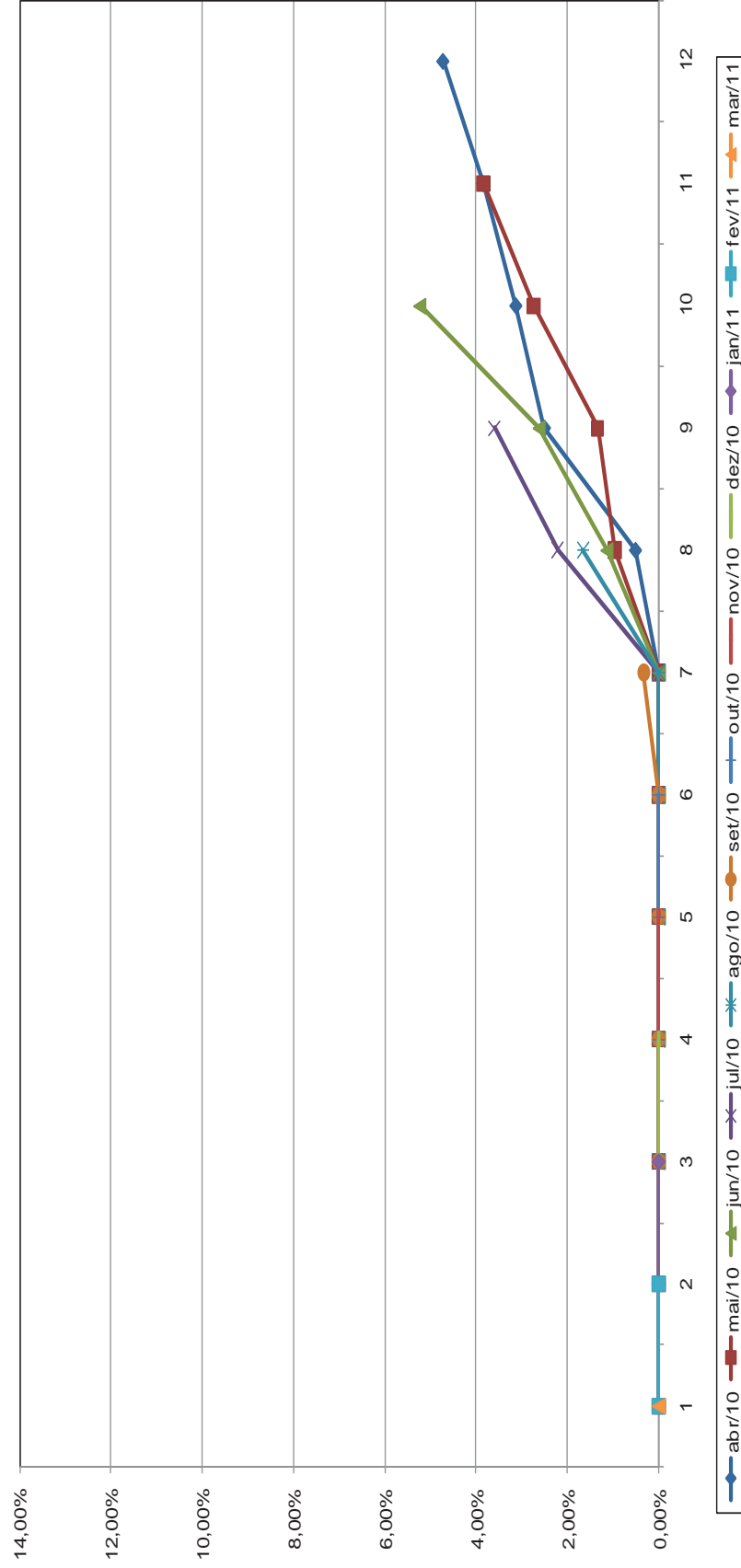


## Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

MINUTA

Gráfico 1.24 - Pool estático por contrato dos últimos 12 meses com prazo de 48 parcelas - Motos

Representação gráfica do pool estático por contrato dos últimos 12 meses com percentagem de inadimplência superior a 180 dias - Prazo 48 parcelas - Motos





## Apresentação da carteira de recebíveis - *Performance*

MINUTA

### Distribuição das operações por emissão, vencimento e pré-liquidações

Apresenta as operações originadas no período sob análise por data de emissão, distribuídas pela data de vencimento, como também o montante das pré liquidações. A representatividade do total pré liquidado sobre o total originado com vencimento em março de 2011 é de aproximadamente 6,5%.

Do total originado com vencimento no período sob análise (R\$ 292.630 mil), aproximadamente 6,3% (R\$ 18.293 mil) dos contratos foram pré-liquidados.

A seguir, a tabela 1.3 apresenta a distribuição das operações do Consolidado e a tabela 1.4 apresenta a distribuição das operações de INSS.



# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

Tabela 1.2 - Distribuição das operações por emissão, vencimento e pré-liquidações (Cont.)

MINUTA

Emissão	Vencimentos																																																Total																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
	jan/02	fev/02	mar/02	abr/02	maio/02	jun/02	jul/02	ago/02	set/02	out/02	nov/02	dez/02	jan/03	fev/03	mar/03	abr/03	maio/03	jun/03	jul/03	ago/03	set/03	out/03	nov/03	dez/03	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	maio/04	jun/04	jul/04	ago/04	set/04	out/04	nov/04	dez/04	jan/05	fev/05	mar/05	abr/05	maio/05	jun/05	jul/05	ago/05	set/05	out/05	nov/05	dez/05																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
jan/02	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

MINUTA

Tabela 1.3 - Movimentação das pré-liquidações

Período de pré-liquidação	Leves		Motos		Consolidado	
	Somatório do valor das parcelas - R\$(000)		Somatório do valor das parcelas - R\$(000)		Somatório do valor das parcelas - R\$(000)	
fev/08	-	-	-	-	-	-
mar/08	5	5	-	-	5	5
abr/08	4	4	8	8	12	12
mai/08	35	35	5	5	40	40
jun/08	12	12	23	23	35	35
jul/08	53	53	7	7	60	60
ago/08	28	28	22	22	50	50
set/08	36	36	62	62	97	97
out/08	78	78	44	44	121	121
nov/08	120	120	10	10	130	130
dez/08	76	76	54	54	130	130
jan/09	47	47	50	50	98	98
fev/09	42	42	57	57	99	99
mar/09	71	71	82	82	153	153
abr/09	153	153	90	90	243	243
mai/09	150	150	77	77	227	227
jun/09	102	102	74	74	176	176
jul/09	173	173	88	88	261	261
ago/09	185	185	107	107	292	292
set/09	180	180	144	144	324	324
out/09	270	270	143	143	413	413
nov/09	307	307	149	149	456	456
dez/09	341	341	205	205	545	545
jan/10	332	332	212	212	544	544
fev/10	290	290	190	190	480	480
mar/10	388	388	249	249	637	637
abr/10	469	469	254	254	722	722
mai/10	427	427	245	245	672	672
jun/10	384	384	359	359	744	744
jul/10	508	508	461	461	969	969
ago/10	600	600	479	479	1.079	1.079
set/10	678	678	428	428	1.106	1.106
out/10	721	721	320	320	1.041	1.041
nov/10	905	905	466	466	1.370	1.370
dez/10	760	760	431	431	1.191	1.191
jan/11	817	817	361	361	1.178	1.178
fev/11	866	866	458	458	1.324	1.324
mar/11	820	820	448	448	1.268	1.268
<b>Total</b>	<b>11.431</b>	<b>11.431</b>	<b>6.862</b>	<b>6.862</b>	<b>18.293</b>	<b>18.293</b>

© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 07/23)



# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

MINUTA

Tabela 1.4 - Movimentação das renegociações

Período de renegociação	Leves		Motos		Consolidado	
	Somatório do valor das parcelas - R\$(000)		Somatório do valor das parcelas - R\$(000)		Somatório do valor das parcelas - R\$(000)	
fev/08	-	-	-	-	-	-
mar/08	-	-	-	-	-	-
abr/08	-	-	-	-	-	-
mai/08	-	-	-	-	-	-
jun/08	-	-	-	-	-	-
jul/08	-	-	-	-	-	-
ago/08	-	-	-	-	-	-
set/08	-	-	-	-	-	-
out/08	-	-	-	-	-	-
nov/08	-	-	-	-	-	-
dez/08	-	-	-	-	-	-
jan/09	-	-	-	-	-	-
fev/09	-	-	-	-	-	-
mar/09	-	-	-	-	-	-
abr/09	-	-	-	-	-	-
mai/09	-	-	-	-	-	-
jun/09	-	-	-	-	-	-
jul/09	17	-	11	-	28	-
ago/09	-	-	-	-	-	-
set/09	-	-	-	-	-	-
out/09	-	-	-	-	-	-
nov/09	23	-	-	-	23	-
dez/09	-	-	-	-	-	-
jan/10	-	-	-	-	-	-
fev/10	13	-	-	-	13	-
mar/10	53	-	13	-	65	-
abr/10	27	-	7	-	34	-
mai/10	14	-	-	-	14	-
jun/10	42	-	70	-	112	-
jul/10	18	-	11	-	28	-
ago/10	-	-	50	-	50	-
set/10	-	-	6	-	6	-
out/10	-	-	-	-	-	-
nov/10	11	-	14	-	25	-
dez/10	-	-	84	-	84	-
jan/11	-	-	-	-	-	-
fev/11	-	-	-	-	-	-
mar/11	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>217</b>	<b>217</b>	<b>265</b>	<b>265</b>	<b>482</b>	<b>482</b>

© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (RHS 07/23)

# Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos

MINUTA

Tabela 2 - Distribuição mensal do volume financeiro e quantidade de contratos no período

Período	Leves		Motos		Consolidado	
	Somatório do valor principal R\$(000)	Somatório do valor da parcela R\$(000) (b)	Somatório do valor principal R\$(000)	Somatório do valor da parcela R\$(000)	Somatório do valor principal R\$(000)	Somatório do valor da parcela R\$(000)
fev/08	6.574	278	2.908	136	9.482	414
mar/08	39.898	1.646	21.014	883	60.912	2.529
abr/08	132.229	5.285	122.469	5.136	254.698	10.421
mai/08	163.128	6.584	226.763	9.382	389.891	15.966
jun/08	150.350	6.313	265.855	10.726	416.205	17.039
jul/08	192.114	8.011	500.948	19.476	693.061	27.486
ago/08	131.053	5.638	327.253	13.363	458.306	19.000
set/08	158.700	6.890	360.354	14.766	519.054	21.656
out/08	91.711	4.327	78.130	3.671	169.841	7.998
nov/08	38.687	1.985	26.561	1.370	65.248	3.355
dez/08	52.838	2.740	32.765	1.726	85.603	4.466
jan/09	53.499	2.758	21.585	1.157	75.085	3.915
fev/09	77.098	3.941	44.810	2.126	121.908	6.067
mar/09	172.196	8.163	114.787	5.377	286.983	13.540
abr/09	152.507	7.236	118.961	5.481	271.467	12.716
mai/09	193.528	8.856	150.184	6.871	343.712	15.726
jun/09	267.967	11.926	180.254	8.003	448.221	19.930
jul/09	328.283	14.254	241.808	10.740	570.092	24.994
ago/09	334.712	14.451	256.918	11.393	591.630	25.844
set/09	320.496	13.873	245.600	10.739	566.095	24.612
out/09	320.881	13.835	276.485	12.080	597.366	25.915
nov/09	331.099	14.058	260.013	11.376	591.111	25.434
dez/09	362.843	15.362	242.867	10.630	605.710	25.991
jan/10	391.205	16.751	234.400	10.340	625.605	27.091
fev/10	343.251	14.638	237.983	10.431	581.234	25.069
mar/10	621.856	26.150	307.447	13.608	929.302	39.757
abr/10	501.919	21.229	212.171	9.579	714.091	30.808
mai/10	444.889	19.000	164.862	7.720	609.752	26.721
jun/10	434.969	18.502	166.680	7.830	601.649	26.332
jul/10	543.980	23.031	202.495	9.463	746.475	32.494
ago/10	704.737	29.758	231.228	10.801	935.965	40.559
set/10	583.851	25.054	212.017	9.909	795.868	34.963
out/10	533.409	22.567	171.992	7.991	705.401	30.558
nov/10	556.410	23.638	172.034	8.095	728.443	31.733
dez/10	372.293	17.098	112.776	5.594	485.069	22.691
jan/11	490.185	22.234	166.501	8.110	656.685	30.344
fev/11	562.107	25.373	181.470	8.842	743.578	34.214
mar/11	663.733	29.725	184.742	9.009	848.475	38.733
<b>Total</b>	<b>11.821.183</b>	<b>513.158</b>	<b>7.078.093</b>	<b>313.926</b>	<b>18.899.276</b>	<b>827.084</b>
		<b>1.619.506</b>		<b>1.360.560</b>		<b>2.980.066</b>

(a) Corresponde ao valor histórico da operação.

(b) Corresponde ao somatório do valor das parcelas, incluindo os encargos de financiamento a apropriar.

© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KH05 0/23)

# Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos

Tabela 2.1 - Prazo médio dos últimos 12 meses - Leves

MINUTA

Quantidade de parcelas	abr/10	mai/10	jun/10	jul/10	ago/10	set/10	out/10	nov/10	dez/10	jan/11	fev/11	mar/11	Total	%	% Acum.
12	73	76	144	63	123	108	109	82	60	69	118	258	1.284	0,5%	0,5%
De 13 a 23	189	144	200	116	181	205	122	195	153	227	243	188	2.162	0,8%	1,2%
24	1.192	1.020	1.071	1.260	1.463	1.496	1.140	1.180	1.066	1.230	1.743	1.698	15.560	5,6%	6,9%
De 25 a 35	7	-	6	10	9	12	27	18	-	49	8	42	187	0,1%	6,9%
36	6.175	5.754	4.922	6.898	8.817	8.749	7.313	7.276	7.517	9.484	9.377	11.004	93.285	33,7%	40,6%
De 37 a 47	431	319	301	303	321	221	294	314	191	228	376	392	3.691	1,3%	41,9%
48	13.063	11.633	11.744	14.227	18.682	14.245	13.504	14.475	8.080	10.925	13.486	16.007	160.072	57,7%	99,7%
60	101	53	115	152	162	18	58	98	31	21	21	137	967	0,3%	100,0%
<b>Total</b>	<b>21.229</b>	<b>19.000</b>	<b>18.502</b>	<b>23.031</b>	<b>29.758</b>	<b>25.054</b>	<b>22.567</b>	<b>23.638</b>	<b>17.098</b>	<b>22.234</b>	<b>25.373</b>	<b>29.725</b>	<b>277.208</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Ponderação</b>	<b>43</b>	<b>43</b>	<b>43</b>	<b>43</b>	<b>43</b>	<b>42</b>	<b>42</b>	<b>43</b>	<b>41</b>	<b>41</b>	<b>41</b>	<b>42</b>			

# Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos

MINUTA

Tabela 2.2 - Prazo médio dos últimos 12 meses - Motos

Quantidade de parcelas	abr/10	mai/10	jun/10	jul/10	ago/10	set/10	out/10	nov/10	dez/10	jan/11	fev/11	mar/11	Total	%	% Acum.
12	73	67	89	101	91	124	69	89	34	76	81	80	975	0,9%	0,9%
De 13 a 23	13	27	19	17	37	53	43	48	12	45	67	63	442	0,4%	1,4%
24	1.000	889	893	1.092	1.292	1.008	899	1.047	783	904	988	1.151	11.945	11,6%	13,0%
De 25 a 35	-	12	24	22	23	12	4	11	12	15	12	27	176	0,2%	13,2%
36	3.825	3.086	3.146	3.751	4.584	4.394	3.163	3.325	3.316	3.748	3.909	3.953	44.199	42,9%	56,1%
De 37 a 47	121	81	127	166	133	52	110	123	155	82	94	215	1.460	1,4%	57,5%
48	4.547	3.559	3.532	4.316	4.642	4.266	3.703	3.451	1.281	3.240	3.691	3.519	43.747	42,5%	100,0%
<b>Total</b>	<b>9.579</b>	<b>7.720</b>	<b>7.830</b>	<b>9.463</b>	<b>10.801</b>	<b>9.909</b>	<b>7.991</b>	<b>8.095</b>	<b>5.594</b>	<b>8.110</b>	<b>8.842</b>	<b>9.009</b>	<b>102.943</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Ponderação</b>	<b>40</b>	<b>40</b>	<b>40</b>	<b>40</b>	<b>40</b>	<b>40</b>	<b>40</b>	<b>39</b>	<b>37</b>	<b>39</b>	<b>39</b>	<b>39</b>			



# Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos

Tabela 2.3 - Percentual financiado - Leves

MINUTA

Percentual financiado	abr/10	mai/10	jun/10	jul/10	ago/10	set/10	out/10	nov/10	dez/10	jan/11	fev/11	mar/11	Total	%	% Acum.
De 0 a 25%	47	66	74	48	49	55	86	38	55	90	131	149	890	0,3%	0,3%
De 25% a 50%	1.005	815	1.055	1.404	1.663	1.246	1.209	1.173	1.037	1.897	1.905	2.470	16.879	6,1%	6,4%
De 50% a 60%	1.925	1.996	1.918	1.996	2.456	1.675	1.547	1.697	1.608	3.160	2.973	4.018	26.967	9,7%	16,1%
De 60% a 70%	2.571	2.263	2.145	2.892	4.191	3.484	3.058	3.155	2.581	5.533	6.819	6.493	45.185	16,3%	32,4%
De 70% a 80%	3.633	3.048	3.105	4.635	6.749	5.693	4.666	5.656	5.669	8.260	8.219	11.304	70.637	25,5%	57,9%
De 80% a 90%	5.804	6.276	5.518	6.815	9.880	8.306	7.329	7.548	3.983	2.691	4.122	4.091	72.362	26,1%	84,0%
De 90% a 100%	6.153	4.491	4.661	5.231	4.748	4.566	4.643	4.331	2.090	603	1.203	1.175	43.896	15,8%	99,9%
De 100% a 110%	76	45	13	10	21	29	30	32	75	-	-	25	356	0,1%	100,0%
De 110% a 120%	-	-	12	-	-	-	-	9	-	-	-	-	21	0,0%	100,0%
De 120% a 130%	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	0,0%	100,0%
<b>Total</b>	<b>21.229</b>	<b>19.000</b>	<b>18.502</b>	<b>23.031</b>	<b>29.758</b>	<b>25.054</b>	<b>22.567</b>	<b>23.638</b>	<b>17.098</b>	<b>22.234</b>	<b>25.373</b>	<b>29.725</b>	<b>277.208</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Ponderação</b>	<b>79,1%</b>	<b>78,1%</b>	<b>77,4%</b>	<b>77,3%</b>	<b>76,5%</b>	<b>77,6%</b>	<b>77,7%</b>	<b>77,4%</b>	<b>74,6%</b>	<b>68,6%</b>	<b>69,7%</b>	<b>69,3%</b>			

# Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos

Tabela 2.4 - Percentual financiado - Motos

MINUTA

Percentual financiado	abr/10	mai/10	jun/10	jul/10	ago/10	set/10	out/10	nov/10	dez/10	jan/11	fev/11	mar/11	Total	%	% Acum.
De 0 % a 25%	-	-	7	-	5	6	5	7	-	3	17	14	65	0,1%	0,1%
De 25 % a 50%	226	203	191	333	329	371	206	195	129	189	214	268	2.853	2,8%	2,8%
De 50 % a 60%	444	393	349	454	440	473	301	369	181	387	352	372	4.516	4,4%	7,2%
De 60 % a 70%	735	634	556	853	908	838	712	524	444	612	773	630	8.219	8,0%	15,2%
De 70 % a 80%	1.201	840	852	1.146	1.545	1.538	1.002	950	700	1.098	1.147	1.063	13.082	12,7%	27,9%
De 80 % a 90%	1.509	1.183	1.381	1.937	2.213	1.965	1.582	1.294	1.292	1.805	1.802	1.934	19.897	19,3%	47,2%
De 90% a 100%	2.161	1.775	1.487	1.983	2.834	2.183	2.023	2.136	1.418	1.966	2.474	2.521	24.961	24,2%	71,5%
De 100% a 110%	2.918	2.215	2.536	2.286	2.222	2.100	1.875	2.005	935	1.920	1.919	2.139	25.069	24,4%	95,8%
De 110% a 120%	384	478	472	472	300	435	286	616	494	130	139	66	4.271	4,1%	100,0%
De 120% a 145%	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	4	-	9	0,0%	100,0%
<b>Total</b>	<b>9.579</b>	<b>7.720</b>	<b>7.830</b>	<b>9.463</b>	<b>10.801</b>	<b>9.909</b>	<b>7.991</b>	<b>8.095</b>	<b>5.594</b>	<b>8.110</b>	<b>8.842</b>	<b>9.009</b>	<b>102.943</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Ponderação</b>	<b>89,4%</b>	<b>89,6%</b>	<b>90,1%</b>	<b>87,5%</b>	<b>87,2%</b>	<b>86,4%</b>	<b>88,0%</b>	<b>89,9%</b>	<b>88,7%</b>	<b>87,5%</b>	<b>87,2%</b>	<b>87,7%</b>			

# Confronto dos saldos contábeis com a base de dados

# Confronto dos saldos contábeis com a base de dados

MINUTA

Com o intuito de conciliar a base de dados e de verificar a sua integridade, aplicamos procedimentos de comparação do valor atual presente das bases analíticas recebidas, tanto de Veículos quanto de Consignado, com o saldo contábil do balancete em 31 de março de 2011. Apresentamos abaixo o resultado da aplicação desses procedimentos.

Tabela 2.1 - Conciliação das bases de dados com os saldos contábeis

<u>Descrição</u>	<u>Somatório dos valor das parcelas (R\$000)</u>	<u>Valor presente/ saldo contábil (R\$000)</u>	<u>Balancete</u>	<u>31/03/2011</u>
Saldo originado - Consignado	743.210		Conta contábil Denominação	Saldo
Saldo originado - Veículos	827.084		1.6.1.20.00.00.00-8 EMPRÉSTIMOS	108.346
<b>Saldo originado (Consignado + Veículos)</b>	<b>1.570.294</b>		1.6.1.20.00.10.00-7 CONTA GARANTIDA	4.042
(-) Descontos/multas/cancelamentos/renegociações/retomadas - Consignado	52.581		1.6.1.20.00.20.00-6 EMPRÉSTIMOS PÓS-FIXADOS	3.265
(-) Descontos/multas/cancelamentos/renegociações/retomadas - Veículos	4.669		1.6.1.20.00.30.00-5 EMPRÉSTIMOS PRÉ-FIXADOS	101.038
(-) Liquidações - Consignado	152.618		<b>1.6.2.00.00.00-7 FINANCIAMENTOS</b>	<b>69.109</b>
(-) Liquidações - Veículos	267.426		1.6.2.10.00.20.00-2 FINANCIAMENTOS PRÉ-FIXADOS	69.109
<b>(-) Deduções (Consignado + Veículos)</b>	<b>477.294</b>		<b>DEDUÇÕES</b>	<b>-8.277</b>
Total em aberto - Consignado	538.011	351.494	CONTA GARANTIDA	-4.042
Total em aberto - Veículos	554.990	244.995	CAPITAL GIRO PJ (MATERA)	-2.550
<b>Base de dados em aberto em 31.03.2011</b>	<b>1.093.001</b>	<b>596.489</b>	EMPRÉSTIMOS PF (MATERA)	-1.685
(-) Contratos cedidos		422.156	<b>TOTAL DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>169.178</b>
<b>(=) Base de dados contratos não cedidos - em aberto</b>		<b>174.334</b>		
<b>(=) Saldo contábil da base de dados para conciliação</b>		<b>174.334</b>		
<b>Saldo contábil em 31/03/2011</b>		<b>169.178</b>		
Diferença		5.155		
Diferença - (%)		3.05%		

## Comentário sobre procedimento de conciliação

A aplicação dos procedimentos descritos nesta seção objetivou estabelecer uma base de confiança na qualidade das informações processadas. O resultado desses procedimentos indicou a existência de uma divergência considerada imaterial, no contexto da avaliação do perfil da carteira e de seu desempenho no período sob análise.



# Integridade dos registros da base de dados

## Procedimentos de verificação e confirmação da integridade dos registros presentes na base de dados sob análise

- i) Selecionamos uma amostra de 50 operações de financiamento de veículos a partir da base de dados fornecida pelo Banco Ficsa. Dessa amostra, foram apresentados os processos e os respectivos documentos arquivados relativos a essas operações, sobre os quais foram adotados os procedimentos relacionados a seguir:

Procedimentos	Sem divergência	Com divergência	Não apresentado
Identificação do número do contrato	50	-	-
Identificação do CPF/CNPJ	50	-	-
Identificação da quantidade de parcelas	50	-	-
Identificação da data de vencimento	50	-	-
Identificação do valor da parcela	50	-	-
Verificação da CCB	50	-	-
Verificação da ficha cadastral	50	-	-
Verificação do RG	49	-	1
Verificação do CNPJ	50	-	-
Verificação do comprovante de residência	49	-	1
Verificação do comprovante de renda	49	-	1
Verificação do gravame	50	-	-
Verificação do laudo	50	-	-
Verificação do DUT / Nota fiscal	50	-	-



© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil.

O nome KPMG, o logotipo e “*cutting through complexity*” são marcas registradas ou comerciais da KPMG International.

